

## ANEXO II

### PROPOSTA PARA PESSOA JURÍDICA DE DIREITO PÚBLICO INTERNO

Ao(À) Senhor(a) Secretário(a) de Serviços de Comunicação Eletrônica do Ministério das Comunicações.

ASSUNTO: Proposta para execução dos serviços de radiodifusão, com finalidade exclusivamente educativa, em observância à Portaria que estabelece as regras e critérios para os processos seletivos relativos ao referido serviço.

#### IDENTIFICAÇÃO

Denominação da entidade: Prefeitura Municipal de Esperantina

CNPJ: 06.554.174/0001-82

Endereço da sede: Rua Venador Ramos, 746 - Centro

Nome e CPF do Representante Legal: Vilma Carvalho Amorim  
CPF: \_\_\_\_\_

Endereço eletrônico (e-mail): vilmaclau@gmail.com

Sede/filial na localidade de interesse para execução do serviço? ( ☒ )

Não haverá sede/filial na localidade de interesse para execução do serviço? ( ☐ )

No caso de instituição de educação superior:

Número de alunos matriculados na instituição: \_\_\_\_\_

#### DADOS DO EDITAL

Edital de seleção pública nº: 88 publicado em 01 de março de 2016

Localidade: Esperantina Canal: 237E

Objeto:

( ☒ ) Radiodifusão Sonora em Frequência Modulada, com fins exclusivamente educativos.

( ☐ ) Radiodifusão de Sons e Imagens, com fins exclusivamente educativos.

Com vistas à instrução da presente proposta, DECLARO, para os devidos fins, que:

(a) a entidade possui recursos financeiros para o empreendimento pleiteado.





(b) a entidade integrará a rede nacional de comunicação pública gerida pela Empresa Brasil de Comunicação – EBC, quando não houver, na localidade, outra entidade que integre a rede por meio da execução do serviço de radiodifusão educativa de sons e imagens.

(c) somente brasileiros natos ou naturalizados há mais de dez anos exercerão os cargos e funções de administração e gerência, que detenham poder de gestão e de representação civil e judicial.

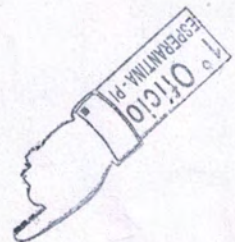
Nestes termos, peço deferimento.

Esperantina 28 de abril de 2016

local e data

Liliana Carvalho Amorim

assinatura do representante legal da entidade



Reconheço por SEMELHANÇA  
a (s) firma (s)

Liliana Carvalho Amorim

Dou fé em testº Liliana da verdade.

Esperantina-PI, 28 de 04 de

Liliana Maura de Carvalho Lages  
Tabelião Público

Liana Maura de Carvalho Lages  
ESCREVENTE

CNPJ  
CARTÃO  
Praça Leônidas  
Centro Esperantina - Piauí  
CEP 64.180-000  
Melo: 50  
0001-09



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/68235cd3-a142-4cd6-8313-c0dcaf537896>

68235cd3-a142-4cd6-8313-c0dcaf537896



**DECLARAÇÃO DE VERACIDADE DAS INFORMAÇÕES PRESTADAS**

Eu, Vilma Carvalho Amorim (nome completo), brasileira (nacionalidade), professora (profissão), portador(a) da carteira de identidade nº 1.012.729, expedida pelo(a) SSP-PI, em 01/02/1988, inscrito(a) no CPF sob o nº 485.943.523-04, residente e domiciliado(a) em Conjunto Palestina A 04 C-09,  
(endereço completo), representante legal da entidade Prefeitura Municipal de Esperantina, inscrita no CNPJ sob o nº 065541740001-82, executante do serviço de (assinalar abaixo o tipo de serviço prestado):

- ☒ radiodifusão sonora em frequência modulada; ☐ radiodifusão sonora em ondas médias;  
☐ radiodifusão sonora em ondas curtas; ☐ radiodifusão sonora em ondas tropicais;  
☐ radiodifusão de sons e imagens; ☐ retransmissão de televisão;  
☐ canal da cidadania; ☐ radiodifusão educativa;  
☐ radiodifusão comunitária; ☐ Outros: \_\_\_\_\_;

**DECLARO** que as informações ora prestadas são verdadeiras, sob pena de responsabilidade administrativa, civil e penal, comprometendo-me a mantê-las atualizadas junto ao Ministério das Comunicações. Declaro, também, estar ciente de que:

1. O Ministério poderá solicitar documentação complementar para efetivação do meu cadastro efetuado no Sistema Eletrônico de Informações (SEI-MC);
2. O resultado da análise da documentação será informado ao usuário por mensagem eletrônica.
3. O credenciamento de acesso importará aceitação das condições regulamentares que disciplinam o processo eletrônico.
4. São de exclusiva responsabilidade do usuário:  
I - o sigilo da senha relativa à assinatura eletrônica, não sendo oponível, em qualquer hipótese, alegação de uso indevido;  
II - a equivalência entre os dados informados para o envio do documento e os constantes do documento protocolado;  
III - a edição dos documentos enviados em conformidade com as especificações técnicas estabelecidas pelo Ministério das Comunicações, no que se refere à formatação e ao tamanho do arquivo enviado;  
IV - a consulta periódica ao endereço de e-mail cadastrado e ao SEI-MC, a fim de verificar o recebimento de comunicações eletrônicas relativas a atos processuais;  
V - a atualização de seus dados cadastrais no SEI-MC; e  
VI - o acompanhamento da divulgação dos períodos em que o SEI-MC não estiver em funcionamento em decorrência de indisponibilidade técnica do serviço.
5. A não obtenção de acesso ou credenciamento no SEI-MC, bem como eventual defeito de transmissão ou recepção de dados e informações, não imputáveis à falha do SEI-MC, não servirão de escusa para o descumprimento de obrigações e prazos legais.

Declaro, por fim, estar ciente de que a falsidade das declarações prestadas pode implicar a sanção penal prevista no art. 299 do Código Penal, conforme transcrição abaixo:

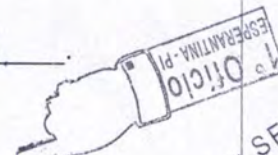
**"Art. 299 – Omitir, em documento público ou particular, declaração que nele deveria constar, ou nele inserir ou fazer inserir declaração falsa ou diversa da que devia ser escrita, com o fim de prejudicar direito, criar obrigação ou alterar a verdade sobre o fato juridicamente relevante.**

**Penal: reclusão de 1 (um) a 5 (cinco) anos e multa, se o documento é público e reclusão de 1 (um) a 3 (três) anos, se o documento é particular."**

Esperantina, 28 de abril de 2016.  
(Cidade/UF)

Vilma Carvalho Amorim

Assinatura do Declarante



conheço por SEMELH  
firma (s)

68235cd3-a142-4cd6-8313-c0dcaf537896



Reconheço por SEMELHANÇA  
a (s) firma (s)

Liana Maura de Carvalho

Dou fé em testº 4 da verdade  
Esperantina-PI, 28 de 04 de 16

Liana Maura de Carvalho

Liana Maura de Carvalho Lages  
ESCREVENTE



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

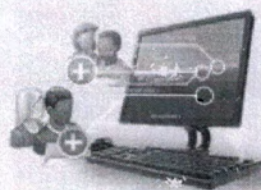
<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/68235cd3-a142-4cd6-8313-c0dcaf537896>

68235cd3-a142-4cd6-8313-c0dcaf537896



## CADSEI e Protocolo Eletrônico

Ministério das Comunicações



\* Campos obrigat

## Nova Pessoa Jurídica

CNPJ:

06.554.174/0001-82

Nome comercial:

Prefeitura Municipal de Esperantina

Razão social:

Ano de constituição:

Quantidade de empregados:

Capital social:

## Tipo de serviço

- ☐ Retransmissora de TV - RTV
- ☐ Televisão Digital - TVD
- ☐ Radiodifusão Comercial
- ☐ Radiodifusão comunitária
- ☐ Radiodifusão educativa
- ☐ Consignações da União
- ☐ Fiscalização
- ☐ Serviços Postais
- ☐ Governança de empresas vinculadas
- ☐ Outros
- ☐ Atendimento ao Público
- ☐ Ouvidoria
- ☐ GESAC
- ☐ Telecentros
- ☐ Cidades Digitais
- ☐ Telecomunicações
- ☐ Radiodifusão sonora em frequência modulada
- ☐ Radiodifusão sonora em ondas curtas
- ☐ Radiodifusão de sons e imagens
- ☐ Canal da cidadania
- ☐ Radiodifusão sonora em ondas médias
- ☐ Radiodifusão sonora em ondas tropicais
- ☐ Retransmissão de televisão
- ☐ Pronatec Comunicações
- ☐ Centros de Recondic. Computadores - CRC
- ☐ Inclusão digital para juventude rural
- ☐ Redes Digitais da Cidadania
- ☐ Conteúdos Digitais Criativos
- ☐ Radiodifusão Digital (TVD/RTVD)
- ☐ Tecnologia da informação e comunicações





- ☐ Solicitação\_Fornecedores
- ☐ Recursos Humanos
- ☐ PRODOC
- ☐ Gestão de Pessoas
- ☐ Organização Institucional
- ☐ Funttel
- ☐ Radiodifusão Ancilar (RTV)

## Endereço

Endereço:

Rua-Venader Ramos

Nº 746

Bairro/Distrito/Setor:

Centro

UF:

-- PI

Município:

-- Esperantina

## Representante legal

CPF:

Representante legal:

RG:

Órgão expedidor:

## Comunicação oficial

Telefone:

86 - 3383-1538

E-mail principal:

Confirmação do e-mail  
principal:

E-mail adicional 1:

Confirmação do e-mail 1:

E-mail adicional 2:

Confirmação do e-mail 2:

E-mail adicional 3:

Confirmação do e-mail 3:

E-mail adicional 4:

Confirmação do e-mail 4:

## Documentos

Atos constitutivos – Atos constitutivos, estatutos ou contratos sociais em vigor, devidamente registrados, em se tratando de sociedades comerciais, e, no caso de sociedades por ações, acompanhados de documentos de eleição de seus administradores:

\* Tamanho máximo permitido 15Mb.



Comprovante de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas – CNPJ/MF:

nc.gov.br/CADSEIWeb/pages/externo/cadastro-empresa.jsf  
Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/68235cd3-a142-4cd6-8313-c0dcaf537896

68235cd3-a142-4cd6-8313-c0dcaf537896



\* Tamanho máximo permitido 15Mb.

Representante legal – Documento que comprove os poderes do representante:

\* Tamanho máximo permitido 15Mb.

#### Atenção, Radiodifusores!

Para a conclusão desse procedimento, é necessário baixar o documento [Declaração de Veracidade das Informações Prestadas](#), preenchê-lo e assiná-lo com firma reconhecida em cartório. Após, entregue pessoalmente ou envie o referido formulário para o seguinte endereço:

Ministério das Comunicações  
Secretaria de Serviços de Comunicação Eletrônica  
Grupo de Trabalho de Documentação e Informação  
Serviço de Apoio Administrativo da Comunicação Eletrônica  
Esplanada dos Ministérios, Bloco R, Edifício Anexo, 3º andar, Ala Oeste, sala 307  
Brasília-DF  
Cep: 70.044-900

A efetivação do seu cadastro no SEI-MC somente ocorrerá após o recebimento da declaração devidamente preenchido, com firma reconhecida em cartório e validado pelo Ministério das Comunicações. Você receberá um e-mail confirmando a efetivação do cadastro.

Atenção! O envio da referida declaração é obrigatório apenas para o cadastro de Pessoas Jurídicas na área de Radiodifusão. Os demais usuários externos não precisam enviar tal declaração para cadastrar suas pessoas jurídicas.

Salvar

Voltar

Para evitar erros na visualização desta página, certifique-se que está utilizando a versão mais recente do seu navegador.

MC/SE/SPOA/CGTI/COINF/DISIS - Divisão de Desenvolvimento de Sistemas

Ministério das Comunicações





TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO PIAUÍ  
ELEIÇÕES MUNICIPAIS DE 2012

# Diploma

O Excmo. Sr. Juiz(a) da 41ª Zona Eleitoral do Estado do Piauí, no uso das atribuições que lhe confere o art. 215 e parágrafo único do Código Eleitoral (Lei nº 4-737, de 15 de julho de 1965), tendo em vista a proclamação dos resultados das eleições de 07 de outubro de 2012, expede o diploma de:

**PREFEITA a**

**VILMA CARVALHO AMORIM**

eleita pela Coligação "JUNTOS DE NOVO COM A FORÇA DO POVO" (PRB - PT - PTB - PSE - PSC - PSD - PSB - PV), por ter obtido 7123 (sete mil cento e vinte e três) votos nominais, do total de 11359 (onze mil trezentos e cinquenta e nove) votos válidos, conforme Ata Geral das Eleições.

Total de votos apurados: 21954

Total de votos válidos: 11359

Votação obtida pelo candidato/coligação: 7123

Esperantina (PI), 15 de dezembro de 2012.

Dr. Ulysses Gonçalves da Silva Neto  
Juiz da 41ª Zona Eleitoral do Piauí






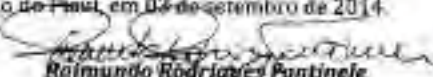
**ESTADO DO PIAUÍ**  
**CÂMARA MUNICIPAL DE ESPERANTINA**  
CNPJ: 06.842.827/0001-29

## TERMO DE POSSE DE PREFEITO

Ao terceiro dia do mês de setembro do ano de dois mil e quatorze (03/09/2014), nesta cidade de Esperantina, Estado do Piauí, na sede da Câmara Municipal, situada à Rua Professor João Paulo, nº 206 - centro, em Sessão Solene, compareceu a Senhora **Vilma Carvalho Amorim**, portadora do CPF nº 481.943.523-04 e RG nº 1.012.729-SSP-PI, Prefeita eleita, em segundo lugar, em 7 de outubro de 2012 a fim de tomar posse no cargo de Prefeito do Município de Esperantina - Piauí, em cumprimento à determinação judicial emanada pelo MM. Sr. Ulysses Gonçalves da Silva Neto, Juiz da 41ª Zona Eleitoral de Esperantina, a mesma prestou compromisso ao ser empossada no cargo, para o qual foi investida e prestou, em voz alta e na presença de todos, o seguinte compromisso: "Prometo manter, defender e cumprir a Lei Orgânica deste Município, observar as Leis da União, do Estado e do Município; promover o bem-estar geral dos munícipes e exercer o cargo a mim confiado sob a inspiração da democracia, da legitimidade e da legalidade". E para constar foi lavrado o presente termo que depois de lido, vai assinado pela Prefeita empossada e pelo Presidente da Câmara Municipal de Esperantina, Estado do Piauí.

Câmara Municipal de Esperantina, Estado do Piauí, em 03 de setembro de 2014.

  
**Vilma Carvalho Amorim**  
Prefeita empossada

  
**Raimundo Rodrigues Pontinele**  
Presidente da CM

Recebido e registrado (em nome) de  
Vilma Carvalho Amorim  
Presidente da Câmara  
em 03 de setembro de 2014  
Doe lá em 100% 01 da verificação  
Esperantina-PI, 03 de 10 de 14  
estiloso

**TABULEIRO PÚBLICO**  
**COMISSÃO DE VERIFICAÇÃO**  
**ESCREVENTE**  
**1º OFÍCIO**



Rua Prof. João Paulo, 206 - Centro  
CEP: 64201-000  
Esperantina-PI

Fone/Fax: (86) 3331-2903  
www.câmara.esperantina.pi.gov.br

Facebook: www.facebook.com/cmaesperantina



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/68235cd3-a142-4cd6-8313-c0dcdf537896>

68235cd3-a142-4cd6-8313-c0dcdf537896



## CHECKLIST

**Análise Documental para Habilitação de Pessoas Jurídicas de Direito Público Interno – União, Estados, Distrito Federal, Municípios, Autarquias, Associações Públicas e demais entidades de caráter público criadas por lei.**

**Serviço de Radiodifusão com Fins Exclusivamente Educativos**

Processo nº: 53900.027556/2016-31

Interessado: PREFEITURA MUNICIPAL DE ESPERANTINA

CNPJ: 06.554.174/0001-82

Localidade: Município /UF, **ESPERANTINA/PI**

Serviço: **[Radiodifusão Sonora em Frequência Modulada, com fins exclusivamente educativos - FME.**

Canal: 237E

Edital de Seleção Pública nº **88/2016/SEI-MC de 12 de fevereiro de 2016 FME**

Data de publicação do Edital de Seleção Pública: **88/16: 01/03/16**

Data de vencimento do prazo para a postagem ou protocolo das propostas: **02/05/2016 88/2016**

Data do protocolo desta proposta: 30/04/2016

Requerimento tempestivo? ( X ) Sim ( ) Não

Localidade em faixa de fronteira? ( ) Sim ( X ) Não

PROPOSTA PARA PESSOA JURÍDICA DE DIREITO PÚBLICO INTERNO	OBSERVAÇÕES
QUANTO À ENTIDADE INTERESSADA	
<p>a) Requerimento ao (à) Secretário (a) de Serviços de Comunicação Eletrônica do Ministério das Comunicações, nos moldes do modelo constante do Anexo II, contendo as declarações que:</p> <ul style="list-style-type: none"><li>• <i>A entidade possui recursos financeiros para o empreendimento pleiteado;</i></li><li>• <i>A entidade integrará a rede nacional de comunicação pública gerida pela Empresa Brasil de Comunicação – EBC, quando não houver, na localidade, outra entidade que integre a rede por meio da execução do serviço de radiodifusão educativa de sons e imagens;</i></li><li>• <i>Somente brasileiros natos ou naturalizados há mais de dez anos exercerão os cargos e funções de administração e gerência que detenham poder de gestão e de representação civil e judicial.</i></li></ul>	

**Proposta ou documentação de habilitação apresentada de acordo com o previsto na Portaria nº 4.335/2015 e Edital de Seleção Pública nº 88/2016**

( X ) Sim, habilitada ( ) Não, inabilitada



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

[https://www.gov.br/sei/controlador.php?acao=documento\\_imprimir\\_web&acao\\_origem=arvore\\_visualizar&id\\_documento=1364456&infra\\_...](https://www.gov.br/sei/controlador.php?acao=documento_imprimir_web&acao_origem=arvore_visualizar&id_documento=1364456&infra_...)





## MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES

Secretaria de Comunicação Social Eletrônica

Departamento de Radiodifusão Pública, Comunitária e Estatal

Coordenação-Geral de Assuntos Jurídicos de Radiodifusão Pública, Comunitária e Estatal

Coordenação de Outorga de Radiodifusão Pública, Comunitária e Estatal

### DESPACHO

Processo nº: 53900.027556/2016-31

Informe-se que o Checklist 1127808 (N.SE11138657) não foi assinado pelo(a) analista na época da elaboração e, por motivos temporais e pela mudança de Pasta, não pode ser assinado na pasta COREC\_MCOM\_EDU no presente momento. Assim, para permitir a visualização em outras pastas do documento originado na pasta COREC\_MCOM\_EDU, o documento foi impresso em pdf e excluído, e o presente despacho ratifica a existência do referido.



Documento assinado eletronicamente por **Kelen Azevedo Cornelio, Analista Técnico-Administrativo**, em 28/09/2023, às 11:29 (horário oficial de Brasília), com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://sei.mcom.gov.br/sei/verifica>, informando o código verificador **11138659** e o código CRC **D363873D**.

#### Minutas e Anexos

Não Possui.

Referência: Processo nº 53900.027556/2016-31

Documento nº 11138659



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/68235cd3-a142-4cd6-8313-c0dcaf537896>

68235cd3-a142-4cd6-8313-c0dcaf537896



**MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES**  
Secretaria de Serviços de Comunicação Eletrônica  
Departamento de Acompanhamento e Avaliação  
Grupo de Trabalho de Radiodifusão Educativa e Consignações da União  
Esplanada dos Ministérios, Bloco R, Ed. Anexo, 3º andar, sala 301 Oeste  
70044-900 – Brasília – DF  
2027-6890

**NOTA TÉCNICA Nº 11440/2016/SEI-MC**

Referência: **Processo nº 53900.027556/2016-31 apenso/relacionado ao Processo nº 53900.012816/2016-74**

Assunto: **Análise Inicial de proposta de pessoa jurídica de direito público interno com vistas à obtenção de outorga de Serviço de Radiodifusão com fins exclusivamente educativos - Proposta Habilitada e Pleito Deferido.**

**SUMÁRIO EXECUTIVO**

EDITAL Nº: <b>88/2016/SEI-MC</b>	Data de publicação: <b>01/03/2016</b>
Interessado: MUNICÍPIO DE ESPERANTINA	CNPJ:06.554.174/0001-82
Município/UF:ESPERANTINA/PI	Serviço: FME
Data de vencimento do prazo para o protocolo para apresentação dos documentos: <b>02/05/2016</b>	
Data de postagem desta proposta: 30/04/2016	Canal: 237E
Requerimento tempestivo?	( X ) sim ( ) não

**ANÁLISE**

2. Visando o prosseguimento do feito, procedeu-se à conferência e análise da documentação apresentada pela proponente, em consonância com o disposto no artigo 15 da Portaria nº 4.335/2015/SEI-MC, de 17 de setembro de 2015, publicada no DOU de 21 de setembro de 2015, conforme Checklist em anexo (1127808).
3. Concluída a análise, verificou-se que a proposta atende às exigências estabelecidas pela referida Portaria, bem como pelo correspondente Edital de Seleção Pública.

**CONCLUSÃO**

4. Diante do exposto, conforme apresentado nos itens acima, opinamos:
- pela habilitação da proposta ora em análise e o consequente deferimento do pleito;
  - pelo registro dessa informação na Nota Técnica relativa ao resultado preliminar obtido no processo de seleção em questão;
  - pelo registro desta informação no Edital de Resultado Preliminar o qual deverá ser publicado no Diário Oficial da União, facultando às entidades a interposição de um único recurso relativo às fases de classificação e habilitação, no prazo de trinta dias a contar da referida publicação;
  - pelo encaminhamento de cópia desta Nota Técnica à interessada, com vistas à comunicação do resultado da análise da proposta apresentada.

À consideração superior.



Documento assinado eletronicamente por **Octavio Penna Pieranti, Coordenador do Grupo de Trabalho de Radiodifusão Educativa e Consignações da União**, em 12/05/2016, às 12:07, conforme art. 3º, III, "b", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.



Documento assinado eletronicamente por **Rubens Gonçalves dos Reis Junior, Coordenador do Subgrupo Legal de Radiodifusão Educativa e Consignações da União**, em 12/05/2016, às 14:48, conforme art. 3º, III, "b", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://sei.mcom.gov.br/sei/verifica>, informando o código verificador **1127811** e o código CRC **88B02D7E**.



**nexos**

Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/68235cd3-a142-4cd6-8313-c0dcaf537896>

68235cd3-a142-4cd6-8313-c0dcaf537896









**MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES**  
Secretaria de Serviços de Comunicação Eletrônica  
Departamento de Acompanhamento e Avaliação  
Grupo de Trabalho de Radiodifusão Educativa e Consignações da União  
Esplanada dos Ministérios, Bloco R, Ed. Anexo, 3º andar, sala 301 Oeste  
70044-900 – Brasília – DF  
2027-6890

Ofício nº 16442/2016/SEI-MC

Ao(À) Senhor(a)  
**Vilma Carvalho Amorim**  
Representante Legal da MUNICIPIO DE ESPERANTINA  
CNPJ:

Assunto: **Processo de Seleção para outorga de Serviço de Radiodifusão Sonora em Frequência Modulada, com fins exclusivamente educativos, no município de ESPERANTINA/PI - Processo nº 53900.027556/2016-31, apenso/relacionado ao Processo nº 53900.012816/2016-74**

Senhor(a) Representante Legal,

1. Cumprimentando-o(a) cordialmente, refiro-me ao processo em epígrafe para encaminhar cópia da **NOTA TÉCNICA Nº 11440/2016/SEI-MC**, com vistas à comunicação do resultado **preliminar** da análise da proposta dessa entidade.
2. A esse respeito, fica estabelecido o prazo de trinta dias, contado da data da publicação do Edital de Resultado Preliminar no DOU, para que essa entidade, caso discorde da decisão, apresente recurso, fazendo constar, obrigatoriamente, referência aos números deste ofício e dos processos em referência.
3. O teor do resultado das análises preliminares encontra-se disponível para vistas por meio de peticionamento eletrônico do CADSEI através do seguinte caminho:

Área:	Ouvidoria
Serviço/Categoria:	Atendimento ao Público
Solicitação:	Vistas de Processo ou Documento

4. Dúvidas sobre vistas de processos e CADSEI devem ser dirigidas aos canais do Setor de Atendimento ao Público deste Ministério. Os canais para contato com o Ministérios das Comunicações são os seguintes:

**CADSEI - Peticionamento eletrônico**

Endereço: Esplanada dos Ministérios, Bloco R, edifício-sede, térreo, Brasília/DF, CEP 70044-900  
Telefone: (61) 2027-6464  
E-mail: [atp@comunicacoes.gov.br](mailto:atp@comunicacoes.gov.br)

**Serviço de Informações ao Cidadão (SIC)**

Endereço: Esplanada dos Ministérios, Bloco R, edifício-sede, térreo, Brasília/DF, CEP 70044-900  
Telefone: (61) 2027-6832 e 2027-6449  
[@comunicacoes.gov.br](mailto:@comunicacoes.gov.br)



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/68235cd3-a142-4cd6-8313-c0dcaf537896>

68235cd3-a142-4cd6-8313-c0dcaf537896



## Ouvidoria

Endereço: Esplanada dos Ministérios, Bloco R, edifício-sede, sala T-25, Brasília/DF, CEP 70044-900  
Telefone: (61) 2027-6449

Atenciosamente,

### COMUNICADO IMPORTANTE

Como parte dos esforços do Ministério das Comunicações para aperfeiçoar os serviços prestados a seu público-alvo, oferecendo maior agilidade, economia e comodidade aos seus usuários, comunicamos que, **desde o dia 30 de junho de 2015**, o Protocolo Central deste Ministério não recebe mais documentos enviados por meio físico, seja em balcão ou por via postal, exceção feita às hipóteses referidas no art. 1º da Portaria nº 4.124, de 30 de dezembro de 2014, e no art. 1º da Portaria nº 2.764, de 30 de junho de 2015. Deste modo, todos os documentos, inclusive respostas e novas solicitações, deverão ser encaminhados **exclusivamente por meio eletrônico**, através do sistema eletrônico do CADSEI.

Diante do exposto, solicitamos que, caso ainda não tenha realizado o cadastro, Vossa Senhoria o realize o quanto antes, através do botão de cadastro disponível no link <http://www.mc.gov.br/sei/cadsei>.



Documento assinado eletronicamente por **Octavio Penna Pieranti, Coordenador do Grupo de Trabalho de Radiodifusão Educativa e Consignações da União**, em 12/05/2016, às 16:14, conforme art. 3º, III, "b", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://sei.mcom.gov.br/sei/verifica>, informando o código verificador **1127812** e o código CRC **FE7EE866**.

68235cd3-a142-4cd6-8313-c0dcaf537896



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/68235cd3-a142-4cd6-8313-c0dcaf537896>



**Data de Envio:**

16/05/2016 10:59:49

**De:**

MC/SDEDU (SEI-MC) <sdedu.sei@comunicacoes.gov.br>

**Para:**

clenilton.esperantina@gmail.com

**Assunto:**

Envio de Correspondência Oficial Ministério das Comunicações.

**Mensagem:**

Prezado(a),

Ref: 53900.027556/2016-31

Segue em anexo, documentação referente a análise de processo no Ministério das Comunicações.

Atenciosamente,  
Secretaria de Serviços Comunicação Eletrônica  
Ministério das Comunicações

Mensagem automática, favor não responder.

O envio de respostas e/ou documentos complementares deverá ser feito exclusivamente via Peticionamento Eletrônico.  
Para outros assuntos entre em contato com o Ministério clicando aqui.

**Anexos:**

Oficio\_1127812.html

Nota\_Tecnica\_1127811.html



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/68235cd3-a142-4cd6-8313-c0dcaf537896>

68235cd3-a142-4cd6-8313-c0dcaf537896



Menu Principal ▾

SRD »» Consultas »» Geral | [menu](#) [ajuda](#)

Tela Inicial Resultado da Consulta

### Consulta Geral

Canal/Freq	Entidade	UF	Localidade	Serviço	Fase	Situação	Car.
8-	PREFEITURA MUNICIPAL DE ESPERANTINA <i>Geradora:</i> RADIO E TELEVISAO BANDEIRANTES LTDA	PI	Esperantina	RTV	3	M	P

Usuário: -      Data: 29/06/2016      Hora: 14:58:39

Registro 1 até 1 de 1 registros

Página: [1]    [Ir]     [Reg]



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.  
<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/68235cd3-a142-4cd6-8313-c0dcaf537896>

68235cd3-a142-4cd6-8313-c0dcaf537896





**MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES**  
Secretaria de Radiodifusão  
Departamento de Outorga e Pós-Outorga  
Coordenação-Geral de Outorgas  
Coordenação de Outorga de Radiodifusão Educativa, Comunitária e Estatal

OFÍCIO Nº 26260/2022/MCOM

Ao Senhor  
Representante Legal da PREFEITURA MUNICIPAL DE ESPERANTINA  
CNPJ: 06.554.174/0001-82

**Assunto: Processo de Seleção para outorga de Serviço de Radiodifusão Sonora em Frequência Modulada, com fins exclusivamente educativos, no município de ESPERANTINA/PI - Processo nº 53900.027556/2016-31, apenso/relacionado ao Processo nº 53900.012816/2016-74**

Senhor Representante Legal,

1. Cumprimentando-o cordialmente, refiro-me ao processo em epígrafe para encaminhar cópia da NOTA TÉCNICA Nº 15296/2022/SEI-MCOM (SEI nº 10458441), informando sobre decisões tomadas nos autos desse processo de seleção de outorga.
2. A este respeito, informamos que o encaminhamento das Notas Técnicas se faz necessário para ciência da medida tomada por este Ministério.
3. Informamos ainda que já está disponível o Sistema de Protocolo Digital do MCom, sistema que possibilita encaminhar e receber documentos de forma eletrônica, acessível a partir do seguinte caminho: <https://www.gov.br/mcom/> >> Serviços >> Protocolo Digital do MCom. Para utilizá-lo é necessário ter cadastro no portal [gov.br](https://gov.br). Caso não possua o referido cadastro, é possível solicitá-lo no endereço <https://acesso.gov.br/>.

Atenciosamente,



Documento assinado eletronicamente por **Alexandre Miranda Freire de Oliveira Barros, Coordenador-Geral de Outorgas**, em 13/10/2022, às 14:23 (horário oficial de Brasília), com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://sei.mcom.gov.br/sei/verifica>, informando o código verificador **10458513** e o código CRC **8640CED1**.

Em caso de resposta a este Ofício, fazer referência expressa a: Ofício nº 26260/2022/MCOM - Processo nº 53900.027556/2016-31 - Nº SEI: 10458513



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/68235cd3-a142-4cd6-8313-c0dcaf537896>

68235cd3-a142-4cd6-8313-c0dcaf537896

**Data de Envio:**

17/10/2022 14:11:25

**De:**

MCOM/Coordenação de Outorga de Radiodifusão Educativa, Comunitária e Estatal <sei@mcom.gov.br>

**Para:**

gmfp2@yahoo.com.br  
ismar.vale@gmail.com

**Assunto:**

Envio de Correspondência Oficial - Ministério Das Comunicações

**Mensagem:**

Prezado(a), Senhor (a)

Ref: 53900.027556/2016-31

Segue em anexo, documentação referente a análise de processo no Ministério das Comunicações.

Atenciosamente,  
Secretaria de Radiodifusão  
Ministério das Comunicações

Mensagem automática, favor não responder.

O envio de respostas e/ou documentos complementares deverá ser feito exclusivamente via Peticionamento Eletrônico.

**Anexos:**

SEI\_MCOM - 10458441 - Nota Técnica 15296.pdf  
Oficio\_10458513.html



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/68235cd3-a142-4cd6-8313-c0dcaf537896>

68235cd3-a142-4cd6-8313-c0dcaf537896





REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

CADASTRO NACIONAL DA PESSOA JURÍDICA

<div>NÚMERO DE INSCRIÇÃO</div> <div>06.554.174/0001-82</div> <div>MATRIZ</div>	<div>COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO E DE SITUAÇÃO</div> <div>CADASTRAL</div>	<div>DATA DE ABERTURA</div> <div>27/12/1974</div>
<div>NOME EMPRESARIAL</div> <div>MUNICÍPIO DE ESPERANTINA</div>		
<div>TÍTULO DO ESTABELECIMENTO (NOME DE FANTASIA)</div> <div>PREFEITURA MUNICIPAL</div>	<div>PORTE</div> <div>DEMAIS</div>	
<div>CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE ECONÔMICA PRINCIPAL</div> <div>84.11-6-00 - Administração pública em geral</div>		
<div>CÓDIGO E DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS SECUNDÁRIAS</div> <div>Não informada</div>		
<div>CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA NATUREZA JURÍDICA</div> <div>124-4 - Município</div>		
<div>LOGRADOURO</div> <div>R VER RAMOS</div>	<div>NÚMERO</div> <div>746</div>	<div>COMPLEMENTO</div> <div>*****</div>
<div>CEP</div> <div>64.180-000</div>	<div>BAIRRO/DISTRITO</div> <div>CENTRO</div>	<div>MUNICÍPIO</div> <div>ESPERANTINA</div>
<div>UF</div> <div>PI</div>		
<div>ENDEREÇO ELETRÔNICO</div>	<div>TELEFONE</div>	
<div>ENTE FEDERATIVO RESPONSÁVEL (EFR)</div> <div>MUNICÍPIO DE ESPERANTINA</div>		
<div>SITUAÇÃO CADASTRAL</div> <div>ATIVA</div>	<div>DATA DA SITUAÇÃO CADASTRAL</div> <div>24/09/2005</div>	
<div>MOTIVO DE SITUAÇÃO CADASTRAL</div>		
<div>SITUAÇÃO ESPECIAL</div> <div>*****</div>	<div>DATA DA SITUAÇÃO ESPECIAL</div> <div>*****</div>	

Aprovado pela Instrução Normativa RFB nº 1.863, de 27 de dezembro de 2018.

Emitido no dia 27/06/2023 às 11:27:17 (data e hora de Brasília).

Página: 1/1



[Voltar](#)[Imprimir](#)

## Certificado de Regularidade do FGTS - CRF

**Inscrição:** 06.554.174/0001-82  
**Razão Social:** PREF MUNIC ESPERANTINA  
**Endereço:** RUA VEREADOR RAMOS 746 / CENTRO / ESPERANTINA / PI / 64180-000

A Caixa Econômica Federal, no uso da atribuição que lhe confere o Art. 7, da Lei 8.036, de 11 de maio de 1990, certifica que, nesta data, a empresa acima identificada encontra-se em situação regular perante o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS.

O presente Certificado não servirá de prova contra cobrança de quaisquer débitos referentes a contribuições e/ou encargos devidos, decorrentes das obrigações com o FGTS.

**Validade:** 27/06/2023 a 26/07/2023

**Certificação Número:** 2023062707241415641105

Informação obtida em 28/06/2023 11:12:44

A utilização deste Certificado para os fins previstos em Lei esta condicionada a verificação de autenticidade no site da Caixa:  
**[www.caixa.gov.br](http://www.caixa.gov.br)**



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

[a-crf.caixa.gov.br/consultacrf/pages/consultaEmpregador.jsf](http://a-crf.caixa.gov.br/consultacrf/pages/consultaEmpregador.jsf)  
<https://mforeg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/68235cd3-a142-4cd6-8313-c0dcaf537896>

68235cd3-a142-4cd6-8313-c0dcaf537896





**MINISTÉRIO DA FAZENDA**  
**Secretaria da Receita Federal do Brasil**  
**Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional**

**CERTIDÃO POSITIVA COM EFEITOS DE NEGATIVA DE DÉBITOS RELATIVOS AOS TRIBUTOS  
FEDERAIS E À DÍVIDA ATIVA DA UNIÃO**

**Nome: MUNICIPIO DE ESPERANTINA**  
**CNPJ: 06.554.174/0001-82**

Ressalvado o direito de a Fazenda Nacional cobrar e inscrever quaisquer dívidas de responsabilidade do sujeito passivo acima identificado que vierem a ser apuradas, é certificado que:

1. constam débitos administrados pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) com exigibilidade suspensa nos termos do art. 151 da Lei nº 5.172, de 25 de outubro de 1966 - Código Tributário Nacional (CTN), ou objeto de decisão judicial que determina sua desconsideração para fins de certificação da regularidade fiscal, ou ainda não vencidos; e
2. constam nos sistemas da Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN) débitos inscritos em Dívida Ativa da União (DAU) com exigibilidade suspensa nos termos do art. 151 do CTN, ou garantidos mediante bens ou direitos, ou com embargos da Fazenda Pública em processos de execução fiscal, ou objeto de decisão judicial que determina sua desconsideração para fins de certificação da regularidade fiscal.

Conforme disposto nos arts. 205 e 206 do CTN, este documento tem os mesmos efeitos da certidão negativa.

Esta certidão é válida para o estabelecimento matriz e suas filiais e, no caso de ente federativo, para todos os órgãos e fundos públicos da administração direta a ele vinculados. Refere-se à situação do sujeito passivo no âmbito da RFB e da PGFN e abrange inclusive as contribuições sociais previstas nas alíneas 'a' a 'd' do parágrafo único do art. 11 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991.

A aceitação desta certidão está condicionada à verificação de sua autenticidade na Internet, nos endereços <<http://rfb.gov.br>> ou <<http://www.pgfn.gov.br>>.

Certidão emitida gratuitamente com base na Portaria Conjunta RFB/PGFN nº 1.751, de 2/10/2014.  
Emitida às 22:35:42 do dia 09/04/2023 <hora e data de Brasília>.

Válida até 06/10/2023.

Código de controle da certidão: **DB8E.6694.3EE7.7FD3**

Qualquer rasura ou emenda invalidará este documento.



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/68235cd3-a142-4cd6-8313-c0dcaf537896>

68235cd3-a142-4cd6-8313-c0dcaf537896



PODER JUDICIÁRIO  
JUSTIÇA DO TRABALHO

## CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS TRABALHISTAS

Nome: MUNICIPIO DE ESPERANTINA (MATRIZ E FILIAIS)

CNPJ: 06.554.174/0001-82

Certidão nº: 30594158/2023

Expedição: 28/06/2023, às 11:27:52

Validade: 25/12/2023 - 180 (cento e oitenta) dias, contados da data de sua expedição.

Certifica-se que **MUNICIPIO DE ESPERANTINA (MATRIZ E FILIAIS)**, inscrito(a) no CNPJ sob o nº **06.554.174/0001-82**, **NÃO CONSTA** como inadimplente no Banco Nacional de Devedores Trabalhistas.

Certidão emitida com base nos arts. 642-A e 883-A da Consolidação das Leis do Trabalho, acrescentados pelas Leis ns.º 12.440/2011 e 13.467/2017, e no Ato 01/2022 da CGJT, de 21 de janeiro de 2022. Os dados constantes desta Certidão são de responsabilidade dos Tribunais do Trabalho.

No caso de pessoa jurídica, a Certidão atesta a empresa em relação a todos os seus estabelecimentos, agências ou filiais.

A aceitação desta certidão condiciona-se à verificação de sua autenticidade no portal do Tribunal Superior do Trabalho na Internet (<http://www.tst.jus.br>).

Certidão emitida gratuitamente.

### INFORMAÇÃO IMPORTANTE

Do Banco Nacional de Devedores Trabalhistas constam os dados necessários à identificação das pessoas naturais e jurídicas inadimplentes perante a Justiça do Trabalho quanto às obrigações estabelecidas em sentença condenatória transitada em julgado ou em acordos judiciais trabalhistas, inclusive no concernente aos recolhimentos previdenciários, a honorários, a custas, a emolumentos ou a recolhimentos determinados em lei; ou decorrentes de execução de acordos firmados perante o Ministério Público do Trabalho, Comissão de Conciliação Prévia ou demais títulos que, por disposição legal, contiver força executiva.

68235cd3-a142-4cd6-8313-c0dcaf537896



Dúvidas e sugestões: [cnadt@tst.jus.br](mailto:cnadt@tst.jus.br)

Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/68235cd3-a142-4cd6-8313-c0dcaf537896>



## **CERTIDÃO POSITIVA COM EFEITO DE NEGATIVA DE DÉBITOS DE RECEITAS ADMINISTRADAS PELA ANATEL**

**Nome:**           **PREFEITURA MUNICIPAL DE ESPERANTINA**

**CNPJ:**           **06.554.174/0001-82**

Ressalvado o direito de a AGÊNCIA NACIONAL DE TELECOMUNICAÇÕES – Anatel inscrever e cobrar as dívidas que venham a ser apuradas, certifico, para os fins de direito, que, mandado rever os registros da Anatel, verificou-se a EXISTÊNCIA de débito(s) com recurso com efeito suspensivo e/ou judicial, e/ou parcelados.

Esta certidão refere-se exclusivamente à situação do contribuinte no âmbito desta agência, não constituindo, por conseguinte, prova de inexistência de débitos inscritos em Dívida Ativa da União, administrados pela Procuradoria Geral da Fazenda Nacional.

Emitida às 11:13:51 do dia 28/06/2023 (hora e data de Brasília).

Válida até 28/07/2023.

Certidão expedida gratuitamente.



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/68235cd3-a142-4cd6-8313-c0dcaf537896>

68235cd3-a142-4cd6-8313-c0dcaf537896



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/68235cd3-a142-4cd6-8313-c0dcaf537896>

68235cd3-a142-4cd6-8313-c0dcaf537896





GOVERNO DO ESTADO DO PIAUÍ  
PROCURADORIA GERAL DO ESTADO

**CERTIDÃO QUANTO A DÍVIDA ATIVA DO ESTADO**

**nº 230606554174000182**

(Emitida em atenção ao que dispõe a Instrução Normativa PGE/PI nº 01º2015)

<b>IDENTIFICAÇÃO DO(A) REQUERENTE</b>
INSCRIÇÃO ESTADUAL
*****
CNPJ/CPF
<b>06.554.174/0001-82</b>
NOME/RAZÃO SOCIAL
*****
Ressalvado o direito da Procuradoria Geral do Estado de inscrever e cobrar dívidas que venham a ser apuradas, certifico para os devidos fins, a requerimento do(a) interessado(a), que, revendo os registros da Seção de Dívida Ativa da Procuradoria Geral do Estado do Piauí, verifiquei nada existir em nome do(a) requerente acima identificado(a) até a presente data e horário, e, para constar, foi emitida a presente certidão.

Procuradoria Geral do Estado

Procuradoria Tributária

**EMITIDA VIA INTERNET EM 28/06/2023, ÀS 11:36:29**

**VÁLIDA ATÉ 26/09/2023**

**ESTE DOCUMENTO NÃO TERÁ VALIDADE ANTES DE SUA AUTENTICAÇÃO VIA INTERNET, NO SITE <http://webas.sefaz.pi.gov.br/certidaonft-web>**

Chave para Autenticação: D02C-089B-F680-461F-D32A-03F1-05EE-DC31



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/68235cd3-a142-4cd6-8313-c0dcaf537896>

68235cd3-a142-4cd6-8313-c0dcaf537896



GOVERNO DO ESTADO DO PIAUÍ  
SECRETARIA DA FAZENDA

CERTIDÃO DE SITUAÇÃO FISCAL E TRIBUTÁRIA

nº 2306280655417400018201

RAZÃO SOCIAL	
*****	
ENDEREÇO	BAIRRO OU DISTRITO
MUNICÍPIO	CEP
CPF/CNPJ (Nº)	INSCRIÇÃO ESTADUAL
06.554.174/0001-82	*****
Ressalvado o direito de a Fazenda Estadual cobrar e inscrever quaisquer dívidas de responsabilidade do sujeito passivo acima identificado que vierem a ser apuradas, certifica-se que o mesmo encontra-se em <b>SITUAÇÃO FISCAL REGULAR.</b>	

Certidão emitida com base na Portaria GSF nº 106/06, de 12 de abril de 2006.

Qualquer rasura ou emenda invalidará este documento.

Validade deste documento: 60 (sessenta) dias contados da data de sua emissão.

EMITIDA VIA INTERNET EM 28/06/2023, ÀS 11:30:19

VÁLIDA ATÉ 27/08/2023

**ESTE DOCUMENTO NÃO TERÁ VALIDADE ANTES DE SUA AUTENTICAÇÃO VIA INTERNET. NO SITE**  
**<http://webas.sefaz.pi.gov.br/certidaonft-web>**

Chave para Autenticação: 144D-611C-2914-9680-0B08-70BF-5A48-AC49



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/68235cd3-a142-4cd6-8313-c0dcaf537896>

68235cd3-a142-4cd6-8313-c0dcaf537896



Tudo

Download Canais

1 total de registros

1 - 50

50

Atualizar

Filtros

Apêso	Status	CHRG	Entidade	NumFolial	Carater	Finalidade	Servio	Num Servio	UF	Municio	Local Específico	Canal	Dec	Frequência	Classe	Categoria da Estação	Latitude	Longitude	ERP	HCI	Folial Geradora	Fase	
Ver Estações		TV-C (Apuramento Ato de RF)	06354114000182	06354114000182	PREFETURA MUNICIPAL DE ESPERANTEA	3000004233	P	Comercial	RTV	800	PI	Esperantea	8	-	183	8		3° 54' 0.00" S	42° 14' 0.00" W	3.16		1008007764	2



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

[el.gov.br/se/public/view/b/srd.php](http://el.gov.br/se/public/view/b/srd.php)

<https://el.gov.br/se/public/view/b/srd.php>  
<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/68235cd3-a142-4cd6-8313-c0dcaf537896>

68235cd3-a142-4cd6-8313-c0dcdf537896



BOA TARDE

Kelen Azevedo Cornelio

Sistemas Interativos

Menu Principal ▾

SIACCO »» Consultas Gerais »» **Consolidado Participação e Composição** | internet | tela | menu | ajuda

Dados da consulta	Consulta
-------------------	----------

Consulta Participação da Entidade nas Empresas

Tipo de Consulta:	CNPJ
CNPJ:	06.554.174/0001-82


Não foi encontrado dados com essa informação

Usuário: **kelen.mc - Kelen Azevedo Cornelio**      Data: **29/06/2023**      Hora: **15:27:05**



BOA TARDE  
Kelen Azevedo Cornelio

Sistemas Interativos

 Menu Principal ▾

SIACCO »» Consultas Gerais »» **Consolidado Participação e Composição** | internet | tela | menu | ajuda

Dados da consulta

Consulta

Consulta Participação da Entidade nas Empresas

Tipo de Consulta:	CPF
CPF:	420.980.923-34

Não foi encontrado dados com essa informação

Usuário: kelen.mc - Kelen Azevedo Cornelio

Data: 29/06/2023

Hora: 15:29:14



## CHECKLIST

**Análise Documental para Habilitação de Pessoas Jurídicas de Direito Público – Entes Federativos**  
**Serviço de Radiodifusão com Fins Exclusivamente Educativos**

Processo nº: 53900.012816/2016-74

Interessado: Município de Esperantina

CNPJ: 06.554.174/0001-82

Natureza Jurídica: Pessoa Jurídica de Direito Público - Ente Federativo

Localidade: **Esperantina/PI**

Serviço: Radiodifusão Sonora em Frequência Modulada, com finalidade exclusivamente educativa – FME.

Canal: 237E

Edital de Seleção Pública nº 88/2016

Data de publicação do Edital de Seleção Pública: 01/03/2016

Data de vencimento do prazo para a postagem ou protocolo das propostas

(ref. publicação do Edital 04/2022): (60 dias, contados de 02/02/2022) 04/04/2022

(ref. ofício de notificação 26260/2022): (60 dias, contados de 17/10/2022) 16/12/2022

Data do protocolo desta proposta: 23/11/2022 (53115.030698/2022-81)

Requerimento tempestivo? ☒ Sim ☐ NãoLocalidade em faixa de fronteira? ☐ Sim ☒ NãoEntidade possui outorga para executar o mesmo tipo de serviço pretendido na localidade objeto da concessão ou permissão? ☐ Sim ☒ NãoEntidade concorre como filial? ☐ Sim ☒ Não

LISTA DE DOCUMENTOS NECESSÁRIOS À HABILITAÇÃO DE ENTES FEDERATIVOS	OBSERVAÇÕES
<b>DOCUMENTOS DA PESSOA JURÍDICA</b>	
<p>a) requerimento de outorga, corretamente preenchido e assinado em todas as páginas, com as seguintes declarações:</p> <p>(a) a entidade possui recursos financeiros para o empreendimento pleiteado;</p> <p>(b) caso venha a ser contemplada com a outorga, a entidade não excederá os limites fixados no art. 12 do Decreto-Lei nº 236, de 28 de fevereiro de 1967;</p> <p>(c) nenhum dos sócios ou dirigentes participa do quadro societário ou diretivo de outras pessoas jurídicas executantes do mesmo tipo de serviço de radiodifusão na localidade em que a concessão ou a permissão é pretendida, nem de outras pessoas jurídicas executantes de serviço de radiodifusão em municípios diversos, em excesso aos limites estabelecidos no art. 12 do Decreto-Lei nº 236, de 28 de fevereiro de 1967;</p> <p>(d) a entidade não possui autorização para executar o mesmo tipo de serviço na localidade objeto da concessão/permissão;</p> <p>(e) nenhum dos dirigentes da entidade está no exercício de mandato eletivo que lhe assegure imunidade parlamentar ou de cargos ou funções dos quais decorra foro especial;</p> <p>(f) a pessoa jurídica não está impedida de transacionar com a administração pública federal, direta ou indireta;</p> <p>(g) a pessoa jurídica cumpre o disposto no art. 7º, <b>caput</b>, inciso XXXIII, da Constituição;</p> <p>(h) a pessoa jurídica não executa serviços de radiodifusão sem outorga;</p> <p>(i) a pessoa jurídica autoriza o MCTIC a processar o assentimento prévio junto ao órgão competente, se a localidade referida no edital estiver situada na faixa de fronteira;</p> <p>(j) a pessoa jurídica está ciente do disposto no edital, dos seus anexos e das demais informações pertinentes;</p> <p>(k) nenhum dos dirigentes e sócios da mantenedora ou da mantida foi condenado em decisão transitada em julgado ou proferida por órgão judicial colegiado, pela prática dos ilícitos previstos nos art. 1º, <b>caput</b>, inciso I, alíneas “b”, “c”, “d”, “e”, “f”, “g”, “h”, “i”, “j”, “k”, “l”, “m”, “n”, “o”, “p” e “q” da Lei Complementar nº 64, de 18 de maio de 1990 da Lei;</p> <p>(l) a responsabilidade editorial e as atividades de seleção, direção e conteúdo da programação veiculada são privativas de brasileiros natos ou naturalizados há mais de dez anos, nos termos dos §§1º e 2º do art. 222 da Constituição Federal; e</p> <p>(m) caso seja outorgada, a entidade se compromete a observar e cumprir, na produção de conteúdo e na sua programação, a finalidade exclusivamente educativa do serviço, notadamente quanto aos princípios e disposições do art. 221 da Constituição Federal, do art. 38, d, da Lei nº 4.117, de 27 de agosto de 1962, do art. 13, e seu parágrafo único, do Decreto-Lei nº 236, de 28 de fevereiro de 1967, do art. 28, itens 11 e 12, do Regulamento de Serviços de Radiodifusão, aprovado pelo Decreto nº 52.795, de 31 de outubro de 1963, da Portaria Interministerial nº 651, de 15 de abril de 1999, e da Portaria que estabelece as regras e os critérios em relação aos serviços de radiodifusão com fins exclusivamente educativos.</p>	<p>A) Requerimento enviado Nº SEI 10534221 (pag 3-5)</p>
b) ato de nomeação ou eleição dos dirigentes, devidamente formalizado, ou registrado em Cartório, quando for o caso;	<p>B) Nº SEI 10534221 (pag 7-8)</p>



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/68235cd3-a142-4cd6-8313-c0dcaf537896>

68235cd3-a142-4cd6-8313-c0dcaf537896

LISTA DE DOCUMENTOS NECESSÁRIOS À HABILITAÇÃO DE ENTES FEDERATIVOS	OBSERVAÇÕES
c) CNPJ da matriz da fundação e, <b>se for</b> o caso, da filial;	C) Nº SEI 10986650 (pag 1)
d) prova de regularidade relativa à Seguridade Social e ao Fundo de Garantia do Tempo de Serviço – FGTS;	D) Nº SEI 10986650 (pag 2)
e) prova de regularidade do recolhimento dos recursos do Fistel, se já for executante do serviço de radiodifusão;	E) Nº SEI 10986650 (pag 5-6)
f) certidão conjunta negativa de débitos relativa aos tributos federais e à dívida ativa da União, expedida pela Receita Federal;	F) Nº SEI 10986650 (pag 3)
g) prova de regularidade para com a Fazenda Estadual/Distrital do local de <b>sede</b> ;	G) Nº SEI 10986650 (pag 7)
h) prova de regularidade para com a Fazenda Municipal do local de <b>sede</b> ;	H) Nº SEI 10986650 (pag 8)
i) prova da inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, por meio da apresentação de certidão negativa, nos termos do disposto no Título VII-A do Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943 - Consolidação das Leis do Trabalho; e	I) Nº SEI 10986650 (pag 4)
j) certidão simplificada ou documento equivalente, emitida pelo órgão de registro competente em que estiverem arquivados os atos constitutivos da pessoa jurídica.	J) Nº SEI 10534221 (pag 13-15)
<b>Além dos documentos acima, as Fundações Públicas e Instituições de Educação Superior Públicas ainda devem apresentar:</b> (a) ato constitutivo, Estatuto Social ou Regimento em vigor e suas alterações, ou sua consolidação, devidamente formalizado e aprovado pelo Ministério Público, ou registrado em cartório, se for o caso; e (b) Balanço patrimonial vigente. As entidades optantes do Sistema Público de Escrituração Digital - SPED estão dispensadas de apresentar a assinatura por profissional habilitado e pelo representante legal da entidade, com comprovante de que está registrado na junta comercial ou no cartório. O balanço também deve conter (em razão da vigência da Portaria de Consolidação SECOE/MCOM nº 2 de 1º de junho de 2023 as seguintes informações especificadas: valor do ativo circulante, valor do ativo realizável a longo prazo, valor do passivo circulante, valor do passivo exigível a longo prazo e valor dos ativos totais . Cumpre observar que, na ausência de disposição estatutária em contrário, consideram-se vigentes os balanços patrimoniais apresentados até o dia 30 de junho do ano seguinte à entrega da escrituração contábil para registro público.	a) Diploma de posse enviado registrado em Cartório Nº SEI 10534221(13-15) b) Balanço patrimonial Nº SEI 10534221 (21-30) LG=1,01 > 1 LC=10,72 > 1 SG=1,38 > 1
<b>DOCUMENTOS DOS DIRIGENTES</b>	
a) prova da condição de brasileiro nato ou naturalizado há mais de dez anos por meio de um dos seguintes documentos: certidão de nascimento, casamento, certificado de reservista, cédula de identidade, certificado de naturalização expedido há mais de dez anos, carteira profissional, carteira de trabalho e previdência social ou passaporte.	Nº SEI 10534221(9-10)



Documento assinado eletronicamente por **Brenda Silva Pequeno Ibiapina, Analista Técnico-Administrativo**, em 07/07/2023, às 09:27 (horário oficial de Brasília), com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://sei.mcom.gov.br/sei/verifica>, informando o código verificador **10985520** e o código CRC **0EFF8422**.



**MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES**

Secretaria de Comunicação Social Eletrônica

Departamento de Radiodifusão Pública, Comunitária e Estatal

Coordenação-Geral de Assuntos Jurídicos de Radiodifusão Pública, Comunitária e Estatal

Coordenação de Outorga de Radiodifusão Pública, Comunitária e Estatal

**NOTA TÉCNICA Nº 9743/2023/SEI-MCOM**Referência: **Processo nº 53900.027556/2016-31 apenso/relacionado ao Processo nº 53900.012816/2016-74.**Assunto: **Análise Inicial de proposta de pessoa jurídica de direito público (Ente Federativo) com vistas à obtenção de outorga de Serviço de Radiodifusão com fins exclusivamente educativos - Proposta Habilitada e Pleito Deferido.****SUMÁRIO EXECUTIVO**

1.

EDITAL Nº: 88/2016	Data de publicação: 01/03/2016
Interessado: Município de Esperantina	CNPJ: 06.554.174/0001-82
Município/UF: <b>Esperantina/PI</b>	Serviço: FME
Data de vencimento do prazo para o protocolo para apresentação dos documentos: Ref. publicação do Edital 04/2022): (60 dias, contados de 02/02/2022) 04/04/2022. Ref. ofício de notificação 26260/2022): (60 dias, contados de 17/10/2022) 16/12/2022	
Data de postagem dos documentos: 23/11/2022	Canal: 237E
Requerimento tempestivo?	(X) sim ( ) não

**ANÁLISE**

2. De início, registra-se que, em razão do posicionamento da Consultoria Jurídica (CONJUR), no que se refere à aplicabilidade do art. 51 e parágrafo único da Portaria nº 3.238/2018 (revogada/substituída pela Portaria de Consolidação GM/MCOM nº 1, de 1º de junho de 2023, publicada no Diário Oficial da União de 5 de junho de 2023), nos processos de seleção anteriormente regidos pela Portaria nº 4.335/2015, a proponente foi comunicada para, no prazo de 60 (sessenta) dias, apresentar recurso e/ou documentação complementar, sob pena de indeferimento do pedido, conforme a NOTA TÉCNICA Nº 15296/2022 10458441, encaminhada por meio do Ofício nº 26260/2022 (N. SEI 10458513), enviado em 17/10/2022.

3. A proponente, em resposta ao já citado ofício, protocolizou tempestivamente o processo nº 53115.030698/2022-81, em 23/11/2022. Apresentou ainda um protocolo tempestivo (Ref. publicação do Edital 04/2022) datado de 22/03/2022 (53115.007099/2022-63), que repete outros documentos já constantes dos autos.

4. Posto isso, visando o prosseguimento do feito, procedeu-se à conferência e análise da documentação apresentada pela proponente, em consonância com o disposto na Portaria nº 3238/2018, conforme Checklist anexo (N. SEI 10985520).

5. Concluída a análise, verificou-se que a proposta atende às exigências estabelecidas pela Portaria nº 3238/2018 (revogada/substituída pela Portaria de Consolidação GM/MCOM nº 1, de 1º de junho de 2023, publicada no Diário Oficial da União de 5 de junho de 2023), bem como pelo correspondente Edital de Seleção Pública.

6. Ressalta-se que a entidade interessada não possui outorga para executar o mesmo tipo de serviço pretendido na localidade objeto da permissão, bem como não excede os limites fixados no art. 12 do Decreto-Lei nº 236, de 28 de fevereiro de 1967.

7. Informa-se, por fim, que no tocante aos dirigentes, estão sendo devidamente respeitados os limites do referido Decreto, conforme Anexo (N. SEI 10986650).

**CONCLUSÃO**

8. Diante do exposto, conforme apresentado nos itens acima, opinamos:

- pelo deferimento do pleito;
- pelo registro dessa informação na Nota Técnica relativa ao resultado obtido no processo de seleção em questão;
- pelo registro desta informação no Edital de Resultado Final o qual deverá ser publicado no Diário Oficial da União, e;
- pelo encaminhamento de cópia desta Nota Técnica à interessada, com vistas à comunicação do resultado da análise da proposta apresentada.

À consideração superior.



Documento assinado eletronicamente por **Brenda Silva Pequeno Ibiapina, Analista Técnico-Administrativo**, em 04/07/2023, às 09:16 (horário oficial de Brasília), com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Vilma de Fatima Alvarenga Fanis, Coordenadora de Outorga de Radiodifusão Pública, Comunitária e Estatal**, em 04/07/2023, às 09:35 (horário oficial de Brasília), com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Alexandre Miranda Freire de Oliveira Barros, Coordenador-Geral de Assuntos Jurídicos de Radiodifusão Pública, Comunitária e Estatal**, em 04/07/2023, às 12:13 (horário oficial de Brasília), com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/68235cd3-a142-4cd6-8313-c0dcaf537896>

68235cd3-a142-4cd6-8313-c0dcaf537896





A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://sei.mcom.gov.br/sei/verifica>, informando o código verificador **10986051** e o código CRC **619BDFB5**.

---

#### Minutas e Anexos

Checklist (N. SEI 10985520)

---

Referência: Processo nº 53900.027556/2016-31

Documento nº 10986051

68235cd3-a142-4cd6-8313-c0dcaf537896



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/68235cd3-a142-4cd6-8313-c0dcaf537896>



## MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES

Secretaria de Comunicação Social Eletrônica  
Departamento de Radiodifusão Pública, Comunitária e Estatal  
Coordenação-Geral de Assuntos Jurídicos de Radiodifusão Pública, Comunitária e Estatal  
Coordenação de Outorga de Radiodifusão Pública, Comunitária e Estatal

### DESPACHO DE DECISÃO nº 1161 / 2023

A **DIRETORA DO DEPARTAMENTO DE RADIODIFUSÃO PÚBLICA, COMUNITÁRIA E ESTATAL** uso de suas atribuições, resolve acolher o disposto na Nota Técnica nº 9785/2023/SEI-MCOM (SEI nº 0986758), constante do processo nº 53900.012816/2016-74 (ao qual está relacionado este processo apenso nº 53900.027556/2016-31), de sorte a **DEFERIR** o pedido da **Prefeitura Municipal de Esperantina/PI**, para outorga do Serviço de Radiodifusão Sonora em Frequência Modulada, com fins exclusivamente educativos, na localidade de **Esperantina/PI**, tendo em vista o correto atendimento à exigência documental.



Documento assinado eletronicamente por **Daniela Naufel Schettino, Diretora do Departamento de Radiodifusão Pública, Comunitária e Estatal**, em 14/07/2023, às 17:42 (horário oficial de Brasília), com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://sei.mcom.gov.br/sei/verifica>, informando o código verificador **10989103** e o código CRC **00622EF5**.

Referência: Processo nº 53900.027556/2016-31

Documento nº 10989103



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/68235cd3-a142-4cd6-8313-c0dcaf537896>

68235cd3-a142-4cd6-8313-c0dcaf537896



**MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES**  
Secretaria de Comunicação Social Eletrônica  
Departamento de Radiodifusão Pública, Comunitária e Estatal  
Coordenação-Geral de Assuntos Jurídicos de Radiodifusão Pública, Comunitária e Estatal  
Coordenação de Outorga de Radiodifusão Pública, Comunitária e Estatal

OFÍCIO Nº 18197/2023/MCOM

Ao(À) Senhor(a)  
Representante Legal da PREFEITURA MUNICIPAL DE ESPERANTINA  
CNPJ: 06.554.174/0001-82

Assunto: **Processo de Seleção para outorga de Serviço de Radiodifusão Sonora em Frequência Modulada, com fins exclusivamente educativos, no município de ESPERANTINA/PI - Processo nº 53900.027556/2016-31, apenso/relacionado ao Processo nº 53900.012816/2016-74.**

Senhor(a) Representante Legal,

1. Cumprimentando-o(a) cordialmente, refiro-me ao processo em epígrafe para encaminhar cópia da **NOTA TÉCNICA Nº 9785/2023/SEI-MCOM** (N. SEI10986758), **NOTA TÉCNICA Nº 9743/2023/SEI-MCOM** (N. SEI10986051) e o **DESPACHO DE DECISÃO** (N. SEI 10989103), informando sobre decisões tomadas nos autos desse processo de seleção de outorga.
2. A esse respeito, fica estabelecido o prazo de 30 (trinta) dias, contado da data do recebimento deste ofício (o prazo será contado excluindo-se da contagem o dia do começo e incluindo-se o do vencimento, conforme art. 45 Capítulo VII, da Portaria 3.238/2018 (revogado/substituído pelo art. 166, Parte II, Livro I, Capítulo III, Título VII da Portaria de Consolidação GM/MCOM nº 1, de 1º de junho de 2023, publicada no Diário Oficial da União de 5 de junho de 2023), observado o disposto nos artigos 66 e 67 da Lei nº 9.784, de 29 de janeiro de 1999, e regulamentação própria do Sistema Eletrônico de Informações - SEI, no âmbito deste Ministério), para que essa entidade apresente recurso (caso discorde da decisão), fazendo constar, obrigatoriamente, referência aos números deste ofício e dos processos em referência.
6. Cabe ressaltar que, na comunicação de resposta, deverá constar o **número do respectivo processo, bem como deste ofício**, a fim de viabilizar o seu trâmite neste Ministério.
9. Destaque-se que, conforme normativo que rege o procedimento eletrônico nessa pasta (art. 17, da Portaria nº 3.399, de 5 de julho de 2018), o cadastro de usuário externo é obrigatório para qualquer pessoa física ou jurídica de Direito Público ou de Direito Privado que se relacione ou necessite se relacionar com o Ministério no que diz respeito à comunicação de atos processuais e, se a entidade não realiza seu cadastro, não pode participar da seleção.
12. Informamos ainda que já está disponível o Sistema de Protocolo Digital do MCom, sistema que possibilita encaminhar e receber documentos de forma eletrônica, acessível a partir do seguinte caminho: <https://www.gov.br/mcom/> >> Serviços >> Protocolo Digital do MCom. Para utilizá-lo é necessário ter cadastro no portal [gov.br](https://gov.br). Caso não possua o referido cadastro, é possível solicitá-lo no endereço <https://acesso.gov.br/>.

Atenciosamente,



Documento assinado eletronicamente por **Alexandre Miranda Freire de Oliveira Barros, Coordenador-Geral de Assuntos Jurídicos de Radiodifusão Pública, Comunitária e Estatal**, em 17/07/2023, às 12:22 (horário oficial de Brasília), com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://sei.mcom.gov.br/sei/verifica>, informando o código verificador **10987810** e o código CRC **D110AB36**.





**Data de Envio:**

18/07/2023 10:04:34

**De:**

MCOM/Coordenação de Outorga de Radiodifusão Pública, Comunitária e Estatal <sei@mcom.gov.br>

**Para:**

gmfp2@yahoo.com.br

ismar.vale@gmail.com

**Assunto:**

Envio de Correspondência Oficial - Ministério Das Comunicações

**Mensagem:**

Prezado(a), Senhor (a)

Ref: 53900.027556/2016-31

Segue em anexo, documentação referente a análise de processo no Ministério das Comunicações.

Atenciosamente,  
Secretaria de Radiodifusão  
Ministério das Comunicações

Mensagem automática, favor não responder.

O envio de respostas e/ou documentos complementares deverá ser feito exclusivamente via Peticionamento Eletrônico.

**Anexos:**

SEI\_MCOM - 10986758 - Nota Técnica.pdf

Oficio\_10987810.html

Nota\_Tecnica\_10986051.html

Despacho\_de\_Decisao\_10989103.html



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/68235cd3-a142-4cd6-8313-c0dcaf537896>

68235cd3-a142-4cd6-8313-c0dcaf537896



**MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES**  
Secretaria de Comunicação Social Eletrônica  
Departamento de Radiodifusão Pública, Comunitária e Estatal  
Coordenação-Geral de Assuntos Jurídicos de Radiodifusão Pública, Comunitária e Estatal  
Coordenação de Outorga de Radiodifusão Pública, Comunitária e Estatal

OFÍCIO Nº 28671/2023/MCOM

Ao(À) Senhor(a)  
Representante Legal da PREFEITURA MUNICIPAL DE ESPERANTINA  
CNPJ: 06.554.174/0001-82

**Assunto: Processo de Seleção para outorga de Serviço de Radiodifusão Sonora em Frequência Modulada, com fins exclusivamente educativos, no município de Esperantina/PI - Processo nº 53900.027556/2016-31, apenso/relacionado ao Processo nº 53900.012816/2016-74. Edital nº 88/2016.**

Senhor(a) Representante Legal,

1. Cumprimentando-o(a) cordialmente, refiro-me ao processo em epígrafe para encaminhar cópia da Nota Técnica nº 16637/2023/SEI-MCOM (SEI nº 11131403), informando sobre decisões tomadas nos autos desse processo de seleção de outorga.
2. A este respeito, informamos que o encaminhamento da Nota Técnica se faz necessário para ciência da medida tomada por este Ministério.

Atenciosamente,



Documento assinado eletronicamente por **Alexandre Miranda Freire de Oliveira Barros, Coordenador-Geral de Assuntos Jurídicos de Radiodifusão Pública, Comunitária e Estatal**, em 09/11/2023, às 10:33 (horário oficial de Brasília), com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://sei.mcom.gov.br/sei/verifica>, informando o código verificador **11131430** e o código CRC **04DFC517**.

Referência: Processo nº 53900.027556/2016-31

Documento nº 11131430



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/68235cd3-a142-4cd6-8313-c0dcaf537896>

68235cd3-a142-4cd6-8313-c0dcaf537896

**Data de Envio:**

13/11/2023 10:31:45

**De:**

MCOM/Coordenação de Outorga de Radiodifusão Pública, Comunitária e Estatal <sei@mcom.gov.br>

**Para:**

gmfp2@yahoo.com.br

ismar.vale@gmail.com

**Assunto:**

Envio de Correspondência Oficial - Ministério Das Comunicações

**Mensagem:**

Prezado(a), Senhor (a)

Ref: 53900.027556/2016-31

Segue em anexo, documentação referente a análise de processo no Ministério das Comunicações.

Atenciosamente,  
Secretaria de Radiodifusão  
Ministério das Comunicações

Mensagem automática, favor não responder.

O envio de respostas e/ou documentos complementares deverá ser feito exclusivamente via Peticionamento Eletrônico.

**Anexos:**

SEI\_MCOM - 11131403 - Nota Técnica.pdf

Oficio\_11131430.html



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/68235cd3-a142-4cd6-8313-c0dcaf537896>

68235cd3-a142-4cd6-8313-c0dcaf537896

**MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES**

Secretaria de Comunicação Social Eletrônica

Departamento de Radiodifusão Pública, Comunitária e Estatal

Coordenação-Geral de Assuntos Jurídicos de Radiodifusão Pública, Comunitária e Estatal

Coordenação de Outorga de Radiodifusão Pública, Comunitária e Estatal

**NOTA TÉCNICA Nº 9785/2023/SEI-MCOM**Referência: **Processo nº 53900.012816/2016-74 e apensos/relacionados.**

Assunto: **Outorga de Serviço de Radiodifusão com fins exclusivamente Educativos - Revisão de Ato (Edital de Seleção Pública nº 88/2016/SEI-MC, de 12 de fevereiro de 2016). Mudança de resultado. Ampla Defesa e Contraditório.**

**SUMÁRIO EXECUTIVO**

1. Trata-se de procedimento de seleção instaurado com vistas à outorga do Serviço de Radiodifusão Sonora em Frequência Modulada, com fins exclusivamente educativos, na localidade de **Esperantina/PI**, por meio do canal 237E, de acordo com o que estabelece o Edital de Seleção Pública nº 88/2016, de 12 de fevereiro de 2016, publicado no D.O.U. em 1º de março de 2016 e a Portaria nº 4.335/2015/SEI-MC, de 17 de setembro de 2015, publicada no D.O.U. de 21 de setembro de 2015 c/c a Portaria nº 3.238, de 20 de junho de 2018, publicada no D.O.U. de 21 de junho de 2018 (revogada/substituída pela Portaria de Consolidação GM/MCOM nº 1, de 1º de junho de 2023, publicada no Diário Oficial da União de 5 de junho de 2023).

**ANÁLISE**

2. Em virtude da publicação da Portaria nº 3.238, de 20 de junho de 2018 (revogada/substituída pela Portaria de Consolidação GM/MCOM nº 1, de 1º de junho de 2023, publicada no Diário Oficial da União de 5 de junho de 2023) que promoveu a alteração dos procedimentos nos processos de seleção iniciados durante a vigência da Portaria nº 4.335, de 17 de setembro de 2015, retornou para nova análise desta Coordenação, o processo em referência, acompanhado dos processos remanescentes (após desclassificações/desistências) a ele relacionados, relativo às propostas apresentadas por entidades interessadas na execução do Serviço de Radiodifusão, objeto da outorga em questão.

3. Segue um breve histórico do que ocorreu nesse processo: em 13/05/2016 foi publicado o Edital nº 206/2016/SEI-MC (N. SEI 1133430) com o resultado preliminar do processo seletivo em comento. Contudo em autos análogos a este, foi realizada consulta à Consultoria Jurídica (CONJUR), no sentido de compreender, em todos os aspectos, o posicionamento do duto órgão à questão da aplicação do art. 51 e parágrafo único da Portaria nº 3.238/2018. Nos pareceres daqueles autos (a exemplo de: Itabuna/BA - Parecer nº 01072/2019/CONJUR-MCTIC/CGU/AGU) ou no Parecer nº 917/2019/CONJUR-MCTIC/CGU/AGU dos presentes autos, a Consultoria Jurídica (CONJUR) entendeu que houve equívocos de análise e interpretação, razão pela qual foram tomadas medidas para o ajuste da presente seleção de modo a atender a interpretação da Consultoria Jurídica.

4. Assim, em cumprimento ao disposto em orientação da Consultoria Jurídica, todas as proponentes (com exceção da(s) desistente(s)/desclassificada(s), foram notificadas, de acordo com a **NOTA TÉCNICA Nº 15296/2022** (N. SEI 10458441), para, no prazo de 60 (sessenta) dias, havendo interesse, apresentarem recurso/documentação complementar, sob pena de indeferimento do pedido, antes da publicação do novo Edital de Resultado.

5. Esgotado referido prazo, foi analisada a documentação apresentada pela **Prefeitura Municipal de Esperantina (Processo nº 53900.027556/2016-31)** e deferido o pedido apresentado através da Nota Técnica nº 9743/2023/SEI-MCOM (Nº SEI 10986051).



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

[http://www.gov.br/sei/controlador.php?acao=documento\\_imprimir\\_web&acao\\_origem=arvore\\_visualizar&id\\_documento=11959990&infra...](http://www.gov.br/sei/controlador.php?acao=documento_imprimir_web&acao_origem=arvore_visualizar&id_documento=11959990&infra...)



6. As demais participantes não apresentaram recurso/documentação complementar relativa às propostas apresentadas, após a devida comunicação às interessadas.

7. Assim sendo, o resultado final obtido é o seguinte:

ENTIDADE	TIPO	PROCESSO	CLASSIFICAÇÃO	PROPOSTA	SITUAÇÃO
<b>PREFEITURA MUNICIPAL DE ESPERANTINA</b>	<b>Pessoa Jurídica de direito público</b>	<b>53900.027556/2016-31</b>	<b>1º Lugar</b>	<b>Habilitada</b>	<b>Entidade vencedora do procedimento de seleção conforme Nota Técnica nº 9743/2023.</b>
FUNDAÇÃO JOÃO MATIAS DE OLIVEIRA	Pessoa Jurídica de natureza privada (Com sede na localidade)	53900.027103/2016-13	2º Lugar	Indeferida	Não apresentou recurso/documentação, solicitada na Nota Técnica nº 15296/2022.
FUNDAÇÃO BRASIL ECOAR	Pessoa Jurídica de natureza privada	53900.025666/2016-69	3º Lugar	Indeferida	Não apresentou recurso/documentação, solicitada na Nota Técnica nº 15296/2022.
FUNDAÇÃO EDUCACIONAL MINAS GERAIS	Pessoa Jurídica de natureza privada.	53900.024050/2016-71	3º Lugar	Indeferida	Não apresentou recurso/documentação, solicitada na Nota Técnica nº 15296/2022.
FUNDAÇÃO CULTURAL OCTÁVIO MIRANDA	Pessoa Jurídica de natureza privada.	53900.028056/2016-17	3º Lugar	Indeferida	Não apresentou recurso/documentação, solicitada na Nota Técnica nº 15296/2022.
FUNDAÇÃO DINÂMICA EDUCATIVA E CULTURAL - FUNDEC	Pessoa Jurídica de natureza privada.	53900.025187/2016-42	3º Lugar	Indeferida	Não apresentou recurso/documentação, solicitada na Nota Técnica nº 15296/2022.
UNIVERSIDADE VALE DO RIO VERDE - UNINCOR	Pessoa Jurídica de natureza privada.	53900.026474/2016-70	3º Lugar	Indeferida	Não apresentou recurso/documentação, solicitada na Nota Técnica nº 15296/2022.
FUNDAÇÃO MAURIZIO VANINI	Pessoa Jurídica de natureza privada.	53900.028071/2016-65	3º Lugar	Indeferida	Não apresentou recurso/documentação, solicitada na Nota Técnica nº 15296/2022.
FUNDAÇÃO EDUCATIVA E CULTURAL VALE DO RIO DOCE - FUNEVALE	Pessoa Jurídica de natureza privada.	53900.027683/2016-31	3º Lugar	Indeferida	Não apresentou recurso/documentação, solicitada na Nota Técnica nº 15296/2022.
FUNDAÇÃO PROFESSOR LUÍS A SOUSA	Pessoa Jurídica de	53900.026203/2016-14	3º Lugar	Indeferida	Não apresentou recurso/documentação,



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

[https://www.sei.mcom.gov.br/sei/controlador.php?acao=documento\\_imprimir\\_web&acao\\_origem=arvore\\_visualizar&id\\_documento=11959990&infra...](https://www.sei.mcom.gov.br/sei/controlador.php?acao=documento_imprimir_web&acao_origem=arvore_visualizar&id_documento=11959990&infra...)

68235cd3-a142-4cd6-8313-c0dcaf537896

ENTIDADE	TIPO	PROCESSO	CLASSIFICAÇÃO	PROPOSTA	SITUAÇÃO
	natureza privada.				solicitada na Nota Técnica nº 15296/2022.
FUNDAÇÃO DO AVANÇO DA EDUCAÇÃO E CULTURA - FAEC	Pessoa Jurídica de natureza privada.	53900.023618/2016-36	3º Lugar	Indeferida	Não apresentou recurso/documentação, solicitada na Nota Técnica nº 15296/2022.
FUNDAÇÃO DE INCENTIVO À PESQUISA - FUNPESQ	Pessoa Jurídica de natureza privada	53900.026634/2016-81	3º Lugar	Indeferida	Não apresentou recurso/documentação, solicitada na Nota Técnica nº 15296/2022.

8. Dessa forma, a PREFEITURA MUNICIPAL DE ESPERANTINA, pessoa jurídica de direito público (Ente Federativo), será declarada vencedora do presente certame, fazendo jus, portanto, à outorga em questão. Ressalte-se que, no presente caso concreto, não cabe a anulação do Edital anterior (Edital nº 206/2016/SEI-MCTIC, de 12 de maio de 2016, publicado no D.O.U. de 13 de maio de 2016 (SEI nº 1133430), pois se tratava do Edital preliminar, anterior à Portaria nº 3.238/2018, não se tratava do Edital final de Resultado.

10. Contudo, em razão da atipicidade do certame, por cautela jurídica, e ainda considerando a mudança da tabela de classificação (mesmo não havendo mudança de resultado em relação ao Edital anterior), opina-se, antes do prosseguimento do processo com vistas à finalização do certame, pela comunicação do resultado obtido nesta seleção pública a todas as participantes, garantindo-lhes a **ampla defesa e contraditório**, concedendo-lhes novo prazo para que, se for o caso, apresentem recurso.

## CONCLUSÃO

12. Diante do exposto, opinamos pela comunicação das decisões explicitadas às participantes, encaminhando cópia da presente Nota Técnica, concedendo-lhes prazo de 30 (trinta) dias para que, havendo interesse, apresentem recurso.

À consideração superior.



Documento assinado eletronicamente por **Brenda Silva Pequeno Ibiapina, Analista Técnico-Administrativo**, em 04/07/2023, às 09:16 (horário oficial de Brasília), com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Vilma de Fatima Alvarenga Fanis, Coordenadora de Outorga de Radiodifusão Pública, Comunitária e Estatal**, em 04/07/2023, às 09:35 (horário oficial de Brasília), com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Alexandre Miranda Freire de Oliveira Barros, Coordenador-Geral de Assuntos Jurídicos de Radiodifusão Pública, Comunitária e Estatal**, em 04/07/2023, às 12:13 (horário oficial de Brasília), com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://super.mcom.gov.br/sei/verifica>, informando o código verificador **10986758** e o código CRC **77DB159F**.



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

[https://super.mcom.gov.br/sei/controlador.php?acao=documento\\_imprimir\\_web&acao\\_origem=arvore\\_visualizar&id\\_documento=11959990&infra...](https://super.mcom.gov.br/sei/controlador.php?acao=documento_imprimir_web&acao_origem=arvore_visualizar&id_documento=11959990&infra...)

68235cd3-a142-4cd6-8313-c0dcaf537896



68235cd3-a142-4cd6-8313-c0dc5f537896

**MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES**

Secretaria de Comunicação Social Eletrônica

Departamento de Radiodifusão Pública, Comunitária e Estatal

Coordenação-Geral de Assuntos Jurídicos de Radiodifusão Pública, Comunitária e Estatal

Coordenação de Outorga de Radiodifusão Pública, Comunitária e Estatal

**NOTA TÉCNICA Nº 16637/2023/SEI-MCOM**Referência: **Processo nº 53900.012816/2016-74 e apensos/relacionados.****Assunto: Outorga de Serviço de Radiodifusão com fins exclusivamente Educativos - Revisão de Ato (Edital de Seleção Pública nº 88/2016/SEI-MC, de 12 de fevereiro de 2016). Resultado Final de Processo de Seleção para Outorga - Objeto Adjudicado.****SUMÁRIO EXECUTIVO**

1. Trata-se de resultado final de processo de seleção instaurado com vistas à outorga do Serviço de Radiodifusão Sonora em Frequência Modulada, com fins exclusivamente educativos, na localidade de **Esperantina/PI**, por meio do canal 237E, de acordo com o que estabelece o Edital de Seleção Pública nº 88/2016, de 12 de fevereiro de 2016, publicado no D.O.U. em 1º de março de 2016 e a Portaria nº 4.335/2015/SEI-MC, de 17 de setembro de 2015, publicada no D.O.U. de 21 de setembro de 2015 c/c a Portaria nº 3.238, de 20 de junho de 2018, publicada no D.O.U. de 21 de junho de 2018 (revogada/substituída pela Portaria de Consolidação GM/MCOM nº 1, de 1º de junho de 2023, publicada no Diário Oficial da União de 5 de junho de 2023).

**ANÁLISE**

2. Conforme detalhadamente explicitado na Nota Técnica nº 15296/2022/SEI-MCOM (SEI nº 10458441), foi necessária a realização de notificações (por meio do Edital nº 04/2022 e de Ofício) e de novas análises, considerando a nova documentação apresentada com base na Portaria nº 3.238/2018 (revogada/substituída pela Portaria de Consolidação GM/MCOM nº 1, de 1º de junho de 2023, publicada no Diário Oficial da União de 5 de junho de 2023), deixando-se claro que a pena de não apresentação dos documentos seria o indeferimento do pedido.

3. Esgotado o prazo para resposta à notificação referente ao Edital nº 4/2022, somente apresentou a documentação solicitada o **Município de Esperantina - Prefeitura Municipal de Esperantina (Processo nº 53900.027556/2016-31)**, que após análise teve deferido seu pedido apresentado através da Nota Técnica nº 9743/2023/SEI-MCOM (SEI nº 10986051). As demais participantes não apresentaram documentação complementar relativa às propostas apresentadas, após a devida comunicação e foram indeferidas.

4. Além disso, em razão da atipicidade do certame, por cautela jurídica, e ainda considerando a mudança da tabela de classificação todas as participantes foram notificadas do resultado obtido nesta seleção pública, garantindo-lhes a ampla defesa e contraditório, conforme apresenta a Nota Técnica nº 9785/2023/SEI-MCOM (SEI nº 10986758).

5. Finalizado o prazo não houve apresentação de recurso pelas participantes.

6. Então, não mais havendo a mudança de resultado, cabe apenas publicar novo Edital que declara como vencedora do certame o **Município de Esperantina - Prefeitura Municipal de Esperantina**.



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

[com.gov.br/sei/controlador.php?acao=documento\\_imprimir\\_web&acao\\_origem=arvore\\_visualizar&id\\_documento=12114316&infra...](http://com.gov.br/sei/controlador.php?acao=documento_imprimir_web&acao_origem=arvore_visualizar&id_documento=12114316&infra...)



7. Cabe ressaltar que, em consulta ao MOSAICO (Sistema de Controle de Radiodifusão da Anatel - SEI nº 10986650), verificamos que a entidade não possui outorga(s) do serviço de radiodifusão com fins exclusivamente educativos e, na planilha de controle de Editais, não aparece como vencedora em outra(s) localidade(s).

## CONCLUSÃO

8. Diante do exposto, opinamos:

- a) pela declaração do resultado, indicando o MUNICÍPIO DE ESPERANTINA - PREFEITURA MUNICIPAL DE ESPERANTINA como vencedor do presente processo de seleção, homologando-se este procedimento, e adjudicando ao vencedor o seu objeto;
- b) pelo encaminhamento de cópia da presente Nota Técnica às proponentes;
- d) pelo arquivamento dos processos das demais entidades concorrentes, considerando a conclusão do procedimento de seleção, se for o caso.

À consideração superior.



Documento assinado eletronicamente por **Kelen Azevedo Cornelio, Analista Técnico-Administrativo**, em 28/09/2023, às 11:18 (horário oficial de Brasília), com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Vilma de Fatima Alvarenga Fanis, Coordenadora de Outorga de Radiodifusão Pública, Comunitária e Estatal**, em 28/09/2023, às 13:54 (horário oficial de Brasília), com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Alexandre Miranda Freire de Oliveira Barros, Coordenador-Geral de Assuntos Jurídicos de Radiodifusão Pública, Comunitária e Estatal**, em 29/09/2023, às 09:57 (horário oficial de Brasília), com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://super.mcom.gov.br/sei/verifica>, informando o código verificador **11131403** e o código CRC **6E33E231**.

## Minutas e Anexos

Minuta de Edital nº 11131402.

Referência: Processo nº 53900.012816/2016-74

Documento nº 11131403



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

[com.gov.br/sei/controlador.php?acao=documento\\_imprimir\\_web&acao\\_origem=arvore\\_visualizar&id\\_documento=12114316&infra...](https://super.mcom.gov.br/sei/controlador.php?acao=documento_imprimir_web&acao_origem=arvore_visualizar&id_documento=12114316&infra...)

**EDITAL Nº 91/2023/SEI-MCOM**

O **SECRETÁRIO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL ELETRÔNICA**, no uso de suas atribuições, considerando o disposto na Portaria nº 3.238, de 20 de junho de 2018, publicada no Diário Oficial da União de 21 de junho de 2018 (revogada/substituída pela Portaria de Consolidação GM/MCOM nº 1, de 1º de junho de 2023, publicada no Diário Oficial da União de 5 de junho de 2023), na Nota Técnica nº 9785/2023/SEI-MCOM e na Nota Técnica nº 16637/2023/SEI-MCOM, constantes do Processo nº 53900.012816/2016-74, resolve homologar o procedimento de seleção para outorga do serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, com fins exclusivamente educativos, na localidade de **Esperantina, Estado do Piauí**, por meio do canal 237E, referente ao Edital de Seleção Pública nº 88/2016/SEI-MC, de 12 de fevereiro de 2016, publicado no D.O.U. em 1º de março de 2016, e adjudicar seu objeto ao MUNICÍPIO DE ESPERANTINA/PI (PREFEITURA MUNICIPAL DE ESPERANTINA), CNPJ nº 06.554.174/0001-82, nos termos da legislação vigente, de acordo com o resultado final constante do Anexo deste Edital.

Caso, após a publicação da presente homologação, a entidade vencedora seja habilitada em várias seleções concomitantemente, em número que possa vir a exceder aos limites do art. 12 do Decreto-Lei nº 236, de 1967, será realizado sorteio público, em conformidade com o art. 21, §§ 2º a 4º, da Portaria nº 3.238, de 2018, a fim de obter localidades em número compatível com o limite de outorgas.

Encaminhem-se os processos das demais entidades concorrentes ao Setor de Arquivo, considerando a conclusão do procedimento de seleção.

**Wilson Diniz Wellisch**

Secretário de Comunicação Social Eletrônica

**ANEXO**

ENTIDADE	TIPO	PROCESSO	CLASSIFICAÇÃO	PROPOSTA	SITUAÇÃO (no que concerne à apresentação de documentação/recurso ref. às Notas Técnicas nº 15296 e 9785)
PREFEITURA MUNICIPAL DE ESPERANTINA	Pessoa Jurídica de direito público	53900.027556/2016-31	1º Lugar	Habilitada	<b>Entidade vencedora do procedimento de seleção.</b>
FUNDAÇÃO JOÃO MATIAS DE OLIVEIRA	Pessoa Jurídica de natureza privada (Com sede na localidade)	53900.027103/2016-13	2º Lugar	Indeferida	Não apresentou recurso/documentação.
FUNDAÇÃO BRASIL ECOAR	Pessoa Jurídica de natureza privada	53900.025666/2016-69	3º Lugar	Indeferida	Não apresentou recurso/documentação.
FUNDAÇÃO EDUCACIONAL MINAS GERAIS	Pessoa Jurídica de natureza privada.	53900.024050/2016-71	3º Lugar	Indeferida	Não apresentou recurso/documentação.
FUNDAÇÃO CULTURAL OCTÁVIO MIRANDA	Pessoa Jurídica de natureza privada.	53900.028056/2016-17	3º Lugar	Indeferida	Não apresentou recurso/documentação.
FUNDAÇÃO DINÂMICA EDUCATIVA E CULTURAL - FUNDEC	Pessoa Jurídica de natureza privada.	53900.025187/2016-42	3º Lugar	Indeferida	Não apresentou recurso/documentação.
UNIVERSIDADE VALE DO RIO VERDE - UNINCOR	Pessoa Jurídica de natureza privada.	53900.026474/2016-70	3º Lugar	Indeferida	Não apresentou recurso/documentação.
FUNDAÇÃO MAURIZIO VANINI	Pessoa Jurídica de natureza privada.	53900.028071/2016-65	3º Lugar	Indeferida	Não apresentou recurso/documentação.
FUNDAÇÃO EDUCATIVA E CULTURAL VALE DO RIO DOCE - FUNEVALE	Pessoa Jurídica de natureza privada.	53900.027683/2016-31	3º Lugar	Indeferida	Não apresentou recurso/documentação.
FUNDAÇÃO PROFESSOR LUÍS ARRUDA SOUSA	Pessoa Jurídica de natureza privada.	53900.026203/2016-14	3º Lugar	Indeferida	Não apresentou recurso/documentação.
FUNDAÇÃO DO AVANÇO DA EDUCAÇÃO E CULTURA - FAEC	Pessoa Jurídica de natureza privada.	53900.023618/2016-36	3º Lugar	Indeferida	Não apresentou recurso/documentação.
FUNDAÇÃO DE ENTIVO Á	Pessoa Jurídica de natureza privada	53900.026634/2016-81	3º Lugar	Indeferida	Não apresentou recurso/documentação.



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

[https://www.sei.mcom.gov.br/sei/controlador.php?acao=documento\\_imprimir\\_web&acao\\_origem=arvore\\_visualizar&id\\_documento=12146824&infra...](https://www.sei.mcom.gov.br/sei/controlador.php?acao=documento_imprimir_web&acao_origem=arvore_visualizar&id_documento=12146824&infra...)

68235cd3-a142-4cd6-8313-c0dcaf537896

16/11/2023, 14:29SEI/MCOM - 11161777 - Edital

ENTIDADE	TIPO	PROCESSO	CLASSIFICAÇÃO	PROPOSTA	SITUAÇÃO (no que concerne à apresentação de documentação/recurso ref. às Notas Técnicas nº 15296 e 9785)
PESQUISA - FUNPESQ					



Documento assinado eletronicamente por **Wilson Diniz Wellisch**, **Secretário de Comunicação Social Eletrônica**, em 07/11/2023, às 16:57 (horário oficial de Brasília), com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://super.mcom.gov.br/sei/verifica>, informando o código verificador **11161777** e o código CRC **C2717332**.

68235cd3-a142-4cd6-8313-c0dcaf537896



# DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO

Publicado em: 08/11/2023 | Edição: 212 | Seção: 3 | Página: 23

Órgão: Ministério das Comunicações/Secretaria de Comunicação Social Eletrônica

## EDITAL Nº 91/2023/SEI-MCOM

O SECRETÁRIO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL ELETRÔNICA, no uso de suas atribuições, considerando o disposto na Portaria nº 3.238, de 20 de junho de 2018, publicada no Diário Oficial da União de 21 de junho de 2018 (revogada/substituída pela Portaria de Consolidação GM/MCOM nº 1, de 1º de junho de 2023, publicada no Diário Oficial da União de 5 de junho de 2023), na Nota Técnica nº 9785/2023/SEI-MCOM e na Nota Técnica nº 16637/2023/SEI-MCOM, constantes do Processo nº 53900.012816/2016-74, resolve homologar o procedimento de seleção para outorga do serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, com fins exclusivamente educativos, na localidade de Esperantina, Estado do Piauí, por meio do canal 237E, referente ao Edital de Seleção Pública nº 88/2016/SEI-MC, de 12 de fevereiro de 2016, publicado no D.O.U. em 1º de março de 2016, e adjudicar seu objeto ao MUNICÍPIO DE ESPERANTINA/PI (PREFEITURA MUNICIPAL DE ESPERANTINA), CNPJ nº 06.554.174/0001-82, nos termos da legislação vigente, de acordo com o resultado final constante do Anexo deste Edital.

Caso, após a publicação da presente homologação, a entidade vencedora seja habilitada em várias seleções concomitantemente, em número que possa vir a exceder aos limites do art. 12 do Decreto-Lei nº 236, de 1967, será realizado sorteio público, em conformidade com o art. 21, §§ 2º a 4º, da Portaria nº 3.238, de 2018, a fim de obter localidades em número compatível com o limite de outorgas.

Encaminhem-se os processos das demais entidades concorrentes ao Setor de Arquivo, considerando a conclusão do procedimento de seleção.

WILSON DINIZ WELLISCH



### ANEXO

ENTIDADE	TIPO	PROCESSO	CLASSIFICAÇÃO	PROPOSTA	SITUAÇÃO (no que concerne à apresentação de documentação/recurso ref. às Notas Técnicas nº 15296 e 9785)
PREFEITURA MUNICIPAL DE ESPERANTINA	Pessoa Jurídica de direito público	53900.027556/2016-31	1º Lugar	Habilitada	Entidade vencedora do procedimento de seleção.
FUNDAÇÃO JOÃO MATIAS DE OLIVEIRA	Pessoa Jurídica de natureza privada (Com sede na localidade)	53900.027103/2016-13	2º Lugar	Indeferida	Não apresentou recurso/documentação.
FUNDAÇÃO BRASIL ECOAR	Pessoa Jurídica de natureza privada	53900.025666/2016-69	3º Lugar	Indeferida	Não apresentou recurso/documentação.
FUNDAÇÃO EDUCACIONAL MINAS GERAIS	Pessoa Jurídica de natureza privada.	53900.024050/2016-71	3º Lugar	Indeferida	Não apresentou recurso/documentação.
FUNDAÇÃO CULTURAL OCTÁVIO MIRANDA	Pessoa Jurídica de natureza privada.	53900.028056/2016-17	3º Lugar	Indeferida	Não apresentou recurso/documentação.





FUNDAÇÃO DINÂMICA EDUCATIVA E CULTURAL - FUNDEC	Pessoa Jurídica de natureza privada.	53900.025187/2016-42	3º Lugar	Indeferida	Não apresentou recurso/documentação.
UNIVERSIDADE VALE DO RIO VERDE - UNINCOR	Pessoa Jurídica de natureza privada.	53900.026474/2016-70	3º Lugar	Indeferida	Não apresentou recurso/documentação.
FUNDAÇÃO MAURÍZIO VANINI	Pessoa Jurídica de natureza privada.	53900.028071/2016-65	3º Lugar	Indeferida	Não apresentou recurso/documentação.
FUNDAÇÃO EDUCATIVA E CULTURAL VALE DO RIO DOCE - FUNEVALE	Pessoa Jurídica de natureza privada.	53900.027683/2016-31	3º Lugar	Indeferida	Não apresentou recurso/documentação.
FUNDAÇÃO PROFESSOR LUÍS ARRUDA SOUSA	Pessoa Jurídica de natureza privada.	53900.026203/2016-14	3º Lugar	Indeferida	Não apresentou recurso/documentação.
FUNDAÇÃO DO AVANÇO DA EDUCAÇÃO E CULTURA - FAEC	Pessoa Jurídica de natureza privada.	53900.023618/2016-36	3º Lugar	Indeferida	Não apresentou recurso/documentação.
FUNDAÇÃO DE INCENTIVO À PESQUISA - FUNPESQ	Pessoa Jurídica de natureza privada	53900.026634/2016-81	3º Lugar	Indeferida	Não apresentou recurso/documentação.

Este conteúdo não substitui o publicado na versão certificada.





PODER JUDICIÁRIO  
JUSTIÇA DO TRABALHO

## CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS TRABALHISTAS

Nome: MUNICIPIO DE ESPERANTINA (MATRIZ E FILIAIS)

CNPJ: 06.554.174/0001-82

Certidão nº: 64510314/2023

Expedição: 16/11/2023, às 11:40:53

Validade: 14/05/2024 - 180 (cento e oitenta) dias, contados da data de sua expedição.

Certifica-se que **MUNICIPIO DE ESPERANTINA (MATRIZ E FILIAIS)**, inscrito(a) no CNPJ sob o nº **06.554.174/0001-82**, **NÃO CONSTA** como inadimplente no Banco Nacional de Devedores Trabalhistas.

Certidão emitida com base nos arts. 642-A e 883-A da Consolidação das Leis do Trabalho, acrescentados pelas Leis ns.º 12.440/2011 e 13.467/2017, e no Ato 01/2022 da CGJT, de 21 de janeiro de 2022. Os dados constantes desta Certidão são de responsabilidade dos Tribunais do Trabalho.

No caso de pessoa jurídica, a Certidão atesta a empresa em relação a todos os seus estabelecimentos, agências ou filiais.

A aceitação desta certidão condiciona-se à verificação de sua autenticidade no portal do Tribunal Superior do Trabalho na Internet (<http://www.tst.jus.br>).

Certidão emitida gratuitamente.

### INFORMAÇÃO IMPORTANTE

Do Banco Nacional de Devedores Trabalhistas constam os dados necessários à identificação das pessoas naturais e jurídicas inadimplentes perante a Justiça do Trabalho quanto às obrigações estabelecidas em sentença condenatória transitada em julgado ou em acordos judiciais trabalhistas, inclusive no concernente aos recolhimentos previdenciários, a honorários, a custas, a emolumentos ou a recolhimentos determinados em lei; ou decorrentes de execução de acordos firmados perante o Ministério Público do Trabalho, Comissão de Conciliação Prévia ou demais títulos que, por disposição legal, contiver força executiva.

68235cd3-a142-4cd6-8313-c0dcaf537896



Dúvidas e sugestões: [cnadt@tst.jus.br](mailto:cnadt@tst.jus.br)

Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/68235cd3-a142-4cd6-8313-c0dcaf537896>



**MINISTÉRIO DA FAZENDA**  
**Secretaria da Receita Federal do Brasil**  
**Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional**

**CERTIDÃO POSITIVA COM EFEITOS DE NEGATIVA DE DÉBITOS RELATIVOS AOS TRIBUTOS  
FEDERAIS E À DÍVIDA ATIVA DA UNIÃO**

**Nome: MUNICIPIO DE ESPERANTINA**  
**CNPJ: 06.554.174/0001-82**

Ressalvado o direito de a Fazenda Nacional cobrar e inscrever quaisquer dívidas de responsabilidade do sujeito passivo acima identificado que vierem a ser apuradas, é certificado que:

1. constam débitos administrados pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) com exigibilidade suspensa nos termos do art. 151 da Lei nº 5.172, de 25 de outubro de 1966 - Código Tributário Nacional (CTN), ou objeto de decisão judicial que determina sua desconsideração para fins de certificação da regularidade fiscal, ou ainda não vencidos; e
2. constam nos sistemas da Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN) débitos inscritos em Dívida Ativa da União (DAU) com exigibilidade suspensa nos termos do art. 151 do CTN, ou garantidos mediante bens ou direitos, ou com embargos da Fazenda Pública em processos de execução fiscal, ou objeto de decisão judicial que determina sua desconsideração para fins de certificação da regularidade fiscal.

Conforme disposto nos arts. 205 e 206 do CTN, este documento tem os mesmos efeitos da certidão negativa.

Esta certidão é válida para o estabelecimento matriz e suas filiais e, no caso de ente federativo, para todos os órgãos e fundos públicos da administração direta a ele vinculados. Refere-se à situação do sujeito passivo no âmbito da RFB e da PGFN e abrange inclusive as contribuições sociais previstas nas alíneas 'a' a 'd' do parágrafo único do art. 11 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991.

A aceitação desta certidão está condicionada à verificação de sua autenticidade na Internet, nos endereços <<http://rfb.gov.br>> ou <<http://www.pgfn.gov.br>>.

Certidão emitida gratuitamente com base na Portaria Conjunta RFB/PGFN nº 1.751, de 2/10/2014.  
Emitida às 08:40:19 do dia 03/07/2023 <hora e data de Brasília>.

Válida até 30/12/2023.

Código de controle da certidão: **84C1.FF12.9A55.176A**

Qualquer rasura ou emenda invalidará este documento.



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/68235cd3-a142-4cd6-8313-c0dcaf537896>

68235cd3-a142-4cd6-8313-c0dcaf537896



## Solicitar Certidão

## SOLICITAR CERTIDÃO NEGATIVA



**Atenção** Já existe uma solicitação aprovada para este documento. Aguarde até 27/11/2023 para nova so

**Documento de Identificação:**

CNPJ

06.554.174/00



Solicitar



Limpar Campos



[Voltar](#)[Imprimir](#)

## Certificado de Regularidade do FGTS - CRF

**Inscrição:** 06.554.174/0001-82  
**Razão Social:** PREF MUNIC ESPERANTINA  
**Endereço:** RUA VEREADOR RAMOS 746 / CENTRO / ESPERANTINA / PI / 64180-000

A Caixa Econômica Federal, no uso da atribuição que lhe confere o Art. 7, da Lei 8.036, de 11 de maio de 1990, certifica que, nesta data, a empresa acima identificada encontra-se em situação regular perante o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS.

O presente Certificado não servirá de prova contra cobrança de quaisquer débitos referentes a contribuições e/ou encargos devidos, decorrentes das obrigações com o FGTS.

**Validade:** 07/11/2023 a 06/12/2023

**Certificação Número:** 2023110705025761378334

Informação obtida em 16/11/2023 11:41:27

A utilização deste Certificado para os fins previstos em Lei esta condicionada a verificação de autenticidade no site da Caixa:  
**[www.caixa.gov.br](http://www.caixa.gov.br)**



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

[a-cr.f.caixa.gov.br/consultacr/f/pages/consultaEmpregador.jsf](http://a-cr.f.caixa.gov.br/consultacr/f/pages/consultaEmpregador.jsf)

<http://a-cr.f.caixa.gov.br/consultacr/f/pages/consultaEmpregador.jsf>

68235cd3-a142-4cd6-8313-c0dcaf537896



Id solicitação: 57dbac5253b1e

## Informações da Entidade

Dados da Entidade	
Nome da Entidade:	
Nome Fantasia:	
Telefone: ()	E-mail:
CNPJ: 00.000.000/0000-00	Número do Fistel:
Tipo Usuário:	Tipo Taxa:
Data do contrato:	Serviço: 230 - Radiodifusão Sonora em Frequência Modulada
Carater: Primário	Local específico:
Rede:	Categoria da Estação: Principal
Val. RF: -	
Observações: RSVPNO CANAL RESERVADO PARA O PNO DE RADIODIFUSÃO EDUCATIVA. Ato nº 430, de 19/01/2012, publicado no DOU. de 23/01/2012.	

Endereço Sede		
Logradouro:	Complemento:	
Bairro:	Número:	
Município: -	UF:	CEP:

Endereço Correspondência		
Logradouro:	Complemento:	
Bairro:	Número:	
Município: -	UF:	CEP:

Endereço do Transmissor		
Logradouro:	Complemento:	
Bairro:	Número:	
Município: -	UF:	CEP:

Endereço do Estúdio Principal		
Logradouro:	Complemento:	
Bairro:	Número:	
Município: -	UF:	CEP:

Endereço do Estúdio Auxiliar		
Logradouro:	Complemento:	
Bairro:	Número:	
Município: -	UF:	CEP:

## Informações do Plano Básico

Localização	
Município: Esperantina	UF: PI

Parâmetros Técnicos			
Canal: 237	Frequência: 95.3 MHz	Classe: B1	ERP Máxima: -kW
HCI: m	Pareamento:	Decalagem:	Fase: 0

## Informações da Estação

23.12.11.28  
Assinado eletronicamente, após conferência com original.<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/68235cd3-a142-4cd6-8313-c0dcaf537896>

Informações Gerais											
Número da Estação:						Número Indicativo:					
Data Último Licenciamento:						Número da Licença:					
Estação Principal											
Localização											
Latitude: -				Longitude: -				Cota da base: 0 m			
Transmissor Principal											
Código Equipamento:						Modelo: Equipamento não encontrado					
Fabricante:						Potência de Operação: kW					
Linha de Transmissão Principal											
Modelo:						Fabricante:					
Comprimento da Linha: m		Atenuação: dB/100m		Perdas Acessórias: 0.5 dB		Impedância: ohms					
Antena Principal											
Modelo:						Fabricante:					
Ganho: dBd		Beam-Tilt: °		Orientação NV: °		Polarização:		HCI: m		ERP Máxima: 0 kW	
Padrão de Antena dBd											
0°: 0	5°: 0	10°: 0	15°: 0	20°: 0	25°: 0	30°: 0	35°: 0	40°: 0	45°: 0	50°: 0	55°: 0
60°: 0	65°: 0	70°: 0	75°: 0	80°: 0	85°: 0	90°: 0	95°: 0	100°: 0	105°: 0	110°: 0	115°: 0
120°: 0	125°: 0	130°: 0	135°: 0	140°: 0	145°: 0	150°: 0	155°: 0	160°: 0	165°: 0	170°: 0	175°: 0
180°: 0	185°: 0	190°: 0	195°: 0	200°: 0	205°: 0	210°: 0	215°: 0	220°: 0	225°: 0	230°: 0	235°: 0
240°: 0	245°: 0	250°: 0	255°: 0	260°: 0	265°: 0	270°: 0	275°: 0	280°: 0	285°: 0	290°: 0	295°: 0
300°: 0	305°: 0	310°: 0	315°: 0	320°: 0	325°: 0	330°: 0	335°: 0	340°: 0	345°: 0	350°: 0	355°: 0
Coordenadas por radial											
0°: Lat - Lon -	5°: Lat - Lon -	10°: Lat - Lon -	15°: Lat - Lon -	20°: Lat - Lon -	25°: Lat - Lon -	30°: Lat - Lon -	35°: Lat - Lon -	40°: Lat - Lon -	45°: Lat - Lon -	50°: Lat - Lon -	55°: Lat - Lon -
60°: Lat - Lon -	65°: Lat - Lon -	70°: Lat - Lon -	75°: Lat - Lon -	80°: Lat - Lon -	85°: Lat - Lon -	90°: Lat - Lon -	95°: Lat - Lon -	100°: Lat - Lon -	105°: Lat - Lon -	110°: Lat - Lon -	115°: Lat - Lon -
120°: Lat - Lon -	125°: Lat - Lon -	130°: Lat - Lon -	135°: Lat - Lon -	140°: Lat - Lon -	145°: Lat - Lon -	150°: Lat - Lon -	155°: Lat - Lon -	160°: Lat - Lon -	165°: Lat - Lon -	170°: Lat - Lon -	175°: Lat - Lon -
180°: Lat - Lon -	185°: Lat - Lon -	190°: Lat - Lon -	195°: Lat - Lon -	200°: Lat - Lon -	205°: Lat - Lon -	210°: Lat - Lon -	215°: Lat - Lon -	220°: Lat - Lon -	225°: Lat - Lon -	230°: Lat - Lon -	235°: Lat - Lon -
240°: Lat - Lon -	245°: Lat - Lon -	250°: Lat - Lon -	255°: Lat - Lon -	260°: Lat - Lon -	265°: Lat - Lon -	270°: Lat - Lon -	275°: Lat - Lon -	280°: Lat - Lon -	285°: Lat - Lon -	290°: Lat - Lon -	295°: Lat - Lon -
300°: Lat - Lon -	305°: Lat - Lon -	310°: Lat - Lon -	315°: Lat - Lon -	320°: Lat - Lon -	325°: Lat - Lon -	330°: Lat - Lon -	335°: Lat - Lon -	340°: Lat - Lon -	345°: Lat - Lon -	350°: Lat - Lon -	355°: Lat - Lon -
Distância por radial											
0°:	5°:	10°:	15°:	20°:	25°:	30°:	35°:	40°:	45°:	50°:	55°:
60°:	65°:	70°:	75°:	80°:	85°:	90°:	95°:	100°:	105°:	110°:	115°:
120°:	125°:	130°:	135°:	140°:	145°:	150°:	155°:	160°:	165°:	170°:	175°:
180°:	185°:	190°:	195°:	200°:	205°:	210°:	215°:	220°:	225°:	230°:	235°:
240°:	245°:	250°:	255°:	260°:	265°:	270°:	275°:	280°:	285°:	290°:	295°:
300°:	305°:	310°:	315°:	320°:	325°:	330°:	335°:	340°:	345°:	350°:	355°:
Estação Auxiliar											
Transmissor Auxiliar											
Código Equipamento:						Modelo: Equipamento não encontrado					
Fabricante:						Potência de Operação: kW					



Transmissor Auxiliar 2							
<b>Código Equipamento:</b>				<b>Modelo:</b> Equipamento não encontrado			
<b>Fabricante:</b>				<b>Potência de Operação:</b> kW			
Linha de Transmissão Auxiliar							
<b>Modelo:</b>				<b>Fabricante:</b>			
<b>Comprimento da Linha:</b> m	<b>Atenuação:</b> dB/100m			<b>Perdas Acessórias:</b> dB		<b>Impedância:</b> ohms	
Antena Auxiliar							
<b>Modelo:</b>				<b>Fabricante:</b>			
<b>Ganho:</b> dBd	<b>Beam-Tilt:</b> °	<b>Orientação NV:</b> °	<b>Polarização:</b>	<b>HCI:</b> m	<b>ERP Máxima:</b> 0 kW		
Informações do documento de Outorga							
Núm Processo	Núm Documento	Tipo Documento	Orgão	Data do docu	Data DOU	Razão do Doc	Natureza
Informações do documento de Aprovação de Locais							
Núm Processo	Núm Documento	Tipo Documento	Orgão	Data do docu	Data DOU	Razão do Doc	Natureza
Histórico de Documentos Emitidos							
Núm Processo	Núm Documento	Tipo Documento	Orgão	Data do docu	Data DOU	Razão do Doc	Natureza
Horário de funcionamento							





## CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS DE RECEITAS ADMINISTRADAS PELA ANATEL

**Nome:** PREFEITURA MUNICIPAL DE ESPERANTINA

**CNPJ:** 06.554.174/0001-82

Certificamos que não constam, até esta data, pendências em seu nome, relativas às receitas administradas pela Anatel, ressalvado o direito desta agência de cobrar quaisquer dívidas de responsabilidade do contribuinte acima que vierem a ser apuradas.

Esta certidão refere-se exclusivamente à situação do contribuinte no âmbito desta agência, não constituindo, por conseguinte, prova de inexistência de débitos inscritos em Dívida Ativa da União, administrados pela Procuradoria Geral da Fazenda Nacional.

Emitida às 09:52:33 do dia 16/11/2023 (hora e data de Brasília).

Válida até 16/12/2023.

Certidão expedida gratuitamente.



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/68235cd3-a142-4cd6-8313-c0dcaf537896>

68235cd3-a142-4cd6-8313-c0dcaf537896

Imprimir

Voltar



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/68235cd3-a142-4cd6-8313-c0dcaf537896>

68235cd3-a142-4cd6-8313-c0dcaf537896



Dados da consulta	Consulta
-------------------	----------

## Consulta Composição da Entidade...

<b>Tipo de Consulta:</b>	CNPJ
<b>CNPJ:</b>	06.554.174/0001-82

Não foi encontrado dados com essa informação

**Usuário: 02334471569 - Kelen Azevedo Cornélio****Data: 16/11/2023****Hora: 09:53:09**

Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/68235cd3-a142-4cd6-8313-c0dcaf537896>

68235cd3-a142-4cd6-8313-c0dcaf537896



BOM DIA  
Kelen Azevedo Cornélio

Sistemas  
Interativos

Menu Principal ▼

SIACCO »» Consultas Gerais »» **Consolidado Participação e Composição** | [menu](#) [ajuda](#)

Dados da consulta   Consulta

## Consulta Participação da Entidade nas Empresas

<b>Tipo de Consulta:</b>	CPF
<b>CPF:</b>	420.980.923-34

Não foi encontrado dados com essa informação

Usuário: 02334471569 - Kelen Azevedo Cornélio

Data: 16/11/2023

Hora: 09:53:58



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/68235cd3-a142-4cd6-8313-c0dcaf537896>

68235cd3-a142-4cd6-8313-c0dcaf537896

Canais de Radiomóveis

Todos

Download Canais

1 total de registros   1 - 50   50   Atualizar   Filtros																		
Ações	Status	CNPJ	Entidade	NumFiscal	Carater	Finalidade	Serviço	Num Serviço	UF	Município	Local Específico	Canal	Dec	Frequência	Classe	Categoria da Estação	Latitude	Long
		065541740001				(Todos)												
Ver Estações	TV-C3 (Canal Outorgado - Aguardando Licenciamento)	06554174000182	PREFEITURA MUNICIPAL DE ESPERANTINA	1900004233	P	Comercial	RTV	800	PE	Esperantina		8	-	183	B		7° 54' 0.00" S	42° 14'



68235cd3-a142-4cd6-8313-c0dcaf537896

## CHECKLIST

**Análise Documental para Habilitação de Pessoas Jurídicas de Direito Público – Entes Federativos**  
**Serviço de Radiodifusão com Fins Exclusivamente Educativos**

Processo nº: 53900.027556/2016-31

Interessado: MUNICÍPIO DE ESPERANTINA

CNPJ: 06.554.174/0001-82

Natureza Jurídica: Pessoa Jurídica de Direito Público - Ente Federativo

Localidade: **Esperantina/PI**

Serviço: Radiodifusão Sonora em Frequência Modulada, com finalidade exclusivamente educativa – FME.

Canal: 237E

Edital de Seleção Pública nº 88/2016

Data de publicação do Edital de Seleção Pública: 01/03/2016

Data de vencimento do prazo para a postagem ou protocolo das propostas

(ref. publicação do Edital 04/2022): (60 dias, contados de 02/02/2022) 04/04/2022

(ref. ofício de notificação 26260/2022): (60 dias, contados de 17/10/2022) 16/12/2022

Data do protocolo desta proposta: 23/11/2022 (53115.030698/2022-81)

Requerimento tempestivo? ☒ (x) Sim ☐ ( ) NãoLocalidade em faixa de fronteira? ☐ ( ) Sim ☒ (x) NãoEntidade possui outorga para executar o mesmo tipo de serviço pretendido na localidade objeto da concessão ou permissão? ☐ ( ) Sim ☒ (x) NãoEntidade concorre como filial? ☐ ( ) Sim ☒ (x) Não

LISTA DE DOCUMENTOS NECESSÁRIOS À HABILITAÇÃO DE ENTES FEDERATIVOS	OBSERVAÇÕES
<b>DOCUMENTOS DA PESSOA JURÍDICA</b>	
<p>a) requerimento de outorga, corretamente preenchido e assinado em todas as páginas, com as seguintes declarações:</p> <p>(a) a entidade possui recursos financeiros para o empreendimento pleiteado;</p> <p>(b) caso venha a ser contemplada com a outorga, a entidade não excederá os limites fixados no art. 12 do Decreto-Lei nº 236, de 28 de fevereiro de 1967;</p> <p>(c) nenhum dos sócios ou dirigentes participa do quadro societário ou diretivo de outras pessoas jurídicas executantes do mesmo tipo de serviço de radiodifusão na localidade em que a concessão ou a permissão é pretendida, nem de outras pessoas jurídicas executantes de serviço de radiodifusão em municípios diversos, em excesso aos limites estabelecidos no art. 12 do Decreto-Lei nº 236, de 28 de fevereiro de 1967;</p> <p>(d) a entidade não possui autorização para executar o mesmo tipo de serviço na localidade objeto da concessão/permissão;</p> <p>(e) nenhum dos dirigentes da entidade está no exercício de mandato eletivo que lhe assegure imunidade parlamentar ou de cargos ou funções dos quais decorra foro especial;</p> <p>(f) a pessoa jurídica não está impedida de transacionar com a administração pública federal, direta ou indireta;</p> <p>(g) a pessoa jurídica cumpre o disposto no art. 7º, <b>caput</b>, inciso XXXIII, da Constituição;</p> <p>(h) a pessoa jurídica não executa serviços de radiodifusão sem outorga;</p> <p>(i) a pessoa jurídica autoriza o MCTIC a processar o assentimento prévio junto ao órgão competente, se a localidade referida no edital estiver situada na faixa de fronteira;</p> <p>(j) a pessoa jurídica está ciente do disposto no edital, dos seus anexos e das demais informações pertinentes;</p> <p>(k) nenhum dos dirigentes e sócios da mantenedora ou da mantida foi condenado em decisão transitada em julgado ou proferida por órgão judicial colegiado, pela prática dos ilícitos previstos nos art. 1º, <b>caput</b>, inciso I, alíneas “b”, “c”, “d”, “e”, “f”, “g”, “h”, “i”, “j”, “k”, “l”, “m”, “n”, “o”, “p” e “q” da Lei Complementar nº 64, de 18 de maio de 1990 da Lei;</p> <p>(l) a responsabilidade editorial e as atividades de seleção, direção e conteúdo da programação veiculada são privativas de brasileiros natos ou naturalizados há mais de dez anos, nos termos dos §§1º e 2º do art. 222 da Constituição Federal; e</p> <p>(m) caso seja outorgada, a entidade se compromete a observar e cumprir, na produção de conteúdo e na sua programação, a finalidade exclusivamente educativa do serviço, notadamente quanto aos princípios e disposições do art. 221 da Constituição Federal, do art. 38, d, da Lei nº 4.117, de 27 de agosto de 1962, do art. 13, e seu parágrafo único, do Decreto-Lei nº 236, de 28 de fevereiro de 1967, do art. 28, itens 11 e 12, do Regulamento de Serviços de Radiodifusão, aprovado pelo Decreto nº 52.795, de 31 de outubro de 1963, da Portaria Interministerial nº 651, de 15 de abril de 1999, e da Portaria que estabelece as regras e os critérios em relação aos serviços de radiodifusão com fins exclusivamente educativos.</p>	<p>A) Requerimento enviado Nº SEI 10534221 (pag 3-5)</p>
b) ato de nomeação ou eleição dos dirigentes, devidamente formalizado, ou registrado em Cartório, quando for o caso;	<p>B) Nº SEI 10534221 (pag 7-8)</p>



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/68235cd3-a142-4cd6-8313-c0dcaf537896>

68235cd3-a142-4cd6-8313-c0dcaf537896

LISTA DE DOCUMENTOS NECESSÁRIOS À HABILITAÇÃO DE ENTES FEDERATIVOS		OBSERVAÇÕES
c) CNPJ da matriz da fundação e, <b>se for</b> o caso, da filial;		C) Nº SEI 10986650 (pag 1) Atualização (11218510)
d) prova de regularidade relativa à Seguridade Social e ao Fundo de Garantia do Tempo de Serviço – FGTS;		D) Nº SEI 10986650 (pag 2) Atualização (11218510) 06/12/23
e) prova de regularidade do recolhimento dos recursos do Fistel, se já for executante do serviço de radiodifusão;		E) Nº SEI 10986650 (pag 5-6) Atualização (11218510) 16/12/23
f) certidão conjunta negativa de débitos relativa aos tributos federais e à dívida ativa da União, expedida pela Receita Federal;		F) Nº SEI 10986650 (pag 3) Atualização (11218510) 30/12/23
g) prova de regularidade para com a Fazenda Estadual/Distrital do local de <b>sede</b> ;		G) Nº SEI 10986650 (pag 7) <b>Atualizar</b>
h) prova de regularidade para com a Fazenda Municipal do local de <b>sede</b> ;		H) Nº SEI 10986650 (pag 8) <b>Atualizar</b>
i) prova da inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, por meio da apresentação de certidão negativa, nos termos do disposto no Título VII-A do Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943 - Consolidação das Leis do Trabalho; e		I) Nº SEI 10986650 (pag 4) Atualização (11218510) 14/05/24
j) certidão simplificada ou documento equivalente, emitida pelo órgão de registro competente em que estiverem arquivados os atos constitutivos da pessoa jurídica.		J) Nº SEI 10534221 (pag 13-15)
<b>Além dos documentos acima, as Fundações Públicas e Instituições de Educação Superior Públicas ainda devem apresentar:</b> (a) ato constitutivo, Estatuto Social ou Regimento em vigor e suas alterações, ou sua consolidação, devidamente formalizado e aprovado pelo Ministério Público, ou registrado em cartório, se for o caso; e (b) Balanço patrimonial vigente. As entidades optantes do Sistema Público de Escrituração Digital - SPED estão dispensadas de apresentar a assinatura por profissional habilitado e pelo representante legal da entidade, com comprovante de que está registrado na junta comercial ou no cartório. O balanço também deve conter (em razão da vigência da Portaria de Consolidação SECOE/MCOM nº 2 de 1º de junho de 2023 as seguintes informações especificadas: valor do ativo circulante, valor do ativo realizável a longo prazo, valor do passivo circulante, valor do passivo exigível a longo prazo e valor dos ativos totais . Cumpre observar que, na ausência de disposição estatutária em contrário, consideram-se vigentes os balanços patrimoniais apresentados até o dia 30 de junho do ano seguinte à entrega da escrituração contábil para registro público.		a) Diploma de posse enviado registrado em Cartório Nº SEI 10534221(13-15) b) Balanço patrimonial Nº SEI 10534221 (21-30) LG=1,01 > 1 LC=10,72 > 1 SG=1,38 > 1
<b>DOCUMENTOS DOS DIRIGENTES</b>		
a) prova da condição de brasileiro nato ou naturalizado há mais de dez anos por meio de um dos seguintes documentos: certidão de nascimento, casamento, certificado de reservista, cédula de identidade, certificado de naturalização expedido há mais de dez anos, carteira profissional, carteira de trabalho e previdência social ou passaporte.		Nº SEI 10534221(9-10) Atualização ref. siacco/mosaico (11218510)



Documento assinado eletronicamente por **Kelen Azevedo Cornelio, Analista Técnico-Administrativo**, em 17/11/2023, às 08:37 (horário oficial de Brasília), com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/68235cd3-a142-4cd6-8313-c0dcaf537896>

68235cd3-a142-4cd6-8313-c0dcaf537896





A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://sei.mcom.gov.br/sei/verifica>, informando o código verificador **11218537** e o código CRC **42640F88**.

---

Referência: Processo nº 53900.027556/2016-31

SEI nº 11218537

68235cd3-a142-4cd6-8313-c0dcaf537896



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/68235cd3-a142-4cd6-8313-c0dcaf537896>



**MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES**  
Secretaria de Comunicação Social Eletrônica  
Departamento de Radiodifusão Pública, Comunitária e Estatal  
Coordenação-Geral de Assuntos Jurídicos de Radiodifusão Pública, Comunitária e Estatal  
Coordenação de Outorga de Radiodifusão Pública, Comunitária e Estatal

**NOTA TÉCNICA Nº 20505/2023/SEI-MCOM**

Referência: **Processo nº 53900.027556/2016-31.**

Assunto: **Formalização de Portaria. Exigência Jurídica.**

**SUMÁRIO EXECUTIVO**

1. Trata-se de fase de formalização de ato da outorga deferida ao MUNICÍPIO DE ESPERANTINA (PREFEITURA MUNICIPAL DE ESPERANTINA), CNPJ nº 06.554.174/0001-82, vencedora do processo de seleção pública, de serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, com fins exclusivamente educativos, na localidade de **Esperantina/PI**, por meio do canal 237E, constante do Edital de Seleção Pública nº 88/2016, de 12 de fevereiro de 2016, publicado no Diário Oficial da União (D.O.U.) de 1º de março de 2016, em conformidade com a Portaria nº 4.335, de 17 de setembro de 2015, publicada no D.O.U. de 21 de setembro de 2015 c/c a Portaria nº 3.238, de 20 de junho de 2018, publicada no D.O.U. de 21 de junho de 2018 (revogada/substituída pela Portaria de Consolidação GM/MCOM nº 1, de 1º de junho de 2023, publicada no Diário Oficial da União de 5 de junho de 2023) conforme Edital nº 91/2023/SEI-MCOM, de 07 de novembro de 2023, publicado no Diário Oficial da União em 08 de novembro de 2023 (SEI nº 11218501, p.9).

**ANÁLISE**

2. Com a publicação do Edital nº 91/2023/SEI-MCOM, de 07 de novembro de 2023, no Diário Oficial da União em 08 de novembro de 2023 (SEI nº 11218501, p.9), o procedimento se encontra em fase de formalização de Portaria.

3. Em razão das diligências apontadas pela Consultoria Jurídica em processos análogos, recomendando constante atualização das certidões/dados, restou verificado que há documentos que precisam ser atualizados pela entidade. Assim, é preciso cientificar a proponente da necessidade de juntada da seguinte documentação:

- a) prova de regularidade para com a fazenda estadual/distrital do local de sede;
- b) prova de regularidade para com a fazenda municipal do local de sede.

4. Por fim, informamos que, nos termos do parágrafo único do art. 47 da Portaria nº 3.238/2018 (revogada/substituída pela Portaria de Consolidação GM/MCOM nº 1, de 1º de junho de 2023, publicada no Diário Oficial da União de 5 de junho de 2023) que também rege o certame, **a não obtenção de acesso ou credenciamento no SEI, bem como eventual problema na transmissão ou recepção de dados, documentos e informações, não imputáveis à falha do referido sistema, não servirão de escusa para o descumprimento de obrigações e prazos legais.** Ainda, nos termos da Portaria que trata do funcionamento do Processo Eletrônico nesta Pasta (Portaria nº 3.399/2018, publicada em 09 de julho de 2018), **as comunicações serão efetuadas por meio eletrônico** e serão consideradas recebidas para todos os efeitos nos procedimentos em trâmite no âmbito deste Ministério, sendo de **exclusiva responsabilidade do Usuário a consulta periódica do e-mail cadastrado e a atualização dos seus dados cadastrais no Ministério** (art. 20 caput e incisos I e VII e parágrafo único §1º; e art. 27).

**CONCLUSÃO**

5. Diante do exposto, opinamos que seja encaminhada à entidade cópia da presente Nota Técnica, por meio de ofício, concedendo prazo de 30 (trinta) dias, para que apresente a documentação acima listada (item 3), contados da data do seu recebimento, **sob pena de indeferimento do pleito.**

À consideração superior.



Documento assinado eletronicamente por **Kelen Azevedo Cornelio, Analista Técnico-Administrativo**, em 17/11/2023, às 12:35 (horário oficial de Brasília), com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/68235cd3-a142-4cd6-8313-c0dcaf537896>

68235cd3-a142-4cd6-8313-c0dcaf537896



Documento assinado eletronicamente por **Vilma de Fatima Alvarenga Fanis, Coordenadora de Outorga de Radiodifusão Pública, Comunitária e Estatal**, em 17/11/2023, às 12:41 (horário oficial de Brasília), com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://sei.mcom.gov.br/sei/verifica>, informando o código verificador **11218571** e o código CRC **62C63834**.

#### Minutas e Anexos

Checklist SEI nº 11218537.

Referência: Processo nº 53900.027556/2016-31

Documento nº 11218571



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/68235cd3-a142-4cd6-8313-c0dcaf537896>

68235cd3-a142-4cd6-8313-c0dcaf537896



**MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES**  
Secretaria de Comunicação Social Eletrônica  
Departamento de Radiodifusão Pública, Comunitária e Estatal  
Coordenação-Geral de Assuntos Jurídicos de Radiodifusão Pública, Comunitária e Estatal  
Coordenação de Outorga de Radiodifusão Pública, Comunitária e Estatal

OFÍCIO Nº 33969/2023/MCOM

Ao(À) Senhor(a)  
Representante Legal da PREFEITURA MUNICIPAL DE ESPERANTINA  
CNPJ: 06.554.174/0001-82

Assunto: **Encaminhamento de Nota Técnica relativa à análise do processo nº 53900.027556/2016-31. Esperantina/PI (FME).**

Senhor(a) Representante Legal,

1. Cumprimentando-o(a) cordialmente, refiro-me ao processo em epígrafe para encaminhar cópia da **NOTA TÉCNICA nº 20505/2023/SEI-MCOM** (SEI nº 11218571), que trata de **pendências** encontradas nos autos.
2. A esse respeito, fica estabelecido o prazo de 30 (trinta) dias, contado da data do recebimento deste ofício (o prazo será contado excluindo-se da contagem o dia do começo e incluindo-se o do vencimento, conforme art. 45 Capítulo VII, da Portaria 3.238/2018 (revogado/substituído pelo art. 166, Parte II, Livro I, Capítulo III, Título VII da Portaria de Consolidação GM/MCOM nº 1, de 1º de junho de 2023, publicada no Diário Oficial da União de 5 de junho de 2023), observado o disposto nos artigos 66 e 67 da Lei nº 9.784, de 29 de janeiro de 1999, e regulamentação própria do Sistema Eletrônico de Informações - SEI, no âmbito deste Ministério), para que essa entidade apresente documentação, fazendo constar, obrigatoriamente, referência aos números deste ofício e dos processos em referência.
3. Cabe ressaltar que, na comunicação de resposta, deverá constar o **número do respectivo processo, bem como deste ofício**, a fim de viabilizar o seu trâmite neste Ministério.
4. Destaque-se que, conforme normativo que rege o procedimento eletrônico nessa pasta (art. 17, da Portaria nº 3.399, de 5 de julho de 2018), o cadastro de usuário externo é obrigatório para qualquer pessoa física ou jurídica de Direito Público ou de Direito Privado que se relacione ou necessite se relacionar com o Ministério no que diz respeito à comunicação de atos processuais.
5. Informamos ainda que já está disponível o Sistema de Protocolo Digital do MCom, sistema que possibilita encaminhar e receber documentos de forma eletrônica, acessível a partir do seguinte caminho: <https://www.gov.br/mcom/> >> Serviços >> Protocolo Digital do MCom. Para utilizá-lo é necessário ter cadastro no portal [gov.br](https://gov.br). Caso não possua o referido cadastro, é possível solicitá-lo no endereço <https://acesso.gov.br/>.

Atenciosamente,



Documento assinado eletronicamente por **Vilma de Fatima Alvarenga Fanis, Coordenadora de Outorga de Radiodifusão Pública, Comunitária e Estatal**, em 17/11/2023, às 12:41 (horário oficial de Brasília), com fundamento no § 3º do art. 4º do **Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020**.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://sei.mcom.gov.br/sei/verifica>, informando o código verificador **11218573** e o código CRC **47925467**.



**Data de Envio:**

28/11/2023 14:39:09

**De:**

MCOM/Coordenação de Outorga de Radiodifusão Pública, Comunitária e Estatal <sei@mcom.gov.br>

**Para:**

gmfp2@yahoo.com.br  
ismar.vale@gmail.com

**Assunto:**

Envio de Correspondência Oficial - Ministério Das Comunicações

**Mensagem:**

Prezado(a), Senhor (a)

Ref: 53900.027556/2016-31

Segue em anexo, documentação referente a análise de processo no Ministério das Comunicações.

Atenciosamente,  
Secretaria de Radiodifusão  
Ministério das Comunicações

Mensagem automática, favor não responder.

O envio de respostas e/ou documentos complementares deverá ser feito exclusivamente via Peticionamento Eletrônico.

**Anexos:**

Oficio\_11218573.html  
Checklist\_11218537.html  
Nota\_Tecnica\_11218571.html



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/68235cd3-a142-4cd6-8313-c0dcaf537896>

68235cd3-a142-4cd6-8313-c0dcaf537896



## CHECKLIST

**Análise Documental para Habilitação de Pessoas Jurídicas de Direito Público – Entes Federativos**  
**Serviço de Radiodifusão com Fins Exclusivamente Educativos**

Processo nº: 53900.027556/2016-31

Interessado: MUNICÍPIO DE ESPERANTINA

CNPJ: 06.554.174/0001-82

Natureza Jurídica: Pessoa Jurídica de Direito Público - Ente Federativo

Localidade: **Esperantina/PI**

Serviço: Radiodifusão Sonora em Frequência Modulada, com finalidade exclusivamente educativa – FME.

Canal: 237E

Edital de Seleção Pública nº 88/2016

Data de publicação do Edital de Seleção Pública: 01/03/2016

Data de vencimento do prazo para a postagem ou protocolo das propostas

(ref. publicação do Edital 04/2022): (60 dias, contados de 02/02/2022) 04/04/2022

(ref. ofício de notificação 26260/2022): (60 dias, contados de 17/10/2022) 16/12/2022

Data do protocolo desta proposta: 23/11/2022 (53115.030698/2022-81)

Requerimento tempestivo? ☒ (x) Sim ☐ ( ) NãoLocalidade em faixa de fronteira? ☐ ( ) Sim ☒ (x) NãoEntidade possui outorga para executar o mesmo tipo de serviço pretendido na localidade objeto da concessão ou permissão? ☐ ( ) Sim ☒ (x) NãoEntidade concorre como filial? ☐ ( ) Sim ☒ (x) Não

LISTA DE DOCUMENTOS NECESSÁRIOS À HABILITAÇÃO DE ENTES FEDERATIVOS	OBSERVAÇÕES
<b>DOCUMENTOS DA PESSOA JURÍDICA</b>	
<p>a) requerimento de outorga, corretamente preenchido e assinado em todas as páginas, com as seguintes declarações:</p> <p>(a) a entidade possui recursos financeiros para o empreendimento pleiteado;</p> <p>(b) caso venha a ser contemplada com a outorga, a entidade não excederá os limites fixados no art. 12 do Decreto-Lei nº 236, de 28 de fevereiro de 1967;</p> <p>(c) nenhum dos sócios ou dirigentes participa do quadro societário ou diretivo de outras pessoas jurídicas executantes do mesmo tipo de serviço de radiodifusão na localidade em que a concessão ou a permissão é pretendida, nem de outras pessoas jurídicas executantes de serviço de radiodifusão em municípios diversos, em excesso aos limites estabelecidos no art. 12 do Decreto-Lei nº 236, de 28 de fevereiro de 1967;</p> <p>(d) a entidade não possui autorização para executar o mesmo tipo de serviço na localidade objeto da concessão/permissão;</p> <p>(e) nenhum dos dirigentes da entidade está no exercício de mandato eletivo que lhe assegure imunidade parlamentar ou de cargos ou funções dos quais decorra foro especial;</p> <p>(f) a pessoa jurídica não está impedida de transacionar com a administração pública federal, direta ou indireta;</p> <p>(g) a pessoa jurídica cumpre o disposto no art. 7º, <b>caput</b>, inciso XXXIII, da Constituição;</p> <p>(h) a pessoa jurídica não executa serviços de radiodifusão sem outorga;</p> <p>(i) a pessoa jurídica autoriza o MCTIC a processar o assentimento prévio junto ao órgão competente, se a localidade referida no edital estiver situada na faixa de fronteira;</p> <p>(j) a pessoa jurídica está ciente do disposto no edital, dos seus anexos e das demais informações pertinentes;</p> <p>(k) nenhum dos dirigentes e sócios da mantenedora ou da mantida foi condenado em decisão transitada em julgado ou proferida por órgão judicial colegiado, pela prática dos ilícitos previstos nos art. 1º, <b>caput</b>, inciso I, alíneas “b”, “c”, “d”, “e”, “f”, “g”, “h”, “i”, “j”, “k”, “l”, “m”, “n”, “o”, “p” e “q” da Lei Complementar nº 64, de 18 de maio de 1990 da Lei;</p> <p>(l) a responsabilidade editorial e as atividades de seleção, direção e conteúdo da programação veiculada são privativas de brasileiros natos ou naturalizados há mais de dez anos, nos termos dos §§1º e 2º do art. 222 da Constituição Federal; e</p> <p>(m) caso seja outorgada, a entidade se compromete a observar e cumprir, na produção de conteúdo e na sua programação, a finalidade exclusivamente educativa do serviço, notadamente quanto aos princípios e disposições do art. 221 da Constituição Federal, do art. 38, d, da Lei nº 4.117, de 27 de agosto de 1962, do art. 13, e seu parágrafo único, do Decreto-Lei nº 236, de 28 de fevereiro de 1967, do art. 28, itens 11 e 12, do Regulamento de Serviços de Radiodifusão, aprovado pelo Decreto nº 52.795, de 31 de outubro de 1963, da Portaria Interministerial nº 651, de 15 de abril de 1999, e da Portaria que estabelece as regras e os critérios em relação aos serviços de radiodifusão com fins exclusivamente educativos.</p>	<p>A) Requerimento enviado Nº SEI 10534221 (pag 3-5)</p>
b) ato de nomeação ou eleição dos dirigentes, devidamente formalizado, ou registrado em Cartório, quando for o caso;	<p>B) Nº SEI 10534221 (pag 7-8)</p>



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/68235cd3-a142-4cd6-8313-c0dcaf537896>

68235cd3-a142-4cd6-8313-c0dcaf537896

LISTA DE DOCUMENTOS NECESSÁRIOS À HABILITAÇÃO DE ENTES FEDERATIVOS		OBSERVAÇÕES
c) CNPJ da matriz da fundação e, <b>se for</b> o caso, da filial;		C) Nº SEI 10986650 (pag 1) Atualização (11218510)
d) prova de regularidade relativa à Seguridade Social e ao Fundo de Garantia do Tempo de Serviço – FGTS;		D) Nº SEI 10986650 (pag 2) Atualização (11218510) 06/12/23
e) prova de regularidade do recolhimento dos recursos do Fistel, se já for executante do serviço de radiodifusão;		E) Nº SEI 10986650 (pag 5-6) Atualização (11218510) 16/12/23
f) certidão conjunta negativa de débitos relativa aos tributos federais e à dívida ativa da União, expedida pela Receita Federal;		F) Nº SEI 10986650 (pag 3) Atualização (11218510) 30/12/23
g) prova de regularidade para com a Fazenda Estadual/Distrital do local de <b>sede</b> ;		G) Nº SEI 10986650 (pag 7) (11249406) 14/01/2024
h) prova de regularidade para com a Fazenda Municipal do local de <b>sede</b> ;		H) Nº SEI 10986650 (pag 8) (11249408) 29/03/24
i) prova da inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, por meio da apresentação de certidão negativa, nos termos do disposto no Título VII-A do Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943 - Consolidação das Leis do Trabalho; e		I) Nº SEI 10986650 (pag 4) Atualização (11218510) 14/05/24
j) certidão simplificada ou documento equivalente, emitida pelo órgão de registro competente em que estiverem arquivados os atos constitutivos da pessoa jurídica.		J) Nº SEI 10534221 (pag 13-15)
<b>Além dos documentos acima, as Fundações Públicas e Instituições de Educação Superior Públicas ainda devem apresentar:</b> (a) ato constitutivo, Estatuto Social ou Regimento em vigor e suas alterações, ou sua consolidação, devidamente formalizado e aprovado pelo Ministério Público, ou registrado em cartório, se for o caso; e (b) Balanço patrimonial vigente. As entidades optantes do Sistema Público de Escrituração Digital - SPED estão dispensadas de apresentar a assinatura por profissional habilitado e pelo representante legal da entidade, com comprovante de que está registrado na junta comercial ou no cartório. O balanço também deve conter (em razão da vigência da Portaria de Consolidação SECOE/MCOM nº 2 de 1º de junho de 2023 as seguintes informações especificadas: valor do ativo circulante, valor do ativo realizável a longo prazo, valor do passivo circulante, valor do passivo exigível a longo prazo e valor dos ativos totais . Cumpre observar que, na ausência de disposição estatutária em contrário, consideram-se vigentes os balanços patrimoniais apresentados até o dia 30 de junho do ano seguinte à entrega da escrituração contábil para registro público.		a) Diploma de posse enviado registrado em Cartório Nº SEI 10534221(13-15) b) Balanço patrimonial Nº SEI 10534221 (21-30) LG=1,01 > 1 LC=10,72 > 1 SG=1,38 > 1
<b>DOCUMENTOS DOS DIRIGENTES</b>		
a) prova da condição de brasileiro nato ou naturalizado há mais de dez anos por meio de um dos seguintes documentos: certidão de nascimento, casamento, certificado de reservista, cédula de identidade, certificado de naturalização expedido há mais de dez anos, carteira profissional, carteira de trabalho e previdência social ou passaporte.		Nº SEI 10534221(9-10) Atualização ref. siacco/mosaico (11218510)



Documento assinado eletronicamente por **Kelen Azevedo Cornelio, Analista Técnico-Administrativo**, em 04/12/2023, às 09:53 (horário oficial de Brasília), com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/68235cd3-a142-4cd6-8313-c0dcaf537896>

68235cd3-a142-4cd6-8313-c0dcaf537896



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://sei.mcom.gov.br/sei/verifica>, informando o código verificador **11251121** e o código CRC **B003F3EA**.

---

Referência: Processo nº 53900.027556/2016-31

SEI nº 11251121

68235cd3-a142-4cd6-8313-c0dcaf537896



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/68235cd3-a142-4cd6-8313-c0dcaf537896>



## MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES

Secretaria de Comunicação Social Eletrônica

Departamento de Radiodifusão Pública, Comunitária e Estatal

Coordenação-Geral de Assuntos Jurídicos de Radiodifusão Pública, Comunitária e Estatal

Coordenação de Outorga de Radiodifusão Pública, Comunitária e Estatal

### MINUTA DE PORTARIA

O **MINISTRO DE ESTADO DAS COMUNICAÇÕES**, no uso de suas atribuições, considerando o disposto no art. 223 da Constituição Federal, no art. 34 da Lei nº 4.117/62 e no art. 6º, § 2º do Regulamento dos Serviços de Radiodifusão, aprovado pelo Decreto nº 52.795, de 31 de outubro de 1963, e tendo em vista o que consta dos processos administrativos nº 53900.027556/2016-31 e nº 53900.012816/2016-74, resolve:

Art. 1º Outorgar permissão ao **MUNICÍPIO DE ESPERANTINA (PREFEITURA MUNICIPAL DE ESPERANTINA)**, CN 06.554.174/0001-82, para executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, o serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, com fins exclusivamente educativos, na localidade de **Esperantina, Estado do Piauí**, por meio do canal 237E.

Parágrafo Único. A permissão ora outorgada reger-se-á pela Lei nº 4.117, de 27 de agosto de 1962, que instituiu o Código Brasileiro de Telecomunicações, pelas leis subsequentes, pelos seus regulamentos e pelas obrigações assumidas pela outorgada.

Art. 2º As principais obrigações a serem cumpridas pela permissionária serão objeto do contrato de permissão da outorga, assinado pela entidade, nos termos da legislação vigente.

Art. 3º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do § 3º do art. 223 da Constituição Federal.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

**JUSCELINO FILHO**

Ministro de Estado das Comunicações

#### AVISO:

***O presente documento é uma minuta e não possui validade jurídica.***

***A assinatura abaixo é de autoria da unidade geradora desta minuta.***

***Os efeitos de seu teor só terão validade quando sua versão **definitiva** for assinada pela autoridade competente.***



Documento assinado eletronicamente por **Alexandre Miranda Freire de Oliveira Barros, Coordenador-Geral de Assuntos Jurídicos de Radiodifusão Pública, Comunitária e Estatal**, em 05/12/2023, às 11:40 (horário oficial de Brasília), com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://sei.mcom.gov.br/sei/verifica>, informando o código verificador **11251141** e o código CRC **0FC8E73C**.

Referência: Processo nº 53900.027556/2016-31

Documento nº 11251141



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/68235cd3-a142-4cd6-8313-c0dcaf537896>

68235cd3-a142-4cd6-8313-c0dcaf537896



**MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES**

Secretaria de Comunicação Social Eletrônica

Departamento de Radiodifusão Pública, Comunitária e Estatal

Coordenação-Geral de Assuntos Jurídicos de Radiodifusão Pública, Comunitária e Estatal

Coordenação de Outorga de Radiodifusão Pública, Comunitária e Estatal

EM nº / /MCOM

Brasília, de de 202\_.

Senhor Presidente da República,

1. Submeto à sua apreciação o processo administrativo nº 53900.027556/2016-31, relativo a procedimento de seleção pública para outorga de serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, com fins exclusivamente educativos, na localidade de **Esperantina, Estado do Piauí**, cujo objeto foi adjudicado a o MUNICÍPIO DE ESPERANTINA (PREFEITURA MUNICIPAL ESPERANTINA), por intermédio do Edital nº 91/2023/SEI-MCOM, de 07 de novembro de 2023, publicado no Diário Oficial da União em 08 de novembro de 2023.
2. O processo de seleção em questão fez parte do Edital nº 88/2016, de 12 de fevereiro de 2016, publicado no Diário Oficial da União de 1º de março de 2016, em conformidade com as disposições da Portaria nº 4.335/2015/SEI-MC, de 17 de setembro de 2015, publicada no Diário Oficial da União de 21 de setembro de 2015, e da Portaria nº 3.238, de 20 de junho de 2018, publicada no Diário Oficial da União de 21 de junho de 2018 (revogada/substituída pela Portaria de Consolidação GM/MCOM nº 1, de 2 de junho de 2023, publicada no Diário Oficial da União de 5 de junho de 2023).
3. No curso processual foram realizadas análises técnica e jurídica da documentação apresentada, não havendo qualquer óbice legal e normativo ao prosseguimento do pleito. A área técnica deste Ministério se manifestou de modo favorável à outorga, por meio da Nota Técnica nº 21498/2023/SEI-MCOM, e a Consultoria Jurídica, de igual modo, também apresentou considerações favoráveis, por intermédio de seu Parecer Jurídico nº /2023/CONJUR-MCOM/CGU/AGU.
4. Assim, fora expedida a Portaria nº \_\_\_\_\_, de \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 202\_, publicada no Diário Oficial da União de \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 202\_, que outorgou, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, permissão ao MUNICÍPIO DE ESPERANTINA (PREFEITURA MUNICIPAL DE ESPERANTINA), CNPD nº 954.174/0001-82, para executar o serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, com fins exclusivamente educativos, na localidade de Esperantina, Estado do Piauí, por meio do canal 237E.
5. Em conformidade com os preceitos estabelecidos no §3º do art. 223 da Constituição Federal, a outorga, objeto do presente processo, somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, para onde solicito seja encaminhado o referido ato, acompanhado do processo correspondente.

Respeitosamente,

**JUSCELINO FILHO**

Ministro de Estado das Comunicações

**AVISO:**

***O presente documento é uma minuta e não possui validade jurídica.***

***A assinatura abaixo é de autoria da unidade geradora desta minuta.***

***Os efeitos de seu teor só terão validade quando sua versão definitiva for assinada pela autoridade competente.***



Documento assinado eletronicamente por **Alexandre Miranda Freire de Oliveira Barros, Coordenador-Geral de Assuntos Jurídicos de Radiodifusão Pública, Comunitária e Estatal**, em 05/12/2023, às 11:40 (horário oficial de Brasília), com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://sei.mcom.gov.br/sei/verifica>, informando o código verificador **11251143** e o código CRC **7DBE48EF**.



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/68235cd3-a142-4cd6-8313-c0dcaf537896>

68235cd3-a142-4cd6-8313-c0dcaf537896



68235cd3-a142-4cd6-8313-c0dcaf537896



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/68235cd3-a142-4cd6-8313-c0dcaf537896>



## MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES

Secretaria de Comunicação Social Eletrônica

Departamento de Radiodifusão Pública, Comunitária e Estatal

Coordenação-Geral de Assuntos Jurídicos de Radiodifusão Pública, Comunitária e Estatal

Coordenação de Outorga de Radiodifusão Pública, Comunitária e Estatal

### MINUTA DE PARECER DE MÉRITO

<b>1. Análise do problema que o ato normativo visa a solucionar:</b> Processo para outorga de serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, com fins exclusivamente educativos, na localidade de Esperantina, Estado do Piauí, por meio do canal 237E.
<b>2. Objetivos que se pretende alcançar:</b> Necessidade de encaminhamento da Portaria Ministerial de outorga da permissão a ser enviada ao Congresso Nacional, para deliberação, por meio de mensagem da Presidência da República, nos termos do §1º do art. 31 do Decreto 52.795, de 31 de outubro de 1963.
<b>3. Identificação dos atingidos pelo ato normativo:</b> MUNICÍPIO DE ESPERANTINA (PREFEITURA MUNICIPAL DE ESPERANTINA), CNPJ nº 06.554.174/0001-82
<b>4. Estratégia e prazo para implementação:</b> Não há.
<b>5. Na hipótese de a proposta implicar em renúncia de receita, criação, aperfeiçoamento ou expansão da ação governamental, ou aumento de despesas:</b> a) a estimativa do impacto orçamentário-financeiro no exercício em que entrar em vigor e nos dois subsequentes, constando, de forma clara e detalhada, as premissas e as metodologias de cálculo utilizadas, e indicando: i) se a medida proposta foi considerada nas metas de resultados fiscais previstas na lei de diretrizes orçamentárias; e ii) a simulação que demonstre o impacto da despesa com a medida proposta; e b) a declaração de que a medida apresenta: i) adequação orçamentária e financeira com a lei orçamentária anual; e ii) compatibilidade com o plano plurianual, com a lei de diretrizes orçamentárias e com o <a href="#">art. 107 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias</a> . Não há renúncia de receita, criação, aperfeiçoamento ou expansão da ação governamental, ou aumento de despesas.
<b>6. Análise do impacto da medida sobre o meio ambiente e sobre outras políticas públicas, inclusive quanto à interação ou à sobreposição:</b> Não há.
<b>7. Análise das consequências do uso do processo legislativo regular (apenas nos casos de medida provisória ou de projeto de lei em regime de urgência):</b> Não se aplica.
<b>8. Síntese do Parecer Jurídico:</b> Após o devido atendimento das orientações, não existe impedimento jurídico para que seja conferida a outorga ao MUNICÍPIO DE ESPERANTINA (PREFEITURA MUNICIPAL DE ESPERANTINA)

**JUSCELINO FILHO**

Ministro de Estado das Comunicações

#### AVISO:

***O presente documento é uma minuta e não possui validade jurídica.***

***A assinatura abaixo é de autoria da unidade geradora desta minuta.***

***Os efeitos de seu teor só terão validade quando sua versão definitiva for assinada pela autoridade competente.***



Documento assinado eletronicamente por **Alexandre Miranda Freire de Oliveira Barros**, Coordenador-Geral de Assuntos Jurídicos de Radiodifusão Pública, Comunitária e Estatal, em 05/12/2023, às 11:40 (horário oficial de Brasília), com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://sei.mcom.gov.br/sei/verifica>, informando o código verificador **11251144** e o código CRC **1FDB4860**.





## MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES

Secretaria de Comunicação Social Eletrônica

Departamento de Radiodifusão Pública, Comunitária e Estatal

Coordenação-Geral de Assuntos Jurídicos de Radiodifusão Pública, Comunitária e Estatal

Coordenação de Outorga de Radiodifusão Pública, Comunitária e Estatal

### NOTA TÉCNICA Nº 21498/2023/SEI-MCOM

Referência: **Processo nº 53900.027556/2016-31, apenso/relacionado ao Processo nº 53900.012816/2016-74.**

Assunto: **Publicação de Ato de Outorga de Serviço de Radiodifusão com fins exclusivamente Educativos - Fase de envio à Consultoria Jurídica.**

### SUMÁRIO EXECUTIVO

1. Trata-se de fase de publicação de ato da outorga deferida ao MUNICÍPIO DE ESPERANTINA (PREFEITURA MUNICIPAL DE ESPERANTINA), CNPJ nº 06.554.174/0001-82, vencedora do processo de seleção pública, objeto do Edital de Seleção Pública nº 88/2016, de 12 de fevereiro de 2016, publicado no Diário Oficial da União (D.O.U.) de 1º de março de 2016, em conformidade com a Portaria nº 4.335, de 17 de setembro de 2015, publicada no D.O.U. de 21 de setembro de 2015 c/c a Portaria nº 3.238, de 20 de junho de 2018, publicada no D.O.U. de 21 de junho de 2018 (revogada/substituída pela Portaria de Consolidação GM/MCOM nº 1, de 2 de junho de 2023, publicada no Diário Oficial da União de 5 de junho de 2023), para executar o serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, com fins exclusivamente educativos, na localidade de **Esperantina**, Estado do Piauí, por meio do canal 237E, segundo o Edital nº 91/2023/SEI-MCOM, de 07 de novembro de 2023, publicado no Diário Oficial da União em 08 de novembro de 2023 (SEI nº 11218501, p.9).

### ANÁLISE

2. Conforme toda a narrativa já detalhada na Nota Técnica nº 16637/2023/SEI-MCOM (SEI nº 11218501, p.5), houve publicação de Edital de Resultado, sagrando-se vencedor o MUNICÍPIO DE ESPERANTINA (PREFEITURA MUNICIPAL DE ESPERANTINA) - Edital nº 91/2023/SEI-MCOM, de 07 de novembro de 2023, publicado no Diário Oficial da União em 08 de novembro de 2023 (SEI nº 11218501, p.9).

3. A documentação apresentada pela entidade está em conformidade com a legislação que rege o serviço de radiodifusão, conforme lista de verificação de documentos colacionada aos autos (Checklist SEI nº 11251121). Sobre o assunto, ressalta-se que a mencionada documentação foi conhecida, para fins de instrução processual, visto que a sua protocolização ocorrera no prazo estabelecido do Edital nº 04/2022, publicado em 02 de fevereiro de 2022.

4. Em relação à habilitação jurídica, a entidade juntou requerimento de outorga, acompanhado das declarações previstas no art. 15, §§ 1º e 2º, em conformidade com os §§ 1º e 2º do artigo 13 do supramencionado Decreto nº 52.795/1963, alterado pelos Decretos nº 9.138/2017 e nº 10.405/2020. Destaque-se que, por se tratar de entidade pública, as exigências contidas na norma são distintas em relação às das entidades privadas.

5. Logo, entende-se que a habilitação jurídica da entidade, para fins da outorga do serviço de radiodifusão, restou devidamente demonstrada, na forma do art. 15, § 1º e § 2º, e do art. 113, incisos I e II, ambos do Decreto nº 52.795/1963, alterado pelos Decretos nº 9.138/2017 e nº 10.405/2020 bem como encontra consonância com o disposto no anexo próprio da Portaria nº 3238/2018 (revogada/substituída pela Portaria de Consolidação GM/MCOM nº 1/2023 supracitada) e pelo exigido no correspondente Edital de Seleção Pública.

6. Em relação à qualificação econômico-financeira, bem como à regularidade fiscal e trabalhista, a entidade acostou aos autos balanço patrimonial e demonstrativo do resultado do último exercício, sendo que as entidades optantes do Sistema Público de Escrituração Digital - SPED estão dispensadas de comprovar os itens II e III do **doaput** - Origem: PRT SERAD-SEI/MCTIC 6.843/2019, art. 3º, §1º, substituídos pelo art. 7º, §1º da Portaria de Consolidação SECOE/MCOM nº 2/2023 (SEI nº 10534221, p. 21-30). Da análise da documentação, entende-se que a documentação contábil se encontra em consonância com o disposto especialmente nos arts. 3º e 4º da Portaria nº 6.843/2019 (revogada/substituída pela Portaria de Consolidação SECOE/MCOM nº 2/2023), conforme o resultado dos índices de solvência constantes do Checklist enunciado (SEI nº 11251121).

7. Colacionou-se, ainda, certidão dos órgãos fazendários Federal, Estadual e Municipal, demonstrando o adimplemento de suas obrigações tributárias. Apresentou-se, de igual modo, certidão da Receita Federal, da Caixa Econômica Federal e da Agência Nacional de Telecomunicações, comprovando a ausência de irregularidades perante o Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica, o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço e o Fundo de Fiscalização das Telecomunicações. Anexou-se, inclusive, certidão emitida pela Justiça do Trabalho, atestando a inexistência de débito inscrito no Banco Nacional de Devedores Trabalhistas em seu desfavor, conforme lista de verificação de documentos (SEI nº 11251121).

8. Assim sendo, pela documentação acostada aos autos, não se vislumbram quaisquer elementos que desabonem a entidade, sob a perspectiva econômico-financeira e fiscal, de modo a impossibilitar a continuidade da prestação do serviço de radiodifusão, tudo com base no art. 113, incisos III e IV, V, VI, VII, VIII e IX, e art. 15, inciso I, II e III, e § 2º, ambos do Decreto nº 52.795/1963, alterado pelos Decretos nº 9.138/2017 e nº 10.405/2020 em conjunto com o disposto na Portaria nº 6.843/2019 (revogada/substituída pela Portaria de Consolidação SECOE/MCOM nº 2/2023).

Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/68235cd3-a142-4cd6-8313-c0dcaf537896>



68235cd3-a142-4cd6-8313-c0dcaf537896

10. Em relação aos limites de outorga, a entidade e seus dirigentes estão em conformidade com os parâmetros fixados no art. 12 do Decreto-Lei nº 236/1967, bem como no que se refere ao art. 14, §3º, do Decreto nº 52.795/63, conforme pesquisa realizada no Sistema de Acompanhamento de Controle Societário – SIACCO em 16 de novembro de 2023 (SEI nº 11218510).

11. A entidade não possui outorga. Além de ter o objeto adjudicado nesta localidade, na planilha de controle de Editais não aparece como vencedora em outra(s) localidade(s). Ademais, o(s) dirigente(s) integra(m) somente o quadro diretivo do serviço de radiodifusão prestado nas localidades ora sob exame, conforme Anexo (SEI nº 11218510).

12. Portanto, em nenhum caso há extrapolação dos limites de outorga, seja pela pessoa jurídica, seja pelos respectivos dirigentes.

13. Por fim, atendendo ao disposto na legislação vigente, após a adjudicação do objeto ao vencedor do procedimento seletivo, o Ministério das Comunicações publicará ato do qual constarão, dentre outras que se fizerem necessárias, as seguintes informações:

I - o nome e o CNPJ da pessoa jurídica; ([Incluído pelo Decreto nº 9.138, de 2017](#))

II - o serviço a ser prestado; ([Incluído pelo Decreto nº 9.138, de 2017](#))

III - a área da prestação do serviço; e ([Incluído pelo Decreto nº 9.138, de 2017](#))

IV - as principais obrigações a serem cumpridas pela pessoa jurídica. ([Incluído pelo Decreto nº 9.138, de 2017](#))

**§ 1º No caso de serviços de radiodifusão sonora, será publicada pelo Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações (agora MCOM) portaria de outorga, que será enviada ao Congresso Nacional, por meio de mensagem da Presidência da República, para deliberação. ([Redação dada pelo Decreto nº 9.138, de 2017](#))**

**§ 2º No caso de serviços de radiodifusão de sons e imagens, será publicado decreto de outorga, após a indicação pelo Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações do licitante apto à contratação, o qual será enviado ao Congresso Nacional por meio de mensagem da Presidência da República, para deliberação. ([Redação dada pelo Decreto nº 9.138, de 2017](#))**

**§ 3º A deliberação do Congresso Nacional, da qual resultará decreto legislativo acerca da aprovação da outorga, é condição de eficácia do decreto ou portaria. ([Redação dada pelo Decreto nº 9.138, de 2017](#))**

14. Importante mencionar que com a entrada em vigor no dia 1º de setembro de 2020 do Decreto nº 10.405, de 25 de junho de 2020, que alterou o Decreto nº 52.795, de 31 de outubro de 1963, e promoveu a inversão de algumas fases até então dispostas para o procedimento da outorga do serviço em questão, retirando inclusive a necessidade de apresentação prévia do projeto técnico da estação, haverá primeiramente a publicação de Portaria (no caso de permissões) ou de Decreto Presidencial (no caso de concessões), quando o processo será encaminhado para apreço pelo Congresso Nacional e publicação do respectivo Decreto Legislativo, autorização de uso de radiofrequência e a licença de funcionamento junto à Anatel, e finalmente a assinatura do contrato no Ministério. Ressalte-se, no entanto, que a citada inversão nas fases não exige a área técnica de atestar a observância das condições técnicas necessárias para a entrada em funcionamento antes da celebração do contrato.

15. Assim, preenchidos todos os requisitos, entende-se possível a remessa dos autos à Consultoria Jurídica - Conjur para verificação da regularidade dos atos a serem submetidos ao Senhor Ministro de Estado das Comunicações, a quem compete a decisão sobre o pedido, em se tratando de outorga das permissões de serviços de radiodifusão sonora, nos termos do § 2º do art. 6º do Decreto nº 52.795, de 31 de outubro de 1963, que aprovou o Regulamento dos Serviços de Radiodifusão.

## CONCLUSÃO

16. Diante do exposto, sugerimos o encaminhamento dos presentes autos à Consultoria Jurídica, juntamente com as minutas de Portaria Ministerial e Exposição de Motivos com Parecer de Mérito (links das Minutas anexos), para que:

- a) se manifeste quanto à regularidade jurídico-formal do processo; e
- c) após, sejam os autos remetidos a esta Secretaria, para finalização dos procedimentos necessários à outorga.

À consideração superior.



Documento assinado eletronicamente por **Kelen Azevedo Cornelio, Analista Técnico-Administrativo**, em 04/12/2023, às 12:48 (horário oficial de Brasília), com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Vilma de Fatima Alvarenga Fanis, Coordenadora de Outorga de Radiodifusão Pública, Comunitária e Estatal**, em 04/12/2023, às 13:02 (horário oficial de Brasília), com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Alexandre Miranda Freire de Oliveira Barros, Coordenador-Geral de Assuntos Jurídicos de Radiodifusão Pública, Comunitária e Estatal**, em 05/12/2023, às 11:40 (horário oficial de Brasília), com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/68235cd3-a142-4cd6-8313-c0dcaf537896>

68235cd3-a142-4cd6-8313-c0dcaf537896



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://sei.mcom.gov.br/sei/verifica>, informando o código verificador **11251148** e o código CRC **8E3494F6**.

---

#### Minutas e Anexos

Checklist SEI nº 11251121.

Minuta de Portaria SEI nº 11251141.

Minuta de Exposição de Motivos SEI nº 11251143.

Parecer de Mérito SEI nº 11217744.

---

Referência: Processo nº 53900.027556/2016-31

Documento nº 11251148

68235cd3-a142-4cd6-8313-c0dcaf537896



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/68235cd3-a142-4cd6-8313-c0dcaf537896>



**MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES**  
Secretaria de Comunicação Social Eletrônica  
Departamento de Radiodifusão Pública, Comunitária e Estatal

**DESPACHO**

**Processo nº:** 53900.027556/2016-31

**Interessado:** MUNICÍPIO DE ESPERANTINA (PREFEITURA MUNICIPAL DE ESPERANTINA)

**Assunto:** Publicação de Ato de Outorga de Serviço de Radiodifusão com fins exclusivamente Educativos - Fase de envio à Consultoria Jurídica.

Ao Gacse,

Em consonância com a Nota Técnica 21498 (11251148), este Departamento de Radiodifusão Pública, Comunitária e Estatal sugere o encaminhamento dos presentes autos à Consultoria Jurídica, juntamente com as minutas de Portaria Ministerial (11251141) e Exposição de Motivos (11251143) com Parecer de Mérito (11251144), para que se manifeste quanto à regularidade jurídico-formal do processo; e, após, sejam os autos remetidos a esta Secretaria, para finalização dos procedimentos necessários à outorga.

Brasília, na data da assinatura.



Documento assinado eletronicamente por **Daniela Naufel Schettino, Diretora do Departamento de Radiodifusão Pública, Comunitária e Estatal**, em 18/12/2023, às 18:27 (horário oficial de Brasília), com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://sei.mcom.gov.br/sei/verifica>, informando o código verificador **11259599** e o código CRC **57A319B1**.

**Minutas e Anexos**

Minuta de Portaria (11251141)

Minuta de Exposição de Motivos (11251143)

Minuta de Parecer de Mérito (11251144)

**Referência:** Processo nº 53900.027556/2016-31

Documento nº 11259599



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/68235cd3-a142-4cd6-8313-c0dcaf537896>

68235cd3-a142-4cd6-8313-c0dcaf537896





**MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES**  
Secretaria de Comunicação Social Eletrônica  
Gabinete da Secretaria de Comunicação Social Eletrônica

Ofício Interno nº 45362/2023/MCOM

Brasília, 19 de dezembro de 2023

Ao Senhor  
**Felipe Nogueira Fernandes**  
Consultor Jurídico  
Ministério das Comunicações

**Assunto: Encaminha Nota Técnica nº 21498/2023/SEI-MCOM (11251148)**

Senhor Consultor Jurídico,

Cumprimentando-o, faço referência à Nota Técnica nº 21498/2023/SEI-MCOM (11251148), a qual trata de publicação de ato da outorga deferida a o MUNICÍPIO DE ESPERANTINA (PREFEITURA MUNICIPAL DE ESPERANTINA), CNP. 06.554.174/0001-82, vencedora do processo de seleção pública, objeto do Edital de Seleção Pública nº 88/2016, de 12 de fevereiro de 2016, publicado no Diário Oficial da União (D.O.U.) de 1º de março de 2016, em conformidade com a Portaria nº 4.335, de 17 de setembro de 2015, publicada no D.O.U. de 21 de setembro de 2015 c/c a Portaria nº 3.238, de 20 de junho de 2018, publicada no D.O.U. de 21 de junho de 2018 (revogada/substituída pela Portaria de Consolidação GM/MCOM nº 1, de 2 de junho de 2023, publicada no Diário Oficial da União de 5 de junho de 2023), para executar o serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, com fins exclusivamente educativos, na localidade de **Esperantina**, Estado do Piauí, por meio do canal 237E, segundo o Edital nº 91/2023/SEI-MCOM, de 07 de novembro de 2023, publicado no Diário Oficial da União em 08 de novembro de 2023 (SEI nº 11218501, p.9).

Dessa forma, de ordem, considerando o disposto na mencionada Nota Técnica, encaminho o presente processo para análise e manifestação dessa Douta Consultoria Jurídica.

Atenciosamente,

**Márcia Maria Torres Fernandes**  
Chefe de Gabinete



Documento assinado eletronicamente por **Marcia Maria Torres Fernandes, Chefe de Gabinete da Secretaria de Comunicação Social Eletrônica**, em 19/12/2023, às 13:02 (horário oficial de Brasília), com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://sei.mcom.gov.br/sei/verifica>, informando o código verificador **11280992** e o código CRC **DF3E253D**.

Referência: Processo nº 53900.027556/2016-31

Documento nº 11280992



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/68235cd3-a142-4cd6-8313-c0dcaf537896>

68235cd3-a142-4cd6-8313-c0dcaf537896



ADVOCACIA-GERAL DA UNIÃO  
CONSULTORIA-GERAL DA UNIÃO  
CONSULTORIA JURÍDICA JUNTO AO MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES  
COORDENAÇÃO-GERAL JURÍDICA DE RADIODIFUSÃO - CGJR  
ESPLANADA DOS MINISTÉRIOS, BLOCO R, ED. SEDE, SALA 915 CEP: 70044-900 BRASÍLIA-DF FONE: (61) 2027-6119/6915

**PARECER n. 00177/2024/CONJUR-MCOM/CGU/AGU**

NUP: 53900.027556/2016-31

**INTERESSADOS: MUNICÍPIO DE ESPERANTINA (PREFEITURA MUNICIPAL DE ESPERANTINA) e UNIÃO/SECRETARIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL ELETRÔNICA - SECOE**

**ASSUNTO: PUBLICAÇÃO DE ATO DE OUTORGA DE SERVIÇO DE RADIODIFUSÃO SONORA COM FINS EXCLUSIVAMENTE EDUCATIVOS**

**EMENTA:**

- I – Portaria de outorga para exploração de serviço de radiodifusão sonora, em frequência modulada, com fins exclusivamente educativos, na localidade de **Esperantina**, Estado do **Piauí**.  
II – Juridicidade do resultado da seleção apreciado por esta CONJUR, nos termos da Portaria nº 4.335/2015, vigente à época da seleção.  
III - Verificação atualizada dos requisitos de habilitação, nos termos do art. 15, caput e parágrafos, do Decreto nº 52.795/1963  
IV - Competência para conceder a outorga do Exmo. Ministro de Estado das Comunicações, nos termos do art. 34, § 1º, da Lei nº 4.117/1962 (CBT), e do art. 6º, § 2º, do Decreto nº 52.795/1963.  
V - Viabilidade jurídica, desde que atendida a observação constante do **parágrafo 27** deste parecer.  
VI - Devolução dos autos à SECOE, para adoção das providências a seu encargo.

Senhor Coordenador-Geral da Coordenação-Geral Jurídica de Radiodifusão,

**I - RELATÓRIO**

Versam os autos sobre a fase de **publicação da portaria de outorga** a ser deferida ao **MUNICÍPIO DE ESPERANTINA (PREFEITURA MUNICIPAL DE ESPERANTINA)** para a execução do **serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada**, com fins exclusivamente **educativos**, na localidade de **Esperantina**, Estado do **Piauí**.

2. O resultado da seleção pública levada a efeito foi homologado por meio do **Edital 91/2023/SEI-MCOM**, de 7 de novembro de 2023, publicado no Diário Oficial da União de 8 de novembro de 2023 (**SEI nº 11218501, fls. 9**), declarando referida pessoa jurídica de direito público interno vencedora do certame, adjudicando-lhe o objeto.

3. Por meio da **NOTA TÉCNICA Nº 21498/2023/SEI-MCOM (11251148)**, a Secretaria de Comunicação Social Eletrônica - SECOE asseverou terem sido preenchidos todos os requisitos para a formalização da outorga de que se trata, razão pela qual submeteu os autos à análise e pronunciamento desta Consultoria Jurídica, com vista a avaliar a regularidade jurídico-formal dos autos e da minuta de **Portaria de outorga (SEI nº 11251141)** que informa os autos, acompanhada da respectiva **Exposição de Motivos (SEI nº 11251143)**.

4. Era o quanto bastava relatar. Segue o parecer que nos compete.

**II - FUNDAMENTAÇÃO**

**II.1. - CONSIDERAÇÕES INICIAIS**

5. A presente manifestação fundamenta-se no **art. 11, inciso V, da Lei Complementar nº 73, de 10 de fevereiro de 1993 (Lei Orgânica da Advocacia-Geral da União - AGU)**, além do **art. 11, inciso V, do Anexo I do Decreto nº 11.335, de 01 de janeiro de 2023** (aprova a Estrutura Regimental do Ministério das Comunicações), os quais dispõem que às Consultorias caberá o assessoramento do Ministro de Estado no controle interno da legalidade dos atos administrativos a serem praticados.

6. Consequentemente, na hipótese em apreço compete a este órgão jurídico analisar a regularidade do Processo Administrativo em epígrafe, adotando como parâmetro os princípios e as regras constitucionais aplicáveis à espécie, as disposições constantes da **Lei nº 9.784, de 29 de janeiro de 1999**, que regula o **processo administrativo no âmbito da Administração Pública Federal**, e, em especial, a legislação específica que disciplina o **serviço de Radiodifusão**, a fim de que se revele assegurada a presença das condições necessárias e dos documentos exigidos pelos atos normativos incidentes.

7. Cabe registrar, ainda, que **as informações de natureza técnica lançadas aos autos não se sujeitam**

Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/68235cd3-a142-4cd6-8313-c0dcaf537896>



68235cd3-a142-4cd6-8313-c0dcaf537896

ao exame desta Consultoria. **A uma**, porque a legislação de regência atribui às Consultorias Jurídicas junto aos Ministérios a competência para a análise jurídica das matérias que lhe são submetidas, não alcançando o enfrentamento de questões técnicas constantes dos autos. **A duas**, porque as razões invocadas pelos órgãos técnicos competentes revestem-se da presunção de veracidade, sendo, assim, presumivelmente verdadeiras até prova em contrário. **A três**, porquanto, ainda que a presunção tenha caráter relativo, os órgãos consultivos de assessoramento jurídico não detêm condições técnicas suficientemente adequadas para infirmar os elementos fáticos trazidos aos autos.

8. Nesse sentido, o **Enunciado nº 7 do Manual de Boas Práticas Consultivas na AGU** assim dispõe:

*“A manifestação consultiva que adentrar questão jurídica com potencial de significativo reflexo em aspecto técnico deve conter justificativa da necessidade de fazê-lo, evitando-se posicionamentos conclusivos sobre temas não jurídicos, tais como os técnicos, administrativos ou de conveniência ou oportunidade, podendo-se, porém, sobre estes emitir opinião ou formular recomendações, desde que enfatizando o caráter discricionário de seu acatamento.”*

## **II. 2. - DA BASE LEGAL QUE REGE O SERVIÇO DE RÁDIO-DIFUSÃO SONORA, COM FINS EXCLUSIVAMENTE EDUCATIVOS**

9. O serviço de radiodifusão com fins exclusivamente educativos encontra-se previsto no **Decreto-lei nº 236, de 28 de fevereiro de 1967**, bem como no **Decreto nº 52.795, de 1963** (alterado pelo **Decreto nº 9.138, de 22 de agosto de 2017**), a saber:

### **DL 236/1967**

*“Art. 13. A televisão educativa se destinará à divulgação de programas educacionais, mediante a transmissão de aulas, conferências, palestras e debates.*

*Parágrafo único. A televisão educativa não tem caráter comercial, sendo vedada a transmissão de qualquer propaganda, direta ou indiretamente, bem como o patrocínio dos programas transmitidos, mesmo que nenhuma propaganda seja feita através dos mesmos.*

*(...)”*

### **Decreto 52.795, de 1963**

*“Art. 13 caput*

*(...)”*

*§ 1º É dispensável a licitação para outorga para execução de serviço de radiodifusão com fins exclusivamente educativos.”*

10. Segundo o **art. 14** do referido **Decreto-lei nº 236/1967**, os legitimados para executar o serviço de radiodifusão com fins exclusivamente educativos são **União, Estados, Territórios, Municípios, Universidades Brasileiras e Fundações constituídas no Brasil**. Veja-se a literalidade do dispositivo legal:

### **Decreto 52.795, de 1963**

*“Art. 14. Somente poderão executar serviço de televisão educativa:*

*a) a União;*

*b) os Estados, Territórios e Municípios;*

*c) as Universidades Brasileiras;*

*d) as Fundações constituídas no Brasil, cujos Estatutos não contrariem o Código Brasileiro de Telecomunicações.*

*§ 1º As Universidades e Fundações deverão comprovadamente possuir recursos próprios para o empreendimento.*

*§ 2º A outorga de canais para a televisão educativa não dependerá da publicação do edital previsto do artigo 34 do Código Brasileiro de Telecomunicações.*

*(...)”*

11. Por sua vez, a **competência para outorgar o serviço de radiodifusão com fins exclusivamente educativos** é do **Excelentíssimo Senhor Presidente da República**, quando se tratar da exploração dos serviços de radiodifusão de sons e imagens; e do **Excelentíssimo Ministro de Estado das Comunicações**, em se tratando de permissão de serviços de radiodifusão sonora. Confira-se:

### **CBT – Lei nº 4.117, de 1962**

*“Art. 34 (...)”*

*§ 1º A outorga da concessão ou permissão é prerrogativa do Presidente da República, depois de ouvido o órgão competente do Poder Executivo sobre as propostas e requisitos exigidos pelo edital e de publicado o respectivo parecer. (Redação dada pela Lei nº 13.424, de 2017)”*

### **Decreto nº 52.795, de 1963**

*“Art. 6º À União compete, privativamente, autorizar, em todo território nacional, inclusive águas territoriais e espaço aéreo, a execução de serviços de radiodifusão.*

*§ 1º Compete ao Presidente da República outorgar, por meio de concessão, a exploração dos serviços de radiodifusão de sons e imagens. (Redação dada pelo Decreto nº 7.670, de 2012)*

Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/68235cd3-a142-4cd6-8313-c0dcaf537896>



§ 2º Compete ao Ministro de Estado das Comunicações outorgar, por meio de concessão, permissão ou autorização, a exploração dos serviços de radiodifusão sonora. [\(Redação dada pelo Decreto nº 7.670, de 2012\)](#)”

12. Na hipótese dos autos, vê-se que o pleito em análise trata de outorga do serviço de radiodifusão sonora, em frequência modulada, com fins exclusivamente educativos, evidenciando que a prática do correspondente ato administrativo é da competência do **Ministro de Estado das Comunicações**, nos termos do referido **art. 6º, § 2º, do Decreto nº 52.795/1963**.

13. Os requisitos de habilitação da entidade para a prestação do serviço vêm previstos no **art. 15, caput e parágrafos**, do mencionado **Decreto nº 52.795/1963**, alterado pelos **Decretos nº 9.138/2017 e nº 10.405/2020**:

**Decreto 52.795, de 1963**

“**Art. 15.** Para a habilitação, será exigida das pessoas jurídicas interessadas documentação relativa:

I - a sua **habilitação jurídica e a de seus sócios e dirigentes**; [\(Redação dada pelo Decreto nº 9.138, de 2017\)](#)

II - a sua qualificação econômico-financeira; e [\(Redação dada pelo Decreto nº 9.138, de 2017\)](#)

III - a sua regularidade fiscal e trabalhista.

§ 1º A documentação relativa à habilitação jurídica da pessoa jurídica consistirá: [\(Redação dada pelo Decreto nº 9.138, de 2017\)](#)

I - em formulário de requerimento de outorga, disponibilizado pelo Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações; [\(Incluído pelo Decreto nº 9.138, de 2017\)](#)

II - no ato constitutivo e nas suas alterações, registrados ou arquivados no órgão competente, constando, dentre seus objetivos, a execução de serviços de radiodifusão e, para as sociedades por ações, na cópia da ata da assembleia geral que elegeu a diretoria e a relação de acionistas da qual conste a quantidade, o valor e o tipo de ações de cada sócio; e [\(Incluído pelo Decreto nº 9.138, de 2017\)](#)

III - em certidão simplificada ou documento equivalente, emitida pelo órgão de registro competente em que estiverem arquivados os atos constitutivos da pessoa jurídica. [\(Incluído pelo Decreto nº 9.138, de 2017\)](#)

§ 2º Sem prejuízo de outras declarações que possam ser solicitadas, o requerimento de outorga a que se refere o inciso I do § 1º conterá as declarações de que: [\(Redação dada pelo Decreto nº 9.138, de 2017\)](#)

I - a pessoa jurídica possui recursos financeiros para o empreendimento pleiteado; [\(Incluído pelo Decreto nº 9.138, de 2017\)](#)

II - nenhum dos sócios ou dirigentes participa do quadro societário ou diretivo de outras pessoas jurídicas executantes do mesmo tipo de serviço de radiodifusão na localidade em que a concessão ou a permissão é pretendida, nem de outras pessoas jurídicas executantes de serviço de radiodifusão em Municípios diversos, em excesso aos limites estabelecidos no art. 12 do Decreto-Lei nº 236, de 28 de fevereiro de 1967; [\(Incluído pelo Decreto nº 9.138, de 2017\)](#)

III - nenhum dos dirigentes está no exercício de mandato eletivo que lhes assegure imunidade parlamentar ou de cargos ou funções dos quais decorra foro especial. [\(Incluído pelo Decreto nº 9.138, de 2017\)](#)

IV - a pessoa jurídica não está impedida de transacionar com a administração pública federal, direta ou indireta; [\(Incluído pelo Decreto nº 9.138, de 2017\)](#)

V - a pessoa jurídica cumpre o disposto no art. 7º, **caput**, inciso XXXIII, da Constituição; [\(Incluído pelo Decreto nº 9.138, de 2017\)](#)

VI - a pessoa jurídica não executa serviços de radiodifusão sem outorga; [\(Incluído pelo Decreto nº 9.138, de 2017\)](#)

VII - a pessoa jurídica autoriza o Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações a processar o assentimento prévio junto ao órgão competente, se a localidade referida no edital estiver situada na faixa de fronteira; [\(Incluído pelo Decreto nº 9.138, de 2017\)](#)

VIII - a pessoa jurídica está ciente do disposto no edital, dos seus anexos e das demais informações pertinentes; e [\(Incluído pelo Decreto nº 9.138, de 2017\)](#)

IX - nenhum dos sócios ou dirigentes da pessoa jurídica foi condenado em decisão transitada em julgado ou proferida por órgão judicial colegiado, pela prática dos ilícitos referidos no **art. 1º, caput, inciso I, alíneas “b”, “c”, “d”, “e”, “f”, “g”, “h”, “i”, “j”, “k”, “l”, “m”, “n”, “o”, “p” e “q” da Lei Complementar nº 64, de 18 de maio de 1990**. [\(Incluído pelo Decreto nº 9.138, de 2017\)](#)

§ 3º A documentação relativa à habilitação jurídica dos sócios e dos dirigentes consistirá na prova da condição de brasileiro nato ou naturalizado há mais de dez anos, a fim de atender ao disposto no **§ 1º do art. 222 da Constituição**, feita por meio da apresentação de: [\(Redação dada pelo Decreto nº 9.138, de 2017\)](#)

I - certidão de nascimento ou casamento; [\(Incluído pelo Decreto nº 9.138, de 2017\)](#)

II - certificado de reservista; [\(Incluído pelo Decreto nº 9.138, de 2017\)](#)

III - cédula de identidade; [\(Incluído pelo Decreto nº 9.138, de 2017\)](#)

IV - certificado de naturalização expedido há mais de dez anos; [\(Incluído pelo Decreto nº 9.138, de 2017\)](#)

V - carteira profissional; [\(Incluído pelo Decreto nº 9.138, de 2017\)](#)

VI - carteira de trabalho e previdência social; ou [\(Incluído pelo Decreto nº 9.138, de 2017\)](#)

VII - passaporte. [\(Incluído pelo Decreto nº 9.138, de 2017\)](#)

§ 4º A documentação relativa à **qualificação econômico-financeira** da pessoa jurídica consistirá: [\(Redação dada pelo Decreto nº 9.138, de 2017\)](#)

I - no balanço patrimonial e nas demonstrações contábeis do último exercício social, já exigíveis e apresentados na forma da lei, que comprovem a boa situação financeira, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, exceto quando a pessoa jurídica ainda não houver completado um exercício fiscal, hipótese em que deverá apresentar seu balanço de tura; [\(Incluído pelo Decreto nº 9.138, de 2017\)](#)

II - na certidão negativa de falência ou recuperação judicial, expedida pelo distribuidor da sede da pessoa

Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/68235cd3-a142-4cd6-8313-c0dcaf537896>



jurídica, com data posterior à publicação do edital; e [\(Incluído pelo Decreto nº 9.138, de 2017\)](#)

III - no comprovante de recolhimento de caução, nos termos do edital. [\(Incluído pelo Decreto nº 9.138, de 2017\)](#)  
(...)

§ 7º A documentação relativa à **regularidade fiscal e trabalhista** da pessoa jurídica consistirá: [\(Redação dada pelo Decreto nº 9.138, de 2017\)](#)

I - na prova de inscrição no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica - CNPJ; [\(Incluído pelo Decreto nº 9.138, de 2017\)](#)

II - na prova de regularidade perante as Fazendas federal, estadual, municipal ou distrital da sede da pessoa jurídica, na forma da lei; [\(Incluído pelo Decreto nº 9.138, de 2017\)](#)

III - na prova de regularidade do recolhimento dos recursos do Fundo de Fiscalização das Telecomunicações - Fistel; [\(Incluído pelo Decreto nº 9.138, de 2017\)](#)

IV - na prova de regularidade relativa à seguridade social e ao Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS; e [\(Incluído pelo Decreto nº 9.138, de 2017\)](#)

V - na prova da inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, por meio da apresentação de certidão negativa, nos termos do disposto no [Título VII-A do Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943 - Consolidação das Leis do Trabalho](#). [\(Incluído pelo Decreto nº 9.138, de 2017\)](#) (g.n.)”

14. No plano infralegal, foi publicada portaria ministerial dispondo sobre o procedimento para outorga dos **serviços de radiodifusão sonora** e de sons e imagens, com fins exclusivamente **educativos**. À época da publicação do referido Aviso, encontrava-se em vigor, ainda, a **Portaria nº 4.335, de 2015**, tendo sido esse, pois, o diploma normativo inicialmente observado por ocasião da seleção.

15. Após, referido ato normativo foi revogada pela **Portaria nº 3.238, de 2018**, posteriormente aplicável à seleção, por força de seu [art. 51<sup>\[1\]</sup>](#), sendo esta também revogada por consolidação, nos termos do **art. 539, inciso XLVI, <sup>[2]</sup>** da atual **Portaria de Consolidação GM/MCOM nº 1, de 1º de junho de 2023**.

## **II.3. - DA ANÁLISE DA REGULARIDADE PROCEDIMENTAL PARA A PUBLICAÇÃO DO ATO DE OUTORGA**

16. Delimitados os parâmetros formais do pleito em análise, bem como a base legal que rege o serviço de radiodifusão com fins exclusivamente educativos, passa-se a analisar a regularidade do procedimento em questão.

17. Da análise inicial da proposta apresentada pelo **MUNICÍPIO DE ESPERANTINA**, com vistas à obtenção da outorga do **serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada**, com fins exclusivamente **educativos**, pronunciou-se a Secretaria de Comunicação Social Eletrônica - SECOE por intermédio da **NOTA TÉCNICA Nº 11440/2016/SEI-MC (1127811)**, concluindo pela **habilitação da proposta** e pelo consequente **deferimento do pleito**, considerando que a documentação apresentada pela proponente se encontrava em consonância com o **art. 15 da Portaria nº 4.335/2015/SEI-MC, de 17 de setembro de 2015**, conforme *Checklist* elaborado na ocasião (**1127808**).

18. Em atendimento à nova orientação desta CONJUR sobre a aplicabilidade do **art. 51 e parágrafo único da Portaria nº 3.238/2018** aos processos de seleção anteriormente regidos pela **Portaria nº 4.335/2015**, manifestou-se a SECOE por meio da **NOTA TÉCNICA Nº 9743/2023/SEI-MCOM (10986051)**, informando ter notificado a proponente pela **NOTA TÉCNICA Nº 15296/2022 (10458441)**, com vistas a apresentar recurso e/ou documentação complementar, sob pena de indeferimento do pedido, concluindo, posteriormente, pelo atendimento, por parte da interessada, às exigências normativas em vigor, bem como ao correspondente Edital de Seleção Pública.

19. Todavia, conforme registra a **NOTA TÉCNICA Nº 20505/2023/SEI-MCOM (11218571)**, verificou a SECOE a necessidade de baixar o processo em diligência, no sentido de notificar a requerente para atualizar a seguinte documentação:

- a. prova de regularidade para com a fazenda estadual/distrital do local de sede; e
- b. prova de regularidade para com a fazenda municipal do local de sede.

20. Assim, cabe avançar na análise dos autos, com o fito de verificar a manutenção das condições de **habilitação** por parte da entidade, bem como a **atualidade** da documentação apresentada, tendo a SECOE atestado a adequação dos documentos acostados aos autos, segundo *Checklist* (**11251121**) e **NOTA TÉCNICA Nº 21498/2023/SEI-MCOM (11251148)**. Senão, vejamos.

21. Quanto à **regularidade jurídica**, verifica-se a juntada do **requerimento de outorga**, assinado pela Sra. **IVANÁRIA DO NASCIMENTO ALVES SAMPAIO**, na qualidade de representante legal da entidade interessada, acompanhado das declarações previstas no **art. 15, § 2º, do Decreto n.º 52.795/1963 (fls. 3-5 do SUPER-10534221)**.

22. A propósito, vê-se o ato de **Diplomação** e respectivo **Termo de Posse** da referida representante como **Prefeita do Município de Esperantina**, conforme doc. **SUPER-10534221, fls. 13-14**, como também dos documentos que comprovam sua **maioridade e nacionalidade brasileira** (**SUPER-10534221, fls. 9**).

23. Quanto à **qualificação econômico-financeira** e à **regularidade fiscal e trabalhista**, atestou a SECOE em sua **NOTA TÉCNICA Nº 21498/2023/SEI-MCOM (11251148)** o quanto se segue:

### **“ANÁLISE**

6. Em relação à **qualificação econômico-financeira**, bem como à **regularidade fiscal e trabalhista**, a entidade **tou aos autos balanço patrimonial e demonstrativo do resultado do último exercício**, sendo que as entidades optantes do Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/68235cd3-a142-4cd6-8313-c0dcaf537896>





Sistema Público de Escrituração Digital - SPED estão dispensadas de comprovar os itens II e III do caput - Origem: PRT SERAD-SEI/MCTIC 6.843/2019, art. 3º, §1º, substituídos pelo art. 7º, §1º da Portaria de Consolidação SECOE/MCOM nº 2/2023 (SEI nº 10534221, p. 21-30). Da análise da documentação, entende-se que a documentação contábil se encontra em consonância com o disposto especialmente nos arts. 3º e 4º da Portaria nº 6.843/2019 (revogada/substituída pela Portaria de Consolidação SECOE/MCOM nº 2/2023), conforme o resultado dos índices de solvência constantes do Checklist enunciado (SEI nº 11251121).” (negritamos)

24. Em relação à observância aos **limites do número de outorgas** - previstos no **art. 12** e seu **§ 3º**, do **Decreto-Lei nº 236/67**, bem como no **art. 14, § 3º**, do **Decreto nº 52.795/63**, a **NOTA TÉCNICA Nº 21498/2023 (11251148)** assegurou que:

“10. Em relação aos **limites de outorga**, a entidade e seus dirigentes **estão em conformidade** com os parâmetros fixados no **art. 12 do Decreto-Lei nº 236/1967**, bem como no que se refere ao **art. 14, §3º, do Decreto nº 52.795/63**, conforme pesquisa realizada no **Sistema de Acompanhamento de Controle Societário – SIACCO em 16 de novembro de 2023** (SEI nº 11218510).

11. A entidade **não possui outorga**. Além de ter o objeto adjudicado nesta localidade, na planilha de controle de Editais **não aparece como vencedora em outra(s) localidade(s)**. Ademais, **o(s) dirigente(s) integra(m) somente o quadro diretivo do serviço de radiodifusão prestado nas localidades ora sob exame**, conforme Anexo (SEI nº 11218510).

12. Portanto, **em nenhum caso há extrapolação dos limites de outorga**, seja pela pessoa jurídica, seja pelos respectivos dirigentes.” (destacamos)

25. No que pertine aos **aspectos técnicos**, a SECOE aduziu que, com a entrada em vigor do **Decreto nº 10.405, de 25 de junho de 2020**, que alterou o **Decreto nº 52.795, de 31 de outubro de 1963**, foi promovida a inversão de algumas fases para o procedimento da outorga do serviço em questão, “*retirando inclusive a necessidade de apresentação prévia do projeto técnico da estação, haverá primeiramente a publicação da Portaria de outorga, quando o processo será encaminhado para apreço pelo Congresso Nacional e publicação do respectivo Decreto Legislativo, autorização de uso de radiofrequência e a licença de funcionamento junto à Anatel, e finalmente a assinatura do contrato no Ministério. Ressalte-se, no entanto, que a citada inversão nas fases não exime a área técnica de atestar a observância das condições técnicas necessárias para a entrada em funcionamento antes da celebração do contrato*” (item 14 da **NOTA TÉCNICA Nº 21498/2023/SEI-MCOM (11251148)**).

26. Demais disso, apresentou a interessada as seguintes certidões (**SEI nº 11251121**):

a) certidão dos órgãos fazendários Federal, Estadual e Municipal, demonstrando o adimplemento de suas obrigações tributárias;

b) certidão da Receita Federal, da Caixa Econômica Federal e da Agência Nacional de Telecomunicações, comprovando a ausência de irregularidades perante o Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica, o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço e o Fundo de Fiscalização das Telecomunicações; e

c) certidão emitida pela Justiça do Trabalho, atestando a inexistência de débito inscrito no Banco Nacional de Devedores Trabalhistas em seu desfavor, conforme lista de verificação de documentos (**SEI nº 11251121**).

27. Por fim, cumpre-nos enfatizar que **deve ser mantido o cumprimento dos requisitos técnicos durante toda a execução do serviço, bem como realizada a atualização da documentação capaz de certificar a manutenção da situação de regularidade da entidade, por ocasião da formalização da assinatura do contrato.**

28. Diante de todo o exposto, verifica-se inexistir óbice sob o aspecto jurídico-formal que obstaculize a publicação da portaria de outorga a favor do **MUNICÍPIO DE ESPERANTINA (PREFEITURA MUNICIPAL DE ESPERANTINA)** para execução do **Serviço de Radiodifusão Sonora em Frequência Modulada**, com fins exclusivamente **Educativos**, na localidade de **Esperantina**, Estado do **Piauí**, desde que observada a orientação contida no parágrafo 27 acima.

### **III – CONCLUSÃO**

29. Isto posto, considerando os argumentos acima articulados e observado o parágrafo 27 deste parecer, recomenda-se, no aspecto jurídico-formal, sejam observadas as seguintes orientações:

i) não há impedimento jurídico para a publicação da **portaria de outorga** ao **MUNICÍPIO DE ESPERANTINA (PREFEITURA MUNICIPAL DE ESPERANTINA)** para execução do **Serviço de Radiodifusão Sonora em Frequência Modulada**, com fins **exclusivamente educativos**, na localidade de **Esperantina**, Estado do **Piauí**;

ii) as minutas de **portaria (SEI nº 11251141)** e de **exposição de motivos (SEI nº 11251143)** elaboradas pela SECOE, se encontram aptas a serem assinadas pela autoridade competente, no que se refere ao seu conteúdo, sem embargo de ser verificada a existência de eventual erro material;

iii) imperativa a deliberação do Congresso Nacional sobre a prestação do serviço de radiodifusão, com fins exclusivamente educativos de que se cogita, por força do disposto no **art. 223, § 3º, da Constituição Federal**.

30. Constitui atribuição do **Ministro de Estado** desta Pasta editar a **Portaria** destinada a outorgar a execução de serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, com fins exclusivamente educativos

31. Encaminhem-se os autos à **SECOE** para ciência e posterior envio ao Gabinete do Titular desta Casa, com vistas à adoção das demais providências cabíveis, inclusive no que concerne à submissão da matéria ao Congresso Nacional para deliberação.

À consideração superior.



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/68235cd3-a142-4cd6-8313-c0dcaf537896>

68235cd3-a142-4cd6-8313-c0dcaf537896



**LÍDIA MIRANDA DE LIMA**  
Advogada da União

**Notas**

1. <sup>^</sup> Art. 51. *Às seleções iniciadas durante a vigência da Portaria nº 4.335, de 17 de setembro de 2015, aplicam-se os procedimentos e critérios da presente Portaria, especialmente o art. 21 e seus parágrafos, exceto quanto aos critérios de classificação, os quais serão aplicados seguindo as disposições daquela Portaria, assegurado, ainda, o direito de participação das entidades inscritas cuja sede ou campus esteja situado fora do Estado ou do Distrito Federal objeto da seleção.*
2. <sup>^</sup> Art. 539. *Ficam revogadas, por consolidação, as seguintes normas: (...) XLVI – Portaria GM/MCTIC nº 3.238, de 20 de junho de 2018, publicada no Diário Oficial da União, Seção 1, de 21 de junho de 2018, p. 6;*
3. <sup>^</sup> Art. 20. *Encerrada a fase de classificação, será verificado se a pessoa jurídica classificada em primeiro lugar preenche os requisitos para habilitação. Art. 21. Será inabilitada a entidade que: I - deixar de apresentar requerimento de outorga ou quaisquer das declarações e documentos de habilitação indicados nos anexos I, II ou III, conforme o caso, ou que os apresentem com falhas, incorreções ou em desconformidade com as exigências estabelecidas no edital, inclusive as certidões e documentos comprobatórios disponíveis na Internet; II - deixar de cumprir as exigências constantes do Edital; III - possuir outorga para executar o mesmo tipo de serviço pretendido na localidade objeto da concessão ou permissão; IV - promover a alienação da IES mantida durante o procedimento de seleção; ou V - exceda ou vier a exceder os limites fixados no art. 12 do Decreto-Lei nº 236, de (...). Art. 22. As propostas serão analisadas de acordo com a ordem de classificação, sendo que a primeira habilitação prejudica a análise das demais.*

Atenção, a consulta ao processo eletrônico está disponível em <https://supersapiens.agu.gov.br> mediante o fornecimento do Número Único de Protocolo (NUP) 53900027556201631 e da chave de acesso ef300356



Documento assinado eletronicamente por LÍDIA MIRANDA DE LIMA, com certificado A1 institucional (\*.agu.gov.br), de acordo com os normativos legais aplicáveis. A conferência da autenticidade do documento está disponível com o código 1437004829 e chave de acesso ef300356 no endereço eletrônico <https://sapiens.agu.gov.br>. Informações adicionais: Signatário (a): LÍDIA MIRANDA DE LIMA, com certificado A1 institucional (\*.agu.gov.br). Data e Hora: 13-03-2024 08:44. Número de Série: 65437255745187764576406211080. Emissor: Autoridade Certificadora do SERPRO SSLv1.



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/68235cd3-a142-4cd6-8313-c0dcaf537896>

68235cd3-a142-4cd6-8313-c0dcaf537896



ADVOCACIA-GERAL DA UNIÃO  
CONSULTORIA-GERAL DA UNIÃO  
CONSULTORIA JURÍDICA JUNTO AO MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES  
COORDENAÇÃO-GERAL JURÍDICA DE RÁDIODIFUSÃO - CGJR  
ESPLANADA DOS MINISTÉRIOS, BLOCO R, ED. SEDE, SALA 915 CEP: 70044-900 BRASÍLIA-DF FONE: (61) 2027-6119/6915

**DESPACHO n. 00413/2024/CONJUR-MCOM/CGU/AGU**

**NUP:** 53900.027556/2016-31

**INTERESSADO:** Município de Esperantina

**ASSUNTO:** Outorga para exploração do serviço de radiodifusão sonora, em frequência modulada, com fins exclusivamente educativos

1. Aprovo a conclusão do **PARECER N. 00177/2024/CONJUR-MCOM/CGU/AGU**, elaborado pela **Dra. Lídia Miranda de Lima, advogada da União**, referente à emissão de outorga para prestação do serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, com fins exclusivamente educativos.
2. Os autos do Processo Administrativo em análise versam sobre o resultado final do procedimento seletivo para prestação do serviço de radiodifusão sonora, em frequência modulada, com fins exclusivamente educativos, na localidade de **Esperantia/PI**.
3. A Secretaria de Comunicação Social Eletrônica (SECOE), por meio da **NOTA TÉCNICA N° 21498/2023/SEI-MCOM**, manifestou-se de forma favorável ao deferimento da permissão para o Município de Esperantina, explorar o serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, com fins exclusivamente educativos, na localidade de **Esperantia/PI**.
4. Conforme os termos do **PARECER N. 00177/2024/CONJUR-MCOM/CGU/AGU e atentando para a orientação apresentada no item 27 do citado PARECER**, não existe óbice jurídico para a emissão de outorga para prestação do serviço de radiodifusão sonora, em frequência modulada, com fins exclusivamente educativos, conforme os termos do art. 223 e ss. da Constituição Federal; da Lei nº 4.117, de 27 de agosto de 1962 (que institui o Código Brasileiro de Telecomunicações); do art. 13 e ss. do Decreto-Lei nº 236, de 28 de fevereiro de 1967; do art. 6º e ss. do Decreto nº 52.795, de 31 de outubro de 1963, com alterações posteriores; da Portaria nº 4.335, de 17 de setembro de 2015, publicada no Diário Oficial da União de 21 de setembro de 2015 c/c a Portaria nº 3.238, de 20 de junho de 2018 (vigentes à época do processo seletivo); e da Portaria de Consolidação GM/MCOM Nº 1º, 2 de junho de 2023.
5. Em relação à orientação apresentada no item 27 do mencionado PARECER, tem-se que a SECOE deve atentar para a referida recomendação, sem prejuízo na continuidade da tramitação do deferimento da outorga para exploração do serviço de radiodifusão sonora, com fins exclusivamente educativos.
6. Deste modo e atentando para a orientação apresentada no item 27 do **PARECER N. 00177/2024/CONJUR-MCOM/CGU/AGU**, tem-se que não existe impedimento jurídico para outorgar permissão ao Município de Esperantina com o objetivo de executar o serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, com fins exclusivamente educativos, na localidade de **Esperantia/PI**.
7. É atribuição do Ministro de Estado conferir permissão, por meio de edição de portaria, para execução do serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, com fins exclusivamente educativos.
8. **Em razão da ausência de óbice jurídico, a SECOE deve adotar as medidas administrativas rotineiras para edição da portaria ministerial.**
9. Encaminhem-se os autos do Processo Administrativo à Secretaria de Comunicação Social Eletrônica (SECOE) para ciência e posterior envio ao Gabinete do Ministro para as demais providências cabíveis.

À consideração superior

Brasília, 13 de março de 2024.

*assinado eletronicamente*  
**JOÃO PAULO SANTOS BORBA**  
ADVOGADO DA UNIÃO  
COORDENADOR-GERAL JURÍDICO DE RÁDIODIFUSÃO



Atenção, a consulta ao processo eletrônico está disponível em <https://supersapiens.agu.gov.br> mediante o acionamento do Número Único de Protocolo (NUP) 53900027556201631 e da chave de acesso ef300356

Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/68235cd3-a142-4cd6-8313-c0dcaf537896>

68235cd3-a142-4cd6-8313-c0dcaf537896



Documento assinado eletronicamente por JOÃO PAULO SANTOS BORBA, com certificado A1 institucional (\*.agu.gov.br), de acordo com os normativos legais aplicáveis. A conferência da autenticidade do documento está disponível com o código 1437353757 e chave de acesso ef300356 no endereço eletrônico <https://sapiens.agu.gov.br>. Informações adicionais: Signatário (a): JOÃO PAULO SANTOS BORBA, com certificado A1 institucional (\*.agu.gov.br). Data e Hora: 13-03-2024 18:48. Número de Série: 65437255745187764576406211080. Emissor: Autoridade Certificadora do SERPRO SSLv1.

---

68235cd3-a142-4cd6-8313-c0dcaf537896



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/68235cd3-a142-4cd6-8313-c0dcaf537896>



ADVOCACIA-GERAL DA UNIÃO  
CONSULTORIA-GERAL DA UNIÃO  
CONSULTORIA JURÍDICA JUNTO AO MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES  
GABINETE - GAB

ESPLANADA DOS MINISTÉRIOS, BLOCO R, ED. SEDE, SALA 915 CEP: 70044-900 BRASÍLIA-DF FONE: (61) 2027-6119/6915

**DESPACHO n. 00425/2024/CONJUR-MCOM/CGU/AGU**

**NUP: 53900.027556/2016-31**

**INTERESSADOS: MUNICÍPIO DE ESPERANTINA (PREFEITURA MUNICIPAL DE ESPERANTINA)**

**ASSUNTOS: Radiodifusão. Rádio educativa. Portaria de outorga.**

1. Aprovo o PARECER n. 177/2024/CONJUR-MCOM/CGU/AGU nos termos do DESPACHO n. 413/2024/CONJUR-MCOM/CGU/AGU.
2. Encaminhem conforme proposto.

Brasília, 14 de março de 2024.

Assinado eletronicamente  
FELIPE NOGUEIRA FERNANDES  
ADVOGADO DA UNIÃO  
Consultor Jurídico

Atenção, a consulta ao processo eletrônico está disponível em <https://supersapiens.agu.gov.br> mediante o fornecimento do Número Único de Protocolo (NUP) 53900027556201631 e da chave de acesso ef300356



Documento assinado eletronicamente por FELIPE NOGUEIRA FERNANDES, com certificado A1 institucional (\*.agu.gov.br), de acordo com os normativos legais aplicáveis. A conferência da autenticidade do documento está disponível com o código 1438355783 e chave de acesso ef300356 no endereço eletrônico <https://sapiens.agu.gov.br>. Informações adicionais: Signatário (a): FELIPE NOGUEIRA FERNANDES, com certificado A1 institucional (\*.agu.gov.br). Data e Hora: 14-03-2024 10:16. Número de Série: 65437255745187764576406211080. Emissor: Autoridade Certificadora do SERPRO SSLv1.



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/68235cd3-a142-4cd6-8313-c0dcaf537896>

68235cd3-a142-4cd6-8313-c0dcaf537896



## MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES

PORTARIA MCOM Nº 12558, DE 15 DE MARÇO DE 2024

O **MINISTRO DE ESTADO DAS COMUNICAÇÕES**, no uso de suas atribuições, considerando o disposto no art. 223 da Constituição Federal, no art. 34 da Lei nº 4.117/62, e no art. 6º, § 2º, do Regulamento dos Serviços de Radiodifusão, aprovado pelo Decreto nº 52.795, de 31 de outubro de 1963, e tendo em vista o que consta dos Processos Administrativos nº 53900.027556/2016-31 e nº 53900.012816/2016-74, resolve:

Art. 1º Outorgar permissão ao **MUNICÍPIO DE ESPERANTINA (PREFEITURA MUNICIPAL DE ESPERANTINA)**, CN 06.554.174/0001-82, para executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, o serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, com fins exclusivamente educativos, na localidade de Esperantina, estado do Piauí, por meio do canal 237E.

Parágrafo único. A permissão ora outorgada reger-se-á pela Lei nº 4.117, de 27 de agosto de 1962, que instituiu o Código Brasileiro de Telecomunicações, pelas leis subsequentes, pelos seus regulamentos e pelas obrigações assumidas pela outorgada.

Art. 2º As principais obrigações a serem cumpridas pela permissionária serão objeto do contrato de permissão da outorga, assinado pela entidade, nos termos da legislação vigente.

Art. 3º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do § 3º, do art. 223 da Constituição Federal.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

JUSCELINO FILHO

Ministro de Estado das Comunicações



Documento assinado eletronicamente por **José Juscelino dos Santos Rezende Filho, Ministro de Estado das Comunicações**, em 28/03/2024, às 15:29, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, caput, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://sei.mcom.gov.br/sei/verifica>, informando o código verificador **11424233** e o código CRC **4D427178**.

Referência: Processo nº 53900.027556/2016-31

Documento nº 11424233



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/68235cd3-a142-4cd6-8313-c0dcaf537896>

68235cd3-a142-4cd6-8313-c0dcaf537896



MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES

Brasília, 15 de março de 2024.

Excelentíssimo Senhor Presidente da República,

1. Submeto à sua apreciação o Processo Administrativo nº 53900.027556/2016-31, relativo a procedimento de seleção pública para outorga de serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, com fins exclusivamente educativos, na localidade de Esperantina, estado do Piauí, cujo objeto foi adjudicado a o MUNICÍPIO DE ESPERANTINA (PREFEITURA MUNICIPAL ESPERANTINA), por intermédio do Edital nº 91/2023/SEI-MCOM, de 7 de novembro de 2023, publicado no Diário Oficial da União em 8 de novembro de 2023.
2. O processo de seleção em questão fez parte do Edital nº 88/2016, de 12 de fevereiro de 2016, publicado no Diário Oficial da União de 1º de março de 2016, em conformidade com as disposições da Portaria nº 4.335/2015/SEI-MC, de 17 de setembro de 2015, publicada no Diário Oficial da União de 21 de setembro de 2015, e da Portaria nº 3.238, de 20 de junho de 2018, publicada no Diário Oficial da União de 21 de junho de 2018 (revogada/substituída pela Portaria de Consolidação GM/MCOM nº 1, de 2 de junho de 2023, publicada no Diário Oficial da União de 5 de junho de 2023).
3. No curso processual foram realizadas análises técnica e jurídica da documentação apresentada, não havendo qualquer óbice legal e normativo ao prosseguimento do pleito. A área técnica deste Ministério se manifestou de modo favorável à outorga, por meio da Nota Técnica nº 21498/2023/SEI-MCOM, e a Consultoria Jurídica, de igual modo, também apresentou considerações favoráveis, por intermédio de seu Parecer Jurídico nº 00177/2024/CONJUR-MCOM/CGU/AGU.
4. Assim, fora expedida a Portaria nº 12.558, de 15 de março de 2024, publicada no Diário Oficial da União de \_\_\_\_ de \_\_\_\_ de 202\_\_, que outorgou, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, permissão ao MUNICÍPIO DE ESPERANTINA (PREFEITURA MUNICIPAL DE ESPERANTINA), CNPJ nº 06.554.174/0001-82, para executar o serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, com fins exclusivamente educativos, na localidade de Esperantina, estado do Piauí, por meio do canal 237E.
5. Em conformidade com os preceitos estabelecidos no § 3º, do art. 223 da Constituição Federal, a outorga, objeto do presente processo, somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, para onde solicito seja encaminhado o referido ato, acompanhado do processo correspondente.

Respeitosamente,

JUSCELINO FILHO  
Ministro de Estado das Comunicações

PARECER DE MÉRITO

<b>1. Análise do problema que o ato normativo visa a solucionar:</b> Processo para outorga de serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, com fins exclusivamente educativos, na localidade de Esperantina, estado do Piauí, por meio do canal 237E.
<b>2. Objetivos que se pretende alcançar:</b> Necessidade de encaminhamento da Portaria Ministerial de outorga da permissão a ser enviada ao Congresso Nacional, para deliberação, por meio de mensagem da Presidência da República, nos termos do § 1º, do art. 31 do Decreto nº 52.795, de 31 de outubro de 1963.
<b>3. Identificação dos atingidos pelo ato normativo:</b> MUNICÍPIO DE ESPERANTINA (PREFEITURA MUNICIPAL DE ESPERANTINA), CNPJ nº 06.554.174/0001-82.
<b>4. Estratégia e prazo para implementação:</b> Não há.
<b>5. Na hipótese de a proposta implicar em renúncia de receita, criação, aperfeiçoamento ou expansão da ação governamental, ou aumento de despesas:</b> a) a estimativa do impacto orçamentário-financeiro no exercício em que entrar em vigor e nos dois subsequentes, constando, de forma clara e detalhada, as premissas e as metodologias de cálculo utilizadas, e indicando: i) se a medida proposta foi considerada nas metas de resultados fiscais previstas na lei de diretrizes orçamentárias; e ii) a simulação que demonstre o impacto da despesa com a medida proposta; e b) a declaração de que a medida apresenta: i) adequação orçamentária e financeira com a lei orçamentária anual; e ii) compatibilidade com o plano plurianual, com a lei de diretrizes orçamentárias e com o <a href="#">art. 107 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias</a> . Não há renúncia de receita, criação, aperfeiçoamento ou expansão da ação governamental, ou aumento de despesas.
<b>6. Análise do impacto da medida sobre o meio ambiente e sobre outras políticas públicas, inclusive quanto à interação ou à sobreposição:</b>



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/68235cd3-a142-4cd6-8313-c0dcaf537896>

68235cd3-a142-4cd6-8313-c0dcaf537896



**7. Análise das consequências do uso do processo legislativo regular (apenas nos casos de medida provisória ou de projeto de lei em regime de urgência):**

Não se aplica.

**8. Síntese do Parecer Jurídico:**

Após o devido atendimento das orientações, não existe impedimento jurídico para que seja conferida a outorga ao MUNICÍPIO DE ESPERANTINA (PREFEITURA MUNICIPAL DE ESPERANTINA).



Documento assinado eletronicamente por **José Juscelino dos Santos Rezende Filho, Ministro de Estado das Comunicações**, em 28/03/2024, às 15:29, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, caput, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://sei.mcom.gov.br/sei/verifica>, informando o código verificador **11424237** e o código CRC **D3B91E0D**.

Referência: Processo nº 53900.027556/2016-31

Documento nº 11424237



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/68235cd3-a142-4cd6-8313-c0dcaf537896>

68235cd3-a142-4cd6-8313-c0dcaf537896



**MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES**  
Secretaria de Comunicação Social Eletrônica  
Gabinete da Secretaria de Comunicação Social Eletrônica

Ofício Interno nº 48215/2024/MCOM

Brasília, na data da assinatura

À Senhora  
**Rafaela Calado e Silva Mello**  
Chefe de Gabinete do Ministro  
Ministério das Comunicações

**Assunto: Encaminha a Portaria nº 12558/2024 (11424233) e a Exposição de Motivos nº 199/2024 (11424237)**

Senhora Chefe de Gabinete,

De acordo com o disposto no Despacho DEPub\_MCOM 1(1259599), encaminho a Portaria nº 12558/2024 (11424233) e a Exposição de Motivos nº 199/2024 (11424237), para apreciação e as providências subsequentes.

Atenciosamente,

**Wilson Diniz Wellisch**  
Secretário de Comunicação Social Eletrônica



Documento assinado eletronicamente por **Wilson Diniz Wellisch**, Secretário de Comunicação Social Eletrônica, em 22/03/2024, às 17:17, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, caput, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://sei.mcom.gov.br/sei/verifica>, informando o código verificador **11424490** e o código CRC **74FA7BC5**.

Referência: Processo nº 53900.027556/2016-31

Documento nº 11424490

68235cd3-a142-4cd6-8313-c0dcaf537896



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/68235cd3-a142-4cd6-8313-c0dcaf537896>


Imprimir Recibo

Página Principal

Presidência da República  
Imprensa Nacional

Envio Eletrônico de Matérias

Comprovante de Recebimento



A Imprensa Nacional recebeu Ofício Eletrônico com a solicitação de publicação de matérias com as seguintes características:

**Data de envio:** 28/03/2024 16:47:26  
**Origem do Ofício:** Gabinete do Ministro  
**Operador:** Rosiane Caixeta da Silva  
**Ofício:** 10247183  
**Data prevista de publicação:** 01/04/2024  
**Local de publicação:** Diário Oficial - Seção 1  
**Forma de pagamento:** Isento

As matérias enviadas somente serão publicadas na data e jornal indicados no Ofício Eletrônico após validação e análise de adequação à legislação que disciplina a publicação de matérias nos Jornais Oficiais.

Matérias				
Sequencial	Arquivo(s)	MD5	Tamanho (cm)	Valor
21505753	PORTARIA MCOM NA 12203.rtf	151f8d21d2a18faa575ab75d292d6de5	6,00	R\$ 233,52
21505754	PORTARIA MCOM NA 12504.rtf	41ebac8af56eb4f6b36db7a499c18601	6,00	R\$ 233,52
21505755	PORTARIA MCOM NA 12510.rtf	14d6fdee7393b7a665eac4b7aa32f1fe	8,00	R\$ 311,36
21505756	PORTARIA MCOM NA 12518.rtf	be6a4a4d2513f2568caf0da41400dfda	8,00	R\$ 311,36
21505757	PORTARIA MCOM NA 12519.rtf	1211806b2b5d948a343501023db3850c	8,00	R\$ 311,36
21505758	PORTARIA MCOM NA 12558.rtf	cb049a7754b4cb4286a0af01aa9c228d	9,00	R\$ 350,28
21505759	PORTARIA MCOM NA 12575.rtf	8ae7dfef06166d35a271208044b02673	6,00	R\$ 233,52
TOTAL DO OFICIO			51,00	R\$ 1.984,92

# DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO

Publicado em: 01/04/2024 | Edição: 62 | Seção: 1 | Página: 12

Órgão: Ministério das Comunicações/Gabinete do Ministro

## PORTARIA MCOM Nº 12.558, DE 15 DE MARÇO DE 2024

O MINISTRO DE ESTADO DAS COMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições, considerando o disposto no art. 223 da Constituição Federal, no art. 34 da Lei nº 4.117/62, e no art. 6º, § 2º, do Regulamento dos Serviços de Radiodifusão, aprovado pelo Decreto nº 52.795, de 31 de outubro de 1963, e tendo em vista o que consta dos Processos Administrativos nº 53900.027556/2016-31 e nº 53900.012816/2016-74, resolve:

Art. 1º Outorgar permissão ao MUNICÍPIO DE ESPERANTINA (PREFEITURA MUNICIPAL DE ESPERANTINA), CNPJ nº 06.554.174/0001-82, para executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, o serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, com fins exclusivamente educativos, na localidade de Esperantina, estado do Piauí, por meio do canal 237E.

Parágrafo único. A permissão ora outorgada reger-se-á pela Lei nº 4.117, de 27 de agosto de 1962, que instituiu o Código Brasileiro de Telecomunicações, pelas leis subsequentes, pelos seus regulamentos e pelas obrigações assumidas pela outorgada.

Art. 2º As principais obrigações a serem cumpridas pela permissionária serão objeto do contrato de permissão da outorga, assinado pela entidade, nos termos da legislação vigente.

Art. 3º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do § 3º, do art. 223 da Constituição Federal.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

JUSCELINO FILHO



Este conteúdo não substitui o publicado na versão certificada.



Id solicitação: 57dbac5253b1e

## Informações da Entidade

Dados da Entidade	
<b>Nome da Entidade:</b> PREFEITURA MUNICIPAL DE ESPERANTINA	
<b>Nome Fantasia:</b>	
<b>Telefone:</b> (86) 0000-0000	<b>E-mail:</b>
<b>CNPJ:</b> 06.554.174/0001-82	<b>Número do Fistel:</b> 50447794906
<b>Tipo Usuário:</b> Adm Direta Municipal	<b>Tipo Taxa:</b> 50% (órgãos do governo)
<b>Data do contrato:</b>	<b>Serviço:</b> 230 - Radiodifusão Sonora em Frequência Modulada
<b>Carater:</b> Primário	<b>Local específico:</b>
<b>Rede:</b>	<b>Categoria da Estação:</b> Principal
<b>Val. RF:</b> -	
<b>Observações:</b> RSVPNO CANAL RESERVADO PARA O PNO DE RADIODIFUSÃO EDUCATIVA. Ato nº 430, de 19/01/2012, publicado no DOU. de 23/01/2012.	

Endereço Sede		
<b>Logradouro:</b> RUA ANTONIO DOS SANTOS	<b>Complemento:</b>	
<b>Bairro:</b> CENTRO	<b>Numero:</b> s/nº	
<b>Município:</b> Esperantina	<b>UF:</b> PI	<b>CEP:</b> 64180000

Endereço do Transmissor		
<b>Logradouro:</b>	<b>Complemento:</b>	
<b>Bairro:</b>	<b>Numero:</b>	
<b>Município:</b> -	<b>UF:</b>	<b>CEP:</b>

Endereço do Estúdio Principal		
<b>Logradouro:</b>	<b>Complemento:</b>	
<b>Bairro:</b>	<b>Numero:</b>	
<b>Município:</b> -	<b>UF:</b>	<b>CEP:</b>

Endereço do Estúdio Auxiliar		
<b>Logradouro:</b>	<b>Complemento:</b>	
<b>Bairro:</b>	<b>Numero:</b>	
<b>Município:</b> -	<b>UF:</b>	<b>CEP:</b>

## Informações do Plano Basico

Localização	
<b>Município:</b> Esperantina	<b>UF:</b> PI

Parâmetros Técnicos			
<b>Canal:</b> 237	<b>Frequência:</b> 95.3 MHz	<b>Classe:</b> B1	<b>ERP Máxima:</b> 0kW
<b>HCI:</b> 90 m	<b>Pareamento:</b>	<b>Decalagem:</b>	<b>Fase:</b> 1

## Informações da Estação

Informações Gerais	
<b>Número da Estação:</b>	<b>Número Indicativo:</b>
<b>Data Último Licenciamento:</b>	<b>Número da Licença:</b>



Estação Principal		
Localização		
Latitude: 0	Longitude: 0	Cota da base: 0 m

Transmissor Principal	
Código Equipamento:	Modelo: Equipamento não encontrado
Fabricante:	Potência de Operação: kW

Linha de Transmissão Principal			
Modelo:	Fabricante:		
Comprimento da Linha: m	Atenuação: dB/100m	Perdas Acessórias: 0.5 dB	Impedância: ohms

Antena Principal					
Modelo:	Fabricante:				
Ganho: dBd	Beam-Tilt: °	Orientação NV: °	Polarização:	HCI: m	ERP Máxima: 0 kW

Padrão de Antena dBd											
0°: 0	5°: 0	10°: 0	15°: 0	20°: 0	25°: 0	30°: 0	35°: 0	40°: 0	45°: 0	50°: 0	55°: 0
60°: 0	65°: 0	70°: 0	75°: 0	80°: 0	85°: 0	90°: 0	95°: 0	100°: 0	105°: 0	110°: 0	115°: 0
120°: 0	125°: 0	130°: 0	135°: 0	140°: 0	145°: 0	150°: 0	155°: 0	160°: 0	165°: 0	170°: 0	175°: 0
180°: 0	185°: 0	190°: 0	195°: 0	200°: 0	205°: 0	210°: 0	215°: 0	220°: 0	225°: 0	230°: 0	235°: 0
240°: 0	245°: 0	250°: 0	255°: 0	260°: 0	265°: 0	270°: 0	275°: 0	280°: 0	285°: 0	290°: 0	295°: 0
300°: 0	305°: 0	310°: 0	315°: 0	320°: 0	325°: 0	330°: 0	335°: 0	340°: 0	345°: 0	350°: 0	355°: 0

Coordenadas por radial											
0°: Lat 0 Lon 0	5°: Lat 0 Lon 0	10°: Lat 0 Lon 0	15°: Lat 0 Lon 0	20°: Lat 0 Lon 0	25°: Lat 0 Lon 0	30°: Lat 0 Lon 0	35°: Lat 0 Lon 0	40°: Lat 0 Lon 0	45°: Lat 0 Lon 0	50°: Lat 0 Lon 0	55°: Lat 0 Lon 0
60°: Lat 0 Lon 0	65°: Lat 0 Lon 0	70°: Lat 0 Lon 0	75°: Lat 0 Lon 0	80°: Lat 0 Lon 0	85°: Lat 0 Lon 0	90°: Lat 0 Lon 0	95°: Lat 0 Lon 0	100°: Lat 0 Lon 0	105°: Lat 0 Lon 0	110°: Lat 0 Lon 0	115°: Lat 0 Lon 0
120°: Lat 0 Lon 0	125°: Lat 0 Lon 0	130°: Lat 0 Lon 0	135°: Lat 0 Lon 0	140°: Lat 0 Lon 0	145°: Lat 0 Lon 0	150°: Lat 0 Lon 0	155°: Lat 0 Lon 0	160°: Lat 0 Lon 0	165°: Lat 0 Lon 0	170°: Lat 0 Lon 0	175°: Lat 0 Lon 0
180°: Lat 0 Lon 0	185°: Lat 0 Lon 0	190°: Lat 0 Lon 0	195°: Lat 0 Lon 0	200°: Lat 0 Lon 0	205°: Lat 0 Lon 0	210°: Lat 0 Lon 0	215°: Lat 0 Lon 0	220°: Lat 0 Lon 0	225°: Lat 0 Lon 0	230°: Lat 0 Lon 0	235°: Lat 0 Lon 0
240°: Lat 0 Lon 0	245°: Lat 0 Lon 0	250°: Lat 0 Lon 0	255°: Lat 0 Lon 0	260°: Lat 0 Lon 0	265°: Lat 0 Lon 0	270°: Lat 0 Lon 0	275°: Lat 0 Lon 0	280°: Lat 0 Lon 0	285°: Lat 0 Lon 0	290°: Lat 0 Lon 0	295°: Lat 0 Lon 0
300°: Lat 0 Lon 0	305°: Lat 0 Lon 0	310°: Lat 0 Lon 0	315°: Lat 0 Lon 0	320°: Lat 0 Lon 0	325°: Lat 0 Lon 0	330°: Lat 0 Lon 0	335°: Lat 0 Lon 0	340°: Lat 0 Lon 0	345°: Lat 0 Lon 0	350°: Lat 0 Lon 0	355°: Lat 0 Lon 0

Distância por radial											
0°: 0	5°: 0	10°: 0	15°: 0	20°: 0	25°: 0	30°: 0	35°: 0	40°: 0	45°: 0	50°: 0	55°: 0
60°: 0	65°: 0	70°: 0	75°: 0	80°: 0	85°: 0	90°: 0	95°: 0	100°: 0	105°: 0	110°: 0	115°: 0
120°: 0	125°: 0	130°: 0	135°: 0	140°: 0	145°: 0	150°: 0	155°: 0	160°: 0	165°: 0	170°: 0	175°: 0
180°: 0	185°: 0	190°: 0	195°: 0	200°: 0	205°: 0	210°: 0	215°: 0	220°: 0	225°: 0	230°: 0	235°: 0
240°: 0	245°: 0	250°: 0	255°: 0	260°: 0	265°: 0	270°: 0	275°: 0	280°: 0	285°: 0	290°: 0	295°: 0
300°: 0	305°: 0	310°: 0	315°: 0	320°: 0	325°: 0	330°: 0	335°: 0	340°: 0	345°: 0	350°: 0	355°: 0

Estação Auxiliar	
Transmissor Auxiliar	
Código Equipamento:	Modelo: Equipamento não encontrado
Fabricante:	Potência de Operação: kW

Transmissor Auxiliar 2	
Código Equipamento:	Modelo: Equipamento não encontrado
Fabricante:	Potência de Operação: kW





Linha de Transmissão Auxiliar							
Modelo:				Fabricante:			
Comprimento da Linha: m		Atenuação: dB/100m		Perdas Acessórias: dB		Impedância: ohms	

Antena Auxiliar					
Modelo:			Fabricante:		
Ganho: dBd	Beam-Tilt: °	Orientação NV: °	Polarização:	HCI: m	ERP Máxima: 0 kW

Informações do documento de Outorga							
Núm Processo	Núm Documento	Tipo Documento	Orgão	Data do docu	Data DOU	Razão do Doc	Natureza
							Jurídico

Informações do documento de Aprovação de Locais							
Núm Processo	Núm Documento	Tipo Documento	Orgão	Data do docu	Data DOU	Razão do Doc	Natureza

Histórico de Documentos Emitidos							
Núm Processo	Núm Documento	Tipo Documento	Orgão	Data do docu	Data DOU	Razão do Doc	Natureza
53900027556201631	12558	Portaria	MC	15/03/2024	01/04/2024	Outorga	Jurídico

Horário de funcionamento	





**MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES**  
Secretaria de Comunicação Social Eletrônica  
Gabinete da Secretaria de Comunicação Social Eletrônica

Ofício Interno nº 48856/2024/MCOM

Brasília, 02 de abril de 2024

Ao Senhor  
**Ênio Soares Dias**  
Coordenador-Geral de Serviços do Gabinete  
Ministério das Comunicações

**Assunto: Encaminha Exposição de Motivos (11424237)**

Senhor Coordenador-Geral,

Tendo em vista o que consta do Despacho DE PUB\_MCOM (11259599), encaminho a Vossa Senhoria a Exposição de Motivos nº 199/2024 (11424237), para conhecimento e providência subsequente.

Atenciosamente,



Documento assinado eletronicamente por **Ana Maria dos Santos, Assistente**, em 02/04/2024, às 11:39, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, caput, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://sei.mcom.gov.br/sei/verifica>, informando o código verificador **11452009** e o código CRC **D649C50B**.

Referência: Processo nº 53900.027556/2016-31

Documento nº 11452009



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/68235cd3-a142-4cd6-8313-c0dcaf537896>

68235cd3-a142-4cd6-8313-c0dcaf537896

Brasília, 4 de Abril de 2024

Excelentíssimo Senhor Presidente da República,

1. Submeto à sua apreciação o Processo Administrativo nº 53900.027556/2016-31, relativo a procedimento de seleção pública para outorga de serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, com fins exclusivamente educativos, na localidade de Esperantina, estado do Piauí, cujo objeto foi adjudicado ao MUNICÍPIO DE ESPERANTINA (PREFEITURA MUNICIPAL DE ESPERANTINA), por intermédio do Edital nº 91/2023/SEI-MCOM, de 7 de novembro de 2023, publicado no Diário Oficial da União em 8 de novembro de 2023.
2. O processo de seleção em questão fez parte do Edital nº 88/2016, de 12 de fevereiro de 2016, publicado no Diário Oficial da União de 1º de março de 2016, em conformidade com as disposições da Portaria nº 4.335/2015/SEI-MC, de 17 de setembro de 2015, publicada no Diário Oficial da União de 21 de setembro de 2015, e da Portaria nº 3.238, de 20 de junho de 2018, publicada no Diário Oficial da União de 21 de junho de 2018 (revogada/substituída pela Portaria de Consolidação GM/MCOM nº 1, de 2 de junho de 2023, publicada no Diário Oficial da União de 5 de junho de 2023).
3. No curso processual foram realizadas análises técnica e jurídica da documentação apresentada, não havendo qualquer óbice legal e normativo ao prosseguimento do pleito. A área técnica deste Ministério se manifestou de modo favorável à outorga, por meio da Nota Técnica nº 21498/2023/SEI-MCOM, e a Consultoria Jurídica, de igual modo, também apresentou considerações favoráveis, por intermédio de seu Parecer Jurídico nº 00177/2024/CONJUR-MCOM/CGU/AGU.
4. Assim, fora expedida a Portaria nº 12.558, de 15 de março de 2024, publicada no Diário Oficial da União de 1º de abril de 2024, que outorgou, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, permissão ao MUNICÍPIO DE ESPERANTINA (PREFEITURA MUNICIPAL DE ESPERANTINA), CNPJ nº 06.554.174/0001-82, para executar o serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, com fins exclusivamente educativos, na localidade de Esperantina, estado do Piauí, por meio do canal 237E.
5. Em conformidade com os preceitos estabelecidos no § 3º, do art. 223 da Constituição Federal, a outorga, objeto do presente processo, somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, para onde solicito seja encaminhado o referido ato, acompanhado do processo correspondente.

Respeitosamente,



***Assinado eletronicamente por: Jose Juscelino dos Santos Rezende Filho***



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/68235cd3-a142-4cd6-8313-c0dcaf537896>

68235cd3-a142-4cd6-8313-c0dcaf537896



**MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES**  
Gabinete do Ministro das Comunicações  
Coordenação-Geral do Gabinete do Ministro

OFÍCIO Nº 11743/2024/MCOM

Ao Senhor  
BRUNO MORETTI  
Secretário Especial de Análise Governamental  
Casa Civil da Presidência da República  
Brasília/DF

**Assunto: Outorga de autorização de radiodifusão - Processo nº 53900.027556/2016-31.**

Senhor Secretário,

Encaminha-se o presente processo, para conhecimento e providências subsequentes, cuja exposição de motivos, assinada pelo titular desta Pasta, encontra-se devidamente enviada a essa Presidência, pelo SIDOF, versando sobre outorga de autorização de radiodifusão.

Atenciosamente,

ÊNIO SOARES DIAS  
Coordenador-Geral do Gabinete do Ministro



Documento assinado eletronicamente por Ênio Soares Dias, Coordenador-Geral do Gabinete do Ministro, em 04/04/2024, às 12:00, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, caput, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://sei.mcom.gov.br/sei/verifica>, informando o código verificador **11456557** e o código CRC **26801299**.

Referência: Processo nº 53900.027556/2016-31

Documento nº 11456557



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/68235cd3-a142-4cd6-8313-c0dcaf537896>

68235cd3-a142-4cd6-8313-c0dcaf537896



## ANEXO II

### PROPOSTA PARA PESSOA JURÍDICA DE DIREITO PÚBLICO INTERNO

Ao(À) Senhor(a) Secretário(a) de Serviços de Comunicação Eletrônica do Ministério das Comunicações.

ASSUNTO: Proposta para execução dos serviços de radiodifusão, com finalidade exclusivamente educativa, em observância à Portaria que estabelece as regras e critérios para os processos seletivos relativos ao referido serviço.

#### IDENTIFICAÇÃO

Denominação da entidade: Prefeitura Municipal de Esperantina

CNPJ: 06.554.174/0001-82

Endereço da sede: Rua Venador Ramos, 746 - Centro

Nome e CPF do Representante Legal: Vilma Carvalho Amorim  
CPF: \_\_\_\_\_

Endereço eletrônico (e-mail): vilmaclau@gmail.com

Sede/filial na localidade de interesse para execução do serviço? (X)

Não haverá sede/filial na localidade de interesse para execução do serviço? ( )

No caso de instituição de educação superior:

Número de alunos matriculados na instituição: \_\_\_\_\_

#### DADOS DO EDITAL

Edital de seleção pública nº: 88 publicado em 01 de março de 2016

Localidade: Esperantina Canal: 237E

Objeto:

(X) Radiodifusão Sonora em Frequência Modulada, com fins exclusivamente educativos.

( ) Radiodifusão de Sons e Imagens, com fins exclusivamente educativos.

Com vistas à instrução da presente proposta, DECLARO, para os devidos fins, que:

(a) a entidade possui recursos financeiros para o empreendimento pleiteado.





(b) a entidade integrará a rede nacional de comunicação pública gerida pela Empresa Brasil de Comunicação – EBC, quando não houver, na localidade, outra entidade que integre a rede por meio da execução do serviço de radiodifusão educativa de sons e imagens.

(c) somente brasileiros natos ou naturalizados há mais de dez anos exercerão os cargos e funções de administração e gerência, que detenham poder de gestão e de representação civil e judicial.

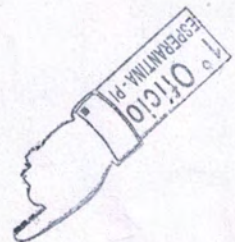
Nestes termos, peço deferimento.

Esperantina 28 de abril de 2016

local e data

Liana Maura de Carvalho Lages

assinatura do representante legal da entidade



Reconheço por SEMELHANÇA  
a (s) firma (s)

Liana Maura de Carvalho Lages

Dou fé em testº Liana Maura de Carvalho Lages da verdade.

Esperantina-PI, 28 de 04 de

Tabelião Público

Liana Maura de Carvalho Lages  
ESCREVENTE

CNPJ  
CARTÃO  
Praça Leônidas  
Centro Esperantina - Piauí  
CEP 64.180-000  
Melo: 50  
0001-09



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/68235cd3-a142-4cd6-8313-c0dcaf537896> / pg. 2

68235cd3-a142-4cd6-8313-c0dcaf537896



**DECLARAÇÃO DE VERACIDADE DAS INFORMAÇÕES PRESTADAS**

Eu, Vilma Carvalho Amorim (nome completo), brasileira (nacionalidade), professora (profissão), portador(a) da carteira de identidade nº 1.012.729, expedida pelo(a) SSP-PI, em 01/02/1988, inscrito(a) no CPF sob o nº 485.943.523-04, residente e domiciliado(a) em Conjunto Palestina A 04 C-09,  
(endereço completo), representante legal da entidade Prefeitura Municipal de Esperantina, inscrita no CNPJ sob o nº 065541740001-82, executante do serviço de (assinalar abaixo o tipo de serviço prestado):

- (X) radiodifusão sonora em frequência modulada; ( ) radiodifusão sonora em ondas médias;  
( ) radiodifusão sonora em ondas curtas; ( ) radiodifusão sonora em ondas tropicais;  
( ) radiodifusão de sons e imagens; ( ) retransmissão de televisão;  
( ) canal da cidadania; ( ) radiodifusão educativa;  
( ) radiodifusão comunitária; ( ) Outros: \_\_\_\_\_;

**DECLARO** que as informações ora prestadas são verdadeiras, sob pena de responsabilidade administrativa, civil e penal, comprometendo-me a mantê-las atualizadas junto ao Ministério das Comunicações. Declaro, também, estar ciente de que:

1. O Ministério poderá solicitar documentação complementar para efetivação do meu cadastro efetuado no Sistema Eletrônico de Informações (SEI-MC);
2. O resultado da análise da documentação será informado ao usuário por mensagem eletrônica.
3. O credenciamento de acesso importará aceitação das condições regulamentares que disciplinam o processo eletrônico.
4. São de exclusiva responsabilidade do usuário:  
I - o sigilo da senha relativa à assinatura eletrônica, não sendo oponente, em qualquer hipótese, alegação de uso indevido;  
II - a equivalência entre os dados informados para o envio do documento e os constantes do documento protocolado;  
III - a edição dos documentos enviados em conformidade com as especificações técnicas estabelecidas pelo Ministério das Comunicações, no que se refere à formatação e ao tamanho do arquivo enviado;  
IV - a consulta periódica ao endereço de e-mail cadastrado e ao SEI-MC, a fim de verificar o recebimento de comunicações eletrônicas relativas a atos processuais;  
V - a atualização de seus dados cadastrais no SEI-MC; e  
VI - o acompanhamento da divulgação dos períodos em que o SEI-MC não estiver em funcionamento em decorrência de indisponibilidade técnica do serviço.
5. A não obtenção de acesso ou credenciamento no SEI-MC, bem como eventual defeito de transmissão ou recepção de dados e informações, não imputáveis à falha do SEI-MC, não servirão de escusa para o descumprimento de obrigações e prazos legais.

Declaro, por fim, estar ciente de que a falsidade das declarações prestadas pode implicar a sanção penal prevista no art. 299 do Código Penal, conforme transcrição abaixo:

**"Art. 299 – Omitir, em documento público ou particular, declaração que nele deveria constar, ou nele inserir ou fazer inserir declaração falsa ou diversa da que devia ser escrita, com o fim de prejudicar direito, criar obrigação ou alterar a verdade sobre o fato juridicamente relevante.**

**Penal: reclusão de 1 (um) a 5 (cinco) anos e multa, se o documento é público e reclusão de 1 (um) a 3 (três) anos, se o documento é particular."**

Esperantina, 28 de abril de 2016.  
(Cidade/UF)

Vilma Carvalho Amorim

Assinatura do Declarante



conheço por SEMELH  
firma (s)

68235cd3-a142-4cd6-8313-c0dcaf537896



Reconheço por SEMELHANÇA  
a (s) firma (s)

Liana Maura de Carvalho

Dou fé em testº 4 da verdade  
Esperantina-PI, 28 de 04 de 16

Liana Maura de Carvalho

Liana Maura de Carvalho Lages  
ESCREVENTE



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

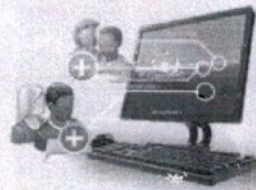
<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/68235cd3-a142-4cd6-8313-c0dcaf537896> / pg. 4

68235cd3-a142-4cd6-8313-c0dcaf537896



## CADSEI e Protocolo Eletrônico

Ministério das Comunicações



\* Campos obrigat

## Nova Pessoa Jurídica

CNPJ:

06.554.174/0001-82

Nome comercial:

Prefeitura Municipal de Esperantina

Razão social:

Ano de constituição:

Quantidade de empregados:

Capital social:

## Tipo de serviço

- ☐ Retransmissora de TV - RTV
- ☐ Televisão Digital - TVD
- ☐ Radiodifusão Comercial
- ☐ Radiodifusão comunitária
- ☐ Radiodifusão educativa
- ☐ Consignações da União
- ☐ Fiscalização
- ☐ Serviços Postais
- ☐ Governança de empresas vinculadas
- ☐ Outros
- ☐ Atendimento ao Público
- ☐ Ouvidoria
- ☐ GESAC
- ☐ Telecentros
- ☐ Cidades Digitais
- ☐ Telecomunicações
- ☐ Radiodifusão sonora em frequência modulada
- ☐ Radiodifusão sonora em ondas curtas
- ☐ Radiodifusão de sons e imagens
- ☐ Canal da cidadania
- ☐ Radiodifusão sonora em ondas médias
- ☐ Radiodifusão sonora em ondas tropicais
- ☐ Retransmissão de televisão
- ☐ Pronatec Comunicações
- ☐ Centros de Recondic. Computadores - CRC
- ☐ Inclusão digital para juventude rural
- ☐ Redes Digitais da Cidadania
- ☐ Conteúdos Digitais Criativos
- ☐ Radiodifusão Digital (TVD/RTVD)
- ☐ Tecnologia da informação e comunicações





- ☐ Solicitação\_Fornecedores
- ☐ Recursos Humanos
- ☐ PRODOC
- ☐ Gestão de Pessoas
- ☐ Organização Institucional
- ☐ Funttel
- ☐ Radiodifusão Ancilar (RTV)

## Endereço

Endereço:

Rua-Venader Ramos

Nº 746

Bairro/Distrito/Setor:

Centro

UF:

-- PI

Município:

-- Esperantina

## Representante legal

CPF:

Representante legal:

RG:

Órgão expedidor:

## Comunicação oficial

Telefone:

86 - 3383-1538

E-mail principal:

Confirmação do e-mail  
principal:

E-mail adicional 1:

Confirmação do e-mail 1:

E-mail adicional 2:

Confirmação do e-mail 2:

E-mail adicional 3:

Confirmação do e-mail 3:

E-mail adicional 4:

Confirmação do e-mail 4:

## Documentos

Atos constitutivos – Atos constitutivos, estatutos ou contratos sociais em vigor, devidamente registrados, em se tratando de sociedades comerciais, e, no caso de sociedades por ações, acompanhados de documentos de eleição de seus administradores:

\* Tamanho máximo permitido 15Mb.



Comprovante de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas – CNPJ/MF:



nc.gov.br/CADSEIWeb/pages/externo/cadastro-empresa.jsf  
Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/68235cd3-a142-4cd6-8313-c0dcaf537896

Petição 1102429

SEI 35300.027350/2010-31 / pg. 6



\* Tamanho máximo permitido 15Mb.

Representante legal – Documento que comprove os poderes do representante:

\* Tamanho máximo permitido 15Mb.

#### Atenção, Radiodifusores!

Para a conclusão desse procedimento, é necessário baixar o documento [Declaração de Veracidade das Informações Prestadas](#), preenchê-lo e assiná-lo com firma reconhecida em cartório. Após, entregue pessoalmente ou envie o referido formulário para o seguinte endereço:

Ministério das Comunicações  
Secretaria de Serviços de Comunicação Eletrônica  
Grupo de Trabalho de Documentação e Informação  
Serviço de Apoio Administrativo da Comunicação Eletrônica  
Esplanada dos Ministérios, Bloco R, Edifício Anexo, 3º andar, Ala Oeste, sala 307  
Brasília-DF  
Cep: 70.044-900

A efetivação do seu cadastro no SEI-MC somente ocorrerá após o recebimento da declaração devidamente preenchido, com firma reconhecida em cartório e validado pelo Ministério das Comunicações. Você receberá um e-mail confirmando a efetivação do cadastro.

Atenção! O envio da referida declaração é obrigatório apenas para o cadastro de Pessoas Jurídicas na área de Radiodifusão. Os demais usuários externos não precisam enviar tal declaração para cadastrar suas pessoas jurídicas.

Salvar

Voltar

Para evitar erros na visualização desta página, certifique-se que está utilizando a versão mais recente do seu navegador.

MC/SE/SPOA/CGTI/COINF/DISIS - Divisão de Desenvolvimento de Sistemas

Ministério das Comunicações



<https://www.gov.br/CADSEIWeb/pages/externo/cadastro-empresa.jsf>  
Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/68235cd3-a142-4cd6-8313-c0dcaf537896> / pg. 7





Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidadeassinatura.camara.leg.br/68235cd3-a142-4cd6-8913-c0dcaf537896>

Petição (1162430)

SEI 55506.027556/2016-31 / pg. 8



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO PIAUÍ  
ELEIÇÕES MUNICIPAIS DE 2012

*Diploma*

O Excmo. Sr. Juiz(a) da 4ª Zona Eleitoral do Estado do Piauí, no uso das atribuições que lhe confere o art. 215 e parágrafo único do Código Eleitoral (Lei nº 4.737, de 15 de julho de 1965), tendo em vista a proclamação dos resultados das eleições de 07 de outubro de 2012, expede o diploma de:

**PREFEITA**

**VILMA CARVALHO AMORIM**

eleita pela Coligação "JUNTOS DE NOVO COM A FORÇA DO POVO" (PRB - PT - PTB - PSL - PSC - PSB - PSD - PPS - PP - PV), por ter obtido 7123 (sete mil cento e vinte e três) votos nominais, do total de 11359 (onze mil trezentos e cinquenta e nove) votos válidos, conforme Ata Geral das Eleições.

Total de votos apurados: 21996

Total de votos válidos: 11359

Votação obtida pelo candidato/coligação: 7123

Esperaminim (PI), 16 de janeiro de 2014.

Dr. Ulysses Gonçalves da Silva Neto  
Juiz da 4ª Zona Eleitoral do Piauí


68235cd3-a142-4cd6-8313-c0dcaf537896

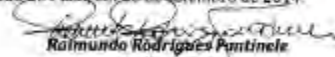


### TERMO DE POSSE DE PREFEITO

Ao terceiro dia do mês de setembro do ano de dois mil e quatorze (03/09/2014), nesta cidade de Esperantina, Estado do Piauí, na sede da Câmara Municipal, situada à Rua Professor João Paulo, nº 206 - centro, em Sessão Solene, compareceu a Senhora **Vilma Carvalho Amorim**, portadora do CPF nº 481.943.523-04 e RG nº 1.012.729-SSP-PI, Prefeita eleita, em segundo lugar, em 7 de outubro de 2012 a fim de tomar posse no cargo de Prefeito do Município de Esperantina - Piauí, em cumprimento à determinação judicial emanada pelo MM. Sr. Olysses Gonçalves da Silva Neto, Juiz da 41ª Zona Eleitoral de Esperantina, a mesma prestou compromisso ao ser empossada no cargo, para o qual foi investida e prestou, em voz alta e na presença de todos, o seguinte compromisso: "Prometo manter, defender e cumprir a Lei Orgânica deste Município, observar as Leis da União, do Estado e do Município; promover o bem-estar geral dos munícipes e exercer o cargo a mim confiado sob a inspiração da democracia, da legitimidade e da legalidade". E para constar foi lavrado o presente termo que depois de lido, foi assinado pela Prefeita empossada e pelo Presidente da Câmara Municipal de Esperantina, Estado do Piauí.

Câmara Municipal de Esperantina, Estado do Piauí, em 03 de setembro de 2014.

  
**Vilma Carvalho Amorim**  
Prefeita empossada

  
**Raimundo Rodrigues Pontinele**  
Presidente da CMF

Este termo foi assinado (des) em nome(s) de  
Vilma Carvalho Amorim  
Raimundo Rodrigues Pontinele  
João Paulo  
Data da assinatura: 03 de set de 14  
Esperantina-PI

TABULEIRO PÚBLICO  
CARTÃO FISCAL  
ESCREVENTE  
1º OFÍCIO



Rua Prof. João Paulo, 206 - Centro  
CEP: 64140-000  
Esperantina-PI

Fone/Fax: (86) 3363.4943  
E-mail: camaraesperantina@pi.gov.br  
www.facebook.com/camaraesperantina



## CHECKLIST

**Análise Documental para Habilitação de Pessoas Jurídicas de Direito Público Interno – União, Estados, Distrito Federal, Municípios, Autarquias, Associações Públicas e demais entidades de caráter público criadas por lei.**

**Serviço de Radiodifusão com Fins Exclusivamente Educativos**

Processo nº: 53900.027556/2016-31

Interessado: PREFEITURA MUNICIPAL DE ESPERANTINA

CNPJ: 06.554.174/0001-82

Localidade: Município /UF, **ESPERANTINA/PI**

Serviço: **[Radiodifusão Sonora em Frequência Modulada, com fins exclusivamente educativos - FME.**

Canal: 237E

Edital de Seleção Pública nº **88/2016/SEI-MC de 12 de fevereiro de 2016 FME**

Data de publicação do Edital de Seleção Pública: **88/16: 01/03/16**

Data de vencimento do prazo para a postagem ou protocolo das propostas: **02/05/2016 88/2016**

Data do protocolo desta proposta: 30/04/2016

Requerimento tempestivo? ( X ) Sim ( ) Não

Localidade em faixa de fronteira? ( ) Sim ( X ) Não

PROPOSTA PARA PESSOA JURÍDICA DE DIREITO PÚBLICO INTERNO	OBSERVAÇÕES
QUANTO À ENTIDADE INTERESSADA	
<p>a) Requerimento ao (à) Secretário (a) de Serviços de Comunicação Eletrônica do Ministério das Comunicações, nos moldes do modelo constante do Anexo II, contendo as declarações que:</p> <ul style="list-style-type: none"><li>• <i>A entidade possui recursos financeiros para o empreendimento pleiteado;</i></li><li>• <i>A entidade integrará a rede nacional de comunicação pública gerida pela Empresa Brasil de Comunicação – EBC, quando não houver, na localidade, outra entidade que integre a rede por meio da execução do serviço de radiodifusão educativa de sons e imagens;</i></li><li>• <i>Somente brasileiros natos ou naturalizados há mais de dez anos exercerão os cargos e funções de administração e gerência que detenham poder de gestão e de representação civil e judicial.</i></li></ul>	

**Proposta ou documentação de habilitação apresentada de acordo com o previsto na Portaria nº 4.335/2015 e Edital de Seleção Pública nº 88/2016**

( X ) Sim, habilitada ( ) Não, inabilitada



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

[https://www.gov.br/sei/controlador.php?acao=documento\\_imprimir\\_web&acao\\_origem=arvore\\_visualizar&id\\_documento=1364456&infra\\_...](https://www.gov.br/sei/controlador.php?acao=documento_imprimir_web&acao_origem=arvore_visualizar&id_documento=1364456&infra_...)

Anexo Checklist 1127808 cópia (11/08/2017)

SEI 53900.027556/2016-31 / pg. 10



**MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES**  
Secretaria de Comunicação Social Eletrônica  
Departamento de Radiodifusão Pública, Comunitária e Estatal  
Coordenação-Geral de Assuntos Jurídicos de Radiodifusão Pública, Comunitária e Estatal  
Coordenação de Outorga de Radiodifusão Pública, Comunitária e Estatal

**DESPACHO**

**Processo nº:** 53900.027556/2016-31

Informe-se que o Checklist 1127808 (N.SEI 11138657) não foi assinado pelo(a) analista na época da elaboração e, por motivos temporais e pela mudança de Pasta, não pode ser assinado na pasta COREC\_MCOM\_EDU no presente momento. Assim, para permitir a visualização em outras pastas do documento originado na pasta COREC\_MCOM\_EDU, o documento foi impresso em *pdf* e excluído, e o presente despacho ratifica a existência do referido.



Documento assinado eletronicamente por **Kelen Azevedo Cornelio, Analista Técnico-Administrativo**, em 28/09/2023, às 11:29 (horário oficial de Brasília), com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://sei.mcom.gov.br/sei/verifica>, informando o código verificador **11138659** e o código CRC **D363873D**.

**Minutas e Anexos**

Não Possui.

**Referência:** Processo nº 53900.027556/2016-31

Documento nº 11138659



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.deputados.br/68235cd3-a142-4cd6-8313-c0dcaf537896>

Despacho 11138659

SEI 53900.027556/2016-31 / pg. 11

68235cd3-a142-4cd6-8313-c0dcaf537896

**MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES**  
Secretaria de Serviços de Comunicação Eletrônica  
Departamento de Acompanhamento e Avaliação  
Grupo de Trabalho de Radiodifusão Educativa e Consignações da União  
Esplanada dos Ministérios, Bloco R, Ed. Anexo, 3º andar, sala 301 Oeste  
70044-900 – Brasília – DF  
2027-6890

**NOTA TÉCNICA Nº 11440/2016/SEI-MC**

Referência: **Processo nº 53900.027556/2016-31 apenso/relacionado ao Processo nº 53900.012816/2016-74**

Assunto: **Análise Inicial de proposta de pessoa jurídica de direito público interno com vistas à obtenção de outorga de Serviço de Radiodifusão com fins exclusivamente educativos - Proposta Habilitada e Pleito Deferido.**

**SUMÁRIO EXECUTIVO**

EDITAL Nº: <b>88/2016/SEI-MC</b>	Data de publicação: <b>01/03/2016</b>
Interessado: MUNICÍPIO DE ESPERANTINA	CNPJ:06.554.174/0001-82
Município/UF:ESPERANTINA/PI	Serviço: FME
Data de vencimento do prazo para o protocolo para apresentação dos documentos: <b>02/05/2016</b>	
Data de postagem desta proposta: 30/04/2016	Canal: 237E
Requerimento tempestivo?	( X ) sim ( ) não

**ANÁLISE**

2. Visando o prosseguimento do feito, procedeu-se à conferência e análise da documentação apresentada pela proponente, em consonância com o disposto no artigo 15 da Portaria nº 4.335/2015/SEI-MC, de 17 de setembro de 2015, publicada no DOU de 21 de setembro de 2015, conforme Checklist em anexo (1127808).

3. Concluída a análise, verificou-se que a proposta atende às exigências estabelecidas pela referida Portaria, bem como pelo correspondente Edital de Seleção Pública.

**CONCLUSÃO**

4. Diante do exposto, conforme apresentado nos itens acima, opinamos:
- pela habilitação da proposta ora em análise e o consequente deferimento do pleito;
  - pelo registro dessa informação na Nota Técnica relativa ao resultado preliminar obtido no processo de seleção em questão;
  - pelo registro desta informação no Edital de Resultado Preliminar o qual deverá ser publicado no Diário Oficial da União, facultando às entidades a interposição de um único recurso relativo às fases de classificação e habilitação, no prazo de trinta dias a contar da referida publicação;
  - pelo encaminhamento de cópia desta Nota Técnica à interessada, com vistas à comunicação do resultado da análise da proposta apresentada.

À consideração superior.



Documento assinado eletronicamente por **Octavio Penna Pieranti, Coordenador do Grupo de Trabalho de Radiodifusão Educativa e Consignações da União**, em 12/05/2016, às 12:07, conforme art. 3º, III, "b", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.



Documento assinado eletronicamente por **Rubens Goncalves dos Reis Junior, Coordenador do Subgrupo Legal de Radiodifusão Educativa e Consignações da União**, em 12/05/2016, às 14:48, conforme art. 3º, III, "b", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://sei.mcom.gov.br/sei/verifica>, informando o código verificador **1127811** e o código CRC **88B02D7E**.



**nexos**

Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/68235cd3-a142-4cd6-8313-c0dcaf537896>

Nota Técnica 11440 (142/811)

SEI 53900.027556/2016-31 / pg. 12

68235cd3-a142-4cd6-8313-c0dcaf537896





Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/68235cd3-a142-4cd6-8313-c0dcdf537896>



**MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES**  
Secretaria de Serviços de Comunicação Eletrônica  
Departamento de Acompanhamento e Avaliação  
Grupo de Trabalho de Radiodifusão Educativa e Consignações da União  
Esplanada dos Ministérios, Bloco R, Ed. Anexo, 3º andar, sala 301 Oeste  
70044-900 – Brasília – DF  
2027-6890

Ofício nº 16442/2016/SEI-MC

Ao(À) Senhor(a)  
**Vilma Carvalho Amorim**  
Representante Legal da MUNICIPIO DE ESPERANTINA  
CNPJ:

**Assunto: Processo de Seleção para outorga de Serviço de Radiodifusão Sonora em Frequência Modulada, com fins exclusivamente educativos, no município de ESPERANTINA/PI - Processo nº 53900.027556/2016-31, apenso/relacionado ao Processo nº 53900.012816/2016-74**

Senhor(a) Representante Legal,

1. Cumprimentando-o(a) cordialmente, refiro-me ao processo em epígrafe para encaminhar cópia da **NOTA TÉCNICA Nº 11440/2016/SEI-MC**, com vistas à comunicação do resultado **preliminar** da análise da proposta dessa entidade.
2. A esse respeito, fica estabelecido o prazo de trinta dias, contado da data da publicação do Edital de Resultado Preliminar no DOU, para que essa entidade, caso discorde da decisão, apresente recurso, fazendo constar, obrigatoriamente, referência aos números deste ofício e dos processos em referência.
3. O teor do resultado das análises preliminares encontra-se disponível para vistas por meio de peticionamento eletrônico do CADSEI através do seguinte caminho:

Área:	Ouvidoria
Serviço/Categoria:	Atendimento ao Público
Solicitação:	Vistas de Processo ou Documento



os seguintes:

### CADSEI - Peticionamento eletrônico

Endereço: Esplanada dos Ministérios, Bloco R, edifício-sede, térreo, Brasília/DF, CEP 70044-900  
Telefone: (61) 2027-6464  
E-mail: [atp@comunicacoes.gov.br](mailto:atp@comunicacoes.gov.br)

### Serviço de Informações ao Cidadão (SIC)

Endereço: Esplanada dos Ministérios, Bloco R, edifício-sede, térreo, Brasília/DF, CEP 70044-900  
Telefone: (61) 2027-6832 e 2027-6449  
E-mail: [sic@comunicacoes.gov.br](mailto:sic@comunicacoes.gov.br)

### Ouvidoria

Endereço: Esplanada dos Ministérios, Bloco R, edifício-sede, sala T-25, Brasília/DF, CEP 70044-900  
Telefone: (61) 2027-6449

Atenciosamente,

## COMUNICADO IMPORTANTE

Como parte dos esforços do Ministério das Comunicações para aperfeiçoar os serviços prestados a seu público-alvo, oferecendo maior agilidade, economia e comodidade aos seus usuários, comunicamos que, **desde o dia 30 de junho de 2015**, o Protocolo Central deste Ministério não recebe mais documentos enviados por meio físico, seja em balcão ou por via postal, exceção feita às hipóteses referidas no art. 1º da Portaria nº 4.124, de 30 de dezembro de 2014, e no art. 1º da Portaria nº 2.764, de 30 de junho de 2015. Deste modo, todos os documentos, inclusive respostas e novas solicitações, deverão ser encaminhados **exclusivamente por meio eletrônico**, através do sistema eletrônico do CADSEI.

Diante do exposto, solicitamos que, caso ainda não tenha realizado o cadastro, Vossa Senhoria o realize o quanto antes, através do botão de cadastro disponível no link <http://www.mc.gov.br/sei/cadsei>.



Documento assinado eletronicamente por **Octavio Penna Pieranti, Coordenador do Grupo de Trabalho de Radiodifusão Educativa e Consignações da União**, em 12/05/2016, às 16:14, conforme art. 3º, III, "b", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://sei.mcom.gov.br/sei/verifica>, informando o código verificador **1127812** e o código CRC **FE7EE866**.



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/68235cd3-a142-4cd6-8313-c0dcaf537896>

Ciclo 16442 (1127812)

SEI-33300-027936/2016-31 / pg. 15

68235cd3-a142-4cd6-8313-c0dcaf537896

**Data de Envio:**

16/05/2016 10:59:49

**De:**

MC/SDEDU (SEI-MC) <sdedu.sei@comunicacoes.gov.br>

**Para:**

clenilton.esperantina@gmail.com

**Assunto:**

Envio de Correspondência Oficial Ministério das Comunicações.

**Mensagem:**

Prezado(a),

Ref: 53900.027556/2016-31

Segue em anexo, documentação referente a análise de processo no Ministério das Comunicações.

Atenciosamente,  
Secretaria de Serviços Comunicação Eletrônica  
Ministério das Comunicações

Mensagem automática, favor não responder.

O envio de respostas e/ou documentos complementares deverá ser feito exclusivamente via Peticionamento Eletrônico.

Para outros assuntos entre em contato com o Ministério clicando aqui.

**Anexos:**

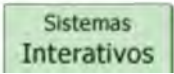
Oficio\_1127812.html

Nota\_Tecnica\_1127811.html



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/68235cd3-a142-4cd6-8313-c0dcaf537896>



Menu Principal ▾

SRD »» Consultas »» Geral | [menu](#) [ajuda](#)

Tela Inicial Resultado da Consulta

### Consulta Geral

Canal/Freq	Entidade	UF	Localidade	Serviço	Fase	Situação	Car.
8-	PREFEITURA MUNICIPAL DE ESPERANTINA <i>Geradora:</i> RADIO E TELEVISAO BANDEIRANTES LTDA	PI	Esperantina	RTV	3	M	P

Usuário: -      Data: 29/06/2016      Hora: 14:58:39

Registro 1 até 1 de 1 registros

Página: [1]    [Ir]     [Reg]







**MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES**  
Secretaria de Radiodifusão  
Departamento de Outorga e Pós-Outorga  
Coordenação-Geral de Outorgas  
Coordenação de Outorga de Radiodifusão Educativa, Comunitária e Estatal

OFÍCIO Nº 26260/2022/MCOM

Ao Senhor

Representante Legal da PREFEITURA MUNICIPAL DE ESPERANTINA

CNPJ: 06.554.174/0001-82

**Assunto: Processo de Seleção para outorga de Serviço de Radiodifusão Sonora em Frequência Modulada, com fins exclusivamente educativos, no município de ESPERANTINA/PI - Processo nº 53900.027556/2016-31, apenso/relacionado ao Processo nº 53900.012816/2016-74**

Senhor Representante Legal,

1. Cumprimentando-o cordialmente, refiro-me ao processo em epígrafe para encaminhar cópia da NOTA TÉCNICA Nº 15296/2022/SEI-MCOM (SEI nº 10458441), informando sobre decisões tomadas nos autos desse processo de seleção de outorga.
2. A este respeito, informamos que o encaminhamento das Notas Técnicas se faz necessário para ciência da medida tomada por este Ministério.
3. Informamos ainda que já está disponível o Sistema de Protocolo Digital do MCom, sistema que possibilita encaminhar e receber documentos de forma eletrônica, acessível a partir do seguinte caminho: <https://www.gov.br/mcom/> >> Serviços >> Protocolo Digital do MCom. Para utilizá-lo é necessário ter cadastro no portal [gov.br](https://gov.br). Caso não possua o referido cadastro, é possível solicitá-lo no endereço <https://acesso.gov.br/>.

Atenciosamente,



Documento assinado eletronicamente por **Alexandre Miranda Freire de Oliveira Barros**, **Coordenador-Geral de Outorgas**, em 13/10/2022, às 14:23 (horário oficial de Brasília), com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://sei.mcom.gov.br/sei/verifica>, informando o código verificador **10458513** e o código CRC **8640CED1**.





Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/68235cd3-a142-4cd6-8313-c0dcdf537896>

**Data de Envio:**

17/10/2022 14:11:25

**De:**

MCOM/Coordenação de Outorga de Radiodifusão Educativa, Comunitária e Estatal <sei@mcom.gov.br>

**Para:**

gmfp2@yahoo.com.br  
ismar.vale@gmail.com

**Assunto:**

Envio de Correspondência Oficial - Ministério Das Comunicações

**Mensagem:**

Prezado(a), Senhor (a)

Ref: 53900.027556/2016-31

Segue em anexo, documentação referente a análise de processo no Ministério das Comunicações.

Atenciosamente,  
Secretaria de Radiodifusão  
Ministério das Comunicações

Mensagem automática, favor não responder.

O envio de respostas e/ou documentos complementares deverá ser feito exclusivamente via Peticionamento Eletrônico.

**Anexos:**

SEI\_MCOM - 10458441 - Nota Técnica 15296.pdf  
Ofício\_10458513.html



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/68235cd3-a142-4cd6-8313-c0dcaf537896>



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

CADASTRO NACIONAL DA PESSOA JURÍDICA

<div>NÚMERO DE INSCRIÇÃO</div> <div>06.554.174/0001-82</div> <div>MATRIZ</div>	<div>COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO E DE SITUAÇÃO</div> <div>CADASTRAL</div>	<div>DATA DE ABERTURA</div> <div>27/12/1974</div>
<div>NOME EMPRESARIAL</div> <div>MUNICÍPIO DE ESPERANTINA</div>		
<div>TÍTULO DO ESTABELECIMENTO (NOME DE FANTASIA)</div> <div>PREFEITURA MUNICIPAL</div>	<div>PORTE</div> <div>DEMAIS</div>	
<div>CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE ECONÔMICA PRINCIPAL</div> <div>84.11-6-00 - Administração pública em geral</div>		
<div>CÓDIGO E DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS SECUNDÁRIAS</div> <div>Não informada</div>		
<div>CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA NATUREZA JURÍDICA</div> <div>124-4 - Município</div>		
<div>LOGRADOURO</div> <div>R VER RAMOS</div>	<div>NÚMERO</div> <div>746</div>	<div>COMPLEMENTO</div> <div>*****</div>
<div>CEP</div> <div>64.180-000</div>	<div>BAIRRO/DISTRITO</div> <div>CENTRO</div>	<div>MUNICÍPIO</div> <div>ESPERANTINA</div>
<div>UF</div> <div>PI</div>		
<div>ENDEREÇO ELETRÔNICO</div>	<div>TELEFONE</div>	
<div>ENTE FEDERATIVO RESPONSÁVEL (EFR)</div> <div>MUNICÍPIO DE ESPERANTINA</div>		
<div>SITUAÇÃO CADASTRAL</div> <div>ATIVA</div>	<div>DATA DA SITUAÇÃO CADASTRAL</div> <div>24/09/2005</div>	
<div>MOTIVO DE SITUAÇÃO CADASTRAL</div>		
<div>SITUAÇÃO ESPECIAL</div> <div>*****</div>	<div>DATA DA SITUAÇÃO ESPECIAL</div> <div>*****</div>	

Aprovado pela Instrução Normativa RFB nº 1.863, de 27 de dezembro de 2018.

Emitido no dia 27/06/2023 às 11:27:17 (data e hora de Brasília).

Página: 1/1



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/68235cd3-a142-4cd6-8313-c0dcaf537896>

Anexo CERTIDÃO ESPERANTINA (10986650)

SEI 55900.027556/2016-31 / pg. 21

[Voltar](#)[Imprimir](#)

## Certificado de Regularidade do FGTS - CRF

**Inscrição:** 06.554.174/0001-82  
**Razão Social:** PREF MUNIC ESPERANTINA  
**Endereço:** RUA VEREADOR RAMOS 746 / CENTRO / ESPERANTINA / PI / 64180-000

A Caixa Econômica Federal, no uso da atribuição que lhe confere o Art. 7, da Lei 8.036, de 11 de maio de 1990, certifica que, nesta data, a empresa acima identificada encontra-se em situação regular perante o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS.

O presente Certificado não servirá de prova contra cobrança de quaisquer débitos referentes a contribuições e/ou encargos devidos, decorrentes das obrigações com o FGTS.

**Validade:** 27/06/2023 a 26/07/2023

**Certificação Número:** 2023062707241415641105

Informação obtida em 28/06/2023 11:12:44

A utilização deste Certificado para os fins previstos em Lei esta condicionada a verificação de autenticidade no site da Caixa:  
**[www.caixa.gov.br](http://www.caixa.gov.br)**



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

[a-crf.caixa.gov.br/consultacrf/pages/consultaEmpregador.jsf](http://a-crf.caixa.gov.br/consultacrf/pages/consultaEmpregador.jsf)

<https://arquivoautenticado.assinatura.com.br/a142-4cd6-8313-c0dcaf537896>

SEI-55300.027556/2016-31 / pg. 22





**MINISTÉRIO DA FAZENDA**  
**Secretaria da Receita Federal do Brasil**  
**Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional**

**CERTIDÃO POSITIVA COM EFEITOS DE NEGATIVA DE DÉBITOS RELATIVOS AOS TRIBUTOS  
FEDERAIS E À DÍVIDA ATIVA DA UNIÃO**

**Nome: MUNICIPIO DE ESPERANTINA**  
**CNPJ: 06.554.174/0001-82**

Ressalvado o direito de a Fazenda Nacional cobrar e inscrever quaisquer dívidas de responsabilidade do sujeito passivo acima identificado que vierem a ser apuradas, é certificado que:

1. constam débitos administrados pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) com exigibilidade suspensa nos termos do art. 151 da Lei nº 5.172, de 25 de outubro de 1966 - Código Tributário Nacional (CTN), ou objeto de decisão judicial que determina sua desconsideração para fins de certificação da regularidade fiscal, ou ainda não vencidos; e
2. constam nos sistemas da Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN) débitos inscritos em Dívida Ativa da União (DAU) com exigibilidade suspensa nos termos do art. 151 do CTN, ou garantidos mediante bens ou direitos, ou com embargos da Fazenda Pública em processos de execução fiscal, ou objeto de decisão judicial que determina sua desconsideração para fins de certificação da regularidade fiscal.

Conforme disposto nos arts. 205 e 206 do CTN, este documento tem os mesmos efeitos da certidão negativa.

Esta certidão é válida para o estabelecimento matriz e suas filiais e, no caso de ente federativo, para todos os órgãos e fundos públicos da administração direta a ele vinculados. Refere-se à situação do sujeito passivo no âmbito da RFB e da PGFN e abrange inclusive as contribuições sociais previstas nas alíneas 'a' a 'd' do parágrafo único do art. 11 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991.

A aceitação desta certidão está condicionada à verificação de sua autenticidade na Internet, nos endereços <<http://rfb.gov.br>> ou <<http://www.pgfn.gov.br>>.

Certidão emitida gratuitamente com base na Portaria Conjunta RFB/PGFN nº 1.751, de 2/10/2014. Emitida às 22:35:42 do dia 09/04/2023 <hora e data de Brasília>.

Válida até 06/10/2023.

Código de controle da certidão: **DB8E.6694.3EE7.7FD3**

Qualquer rasura ou emenda invalidará este documento.



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/68235cd3-a142-4cd6-8313-c0dcaf537896>

Anexo CERTIDÃO ESPERANTINA (10986650)

SEI 55900.027556/2016-31 / pg. 23

68235cd3-a142-4cd6-8313-c0dcaf537896



PODER JUDICIÁRIO  
JUSTIÇA DO TRABALHO

## **CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS TRABALHISTAS**

Nome: MUNICIPIO DE ESPERANTINA (MATRIZ E FILIAIS)

CNPJ: 06.554.174/0001-82

Certidão nº: 30594158/2023

Expedição: 28/06/2023, às 11:27:52

Validade: 25/12/2023 - 180 (cento e oitenta) dias, contados da data de sua expedição.

Certifica-se que **MUNICIPIO DE ESPERANTINA (MATRIZ E FILIAIS)**, inscrito(a) no CNPJ sob o nº **06.554.174/0001-82**, **NÃO CONSTA** como inadimplente no Banco Nacional de Devedores Trabalhistas.

Certidão emitida com base nos arts. 642-A e 883-A da Consolidação das Leis do Trabalho, acrescentados pelas Leis ns.º 12.440/2011 e 13.467/2017, e no Ato 01/2022 da CGJT, de 21 de janeiro de 2022. Os dados constantes desta Certidão são de responsabilidade dos Tribunais do Trabalho.

No caso de pessoa jurídica, a Certidão atesta a empresa em relação a todos os seus estabelecimentos, agências ou filiais.

A aceitação desta certidão condiciona-se à verificação de sua autenticidade no portal do Tribunal Superior do Trabalho na Internet (<http://www.tst.jus.br>).

Certidão emitida gratuitamente.

### **INFORMAÇÃO IMPORTANTE**

Do Banco Nacional de Devedores Trabalhistas constam os dados necessários à identificação das pessoas naturais e jurídicas inadimplentes perante a Justiça do Trabalho quanto às obrigações estabelecidas em sentença condenatória transitada em julgado ou em acordos judiciais trabalhistas, inclusive no concernente aos recolhimentos previdenciários, a honorários, a custas, a emolumentos ou a recolhimentos determinados em lei; ou decorrentes de execução de acordos firmados perante o Ministério Público do Trabalho, Comissão de Conciliação Prévia ou demais títulos que, por disposição legal, contiver força executiva.



Dúvidas e sugestões: [cnadt@tst.jus.br](mailto:cnadt@tst.jus.br)

Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinaturas.pamara.jus.br/68235cd3-a142-4cd6-8313-c0dcaf537896>

Anexo CERTIDÃO ESPERANTINA (10586650)

SEI 55900.027556/2016-31 / pg. 24

68235cd3-a142-4cd6-8313-c0dcaf537896

## **CERTIDÃO POSITIVA COM EFEITO DE NEGATIVA DE DÉBITOS DE RECEITAS ADMINISTRADAS PELA ANATEL**

**Nome:** **PREFEITURA MUNICIPAL DE ESPERANTINA**

**CNPJ:** **06.554.174/0001-82**

Ressalvado o direito de a AGÊNCIA NACIONAL DE TELECOMUNICAÇÕES – Anatel inscrever e cobrar as dívidas que venham a ser apuradas, certifico, para os fins de direito, que, mandado rever os registros da Anatel, verificou-se a EXISTÊNCIA de débito(s) com recurso com efeito suspensivo e/ou judicial, e/ou parcelados.

Esta certidão refere-se exclusivamente à situação do contribuinte no âmbito desta agência, não constituindo, por conseguinte, prova de inexistência de débitos inscritos em Dívida Ativa da União, administrados pela Procuradoria Geral da Fazenda Nacional.

Emitida às 11:13:51 do dia 28/06/2023 (hora e data de Brasília).

Válida até 28/07/2023.

Certidão expedida gratuitamente.



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/68235cd3-a142-4cd6-8313-c0dcaf537896>

ANEXO CERTIDÃO ESPERANTINA (10986650)

SEI 55900.027556/2016-31 / pg. 25

68235cd3-a142-4cd6-8313-c0dcaf537896



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg.autenticidade-assinatura.camara.leg.br/68235cd3-a142-4cd6-8313-c0dc-af537896>

Anexo CERTIDÃO ESPERANÇINA (10966650)

SEI 55900.027556/2016-31 / pg. 26

68235cd3-a142-4cd6-8313-c0dc-af537896



GOVERNO DO ESTADO DO PIAUÍ  
PROCURADORIA GERAL DO ESTADO

**CERTIDÃO QUANTO A DÍVIDA ATIVA DO ESTADO**

**nº 230606554174000182**

(Emitida em atenção ao que dispõe a Instrução Normativa PGE/PI nº 01º2015)

IDENTIFICAÇÃO DO(A) REQUERENTE
INSCRIÇÃO ESTADUAL
*****
CNPJ/CPF
<b>06.554.174/0001-82</b>
NOME/RAZÃO SOCIAL
*****
Ressalvado o direito da Procuradoria Geral do Estado de inscrever e cobrar dívidas que venham a ser apuradas, certifico para os devidos fins, a requerimento do(a) interessado(a), que, revendo os registros da Seção de Dívida Ativa da Procuradoria Geral do Estado do Piauí, verifiquei nada existir em nome do(a) requerente acima identificado(a) até a presente data e horário, e, para constar, foi emitida a presente certidão.

Procuradoria Geral do Estado

Procuradoria Tributária

**EMITIDA VIA INTERNET EM 28/06/2023, ÀS 11:36:29**

**VÁLIDA ATÉ 26/09/2023**

**ESTE DOCUMENTO NÃO TERÁ VALIDADE ANTES DE SUA AUTENTICAÇÃO VIA INTERNET, NO SITE <http://webas.sefaz.pi.gov.br/certidaonft-web>**

Chave para Autenticação: D02C-089B-F680-461F-D32A-03F1-05EE-DC31



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/68235cd3-a142-4cd6-8313-c0dcaf537896>

Anexo CERTIDÃO ESPERANÇINA (10986650)

SEI 55900.027556/2016-31 / pg. 27

68235cd3-a142-4cd6-8313-c0dcaf537896





GOVERNO DO ESTADO DO PIAUÍ  
SECRETARIA DA FAZENDA

CERTIDÃO DE SITUAÇÃO FISCAL E TRIBUTÁRIA

nº 2306280655417400018201

RAZÃO SOCIAL	
*****	
ENDEREÇO	BAIRRO OU DISTRITO
MUNICÍPIO	CEP
CPF/CNPJ (Nº)	INSCRIÇÃO ESTADUAL
06.554.174/0001-82	*****
Ressalvado o direito de a Fazenda Estadual cobrar e inscrever quaisquer dívidas de responsabilidade do sujeito passivo acima identificado que vierem a ser apuradas, certifica-se que o mesmo encontra-se em <b>SITUAÇÃO FISCAL REGULAR</b> .	

Certidão emitida com base na Portaria GSF nº 106/06, de 12 de abril de 2006.

Qualquer rasura ou emenda invalidará este documento.

Validade deste documento: 60 (sessenta) dias contados da data de sua emissão.

EMITIDA VIA INTERNET EM 28/06/2023, ÀS 11:30:19

VÁLIDA ATÉ 27/08/2023

**ESTE DOCUMENTO NÃO TERÁ VALIDADE ANTES DE SUA AUTENTICAÇÃO VIA INTERNET. NO SITE**  
**<http://webas.sefaz.pi.gov.br/certidaonft-web>**

Chave para Autenticação: 144D-611C-2914-9680-0B08-70BF-5A48-AC49



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg.autenticidadeassinatura.piaui.gov.br/68235cd3-a142-4cd6-8313-c0dcaf537896>

Anexo CERTIDÃO ESPERANINA (10566650)

SEI 55900.027556/2016-31 / pg. 28

68235cd3-a142-4cd6-8313-c0dcaf537896

Tabela

Download Canais

1 total de registros	1 - 30	50	Realizar	Filtrar																		
Ações	Status	CNPJ	Entidade	NumFiscal	Carater	Finalidade	Serviço	Num Serviço	UF	Município	Local Especifico	Canal	Dec	Frequência	Classe	Categoria de Estação	Latitude	Longitude	ERP	HC3	Fiscal Geradora	Fase
		005541740001				(Todos)																
Ver Estações	TV-C7 (Agendamento Aba de RT)	00554174000182	PREFEITURA MUNICIPAL DE ESPERANÇINA	10000004231	P	Comercial	RTV	800	PI	Esperantina		8	-	183	B		3° 54' 0.00" S	42° 14' 0.00" W	3.16		10000007764	2



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

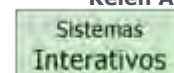
el.gov.br/se/public/view/b/srd.php

https://Anexo CERTIDAOES ESPERANÇINA (10566650) SLP55900.027556/2016-31 / pg. 29

68235cd3-a142-4cd6-8313-c0dcaf537896



**Kelen Azevedo Cornelio**

SIACCO »» Consultas Gerais »» **Consolidado Participação e Composição**

internet   teia   |   menu   ajuda

## Consulta

## Consulta Participação da Entidade nas Empresas

<b>Tipo de Consulta:</b>	CNPJ
<b>CNPJ:</b>	06.554.174/0001-82

Não foi encontrado dados com essa informação

**Hora: 15:27:05**



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

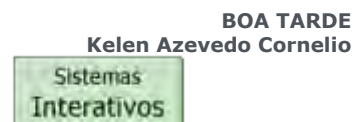
asnet/siacco/ Novo\_Siacco/Relatorios/ConsolidadoParticipacaoComposicao/tela.asp

<https://trilegal-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/58235cd3-a142-40>

3-códica1587896  
SEI 55900.027556/2016-31 / pg. 30

1/1

58235cd3-a142-4cd6-8313-c0dcaf537896



SIACCO »» Consultas Gerais »» **Consolidado Participação e Composição** | internet | teia | menu | ajuda

Dados da consulta	Consulta
-------------------	----------

## Consulta Participação da Entidade nas Empresas

<b>Tipo de Consulta:</b>	CPF
<b>CPF:</b>	420.980.923-34

Não foi encontrado dados com essa informação

**Usuário:** [kelen.mc](#) - Kelen Azevedo Cornelio

**Data: 29/06/2023**

**Hora: 15:29:14**



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

asnet/siacco/ Novo\_Siacco/Relatorios/ConsolidadoParticipacaoComposicao/tela.asp

<https://nroleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/b8235cc0-a142-4c40>

SEI 55900.027556/2016-31 / pg. 31

1/1

68235cd3-a142-4cd6-8313-c0dcdf537896

## CHECKLIST

### Análise Documental para Habilitação de Pessoas Jurídicas de Direito Público – Entes Federativos Serviço de Radiodifusão com Fins Exclusivamente Educativos

Processo nº: 53900.012816/2016-74

Interessado: Município de Esperantina

CNPJ: 06.554.174/0001-82

Natureza Jurídica: Pessoa Jurídica de Direito Público - Ente Federativo

Localidade: **Esperantina/PI**

Serviço: Radiodifusão Sonora em Frequência Modulada, com finalidade exclusivamente educativa – FME.

Canal: 237E

Edital de Seleção Pública nº 88/2016

Data de publicação do Edital de Seleção Pública: 01/03/2016

Data de vencimento do prazo para a postagem ou protocolo das propostas

(ref. publicação do Edital 04/2022): (60 dias, contados de 02/02/2022) 04/04/2022

(ref. ofício de notificação 26260/2022): (60 dias, contados de 17/10/2022) 16/12/2022

Data do protocolo desta proposta: 23/11/2022 (53115.030698/2022-81)

Requerimento tempestivo? ( x ) Sim ( ) Não

Localidade em faixa de fronteira? ( ) Sim ( x ) Não

Entidade possui outorga para executar o mesmo tipo de serviço pretendido na localidade objeto da concessão ou permissão? ( ) Sim ( x ) Não

Entidade concorre como filial? ( ) Sim ( x ) Não

LISTA DE DOCUMENTOS NECESSÁRIOS À HABILITAÇÃO DE ENTES FEDERATIVOS	OBSERVAÇÕES
DOCUMENTOS DA PESSOA JURÍDICA	



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/68235cd3-a142-4cd6-8313-c0dcaf537896>



LISTA DE DOCUMENTOS NECESSÁRIOS À HABILITAÇÃO DE ENTES FEDERATIVOS	OBSERVAÇÕES
<p>a) requerimento de outorga, corretamente preenchido e assinado em todas as páginas, com as seguintes declarações:</p> <p>(a) a entidade possui recursos financeiros para o empreendimento pleiteado;</p> <p>(b) caso venha a ser contemplada com a outorga, a entidade não excederá os limites fixados no art. 12 do Decreto-Lei nº 236, de 28 de fevereiro de 1967;</p> <p>(c) nenhum dos sócios ou dirigentes participa do quadro societário ou diretivo de outras pessoas jurídicas executantes do mesmo tipo de serviço de radiodifusão na localidade em que a concessão ou a permissão é pretendida, nem de outras pessoas jurídicas executantes de serviço de radiodifusão em municípios diversos, em excesso aos limites estabelecidos no art. 12 do Decreto-Lei nº 236, de 28 de fevereiro de 1967;</p> <p>(d) a entidade não possui autorização para executar o mesmo tipo de serviço na localidade objeto da concessão/permissão;</p> <p>(e) nenhum dos dirigentes da entidade está no exercício de mandato eletivo que lhe assegure imunidade parlamentar ou de cargos ou funções dos quais decorra foro especial;</p> <p>(f) a pessoa jurídica não está impedida de transacionar com a administração pública federal, direta ou indireta;</p> <p>(g) a pessoa jurídica cumpre o disposto no art. 7º, <b>caput</b>, inciso XXXIII, da Constituição;</p> <p>(h) a pessoa jurídica não executa serviços de radiodifusão sem outorga;</p> <p>(i) a pessoa jurídica autoriza o MCTIC a processar o assentimento prévio junto ao órgão competente, se a localidade referida no edital estiver situada na faixa de fronteira;</p> <p>(j) a pessoa jurídica está ciente do disposto no edital, dos seus anexos e das demais informações pertinentes;</p> <p>(k) nenhum dos dirigentes e sócios da mantenedora ou da mantida foi condenado em decisão transitada em julgado ou proferida por órgão judicial colegiado, pela prática dos ilícitos previstos nos art. 1º, <b>caput</b>, inciso I, alíneas “b”, “c”, “d”, “e”, “f”, “g”, “h”, “i”, “j”, “k”, “l”, “m”, “n”, “o”, “p” e “q” da Lei Complementar nº 64, de 18 de maio de 1990 da Lei;</p> <p>(l) a responsabilidade editorial e as atividades de seleção, direção e conteúdo da programação veiculada são privativas de brasileiros natos ou naturalizados há mais de dez anos, nos termos dos §§1º e 2º do art. 222 da Constituição Federal; e</p> <p>(m) caso seja outorgada, a entidade se compromete a observar e cumprir, na produção de conteúdo e na sua programação, a finalidade exclusivamente educativa do serviço, notadamente quanto aos princípios e disposições do art. 221 da Constituição Federal, do art. 38, d, da Lei nº 4.117, de 27 de agosto de 1962, do art. 13, e seu parágrafo único, do Decreto-Lei nº 236, de 28 de fevereiro de 1967, do art. 28, itens 11 e 12, do Regulamento de Serviços de Radiodifusão, aprovado pelo Decreto nº 52.795, de 31 de outubro de 1963, da Portaria Interministerial nº 651, de 15 de abril de 1999, e da Portaria que estabelece as regras e os critérios em relação aos serviços de radiodifusão com fins exclusivamente educativos.</p>	<p>A) Requerimento enviado Nº SEI 10534221 (pag 3-5)</p>
b) ato de nomeação ou eleição dos dirigentes, devidamente formalizado, ou registrado em Cartório, quando for o caso;	B) Nº SEI 10534221 (pag 7-8)
c) CNPJ da matriz da fundação e, <b>se for</b> o caso, da filial;	C) Nº SEI 10986650 (pag 1)
d) prova de regularidade relativa à Seguridade Social e ao Fundo de Garantia do Tempo de Serviço – FGTS;	D) Nº SEI 10986650 (pag 2)
e) prova de regularidade do recolhimento dos recursos do Fistel, se já for executante do serviço de radiodifusão;	E) Nº SEI 10986650 (pag 5-6)
f) certidão conjunta negativa de débitos relativa aos tributos federais e à dívida ativa da União, expedida pela Receita Federal;	F) Nº SEI 10986650 (pag 3)
g) prova de regularidade para com a Fazenda Estadual/Distrital do local de <b>sede</b> ;	G) Nº SEI 10986650 (pag 7)
h) prova de regularidade para com a Fazenda Municipal do local de <b>sede</b> ;	H) Nº SEI 10986650 (pag 8)



LISTA DE DOCUMENTOS NECESSÁRIOS À HABILITAÇÃO DE ENTES FEDERATIVOS	OBSERVAÇÕES
i) prova da inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, por meio da apresentação de certidão negativa, nos termos do disposto no Título VII-A do Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943 - Consolidação das Leis do Trabalho; e	I) Nº SEI 10986650 (pag 4)
j) certidão simplificada ou documento equivalente, emitida pelo órgão de registro competente em que estiverem arquivados os atos constitutivos da pessoa jurídica.	J) Nº SEI 10534221 (pag 13-15)
<b>Além dos documentos acima, as Fundações Públicas e Instituições de Educação Superior Públicas ainda devem apresentar:</b> (a) ato constitutivo, Estatuto Social ou Regimento em vigor e suas alterações, ou sua consolidação, devidamente formalizado e aprovado pelo Ministério Público, ou registrado em cartório, se for o caso; e (b) Balanço patrimonial vigente. As entidades optantes do Sistema Público de Escrituração Digital - SPED estão dispensadas de apresentar a assinatura por profissional habilitado e pelo representante legal da entidade, com comprovante de que está registrado na junta comercial ou no cartório. O balanço também deve conter (em razão da vigência da Portaria de Consolidação SECOE/MCOM nº 2 de 1º de junho de 2023 as seguintes informações especificadas: valor do ativo circulante, valor do ativo realizável a longo prazo, valor do passivo circulante, valor do passivo exigível a longo prazo e valor dos ativos totais . Cumpre observar que, na ausência de disposição estatutária em contrário, consideram-se vigentes os balanços patrimoniais apresentados até o dia 30 de junho do ano seguinte à entrega da escrituração contábil para registro público.	a) Diploma de posse enviado registrado em Cartório Nº SEI 10534221(13-15) b) Balanço patrimonial Nº SEI 10534221 (21-30) LG=1,01 > 1 LC=10,72 > 1 SG=1,38 > 1
<b>DOCUMENTOS DOS DIRIGENTES</b>	
a) prova da condição de brasileiro nato ou naturalizado há mais de dez anos por meio de um dos seguintes documentos: certidão de nascimento, casamento, certificado de reservista, cédula de identidade, certificado de naturalização expedido há mais de dez anos, carteira profissional, carteira de trabalho e previdência social ou passaporte.	Nº SEI 10534221(9-10)



Documento assinado eletronicamente por **Brenda Silva Pequeno Ibiapina, Analista Técnico-Administrativo**, em 07/07/2023, às 09:27 (horário oficial de Brasília), com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://sei.mcom.gov.br/sei/verifica>, informando o código verificador **10985520** e o código CRC **0EFF8422**.



**NOTA TÉCNICA Nº 9743/2023/SEI-MCOM**

Referência: **Processo nº 53900.027556/2016-31 apenso/relacionado ao Processo nº 53900.012816/2016-74.**

Assunto: **Análise Inicial de proposta de pessoa jurídica de direito público (Ente Federativo) com vistas à obtenção de outorga de Serviço de Radiodifusão com fins exclusivamente educativos - Proposta Habilitada e Pleito Deferido.**

**SUMÁRIO EXECUTIVO**

1.	
<b>EDITAL Nº: 88/2016</b>	Data de publicação: 01/03/2016
Interessado: Município de Esperantina	CNPJ: 06.554.174/0001-82
Município/UF: <b>Esperantina/PI</b>	Serviço: FME
Data de vencimento do prazo para o protocolo para apresentação dos documentos: Ref. publicação do Edital 04/2022): (60 dias, contados de 02/02/2022) 04/04/2022. Ref. ofício de notificação 26260/2022): (60 dias, contados de 17/10/2022) 16/12/2022	
Data de postagem dos documentos: 23/11/2022	Canal: 237E
Requerimento tempestivo?	(X) sim ( ) não

**ANÁLISE**

2. De início, registra-se que, em razão do posicionamento da Consultoria Jurídica (CONJUR), no que se refere à aplicabilidade do art. 51 e parágrafo único da Portaria nº 3.238/2018 (revogada/substituída pela Portaria de Consolidação GM/MCOM nº 1, de 1º de junho de 2023, publicada no Diário Oficial da União de 5 de junho de 2023), nos processos de seleção anteriormente regidos pela Portaria nº 4.335/2015, a proponente foi comunicada para, no prazo de 60 (sessenta) dias, apresentar recurso e/ou documentação complementar, sob pena de indeferimento do pedido, conforme a NOTA TÉCNICA Nº 15296/2022 10458441, encaminhada por meio do Ofício nº 26260/2022 (N. SEI 10458513), enviado em 17/10/2022.

3. A proponente, em resposta ao já citado ofício, protocolizou tempestivamente o processo nº 53115.030698/2022-81, em 23/11/2022. Apresentou ainda um protocolo tempestivo (Ref. publicação do Edital 04/2022) datado de 22/03/2022 (53115.007099/2022-63), que repete outros documentos já constantes dos autos.

4. Posto isso, visando o prosseguimento do feito, procedeu-se à conferência e análise da documentação apresentada pela proponente, em consonância com o disposto na Portaria nº 3238/2018, conforme Checklist anexo (N. SEI 10985520).

5. Concluída a análise, verificou-se que a proposta atende às exigências estabelecidas pela Portaria nº 3238/2018 (revogada/substituída pela Portaria de Consolidação GM/MCOM nº 1, de 1º de junho de 2023, publicada no Diário Oficial da União de 5 de junho de 2023), bem como pelo correspondente Edital de Seleção Pública.

6. Ressalta-se que a entidade interessada não possui outorga para executar o mesmo tipo de serviço pretendido na localidade objeto da permissão, bem como não excede os limites fixados no art. 12 do Decreto-Lei nº 236, de 28 de fevereiro de 1967.

7. Informa-se, por fim, que no tocante aos dirigentes, estão sendo devidamente respeitados os limites do referido Decreto, conforme Anexo (N. SEI 10986650).

**CONCLUSÃO**

8. Diante do exposto, conforme apresentado nos itens acima, opinamos:
- pelo deferimento do pleito;
  - pelo registro dessa informação na Nota Técnica relativa ao resultado obtido no processo de seleção em questão;
  - pelo registro desta informação no Edital de Resultado Final o qual deverá ser publicado no Diário Oficial da União, e;
  - pelo encaminhamento de cópia desta Nota Técnica à interessada, com vistas à comunicação do resultado da análise da proposta apresentada.

À consideração superior.



Documento assinado eletronicamente por **Brenda Silva Pequeno Ibiapina, Analista Técnico-Administrativo**, em 04/07/2023, às 09:16 (horário oficial de Brasília), com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Vilma de Fatima Alvarenga Fanis, Coordenadora de Outorga de Radiodifusão Pública, Comunitária e Estatal**, em 04/07/2023, às 09:35 (horário oficial de Brasília), com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Alexandre Miranda Freire de Oliveira Barros, Coordenador-Geral de Assuntos Jurídicos de Radiodifusão Pública, Comunitária e Estatal**, em 04/07/2023, às 12:13 (horário oficial de Brasília), com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/68235cd3-a142-4cd6-8313-c0dcaf537896>



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://sei.mcom.gov.br/sei/verifica>, informando o código verificador **10986051** e o código CRC **619BDFB5**.

---

#### Minutas e Anexos

Checklist (N. SEI 10985520)

---

Referência: Processo nº 53900.027556/2016-31

Documento nº 10986051

68235cd3-a142-4cd6-8313-c0dcaf537896



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/68235cd3-a142-4cd6-8313-c0dcaf537896>



## MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES

Secretaria de Comunicação Social Eletrônica  
Departamento de Radiodifusão Pública, Comunitária e Estatal  
Coordenação-Geral de Assuntos Jurídicos de Radiodifusão Pública, Comunitária e Estatal  
Coordenação de Outorga de Radiodifusão Pública, Comunitária e Estatal

### DESPACHO DE DECISÃO nº 1161 / 2023

A **DIRETORA DO DEPARTAMENTO DE RADIODIFUSÃO PÚBLICA, COMUNITÁRIA E ESTATAL**, no uso de suas atribuições, resolve acolher o disposto na Nota Técnica nº 9785/2023/SEI-MCOM (SEI nº 10986758), constante do processo nº 53900.012816/2016-74 (ao qual está relacionado este processo apenso nº 53900.027556/2016-31), de sorte a **DEFERIR** o pedido da **Prefeitura Municipal de Esperantina/PI**, para outorga do Serviço de Radiodifusão Sonora em Frequência Modulada, com fins exclusivamente educativos, na localidade de **Esperantina/PI**, tendo em vista o correto atendimento à exigência documental.



Documento assinado eletronicamente por **Daniela Naufel Schettino, Diretora do Departamento de Radiodifusão Pública, Comunitária e Estatal**, em 14/07/2023, às 17:42 (horário oficial de Brasília), com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://sei.mcom.gov.br/sei/verifica>, informando o código verificador **10989103** e o código CRC **00622EF5**.

Referência: Processo nº 53900.027556/2016-31

Documento nº 10989103



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.deg.br/68235cd3-a142-4cd6-8313-c0dcaf537896>

Despacho de Decisão 1161 (10989103) - SEI 53900.027556/2016-31 / pg. 37

68235cd3-a142-4cd6-8313-c0dcaf537896





**MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES**  
Secretaria de Comunicação Social Eletrônica  
Departamento de Radiodifusão Pública, Comunitária e Estatal  
Coordenação-Geral de Assuntos Jurídicos de Radiodifusão Pública, Comunitária e Estatal  
Coordenação de Outorga de Radiodifusão Pública, Comunitária e Estatal

OFÍCIO Nº 18197/2023/MCOM

Ao(À) Senhor(a)  
Representante Legal da PREFEITURA MUNICIPAL DE ESPERANTINA  
CNPJ: 06.554.174/0001-82

**Assunto: Processo de Seleção para outorga de Serviço de Radiodifusão Sonora em Frequência Modulada, com fins exclusivamente educativos, no município de ESPERANTINA/PI - Processo nº 53900.027556/2016-31, apenso/relacionado ao Processo nº 53900.012816/2016-74.**

Senhor(a) Representante Legal,

1. Cumprimentando-o(a) cordialmente, refiro-me ao processo em epígrafe para encaminhar cópia da **NOTA TÉCNICA Nº 9785/2023/SEI-MCOM** (N. SEI 10986758), **NOTA TÉCNICA Nº 9743/2023/SEI-MCOM** (N. SEI 10986051) e o **DESPACHO DE DECISÃO** (N. SEI 10989103), informando sobre decisões tomadas nos autos desse processo de seleção de outorga.

2. A esse respeito, fica estabelecido o prazo de 30 (trinta) dias, contado da data do recebimento deste ofício (o prazo será contado excluindo-se da contagem o dia do começo e incluindo-se o do vencimento, conforme art. 45 Capítulo VII, da Portaria 3.238/2018 (revogado/substituído pelo art. 166, Parte II, Livro I, Capítulo III, Título VII da Portaria de Consolidação GM/MCOM nº 1, de 1º de junho de 2023, publicada no Diário Oficial da União de 5 de junho de 2023), observado o disposto nos artigos 66 e 67 da Lei nº 9.784, de 29 de janeiro de 1999, e regulamentação própria do Sistema Eletrônico de Informações - SEI, no âmbito deste Ministério), para que essa entidade apresente recurso (caso discorde da decisão), fazendo constar, obrigatoriamente, referência aos números deste ofício e dos processos em referência.

6. Cabe ressaltar que, na comunicação de resposta, deverá constar o **número do respectivo processo, bem como deste ofício**, a fim de viabilizar o seu trâmite neste Ministério.

9. Destaque-se que, conforme normativo que rege o procedimento eletrônico nessa pasta (art. 17, da Portaria nº 3.399, de 5 de julho de 2018), o cadastro de usuário externo é obrigatório para qualquer pessoa física ou jurídica de Direito Público ou de Direito Privado que se relacione ou necessite se relacionar com o Ministério no que diz respeito à comunicação de atos processuais e, se a entidade não realiza seu cadastro, não pode participar da seleção.

12. Informamos ainda que já está disponível o Sistema de Protocolo Digital do MCom, sistema que possibilita encaminhar e receber documentos de forma eletrônica, acessível a partir do seguinte caminho: <https://www.gov.br/mcom/> >> Serviços >> Protocolo Digital do MCom. Para utilizá-lo é necessário ter cadastro no portal [gov.br](https://gov.br). Caso não possua o referido cadastro, é possível solicitá-lo no endereço <https://acesso.gov.br/>.

Atenciosamente,



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/68235cd3-a142-4cd6-8313-c0dcaf537896>

Ofício 18197 (10367810)

SEI 53900.027556/2016-31 / pg. 38

68235cd3-a142-4cd6-8313-c0dcaf537896



Documento assinado eletronicamente por **Alexandre Miranda Freire de Oliveira Barros**,  
**Coordenador-Geral de Assuntos Jurídicos de Radiodifusão Pública, Comunitária e Estatal**, em  
17/07/2023, às 12:22 (horário oficial de Brasília), com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº  
10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://sei.mcom.gov.br/sei/verifica>,  
informando o código verificador **10987810** e o código CRC **D110AB36**.

Referência: Processo nº 53900.027556/2016-31

Documento nº 10987810

68235cd3-a142-4cd6-8313-c0dcaf537896



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/68235cd3-a142-4cd6-8313-c0dcaf537896>

Ofício 10197 (10987810)

SEI 53900.027556/2016-31 / pg. 39

**Data de Envio:**

18/07/2023 10:04:34

**De:**

MCOM/Coordenação de Outorga de Radiodifusão Pública, Comunitária e Estatal <sei@mcom.gov.br>

**Para:**

gmfp2@yahoo.com.br  
ismar.vale@gmail.com

**Assunto:**

Envio de Correspondência Oficial - Ministério Das Comunicações

**Mensagem:**

Prezado(a), Senhor (a)

Ref: 53900.027556/2016-31

Segue em anexo, documentação referente a análise de processo no Ministério das Comunicações.

Atenciosamente,  
Secretaria de Radiodifusão  
Ministério das Comunicações

Mensagem automática, favor não responder.

O envio de respostas e/ou documentos complementares deverá ser feito exclusivamente via Peticionamento Eletrônico.

**Anexos:**

SEI\_MCOM - 10986758 - Nota Técnica.pdf  
Oficio\_10987810.html  
Nota\_Tecnica\_10986051.html  
Despacho\_de\_Decisao\_10989103.html



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/68235cd3-a142-4cd6-8313-c0dcaf537896>



**MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES**  
Secretaria de Comunicação Social Eletrônica  
Departamento de Radiodifusão Pública, Comunitária e Estatal  
Coordenação-Geral de Assuntos Jurídicos de Radiodifusão Pública, Comunitária e Estatal  
Coordenação de Outorga de Radiodifusão Pública, Comunitária e Estatal

OFÍCIO Nº 28671/2023/MCOM

Ao(À) Senhor(a)  
Representante Legal da PREFEITURA MUNICIPAL DE ESPERANTINA  
CNPJ: 06.554.174/0001-82

**Assunto: Processo de Seleção para outorga de Serviço de Radiodifusão Sonora em Frequência Modulada, com fins exclusivamente educativos, no município de Esperantina/PI - Processo nº 53900.027556/2016-31, apenso/relacionado ao Processo nº 53900.012816/2016-74. Edital nº 88/2016.**

Senhor(a) Representante Legal,

1. Cumprimentando-o(a) cordialmente, refiro-me ao processo em epígrafe para encaminhar cópia da Nota Técnica nº 16637/2023/SEI-MCOM (SEI nº 11131403), informando sobre decisões tomadas nos autos desse processo de seleção de outorga.
2. A este respeito, informamos que o encaminhamento da Nota Técnica se faz necessário para ciência da medida tomada por este Ministério.

Atenciosamente,



Documento assinado eletronicamente por **Alexandre Miranda Freire de Oliveira Barros**, **Coordenador-Geral de Assuntos Jurídicos de Radiodifusão Pública, Comunitária e Estatal**, em 09/11/2023, às 10:33 (horário oficial de Brasília), com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://sei.mcom.gov.br/sei/verifica>, informando o código verificador **11131430** e o código CRC **04DFC517**.



**Data de Envio:**

13/11/2023 10:31:45

**De:**

MCOM/Coordenação de Outorga de Radiodifusão Pública, Comunitária e Estatal <sei@mcom.gov.br>

**Para:**

gmfp2@yahoo.com.br  
ismar.vale@gmail.com

**Assunto:**

Envio de Correspondência Oficial - Ministério Das Comunicações

**Mensagem:**

Prezado(a), Senhor (a)

Ref: 53900.027556/2016-31

Segue em anexo, documentação referente a análise de processo no Ministério das Comunicações.

Atenciosamente,  
Secretaria de Radiodifusão  
Ministério das Comunicações

Mensagem automática, favor não responder.

O envio de respostas e/ou documentos complementares deverá ser feito exclusivamente via Peticionamento Eletrônico.

**Anexos:**

SEI\_MCOM - 11131403 - Nota Técnica.pdf  
Ofício\_11131430.html



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/68235cd3-a142-4cd6-8313-c0dcaf537896>

**MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES**

Secretaria de Comunicação Social Eletrônica

Departamento de Radiodifusão Pública, Comunitária e Estatal

Coordenação-Geral de Assuntos Jurídicos de Radiodifusão Pública, Comunitária e Estatal

Coordenação de Outorga de Radiodifusão Pública, Comunitária e Estatal

**NOTA TÉCNICA Nº 9785/2023/SEI-MCOM**Referência: **Processo nº 53900.012816/2016-74 e apensos/relacionados.**

Assunto: **Outorga de Serviço de Radiodifusão com fins exclusivamente Educativos - Revisão de Ato (Edital de Seleção Pública nº 88/2016/SEI-MC, de 12 de fevereiro de 2016). Mudança de resultado. Ampla Defesa e Contraditório.**

**SUMÁRIO EXECUTIVO**

1. Trata-se de procedimento de seleção instaurado com vistas à outorga do Serviço de Radiodifusão Sonora em Frequência Modulada, com fins exclusivamente educativos, na localidade de **Esperantina/PI**, por meio do canal 237E, de acordo com o que estabelece o Edital de Seleção Pública nº 88/2016, de 12 de fevereiro de 2016, publicado no D.O.U. em 1º de março de 2016 e a Portaria nº 4.335/2015/SEI-MC, de 17 de setembro de 2015, publicada no D.O.U. de 21 de setembro de 2015 c/c a Portaria nº 3.238, de 20 de junho de 2018, publicada no D.O.U. de 21 de junho de 2018 (revogada/substituída pela Portaria de Consolidação GM/MCOM nº 1, de 1º de junho de 2023, publicada no Diário Oficial da União de 5 de junho de 2023).

**ANÁLISE**

2. Em virtude da publicação da Portaria nº 3.238, de 20 de junho de 2018 (revogada/substituída pela Portaria de Consolidação GM/MCOM nº 1, de 1º de junho de 2023, publicada no Diário Oficial da União de 5 de junho de 2023) que promoveu a alteração dos procedimentos nos processos de seleção iniciados durante a vigência da Portaria nº 4.335, de 17 de setembro de 2015, retornou para nova análise desta Coordenação, o processo em referência, acompanhado dos processos remanescentes (após desclassificações/desistências) a ele relacionados, relativo às propostas apresentadas por entidades interessadas na execução do Serviço de Radiodifusão, objeto da outorga em questão.

3. Segue um breve histórico do que ocorreu nesse processo: em 13/05/2016 foi publicado o Edital nº 206/2016/SEI-MC (N. SEI 1133430) com o resultado preliminar do processo seletivo em comento. Contudo em autos análogos a este, foi realizada consulta à Consultoria Jurídica (CONJUR), no sentido de compreender, em todos os aspectos, o posicionamento do duto órgão à questão da aplicação do art. 51 e parágrafo único da Portaria nº 3.238/2018. Nos pareceres daqueles autos (a exemplo de: Itabuna/BA - Parecer nº 01072/2019/CONJUR-MCTIC/CGU/AGU) ou no Parecer nº 917/2019/CONJUR-MCTIC/CGU/AGU dos presentes autos, a Consultoria Jurídica (CONJUR) entendeu que houve equívocos de análise e interpretação, razão pela qual foram tomadas medidas para o ajuste da presente seleção de modo a atender a interpretação da Consultoria Jurídica.

4. Assim, em cumprimento ao disposto em orientação da Consultoria Jurídica, todas as proponentes (com exceção da(s) desistente(s)/desclassificada(s), foram notificadas, de acordo com a **NOTA TÉCNICA Nº 15296/2022** (N. SEI 10458441), para, no prazo de 60 (sessenta) dias, havendo interesse, apresentarem recurso/documentação complementar, sob pena de indeferimento do pedido, antes da publicação do novo Edital de Resultado.

5. Esgotado referido prazo, foi analisada a documentação apresentada pela **Prefeitura Municipal de Esperantina (Processo nº 53900.027556/2016-31)** e deferido o pedido apresentado através da Nota Técnica nº 9743/2023/SEI-MCOM (Nº SEI 10986051).



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

[com.gov.br/sei/controlador.php?acao=documento\\_imprimir\\_web&acao\\_origem=arvore\\_visualizar&id\\_documento=11959990&infra...](http://com.gov.br/sei/controlador.php?acao=documento_imprimir_web&acao_origem=arvore_visualizar&id_documento=11959990&infra...)

Anexo Edital Nº 206/2016 - cópia processo principal (11278307) - SEI 53900.027556/2016-31 / pg. 43



6. As demais participantes não apresentaram recurso/documentação complementar relativa às propostas apresentadas, após a devida comunicação às interessadas.

7. Assim sendo, o resultado final obtido é o seguinte:

ENTIDADE	TIPO	PROCESSO	CLASSIFICAÇÃO	PROPOSTA	SITUAÇÃO
<b>PREFEITURA MUNICIPAL DE ESPERANTINA</b>	<b>Pessoa Jurídica de direito público</b>	<b>53900.027556/2016-31</b>	<b>1º Lugar</b>	<b>Habilitada</b>	<b>Entidade vencedora do procedimento de seleção conforme Nota Técnica nº 9743/2023.</b>
FUNDAÇÃO JOÃO MATIAS DE OLIVEIRA	Pessoa Jurídica de natureza privada (Com sede na localidade)	53900.027103/2016-13	2º Lugar	Indeferida	Não apresentou recurso/documentação, solicitada na Nota Técnica nº 15296/2022.
FUNDAÇÃO BRASIL ECOAR	Pessoa Jurídica de natureza privada	53900.025666/2016-69	3º Lugar	Indeferida	Não apresentou recurso/documentação, solicitada na Nota Técnica nº 15296/2022.
FUNDAÇÃO EDUCACIONAL MINAS GERAIS	Pessoa Jurídica de natureza privada.	53900.024050/2016-71	3º Lugar	Indeferida	Não apresentou recurso/documentação, solicitada na Nota Técnica nº 15296/2022.
FUNDAÇÃO CULTURAL OCTÁVIO MIRANDA	Pessoa Jurídica de natureza privada.	53900.028056/2016-17	3º Lugar	Indeferida	Não apresentou recurso/documentação, solicitada na Nota Técnica nº 15296/2022.
FUNDAÇÃO DINÂMICA EDUCATIVA E CULTURAL - FUNDEC	Pessoa Jurídica de natureza privada.	53900.025187/2016-42	3º Lugar	Indeferida	Não apresentou recurso/documentação, solicitada na Nota Técnica nº 15296/2022.
UNIVERSIDADE VALE DO RIO VERDE - UNINCOR	Pessoa Jurídica de natureza privada.	53900.026474/2016-70	3º Lugar	Indeferida	Não apresentou recurso/documentação, solicitada na Nota Técnica nº 15296/2022.
FUNDAÇÃO MAURIZIO VANINI	Pessoa Jurídica de natureza privada.	53900.028071/2016-65	3º Lugar	Indeferida	Não apresentou recurso/documentação, solicitada na Nota Técnica nº 15296/2022.
FUNDAÇÃO EDUCATIVA E CULTURAL VALE DO RIO DOCE - FUNEVALE	Pessoa Jurídica de natureza privada.	53900.027683/2016-31	3º Lugar	Indeferida	Não apresentou recurso/documentação, solicitada na Nota Técnica nº 15296/2022.
FUNDAÇÃO PROFESSOR LUÍS A SOUSA	Pessoa Jurídica de	53900.026203/2016-14	3º Lugar	Indeferida	Não apresentou recurso/documentação,



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

[com.gov.br/sei/controlador.php?acao=documento\\_imprimir\\_web&acao\\_origem=arvore\\_visualizar&id\\_documento=11959990&infra...](http://com.gov.br/sei/controlador.php?acao=documento_imprimir_web&acao_origem=arvore_visualizar&id_documento=11959990&infra...)

Anexo Edital Nº 03/2023 - cópia processo principal (11276307)

SEI 53900.027556/2016-31 / pg. 44

ENTIDADE	TIPO	PROCESSO	CLASSIFICAÇÃO	PROPOSTA	SITUAÇÃO
	natureza privada.				solicitada na Nota Técnica nº 15296/2022.
FUNDAÇÃO DO AVANÇO DA EDUCAÇÃO E CULTURA - FAEC	Pessoa Jurídica de natureza privada.	53900.023618/2016-36	3º Lugar	Indeferida	Não apresentou recurso/documentação, solicitada na Nota Técnica nº 15296/2022.
FUNDAÇÃO DE INCENTIVO À PESQUISA - FUNPESQ	Pessoa Jurídica de natureza privada	53900.026634/2016-81	3º Lugar	Indeferida	Não apresentou recurso/documentação, solicitada na Nota Técnica nº 15296/2022.

8. Dessa forma, a PREFEITURA MUNICIPAL DE ESPERANTINA, pessoa jurídica de direito público (Ente Federativo), será declarada vencedora do presente certame, fazendo jus, portanto, à outorga em questão. Ressalte-se que, no presente caso concreto, não cabe a anulação do Edital anterior (Edital nº 206/2016/SEI-MCTIC, de 12 de maio de 2016, publicado no D.O.U. de 13 de maio de 2016 (SEI nº 1133430), pois se tratava do Edital preliminar, anterior à Portaria nº 3.238/2018, não se tratava do Edital final de Resultado.

10. Contudo, em razão da atipicidade do certame, por cautela jurídica, e ainda considerando a mudança da tabela de classificação (mesmo não havendo mudança de resultado em relação ao Edital anterior), opina-se, antes do prosseguimento do processo com vistas à finalização do certame, pela comunicação do resultado obtido nesta seleção pública a todas as participantes, garantindo-lhes a **ampla defesa e contraditório**, concedendo-lhes novo prazo para que, se for o caso, apresentem recurso.

## CONCLUSÃO

12. Diante do exposto, opinamos pela comunicação das decisões explicitadas às participantes, encaminhando cópia da presente Nota Técnica, concedendo-lhes prazo de 30 (trinta) dias para que, havendo interesse, apresentem recurso.

À consideração superior.



Documento assinado eletronicamente por **Brenda Silva Pequeno Ibiapina, Analista Técnico-Administrativo**, em 04/07/2023, às 09:16 (horário oficial de Brasília), com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Vilma de Fatima Alvarenga Fanis, Coordenadora de Outorga de Radiodifusão Pública, Comunitária e Estatal**, em 04/07/2023, às 09:35 (horário oficial de Brasília), com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Alexandre Miranda Freire de Oliveira Barros, Coordenador-Geral de Assuntos Jurídicos de Radiodifusão Pública, Comunitária e Estatal**, em 04/07/2023, às 12:13 (horário oficial de Brasília), com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://super.mcom.gov.br/sei/verifica>, informando o código verificador **10986758** e o código CRC **77DB159F**.



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

[https://super.mcom.gov.br/sei/controlador.php?acao=documento\\_imprimir\\_web&acao\\_origem=arvore\\_visualizar&id\\_documento=11959990&infra...](https://super.mcom.gov.br/sei/controlador.php?acao=documento_imprimir_web&acao_origem=arvore_visualizar&id_documento=11959990&infra...)

Anexo Edital/Nº 3 cópia processo principal (11216301)

SEI 53900.027556/2016-31 / pg. 43



68235cd3-a142-4cd6-8313-c0dcaf537896

**MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES**

Secretaria de Comunicação Social Eletrônica

Departamento de Radiodifusão Pública, Comunitária e Estatal

Coordenação-Geral de Assuntos Jurídicos de Radiodifusão Pública, Comunitária e Estatal

Coordenação de Outorga de Radiodifusão Pública, Comunitária e Estatal

**NOTA TÉCNICA Nº 16637/2023/SEI-MCOM**Referência: **Processo nº 53900.012816/2016-74 e apensos/relacionados.****Assunto: Outorga de Serviço de Radiodifusão com fins exclusivamente Educativos - Revisão de Ato (Edital de Seleção Pública nº 88/2016/SEI-MC, de 12 de fevereiro de 2016). Resultado Final de Processo de Seleção para Outorga - Objeto Adjudicado.****SUMÁRIO EXECUTIVO**

1. Trata-se de resultado final de processo de seleção instaurado com vistas à outorga do Serviço de Radiodifusão Sonora em Frequência Modulada, com fins exclusivamente educativos, na localidade de **Esperantina/PI**, por meio do canal 237E, de acordo com o que estabelece o Edital de Seleção Pública nº 88/2016, de 12 de fevereiro de 2016, publicado no D.O.U. em 1º de março de 2016 e a Portaria nº 4.335/2015/SEI-MC, de 17 de setembro de 2015, publicada no D.O.U. de 21 de setembro de 2015 c/c a Portaria nº 3.238, de 20 de junho de 2018, publicada no D.O.U. de 21 de junho de 2018 (revogada/substituída pela Portaria de Consolidação GM/MCOM nº 1, de 1º de junho de 2023, publicada no Diário Oficial da União de 5 de junho de 2023).

**ANÁLISE**

2. Conforme detalhadamente explicitado na Nota Técnica nº 15296/2022/SEI-MCOM (SEI nº 10458441), foi necessária a realização de notificações (por meio do Edital nº 04/2022 e de Ofício) e de novas análises, considerando a nova documentação apresentada com base na Portaria nº 3.238/2018 (revogada/substituída pela Portaria de Consolidação GM/MCOM nº 1, de 1º de junho de 2023, publicada no Diário Oficial da União de 5 de junho de 2023), deixando-se claro que a pena de não apresentação dos documentos seria o indeferimento do pedido.

3. Esgotado o prazo para resposta à notificação referente ao Edital nº 4/2022, somente apresentou a documentação solicitada o **Município de Esperantina - Prefeitura Municipal de Esperantina (Processo nº 53900.027556/2016-31)**, que após análise teve deferido seu pedido apresentado através da Nota Técnica nº 9743/2023/SEI-MCOM (SEI nº 10986051). As demais participantes não apresentaram documentação complementar relativa às propostas apresentadas, após a devida comunicação e foram indeferidas.

4. Além disso, em razão da atipicidade do certame, por cautela jurídica, e ainda considerando a mudança da tabela de classificação todas as participantes foram notificadas do resultado obtido nesta seleção pública, garantindo-lhes a ampla defesa e contraditório, conforme apresenta a Nota Técnica nº 9785/2023/SEI-MCOM (SEI nº 10986758).

5. Finalizado o prazo não houve apresentação de recurso pelas participantes.

6. Então, não mais havendo a mudança de resultado, cabe apenas publicar novo Edital que declara como vencedora do certame o **Município de Esperantina - Prefeitura Municipal de Esperantina**.



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

[com.gov.br/sei/controlador.php?acao=documento\\_imprimir\\_web&acao\\_origem=arvore\\_visualizar&id\\_documento=12114316&infra...](http://com.gov.br/sei/controlador.php?acao=documento_imprimir_web&acao_origem=arvore_visualizar&id_documento=12114316&infra...)

Anexo Edital/Nº 3 cópia processo principal (11278307) - SEI 53900.027556/2016-31 / pg. 47

7. Cabe ressaltar que, em consulta ao MOSAICO (Sistema de Controle de Radiodifusão da Anatel - SEI nº 10986650), verificamos que a entidade não possui outorga(s) do serviço de radiodifusão com fins exclusivamente educativos e, na planilha de controle de Editais, não aparece como vencedora em outra(s) localidade(s).

## CONCLUSÃO

8. Diante do exposto, opinamos:

- a) pela declaração do resultado, indicando o MUNICÍPIO DE ESPERANTINA - PREFEITURA MUNICIPAL DE ESPERANTINA como vencedor do presente processo de seleção, homologando-se este procedimento, e adjudicando ao vencedor o seu objeto;
- b) pelo encaminhamento de cópia da presente Nota Técnica às proponentes;
- d) pelo arquivamento dos processos das demais entidades concorrentes, considerando a conclusão do procedimento de seleção, se for o caso.

À consideração superior.



Documento assinado eletronicamente por **Kelen Azevedo Cornelio, Analista Técnico-Administrativo**, em 28/09/2023, às 11:18 (horário oficial de Brasília), com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Vilma de Fatima Alvarenga Fanis, Coordenadora de Outorga de Radiodifusão Pública, Comunitária e Estatal**, em 28/09/2023, às 13:54 (horário oficial de Brasília), com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Alexandre Miranda Freire de Oliveira Barros, Coordenador-Geral de Assuntos Jurídicos de Radiodifusão Pública, Comunitária e Estatal**, em 29/09/2023, às 09:57 (horário oficial de Brasília), com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://super.mcom.gov.br/sei/verifica>, informando o código verificador **11131403** e o código CRC **6E33E231**.

## Minutas e Anexos

Minuta de Edital nº 11131402.

Referência: Processo nº 53900.012816/2016-74

Documento nº 11131403



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

[super.mcom.gov.br/sei/controlador.php?acao=documento\\_imprimir\\_web&acao\\_origem=arvore\\_visualizar&id\\_documento=12114316&infra...](https://super.mcom.gov.br/sei/controlador.php?acao=documento_imprimir_web&acao_origem=arvore_visualizar&id_documento=12114316&infra...)

Anexo Edital/Nº 3 cópia processo principal (11131403)

SEI 53900.027556/2016-31 / pg. 48

**EDITAL Nº 91/2023/SEI-MCOM**

O **SECRETÁRIO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL ELETRÔNICA**, no uso de suas atribuições, considerando o disposto na Portaria nº 3.238, de 20 de junho de 2018, publicada no Diário Oficial da União de 21 de junho de 2018 (revogada/substituída pela Portaria de Consolidação GM/MCOM nº 1, de 1º de junho de 2023, publicada no Diário Oficial da União de 5 de junho de 2023), na Nota Técnica nº 9785/2023/SEI-MCOM e na Nota Técnica nº 16637/2023/SEI-MCOM, constantes do Processo nº 53900.012816/2016-74, resolve homologar o procedimento de seleção para outorga do serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, com fins exclusivamente educativos, na localidade de **Esperantina, Estado do Piauí**, por meio do canal 237E, referente ao Edital de Seleção Pública nº 88/2016/SEI-MC, de 12 de fevereiro de 2016, publicado no D.O.U. em 1º de março de 2016, e adjudicar seu objeto ao MUNICÍPIO DE ESPERANTINA/PI (PREFEITURA MUNICIPAL DE ESPERANTINA), CNPJ nº 06.554.174/0001-82, nos termos da legislação vigente, de acordo com o resultado final constante do Anexo deste Edital.

Caso, após a publicação da presente homologação, a entidade vencedora seja habilitada em várias seleções concomitantemente, em número que possa vir a exceder aos limites do art. 12 do Decreto-Lei nº 236, de 1967, será realizado sorteio público, em conformidade com o art. 21, §§ 2º a 4º, da Portaria nº 3.238, de 2018, a fim de obter localidades em número compatível com o limite de outorgas.

Encaminhem-se os processos das demais entidades concorrentes ao Setor de Arquivo, considerando a conclusão do procedimento de seleção.

**Wilson Diniz Wellisch**

Secretário de Comunicação Social Eletrônica

**ANEXO**

ENTIDADE	TIPO	PROCESSO	CLASSIFICAÇÃO	PROPOSTA	SITUAÇÃO (no que concerne à apresentação de documentação/recurso ref. às Notas Técnicas nº 15296 e 9785)
PREFEITURA MUNICIPAL DE ESPERANTINA	Pessoa Jurídica de direito público	53900.027556/2016-31	1º Lugar	Habilitada	<b>Entidade vencedora do procedimento de seleção.</b>
FUNDAÇÃO JOÃO MATIAS DE OLIVEIRA	Pessoa Jurídica de natureza privada (Com sede na localidade)	53900.027103/2016-13	2º Lugar	Indeferida	Não apresentou recurso/documentação.
FUNDAÇÃO BRASIL ECOAR	Pessoa Jurídica de natureza privada	53900.025666/2016-69	3º Lugar	Indeferida	Não apresentou recurso/documentação.
FUNDAÇÃO EDUCACIONAL MINAS GERAIS	Pessoa Jurídica de natureza privada.	53900.024050/2016-71	3º Lugar	Indeferida	Não apresentou recurso/documentação.
FUNDAÇÃO CULTURAL OCTÁVIO MIRANDA	Pessoa Jurídica de natureza privada.	53900.028056/2016-17	3º Lugar	Indeferida	Não apresentou recurso/documentação.
FUNDAÇÃO DINÂMICA EDUCATIVA E CULTURAL - FUNDEC	Pessoa Jurídica de natureza privada.	53900.025187/2016-42	3º Lugar	Indeferida	Não apresentou recurso/documentação.
UNIVERSIDADE VALE DO RIO VERDE - UNINCOR	Pessoa Jurídica de natureza privada.	53900.026474/2016-70	3º Lugar	Indeferida	Não apresentou recurso/documentação.
FUNDAÇÃO MAURIZIO VANINI	Pessoa Jurídica de natureza privada.	53900.028071/2016-65	3º Lugar	Indeferida	Não apresentou recurso/documentação.
FUNDAÇÃO EDUCATIVA E CULTURAL VALE DO RIO DOCE - FUNEVALE	Pessoa Jurídica de natureza privada.	53900.027683/2016-31	3º Lugar	Indeferida	Não apresentou recurso/documentação.
FUNDAÇÃO PROFESSOR LUÍS ARRUDA SOUSA	Pessoa Jurídica de natureza privada.	53900.026203/2016-14	3º Lugar	Indeferida	Não apresentou recurso/documentação.
FUNDAÇÃO DO AVANÇO DA EDUCAÇÃO E CULTURA - FAEC	Pessoa Jurídica de natureza privada.	53900.023618/2016-36	3º Lugar	Indeferida	Não apresentou recurso/documentação.
FUNDAÇÃO DE ENTIVO Á	Pessoa Jurídica de natureza privada	53900.026634/2016-81	3º Lugar	Indeferida	Não apresentou recurso/documentação.



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

[com.gov.br/sei/controlador.php?acao=documento\\_imprimir\\_web&acao\\_origem=arvore\\_visualizar&id\\_documento=12146824&infra...](http://com.gov.br/sei/controlador.php?acao=documento_imprimir_web&acao_origem=arvore_visualizar&id_documento=12146824&infra...)

Anexo Edital Nº 91/2023/SEI-MCOM - Processo nº 53900.027556/2016-31 / pg. 49

68235cd3-a142-4cd6-8313-c0dcaf537896



16/11/2023, 14:29SEI/MCOM - 11161777 - Edital

ENTIDADE	TIPO	PROCESSO	CLASSIFICAÇÃO	PROPOSTA	SITUAÇÃO (no que concerne à apresentação de documentação/recurso ref. às Notas Técnicas nº 15296 e 9785)
PESQUISA - FUNPESQ					



Documento assinado eletronicamente por **Wilson Diniz Wellisch**, **Secretário de Comunicação Social Eletrônica**, em 07/11/2023, às 16:57 (horário oficial de Brasília), com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://super.mcom.gov.br/sei/verifica>, informando o código verificador **11161777** e o código CRC **C2717332**.

68235cd3-a142-4cd6-8313-c0dcaf537896



# DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO

Publicado em: 08/11/2023 | Edição: 212 | Seção: 3 | Página: 23

Órgão: Ministério das Comunicações/Secretaria de Comunicação Social Eletrônica

## EDITAL Nº 91/2023/SEI-MCOM

O SECRETÁRIO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL ELETRÔNICA, no uso de suas atribuições, considerando o disposto na Portaria nº 3.238, de 20 de junho de 2018, publicada no Diário Oficial da União de 21 de junho de 2018 (revogada/substituída pela Portaria de Consolidação GM/MCOM nº 1, de 1º de junho de 2023, publicada no Diário Oficial da União de 5 de junho de 2023), na Nota Técnica nº 9785/2023/SEI-MCOM e na Nota Técnica nº 16637/2023/SEI-MCOM, constantes do Processo nº 53900.012816/2016-74, resolve homologar o procedimento de seleção para outorga do serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, com fins exclusivamente educativos, na localidade de Esperantina, Estado do Piauí, por meio do canal 237E, referente ao Edital de Seleção Pública nº 88/2016/SEI-MC, de 12 de fevereiro de 2016, publicado no D.O.U. em 1º de março de 2016, e adjudicar seu objeto ao MUNICÍPIO DE ESPERANTINA/PI (PREFEITURA MUNICIPAL DE ESPERANTINA), CNPJ nº 06.554.174/0001-82, nos termos da legislação vigente, de acordo com o resultado final constante do Anexo deste Edital.

Caso, após a publicação da presente homologação, a entidade vencedora seja habilitada em várias seleções concomitantemente, em número que possa vir a exceder aos limites do art. 12 do Decreto-Lei nº 236, de 1967, será realizado sorteio público, em conformidade com o art. 21, §§ 2º a 4º, da Portaria nº 3.238, de 2018, a fim de obter localidades em número compatível com o limite de outorgas.

Encaminhem-se os processos das demais entidades concorrentes ao Setor de Arquivo, considerando a conclusão do procedimento de seleção.

WILSON DINIZ WELLISCH



### ANEXO

ENTIDADE	TIPO	PROCESSO	CLASSIFICAÇÃO	PROPOSTA	SITUAÇÃO (no que concerne à apresentação de documentação/recurso ref. às Notas Técnicas nº 15296 e 9785)
PREFEITURA MUNICIPAL DE ESPERANTINA	Pessoa Jurídica de direito público	53900.027556/2016-31	1º Lugar	Habilitada	Entidade vencedora do procedimento de seleção.
FUNDAÇÃO JOÃO MATIAS DE OLIVEIRA	Pessoa Jurídica de natureza privada (Com sede na localidade)	53900.027103/2016-13	2º Lugar	Indeferida	Não apresentou recurso/documentação.
FUNDAÇÃO BRASIL ECOAR	Pessoa Jurídica de natureza privada	53900.025666/2016-69	3º Lugar	Indeferida	Não apresentou recurso/documentação.
FUNDAÇÃO EDUCACIONAL MINAS GERAIS	Pessoa Jurídica de natureza privada.	53900.024050/2016-71	3º Lugar	Indeferida	Não apresentou recurso/documentação.
FUNDAÇÃO CULTURAL OCTÁVIO MIRANDA	Pessoa Jurídica de natureza privada.	53900.028056/2016-17	3º Lugar	Indeferida	Não apresentou recurso/documentação.



FUNDAÇÃO DINÂMICA EDUCATIVA E CULTURAL - FUNDEC	Pessoa Jurídica de natureza privada.	53900.025187/2016-42	3º Lugar	Indeferida	Não apresentou recurso/documentação.
UNIVERSIDADE VALE DO RIO VERDE - UNINCOR	Pessoa Jurídica de natureza privada.	53900.026474/2016-70	3º Lugar	Indeferida	Não apresentou recurso/documentação.
FUNDAÇÃO MAURÍZIO VANINI	Pessoa Jurídica de natureza privada.	53900.028071/2016-65	3º Lugar	Indeferida	Não apresentou recurso/documentação.
FUNDAÇÃO EDUCATIVA E CULTURAL VALE DO RIO DOCE - FUNEVALE	Pessoa Jurídica de natureza privada.	53900.027683/2016-31	3º Lugar	Indeferida	Não apresentou recurso/documentação.
FUNDAÇÃO PROFESSOR LUÍS ARRUDA SOUSA	Pessoa Jurídica de natureza privada.	53900.026203/2016-14	3º Lugar	Indeferida	Não apresentou recurso/documentação.
FUNDAÇÃO DO AVANÇO DA EDUCAÇÃO E CULTURA - FAEC	Pessoa Jurídica de natureza privada.	53900.023618/2016-36	3º Lugar	Indeferida	Não apresentou recurso/documentação.
FUNDAÇÃO DE INCENTIVO À PESQUISA - FUNPESQ	Pessoa Jurídica de natureza privada	53900.026634/2016-81	3º Lugar	Indeferida	Não apresentou recurso/documentação.

Este conteúdo não substitui o publicado na versão certificada.





PODER JUDICIÁRIO  
JUSTIÇA DO TRABALHO

## **CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS TRABALHISTAS**

Nome: MUNICIPIO DE ESPERANTINA (MATRIZ E FILIAIS)

CNPJ: 06.554.174/0001-82

Certidão nº: 64510314/2023

Expedição: 16/11/2023, às 11:40:53

Validade: 14/05/2024 - 180 (cento e oitenta) dias, contados da data de sua expedição.

Certifica-se que **MUNICIPIO DE ESPERANTINA (MATRIZ E FILIAIS)**, inscrito(a) no CNPJ sob o nº **06.554.174/0001-82**, **NÃO CONSTA** como inadimplente no Banco Nacional de Devedores Trabalhistas.

Certidão emitida com base nos arts. 642-A e 883-A da Consolidação das Leis do Trabalho, acrescentados pelas Leis ns.º 12.440/2011 e 13.467/2017, e no Ato 01/2022 da CGJT, de 21 de janeiro de 2022. Os dados constantes desta Certidão são de responsabilidade dos Tribunais do Trabalho.

No caso de pessoa jurídica, a Certidão atesta a empresa em relação a todos os seus estabelecimentos, agências ou filiais.

A aceitação desta certidão condiciona-se à verificação de sua autenticidade no portal do Tribunal Superior do Trabalho na Internet (<http://www.tst.jus.br>).

Certidão emitida gratuitamente.

### **INFORMAÇÃO IMPORTANTE**

Do Banco Nacional de Devedores Trabalhistas constam os dados necessários à identificação das pessoas naturais e jurídicas inadimplentes perante a Justiça do Trabalho quanto às obrigações estabelecidas em sentença condenatória transitada em julgado ou em acordos judiciais trabalhistas, inclusive no concernente aos recolhimentos previdenciários, a honorários, a custas, a emolumentos ou a recolhimentos determinados em lei; ou decorrentes de execução de acordos firmados perante o Ministério Público do Trabalho, Comissão de Conciliação Prévia ou demais títulos que, por disposição legal, contiver força executiva.



Dúvidas e sugestões: [cnadt@tst.jus.br](mailto:cnadt@tst.jus.br)

Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara-leg.br/68235cd3-a142-4cd6-8313-c0dcaf537896>

Anexo Atualização de Certidões (11216516)

SEI 99500.027556/2016-31 / pg. 53

68235cd3-a142-4cd6-8313-c0dcaf537896



**MINISTÉRIO DA FAZENDA**  
**Secretaria da Receita Federal do Brasil**  
**Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional**

**CERTIDÃO POSITIVA COM EFEITOS DE NEGATIVA DE DÉBITOS RELATIVOS AOS TRIBUTOS  
FEDERAIS E À DÍVIDA ATIVA DA UNIÃO**

**Nome: MUNICIPIO DE ESPERANTINA**  
**CNPJ: 06.554.174/0001-82**

Ressalvado o direito de a Fazenda Nacional cobrar e inscrever quaisquer dívidas de responsabilidade do sujeito passivo acima identificado que vierem a ser apuradas, é certificado que:

1. constam débitos administrados pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) com exigibilidade suspensa nos termos do art. 151 da Lei nº 5.172, de 25 de outubro de 1966 - Código Tributário Nacional (CTN), ou objeto de decisão judicial que determina sua desconsideração para fins de certificação da regularidade fiscal, ou ainda não vencidos; e
2. constam nos sistemas da Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN) débitos inscritos em Dívida Ativa da União (DAU) com exigibilidade suspensa nos termos do art. 151 do CTN, ou garantidos mediante bens ou direitos, ou com embargos da Fazenda Pública em processos de execução fiscal, ou objeto de decisão judicial que determina sua desconsideração para fins de certificação da regularidade fiscal.

Conforme disposto nos arts. 205 e 206 do CTN, este documento tem os mesmos efeitos da certidão negativa.

Esta certidão é válida para o estabelecimento matriz e suas filiais e, no caso de ente federativo, para todos os órgãos e fundos públicos da administração direta a ele vinculados. Refere-se à situação do sujeito passivo no âmbito da RFB e da PGFN e abrange inclusive as contribuições sociais previstas nas alíneas 'a' a 'd' do parágrafo único do art. 11 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991.

A aceitação desta certidão está condicionada à verificação de sua autenticidade na Internet, nos endereços <<http://rfb.gov.br>> ou <<http://www.pgfn.gov.br>>.

Certidão emitida gratuitamente com base na Portaria Conjunta RFB/PGFN nº 1.751, de 2/10/2014. Emitida às 08:40:19 do dia 03/07/2023 <hora e data de Brasília>.

Válida até 30/12/2023.

Código de controle da certidão: **84C1.FF12.9A55.176A**

Qualquer rasura ou emenda invalidará este documento.



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara-leg.br/68235cd3-a142-4cd6-8313-c0dcaf537896>

Anexo Atualização de Certidões (11218516)

SEI 99500.927556/2016-31 / pg. 54

68235cd3-a142-4cd6-8313-c0dcaf537896



Solicitar Certidão

SOLICITAR CERTIDÃO NEGATIVA



**Atenção** Já existe uma solicitação aprovada para este documento. Aguarde até 27/11/2023 para nova so

Documento de Identificação:

CNPJ

06.554.174/00



Solicitar



Limpar Campos





[Voltar](#)[Imprimir](#)

## Certificado de Regularidade do FGTS - CRF

**Inscrição:** 06.554.174/0001-82  
**Razão Social:** PREF MUNIC ESPERANTINA  
**Endereço:** RUA VEREADOR RAMOS 746 / CENTRO / ESPERANTINA / PI / 64180-000

A Caixa Econômica Federal, no uso da atribuição que lhe confere o Art. 7, da Lei 8.036, de 11 de maio de 1990, certifica que, nesta data, a empresa acima identificada encontra-se em situação regular perante o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS.

O presente Certificado não servirá de prova contra cobrança de quaisquer débitos referentes a contribuições e/ou encargos devidos, decorrentes das obrigações com o FGTS.

**Validade:** 07/11/2023 a 06/12/2023

**Certificação Número:** 2023110705025761378334

Informação obtida em 16/11/2023 11:41:27

A utilização deste Certificado para os fins previstos em Lei esta condicionada a verificação de autenticidade no site da Caixa:  
**[www.caixa.gov.br](http://www.caixa.gov.br)**



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

[a.crf.caixa.gov.br/consultacrf/pages/consultaEmpregador.jsf](http://a.crf.caixa.gov.br/consultacrf/pages/consultaEmpregador.jsf)

http://Anexo Atualização de Certificados (11218516)

SEI 95500.027556/2016-31 / pg. 56

68235cd3-a142-4cd6-8313-c0dcaf537896

Id solicitação: 57dbac5253b1e

## Informações da Entidade

Dados da Entidade	
<b>Nome da Entidade:</b>	
<b>Nome Fantasia:</b>	
<b>Telefone: ()</b>	<b>E-mail:</b>
<b>CNPJ:</b> 00.000.000/0000-00	<b>Número do Fistel:</b>
<b>Tipo Usuário:</b>	<b>Tipo Taxa:</b>
<b>Data do contrato:</b>	<b>Serviço:</b> 230 - Radiodifusão Sonora em Frequência Modulada
<b>Carater:</b> Primário	<b>Local específico:</b>
<b>Rede:</b>	<b>Categoria da Estação:</b> Principal
<b>Val. RF:</b> -	
<b>Observações:</b> RSVPNO CANAL RESERVADO PARA O PNO DE RADIODIFUSÃO EDUCATIVA. Ato nº 430, de 19/01/2012, publicado no DOU. de 23/01/2012.	

Endereço Sede	
<b>Logradouro:</b>	<b>Complemento:</b>
<b>Bairro:</b>	<b>Numero:</b>
<b>Município:</b> -	<b>UF:</b> <b>CEP:</b>

Endereço Correspondência	
<b>Logradouro:</b>	<b>Complemento:</b>
<b>Bairro:</b>	<b>Numero:</b>
<b>Município:</b> -	<b>UF:</b> <b>CEP:</b>

Endereço do Transmissor	
<b>Logradouro:</b>	<b>Complemento:</b>
<b>Bairro:</b>	<b>Numero:</b>
<b>Município:</b> -	<b>UF:</b> <b>CEP:</b>

Endereço do Estúdio Principal	
<b>Logradouro:</b>	<b>Complemento:</b>
<b>Bairro:</b>	<b>Numero:</b>
<b>Município:</b> -	<b>UF:</b> <b>CEP:</b>

Endereço do Estúdio Auxiliar	
<b>Logradouro:</b>	<b>Complemento:</b>
<b>Bairro:</b>	<b>Numero:</b>
<b>Município:</b> -	<b>UF:</b> <b>CEP:</b>

## Informações do Plano Básico

Localização	
<b>Município:</b> Esperantina	<b>UF:</b> PI

Parâmetros Técnicos			
<b>Canal:</b> 237	<b>Frequência:</b> 95.3 MHz	<b>Classe:</b> B1	<b>ERP Máxima:</b> -kW
<b>HCI:</b> m	<b>Pareamento:</b>	<b>Decalagem:</b>	<b>Fase:</b> 0

## Informações da Estação



23/12/11-28

https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/68235cd3-a142-4cd6-8313-c0dca537896

Anexo Atualização de Cidades (11216516)

SEI 95500.027556/2016-31 / pg. 57

Informações Gerais											
Número da Estação:						Número Indicativo:					
Data Último Licenciamento:						Número da Licença:					
Estação Principal											
Localização											
Latitude: -				Longitude: -				Cota da base: 0 m			
Transmissor Principal											
Código Equipamento:						Modelo: Equipamento não encontrado					
Fabricante:						Potência de Operação: kW					
Linha de Transmissão Principal											
Modelo:						Fabricante:					
Comprimento da Linha: m		Atenuação: dB/100m		Perdas Acessórias: 0.5 dB		Impedância: ohms					
Antena Principal											
Modelo:						Fabricante:					
Ganho: dBd		Beam-Tilt: °		Orientação NV: °		Polarização:		HCI: m		ERP Máxima: 0 kW	
Padrão de Antena dBd											
0°: 0	5°: 0	10°: 0	15°: 0	20°: 0	25°: 0	30°: 0	35°: 0	40°: 0	45°: 0	50°: 0	55°: 0
60°: 0	65°: 0	70°: 0	75°: 0	80°: 0	85°: 0	90°: 0	95°: 0	100°: 0	105°: 0	110°: 0	115°: 0
120°: 0	125°: 0	130°: 0	135°: 0	140°: 0	145°: 0	150°: 0	155°: 0	160°: 0	165°: 0	170°: 0	175°: 0
180°: 0	185°: 0	190°: 0	195°: 0	200°: 0	205°: 0	210°: 0	215°: 0	220°: 0	225°: 0	230°: 0	235°: 0
240°: 0	245°: 0	250°: 0	255°: 0	260°: 0	265°: 0	270°: 0	275°: 0	280°: 0	285°: 0	290°: 0	295°: 0
300°: 0	305°: 0	310°: 0	315°: 0	320°: 0	325°: 0	330°: 0	335°: 0	340°: 0	345°: 0	350°: 0	355°: 0
Coordenadas por radial											
0°: Lat - Lon -	5°: Lat - Lon -	10°: Lat - Lon -	15°: Lat - Lon -	20°: Lat - Lon -	25°: Lat - Lon -	30°: Lat - Lon -	35°: Lat - Lon -	40°: Lat - Lon -	45°: Lat - Lon -	50°: Lat - Lon -	55°: Lat - Lon -
60°: Lat - Lon -	65°: Lat - Lon -	70°: Lat - Lon -	75°: Lat - Lon -	80°: Lat - Lon -	85°: Lat - Lon -	90°: Lat - Lon -	95°: Lat - Lon -	100°: Lat - Lon -	105°: Lat - Lon -	110°: Lat - Lon -	115°: Lat - Lon -
120°: Lat - Lon -	125°: Lat - Lon -	130°: Lat - Lon -	135°: Lat - Lon -	140°: Lat - Lon -	145°: Lat - Lon -	150°: Lat - Lon -	155°: Lat - Lon -	160°: Lat - Lon -	165°: Lat - Lon -	170°: Lat - Lon -	175°: Lat - Lon -
180°: Lat - Lon -	185°: Lat - Lon -	190°: Lat - Lon -	195°: Lat - Lon -	200°: Lat - Lon -	205°: Lat - Lon -	210°: Lat - Lon -	215°: Lat - Lon -	220°: Lat - Lon -	225°: Lat - Lon -	230°: Lat - Lon -	235°: Lat - Lon -
240°: Lat - Lon -	245°: Lat - Lon -	250°: Lat - Lon -	255°: Lat - Lon -	260°: Lat - Lon -	265°: Lat - Lon -	270°: Lat - Lon -	275°: Lat - Lon -	280°: Lat - Lon -	285°: Lat - Lon -	290°: Lat - Lon -	295°: Lat - Lon -
300°: Lat - Lon -	305°: Lat - Lon -	310°: Lat - Lon -	315°: Lat - Lon -	320°: Lat - Lon -	325°: Lat - Lon -	330°: Lat - Lon -	335°: Lat - Lon -	340°: Lat - Lon -	345°: Lat - Lon -	350°: Lat - Lon -	355°: Lat - Lon -
Distância por radial											
0°:	5°:	10°:	15°:	20°:	25°:	30°:	35°:	40°:	45°:	50°:	55°:
60°:	65°:	70°:	75°:	80°:	85°:	90°:	95°:	100°:	105°:	110°:	115°:
120°:	125°:	130°:	135°:	140°:	145°:	150°:	155°:	160°:	165°:	170°:	175°:
180°:	185°:	190°:	195°:	200°:	205°:	210°:	215°:	220°:	225°:	230°:	235°:
240°:	245°:	250°:	255°:	260°:	265°:	270°:	275°:	280°:	285°:	290°:	295°:
300°:	305°:	310°:	315°:	320°:	325°:	330°:	335°:	340°:	345°:	350°:	355°:
Estação Auxiliar											
Transmissor Auxiliar											
Código Equipamento:						Modelo: Equipamento não encontrado					
Fabricante:						Potência de Operação: kW					



Transmissor Auxiliar 2							
<b>Código Equipamento:</b>				<b>Modelo:</b> Equipamento não encontrado			
<b>Fabricante:</b>				<b>Potência de Operação:</b> kW			
Linha de Transmissão Auxiliar							
<b>Modelo:</b>				<b>Fabricante:</b>			
<b>Comprimento da Linha:</b> m		<b>Atenuação:</b> dB/100m		<b>Perdas Acessórias:</b> dB		<b>Impedância:</b> ohms	
Antena Auxiliar							
<b>Modelo:</b>				<b>Fabricante:</b>			
<b>Ganho:</b> dBd		<b>Beam-Tilt:</b> °		<b>Orientação NV:</b> °		<b>ERP Máxima:</b> 0 kW	
Informações do documento de Outorga							
Núm Processo	Núm Documento	Tipo Documento	Orgão	Data do docu	Data DOU	Razão do Doc	Natureza
Informações do documento de Aprovação de Locais							
Núm Processo	Núm Documento	Tipo Documento	Orgão	Data do docu	Data DOU	Razão do Doc	Natureza
Histórico de Documentos Emitidos							
Núm Processo	Núm Documento	Tipo Documento	Orgão	Data do docu	Data DOU	Razão do Doc	Natureza
Horário de funcionamento							





## **CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS DE RECEITAS ADMINISTRADAS PELA ANATEL**

**Nome:** **PREFEITURA MUNICIPAL DE ESPERANTINA**

**CNPJ:** **06.554.174/0001-82**

Certificamos que não constam, até esta data, pendências em seu nome, relativas às receitas administradas pela Anatel, ressalvado o direito desta agência de cobrar quaisquer dívidas de responsabilidade do contribuinte acima que vierem a ser apuradas.

Esta certidão refere-se exclusivamente à situação do contribuinte no âmbito desta agência, não constituindo, por conseguinte, prova de inexistência de débitos inscritos em Dívida Ativa da União, administrados pela Procuradoria Geral da Fazenda Nacional.

Emitida às 09:52:33 do dia 16/11/2023 (hora e data de Brasília).

Válida até 16/12/2023.

Certidão expedida gratuitamente.



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara-leg.br/68235cd3-a142-4cd6-8313-c0dcaf537896>

Anexo Atualização de Certidões (11/21/2016)

SEI 99500.027556/2016-31 / pg. 60

68235cd3-a142-4cd6-8313-c0dcaf537896

Imprimir

Voltar



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/68235cd3-a142-4cd6-8313-c0dcdf537896>



Dados da consulta	Consulta
-------------------	----------

## Consulta Composição da Entidade...

<b>Tipo de Consulta:</b>	CNPJ
<b>CNPJ:</b>	06.554.174/0001-82

•  
Não foi encontrado dados com essa informação

Usuário: 02334471569 - Kelen Azevedo Cornélio

Data: 16/11/2023

Hora: 09:53:09



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara-leg.br/68235cd3-a142-4cd6-8313-c0dcaf537896>

Dados da consulta	Consulta
-------------------	----------

## Consulta Participação da Entidade nas Empresas

<b>Tipo de Consulta:</b>	CPF
<b>CPF:</b>	420.980.923-34

Não foi encontrado dados com essa informação

Usuário: 02334471569 - Kelen Azevedo Cornélio

Data: 16/11/2023

Hora: 09:53:58



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara-leg.br/68235cd3-a142-4cd6-8313-c0dcaf537896>

Canais de Radiomóveis

Todos

Download Canais

1 total de registros   1 - 50   50   Atualizar   Filtros																		
Ações	Status	CNPJ	Entidade	NumFiscal	Carater	Finalidade	Serviço	Num Serviço	UF	Município	Local Especifico	Canal	Dec	Frequência	Classe	Categoria da Estação	Latitude	Long
Ver Estações	TV-C3 (Canal Outorgado - Aguardando Licenciamento)	06554174000182	PREFEITURA MUNICIPAL DE ESPERANTINA	19900004233	P	Comercial	RTV	800	PE	Esperantina		8	-	183	B		7° 54' 0.00" S	42° 14'



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

is.anatel.gov.br/se/public/view/b/srd.php

68235cd3-a142-4cd6-8313-c0dcaf537896

## CHECKLIST

### Análise Documental para Habilitação de Pessoas Jurídicas de Direito Público – Entes Federativos Serviço de Radiodifusão com Fins Exclusivamente Educativos

Processo nº: 53900.027556/2016-31

Interessado: MUNICÍPIO DE ESPERANTINA

CNPJ: 06.554.174/0001-82

Natureza Jurídica: Pessoa Jurídica de Direito Público - Ente Federativo

Localidade: **Esperantina/PI**

Serviço: Radiodifusão Sonora em Frequência Modulada, com finalidade exclusivamente educativa – FME.

Canal: 237E

Edital de Seleção Pública nº 88/2016

Data de publicação do Edital de Seleção Pública: 01/03/2016

Data de vencimento do prazo para a postagem ou protocolo das propostas

(ref. publicação do Edital 04/2022): (60 dias, contados de 02/02/2022) 04/04/2022

(ref. ofício de notificação 26260/2022): (60 dias, contados de 17/10/2022) 16/12/2022

Data do protocolo desta proposta: 23/11/2022 (53115.030698/2022-81)

Requerimento tempestivo? ( x ) Sim ( ) Não

Localidade em faixa de fronteira? ( ) Sim ( x ) Não

Entidade possui outorga para executar o mesmo tipo de serviço pretendido na localidade objeto da concessão ou permissão? ( ) Sim ( x ) Não

Entidade concorre como filial? ( ) Sim ( x ) Não

LISTA DE DOCUMENTOS NECESSÁRIOS À HABILITAÇÃO DE ENTES FEDERATIVOS	OBSERVAÇÕES
DOCUMENTOS DA PESSOA JURÍDICA	



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/68235cd3-a142-4cd6-8313-c0dcaf537896>

LISTA DE DOCUMENTOS NECESSÁRIOS À HABILITAÇÃO DE ENTES FEDERATIVOS	OBSERVAÇÕES
<p>a) requerimento de outorga, corretamente preenchido e assinado em todas as páginas, com as seguintes declarações:</p> <p>(a) a entidade possui recursos financeiros para o empreendimento pleiteado;</p> <p>(b) caso venha a ser contemplada com a outorga, a entidade não excederá os limites fixados no art. 12 do Decreto-Lei nº 236, de 28 de fevereiro de 1967;</p> <p>(c) nenhum dos sócios ou dirigentes participa do quadro societário ou diretivo de outras pessoas jurídicas executantes do mesmo tipo de serviço de radiodifusão na localidade em que a concessão ou a permissão é pretendida, nem de outras pessoas jurídicas executantes de serviço de radiodifusão em municípios diversos, em excesso aos limites estabelecidos no art. 12 do Decreto-Lei nº 236, de 28 de fevereiro de 1967;</p> <p>(d) a entidade não possui autorização para executar o mesmo tipo de serviço na localidade objeto da concessão/permissão;</p> <p>(e) nenhum dos dirigentes da entidade está no exercício de mandato eletivo que lhe assegure imunidade parlamentar ou de cargos ou funções dos quais decorra foro especial;</p> <p>(f) a pessoa jurídica não está impedida de transacionar com a administração pública federal, direta ou indireta;</p> <p>(g) a pessoa jurídica cumpre o disposto no art. 7º, <b>caput</b>, inciso XXXIII, da Constituição;</p> <p>(h) a pessoa jurídica não executa serviços de radiodifusão sem outorga;</p> <p>(i) a pessoa jurídica autoriza o MCTIC a processar o assentimento prévio junto ao órgão competente, se a localidade referida no edital estiver situada na faixa de fronteira;</p> <p>(j) a pessoa jurídica está ciente do disposto no edital, dos seus anexos e das demais informações pertinentes;</p> <p>(k) nenhum dos dirigentes e sócios da mantenedora ou da mantida foi condenado em decisão transitada em julgado ou proferida por órgão judicial colegiado, pela prática dos ilícitos previstos nos art. 1º, <b>caput</b>, inciso I, alíneas “b”, “c”, “d”, “e”, “f”, “g”, “h”, “i”, “j”, “k”, “l”, “m”, “n”, “o”, “p” e “q” da Lei Complementar nº 64, de 18 de maio de 1990 da Lei;</p> <p>(l) a responsabilidade editorial e as atividades de seleção, direção e conteúdo da programação veiculada são privativas de brasileiros natos ou naturalizados há mais de dez anos, nos termos dos §§1º e 2º do art. 222 da Constituição Federal; e</p> <p>(m) caso seja outorgada, a entidade se compromete a observar e cumprir, na produção de conteúdo e na sua programação, a finalidade exclusivamente educativa do serviço, notadamente quanto aos princípios e disposições do art. 221 da Constituição Federal, do art. 38, d, da Lei nº 4.117, de 27 de agosto de 1962, do art. 13, e seu parágrafo único, do Decreto-Lei nº 236, de 28 de fevereiro de 1967, do art. 28, itens 11 e 12, do Regulamento de Serviços de Radiodifusão, aprovado pelo Decreto nº 52.795, de 31 de outubro de 1963, da Portaria Interministerial nº 651, de 15 de abril de 1999, e da Portaria que estabelece as regras e os critérios em relação aos serviços de radiodifusão com fins exclusivamente educativos.</p>	<p>A) Requerimento enviado Nº SEI 10534221 (pag 3-5)</p>
b) ato de nomeação ou eleição dos dirigentes, devidamente formalizado, ou registrado em Cartório, quando for o caso;	B) Nº SEI 10534221 (pag 7-8)
c) CNPJ da matriz da fundação e, <b>se for</b> o caso, da filial;	C) Nº SEI 10986650 (pag 1) Atualização (11218510)
d) prova de regularidade relativa à Seguridade Social e ao Fundo de Garantia do Tempo de Serviço – FGTS;	D) Nº SEI 10986650 (pag 2) Atualização (11218510) 06/12/23
e) prova de regularidade do recolhimento dos recursos do Fistel, se já for executante do serviço de radiodifusão;	E) Nº SEI 10986650 (pag 5-6) Atualização (11218510) 16/12/23



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/68235cd3-a142-4cd6-8313-c0dcaf537896>

Checklist 11218510

SEI 53506.027/536/2019-31 / pg. 66

68235cd3-a142-4cd6-8313-c0dcaf537896

LISTA DE DOCUMENTOS NECESSÁRIOS À HABILITAÇÃO DE ENTES FEDERATIVOS	OBSERVAÇÕES
f) certidão conjunta negativa de débitos relativa aos tributos federais e à dívida ativa da União, expedida pela Receita Federal;	F) N° SEI 10986650 (pag 3) Atualização (11218510) 30/12/23
g) prova de regularidade para com a Fazenda Estadual/Distrital do local de <b>sede</b> ;	G) N° SEI 10986650 (pag 7) <b>Atualizar</b>
h) prova de regularidade para com a Fazenda Municipal do local de <b>sede</b> ;	H) N° SEI 10986650 (pag 8) <b>Atualizar</b>
i) prova da inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, por meio da apresentação de certidão negativa, nos termos do disposto no Título VII-A do Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943 - Consolidação das Leis do Trabalho; e	I) N° SEI 10986650 (pag 4) Atualização (11218510) 14/05/24
j) certidão simplificada ou documento equivalente, emitida pelo órgão de registro competente em que estiverem arquivados os atos constitutivos da pessoa jurídica.	J) N° SEI 10534221 (pag 13-15)
<b>Além dos documentos acima, as Fundações Públicas e Instituições de Educação Superior Públicas ainda devem apresentar:</b> (a) ato constitutivo, Estatuto Social ou Regimento em vigor e suas alterações, ou sua consolidação, devidamente formalizado e aprovado pelo Ministério Público, ou registrado em cartório, se for o caso; e (b) Balanço patrimonial vigente. As entidades optantes do Sistema Público de Escrituração Digital - SPED estão dispensadas de apresentar a assinatura por profissional habilitado e pelo representante legal da entidade, com comprovante de que está registrado na junta comercial ou no cartório. O balanço também deve conter (em razão da vigência da Portaria de Consolidação SECOE/MCOM nº 2 de 1º de junho de 2023 as seguintes informações especificadas: valor do ativo circulante, valor do ativo realizável a longo prazo, valor do passivo circulante, valor do passivo exigível a longo prazo e valor dos ativos totais . Cumpre observar que, na ausência de disposição estatutária em contrário, consideram-se vigentes os balanços patrimoniais apresentados até o dia 30 de junho do ano seguinte à entrega da escrituração contábil para registro público.	a) Diploma de posse enviado registrado em Cartório N° SEI 10534221(13-15) b) Balanço patrimonial N° SEI 10534221 (21-30) LG=1,01 > 1 LC=10,72 > 1 SG=1,38 > 1
<b>DOCUMENTOS DOS DIRIGENTES</b>	
a) prova da condição de brasileiro nato ou naturalizado há mais de dez anos por meio de um dos seguintes documentos: certidão de nascimento, casamento, certificado de reservista, cédula de identidade, certificado de naturalização expedido há mais de dez anos, carteira profissional, carteira de trabalho e previdência social ou passaporte.	N° SEI 10534221(9-10) Atualização ref. siacco/mosaico (11218510)



Documento assinado eletronicamente por **Kelen Azevedo Cornelio, Analista Técnico-Administrativo**, em 17/11/2023, às 08:37 (horário oficial de Brasília), com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/68235cd3-a142-4cd6-8313-c0dcaf537896>

Checklist 11218510 SEI 53506.027/556/2019-31 / pg. 67

68235cd3-a142-4cd6-8313-c0dcaf537896





A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://sei.mcom.gov.br/sei/verifica>, informando o código verificador **11218537** e o código CRC **42640F88**.

---

**Referência:** Processo nº 53900.027556/2016-31

SEI nº 11218537



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/68235cd3-a142-4cd6-8313-c0dcdf537896>

Checklist 11218537

SEI 53900.027556/2016-31 / pg. 68

68235cd3-a142-4cd6-8313-c0dcdf537896



**MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES**  
Secretaria de Comunicação Social Eletrônica  
Departamento de Radiodifusão Pública, Comunitária e Estatal  
Coordenação-Geral de Assuntos Jurídicos de Radiodifusão Pública, Comunitária e Estatal  
Coordenação de Outorga de Radiodifusão Pública, Comunitária e Estatal

**NOTA TÉCNICA Nº 20505/2023/SEI-MCOM**

Referência: **Processo nº 53900.027556/2016-31.**

Assunto: **Formalização de Portaria. Exigência Jurídica.**

**SUMÁRIO EXECUTIVO**

1. Trata-se de fase de formalização de ato da outorga deferida ao MUNICÍPIO DE ESPERANTINA (PREFEITURA MUNICIPAL DE ESPERANTINA), CNPJ nº 06.554.174/0001-82, vencedora do processo de seleção pública, de serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, com fins exclusivamente educativos, na localidade de **Esperantina/PI**, por meio do canal 237E, constante do Edital de Seleção Pública nº 88/2016, de 12 de fevereiro de 2016, publicado no Diário Oficial da União (D.O.U.) de 1º de março de 2016, em conformidade com a Portaria nº 4.335, de 17 de setembro de 2015, publicada no D.O.U. de 21 de setembro de 2015 c/c a Portaria nº 3.238, de 20 de junho de 2018, publicada no D.O.U. de 21 de junho de 2018 (revogada/substituída pela Portaria de Consolidação GM/MCOM nº 1, de 1º de junho de 2023, publicada no Diário Oficial da União de 5 de junho de 2023), conforme Edital nº 91/2023/SEI-MCOM, de 07 de novembro de 2023, publicado no Diário Oficial da União em 08 de novembro de 2023 (SEI nº 11218501, p.9).

**ANÁLISE**

2. Com a publicação do Edital nº 91/2023/SEI-MCOM, de 07 de novembro de 2023, no Diário Oficial da União em 08 de novembro de 2023 (SEI nº 11218501, p.9), o procedimento se encontra em fase de formalização de Portaria.

3. Em razão das diligências apontadas pela Consultoria Jurídica em processos análogos, recomendando constante atualização das certidões/dados, restou verificado que há documentos que precisam ser atualizados pela entidade. Assim, é preciso cientificar a proponente da necessidade de juntada da seguinte documentação:

- a) prova de regularidade para com a fazenda estadual/distrital do local de sede;
- b) prova de regularidade para com a fazenda municipal do local de sede.

4. Por fim, informamos que, nos termos do parágrafo único do art. 47 da Portaria nº 3.238/2018 (revogada/substituída pela Portaria de Consolidação GM/MCOM nº 1, de 1º de junho de 2023, publicada no Diário Oficial da União de 5 de junho de 2023), que também rege o certame, **a não obtenção de acesso ou credenciamento no SEI, bem como eventual problema na transmissão ou recepção de dados, documentos e informações, não imputáveis à falha do referido sistema, não servirão de escusa para o descumprimento de obrigações e prazos legais.** Ainda, nos termos da Portaria que trata do funcionamento do Processo Eletrônico nesta Pasta (Portaria nº 3.399/2018, publicada em 09 de julho de 2018), **as comunicações serão efetuadas por meio eletrônico** e serão consideradas recebidas para todos os efeitos nos procedimentos em trâmite no âmbito deste Ministério, sendo de **exclusiva responsabilidade do Usuário a consulta periódica do e-mail cadastrado e a atualização dos seus dados cadastrais no Ministério** (art. 20 caput e incisos I e VII e parágrafo único §1º; e art. 27).



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/68235cd3-a142-4cd6-8313-c0dcaf537896>

Nota Técnica 20505 (14218501)

SEI 53900.027556/2016-31 / pg. 69

68235cd3-a142-4cd6-8313-c0dcaf537896

5. Diante do exposto, opinamos que seja encaminhada à entidade cópia da presente Nota Técnica, por meio de ofício, concedendo prazo de 30 (trinta) dias, para que apresente a documentação acima listada (item 3), contados da data do seu recebimento, **sob pena de indeferimento do pleito.**

À consideração superior.



Documento assinado eletronicamente por **Kelen Azevedo Cornelio, Analista Técnico-Administrativo**, em 17/11/2023, às 12:35 (horário oficial de Brasília), com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Vilma de Fatima Alvarenga Fanis, Coordenadora de Outorga de Radiodifusão Pública, Comunitária e Estatal**, em 17/11/2023, às 12:41 (horário oficial de Brasília), com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://sei.mcom.gov.br/sei/verifica>, informando o código verificador **11218571** e o código CRC **62C63834**.

#### Minutas e Anexos

Checklist SEI nº 11218537.

Referência: Processo nº 53900.027556/2016-31

Documento nº 11218571



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/68235cd3-a142-4cd6-8313-c0dcaf537896>

Nota Técnica 20305 (11218571)

SEI 53900.027556/2016-31 / pg. 70

68235cd3-a142-4cd6-8313-c0dcaf537896



**MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES**  
Secretaria de Comunicação Social Eletrônica  
Departamento de Radiodifusão Pública, Comunitária e Estatal  
Coordenação-Geral de Assuntos Jurídicos de Radiodifusão Pública, Comunitária e Estatal  
Coordenação de Outorga de Radiodifusão Pública, Comunitária e Estatal

OFÍCIO Nº 33969/2023/MCOM

Ao(À) Senhor(a)  
Representante Legal da PREFEITURA MUNICIPAL DE ESPERANTINA  
CNPJ: 06.554.174/0001-82

Assunto: **Encaminhamento de Nota Técnica relativa à análise do processo nº 53900.027556/2016-31. Esperantina/PI (FME).**

Senhor(a) Representante Legal,

1. Cumprimentando-o(a) cordialmente, refiro-me ao processo em epígrafe para encaminhar cópia da **NOTA TÉCNICA nº 20505/2023/SEI-MCOM** (SEI nº 11218571), que trata de **pendências** encontradas nos autos.
2. A esse respeito, fica estabelecido o prazo de 30 (trinta) dias, contado da data do recebimento deste ofício (o prazo será contado excluindo-se da contagem o dia do começo e incluindo-se o do vencimento, conforme art. 45 Capítulo VII, da Portaria 3.238/2018 (revogado/substituído pelo art. 166, Parte II, Livro I, Capítulo III, Título VII da Portaria de Consolidação GM/MCOM nº 1, de 1º de junho de 2023, publicada no Diário Oficial da União de 5 de junho de 2023), observado o disposto nos artigos 66 e 67 da Lei nº 9.784, de 29 de janeiro de 1999, e regulamentação própria do Sistema Eletrônico de Informações - SEI, no âmbito deste Ministério), para que essa entidade apresente documentação, fazendo constar, obrigatoriamente, referência aos números deste ofício e dos processos em referência.
3. Cabe ressaltar que, na comunicação de resposta, deverá constar o **número do respectivo processo, bem como deste ofício**, a fim de viabilizar o seu trâmite neste Ministério.
4. Destaque-se que, conforme normativo que rege o procedimento eletrônico nessa pasta (art. 17, da Portaria nº 3.399, de 5 de julho de 2018), o cadastro de usuário externo é obrigatório para qualquer pessoa física ou jurídica de Direito Público ou de Direito Privado que se relacione ou necessite se relacionar com o Ministério no que diz respeito à comunicação de atos processuais.
5. Informamos ainda que já está disponível o Sistema de Protocolo Digital do MCom, sistema que possibilita encaminhar e receber documentos de forma eletrônica, acessível a partir do seguinte caminho: <https://www.gov.br/mcom/> >> Serviços >> Protocolo Digital do MCom. Para utilizá-lo é necessário ter cadastro no portal [gov.br](https://gov.br). Caso não possua o referido cadastro, é possível solicitá-lo no endereço <https://acesso.gov.br/>.

Atenciosamente,



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/68235cd3-a142-4cd6-8313-c0dcaf537896>



Documento assinado eletronicamente por **Vilma de Fatima Alvarenga Fanis, Coordenadora de Outorga de Radiodifusão Pública, Comunitária e Estatal**, em 17/11/2023, às 12:41 (horário oficial de Brasília), com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://sei.mcom.gov.br/sei/verifica>, informando o código verificador **11218573** e o código CRC **47925467**.

Referência: Processo nº 53900.027556/2016-31

Documento nº 11218573

68235cd3-a142-4cd6-8313-c0dcaf537896



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/68235cd3-a142-4cd6-8313-c0dcaf537896>

**Data de Envio:**

28/11/2023 14:39:09

**De:**

MCOM/Coordenação de Outorga de Radiodifusão Pública, Comunitária e Estatal <sei@mcom.gov.br>

**Para:**

gmfp2@yahoo.com.br  
ismar.vale@gmail.com

**Assunto:**

Envio de Correspondência Oficial - Ministério Das Comunicações

**Mensagem:**

Prezado(a), Senhor (a)

Ref: 53900.027556/2016-31

Segue em anexo, documentação referente a análise de processo no Ministério das Comunicações.

Atenciosamente,  
Secretaria de Radiodifusão  
Ministério das Comunicações

Mensagem automática, favor não responder.

O envio de respostas e/ou documentos complementares deverá ser feito exclusivamente via Peticionamento Eletrônico.

**Anexos:**

Oficio\_11218573.html  
Checklist\_11218537.html  
Nota\_Tecnica\_11218571.html



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/68235cd3-a142-4cd6-8313-c0dcaf537896>



## CHECKLIST

### Análise Documental para Habilitação de Pessoas Jurídicas de Direito Público – Entes Federativos Serviço de Radiodifusão com Fins Exclusivamente Educativos

Processo nº: 53900.027556/2016-31

Interessado: MUNICÍPIO DE ESPERANTINA

CNPJ: 06.554.174/0001-82

Natureza Jurídica: Pessoa Jurídica de Direito Publico - Ente Federativo

Localidade: **Esperantina/PI**

Serviço: Radiodifusão Sonora em Frequência Modulada, com finalidade exclusivamente educativa – FME.

Canal: 237E

Edital de Seleção Pública nº 88/2016

Data de publicação do Edital de Seleção Pública: 01/03/2016

Data de vencimento do prazo para a postagem ou protocolo das propostas

(ref. publicação do Edital 04/2022): (60 dias, contados de 02/02/2022) 04/04/2022

(ref. ofício de notificação 26260/2022): (60 dias, contados de 17/10/2022) 16/12/2022

Data do protocolo desta proposta: 23/11/2022 (53115.030698/2022-81)

Requerimento tempestivo? ( x ) Sim ( ) Não

Localidade em faixa de fronteira? ( ) Sim ( x ) Não

Entidade possui outorga para executar o mesmo tipo de serviço pretendido na localidade objeto da concessão ou permissão? ( ) Sim ( x ) Não

Entidade concorre como filial? ( ) Sim ( x ) Não

LISTA DE DOCUMENTOS NECESSÁRIOS À HABILITAÇÃO DE ENTES FEDERATIVOS	OBSERVAÇÕES
DOCUMENTOS DA PESSOA JURÍDICA	



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/68235cd3-a142-4cd6-8313-c0dcaf537896>

LISTA DE DOCUMENTOS NECESSÁRIOS À HABILITAÇÃO DE ENTES FEDERATIVOS	OBSERVAÇÕES
<p>a) requerimento de outorga, corretamente preenchido e assinado em todas as páginas, com as seguintes declarações:</p> <p>(a) a entidade possui recursos financeiros para o empreendimento pleiteado;</p> <p>(b) caso venha a ser contemplada com a outorga, a entidade não excederá os limites fixados no art. 12 do Decreto-Lei nº 236, de 28 de fevereiro de 1967;</p> <p>(c) nenhum dos sócios ou dirigentes participa do quadro societário ou diretivo de outras pessoas jurídicas executantes do mesmo tipo de serviço de radiodifusão na localidade em que a concessão ou a permissão é pretendida, nem de outras pessoas jurídicas executantes de serviço de radiodifusão em municípios diversos, em excesso aos limites estabelecidos no art. 12 do Decreto-Lei nº 236, de 28 de fevereiro de 1967;</p> <p>(d) a entidade não possui autorização para executar o mesmo tipo de serviço na localidade objeto da concessão/permissão;</p> <p>(e) nenhum dos dirigentes da entidade está no exercício de mandato eletivo que lhe assegure imunidade parlamentar ou de cargos ou funções dos quais decorra foro especial;</p> <p>(f) a pessoa jurídica não está impedida de transacionar com a administração pública federal, direta ou indireta;</p> <p>(g) a pessoa jurídica cumpre o disposto no art. 7º, <b>caput</b>, inciso XXXIII, da Constituição;</p> <p>(h) a pessoa jurídica não executa serviços de radiodifusão sem outorga;</p> <p>(i) a pessoa jurídica autoriza o MCTIC a processar o assentimento prévio junto ao órgão competente, se a localidade referida no edital estiver situada na faixa de fronteira;</p> <p>(j) a pessoa jurídica está ciente do disposto no edital, dos seus anexos e das demais informações pertinentes;</p> <p>(k) nenhum dos dirigentes e sócios da mantenedora ou da mantida foi condenado em decisão transitada em julgado ou proferida por órgão judicial colegiado, pela prática dos ilícitos previstos nos art. 1º, <b>caput</b>, inciso I, alíneas “b”, “c”, “d”, “e”, “f”, “g”, “h”, “i”, “j”, “k”, “l”, “m”, “n”, “o”, “p” e “q” da Lei Complementar nº 64, de 18 de maio de 1990 da Lei;</p> <p>(l) a responsabilidade editorial e as atividades de seleção, direção e conteúdo da programação veiculada são privativas de brasileiros natos ou naturalizados há mais de dez anos, nos termos dos §§1º e 2º do art. 222 da Constituição Federal; e</p> <p>(m) caso seja outorgada, a entidade se compromete a observar e cumprir, na produção de conteúdo e na sua programação, a finalidade exclusivamente educativa do serviço, notadamente quanto aos princípios e disposições do art. 221 da Constituição Federal, do art. 38, d, da Lei nº 4.117, de 27 de agosto de 1962, do art. 13, e seu parágrafo único, do Decreto-Lei nº 236, de 28 de fevereiro de 1967, do art. 28, itens 11 e 12, do Regulamento de Serviços de Radiodifusão, aprovado pelo Decreto nº 52.795, de 31 de outubro de 1963, da Portaria Interministerial nº 651, de 15 de abril de 1999, e da Portaria que estabelece as regras e os critérios em relação aos serviços de radiodifusão com fins exclusivamente educativos.</p>	<p>A) Requerimento enviado Nº SEI 10534221 (pag 3-5)</p>
b) ato de nomeação ou eleição dos dirigentes, devidamente formalizado, ou registrado em Cartório, quando for o caso;	B) Nº SEI 10534221 (pag 7-8)
c) CNPJ da matriz da fundação e, <b>se for</b> o caso, da filial;	C) Nº SEI 10986650 (pag 1) Atualização (11218510)
d) prova de regularidade relativa à Seguridade Social e ao Fundo de Garantia do Tempo de Serviço – FGTS;	D) Nº SEI 10986650 (pag 2) Atualização (11218510) 06/12/23
e) prova de regularidade do recolhimento dos recursos do Fistel, se já for executante do serviço de radiodifusão;	E) Nº SEI 10986650 (pag 5-6) Atualização (11218510) 16/12/23



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/68235cd3-a142-4cd6-8313-c0dcaf537896>

LISTA DE DOCUMENTOS NECESSÁRIOS À HABILITAÇÃO DE ENTES FEDERATIVOS	OBSERVAÇÕES
f) certidão conjunta negativa de débitos relativa aos tributos federais e à dívida ativa da União, expedida pela Receita Federal;	F) N° SEI 10986650 (pag 3) Atualização (11218510) 30/12/23
g) prova de regularidade para com a Fazenda Estadual/Distrital do local de <b>sede</b> ;	G) N° SEI 10986650 (pag 7) (11249406) 14/01/2024
h) prova de regularidade para com a Fazenda Municipal do local de <b>sede</b> ;	H) N° SEI 10986650 (pag 8) (11249408) 29/03/24
i) prova da inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, por meio da apresentação de certidão negativa, nos termos do disposto no Título VII-A do Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943 - Consolidação das Leis do Trabalho; e	I) N° SEI 10986650 (pag 4) Atualização (11218510) 14/05/24
j) certidão simplificada ou documento equivalente, emitida pelo órgão de registro competente em que estiverem arquivados os atos constitutivos da pessoa jurídica.	J) N° SEI 10534221 (pag 13-15)
<b>Além dos documentos acima, as Fundações Públicas e Instituições de Educação Superior Públicas ainda devem apresentar:</b> (a) ato constitutivo, Estatuto Social ou Regimento em vigor e suas alterações, ou sua consolidação, devidamente formalizado e aprovado pelo Ministério Público, ou registrado em cartório, se for o caso; e (b) Balanço patrimonial vigente. As entidades optantes do Sistema Público de Escrituração Digital - SPED estão dispensadas de apresentar a assinatura por profissional habilitado e pelo representante legal da entidade, com comprovante de que está registrado na junta comercial ou no cartório. O balanço também deve conter (em razão da vigência da Portaria de Consolidação SECOE/MCOM nº 2 de 1º de junho de 2023 as seguintes informações especificadas: valor do ativo circulante, valor do ativo realizável a longo prazo, valor do passivo circulante, valor do passivo exigível a longo prazo e valor dos ativos totais . Cumpre observar que, na ausência de disposição estatutária em contrário, consideram-se vigentes os balanços patrimoniais apresentados até o dia 30 de junho do ano seguinte à entrega da escrituração contábil para registro público.	a) Diploma de posse enviado registrado em Cartório N° SEI 10534221(13-15) b) Balanço patrimonial N° SEI 10534221 (21-30) LG=1,01 > 1 LC=10,72 > 1 SG=1,38 > 1
<b>DOCUMENTOS DOS DIRIGENTES</b>	
a) prova da condição de brasileiro nato ou naturalizado há mais de dez anos por meio de um dos seguintes documentos: certidão de nascimento, casamento, certificado de reservista, cédula de identidade, certificado de naturalização expedido há mais de dez anos, carteira profissional, carteira de trabalho e previdência social ou passaporte.	N° SEI 10534221(9-10) Atualização ref. siacco/mosaico (11218510)



Documento assinado eletronicamente por **Kelen Azevedo Cornelio, Analista Técnico-Administrativo**, em 04/12/2023, às 09:53 (horário oficial de Brasília), com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/68235cd3-a142-4cd6-8313-c0dcaf537896>



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://sei.mcom.gov.br/sei/verifica>, informando o código verificador **11251121** e o código CRC **B003F3EA**.

---

Referência: Processo nº 53900.027556/2016-31

SEI nº 11251121



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/68235cd3-a142-4cd6-8313-c0dcdf537896>



**MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES**  
Secretaria de Comunicação Social Eletrônica  
Departamento de Radiodifusão Pública, Comunitária e Estatal  
Coordenação-Geral de Assuntos Jurídicos de Radiodifusão Pública, Comunitária e Estatal  
Coordenação de Outorga de Radiodifusão Pública, Comunitária e Estatal

**MINUTA DE PORTARIA**

O **MINISTRO DE ESTADO DAS COMUNICAÇÕES**, no uso de suas atribuições, considerando o disposto no art. 223 da Constituição Federal, no art. 34 da Lei nº 4.117/62 e no art. 6º, § 2º do Regulamento dos Serviços de Radiodifusão, aprovado pelo Decreto nº 52.795, de 31 de outubro de 1963, e tendo em vista o que consta dos processos administrativos nº 53900.027556/2016-31 e nº 53900.012816/2016-74, resolve:

Art. 1º Outorgar permissão ao **MUNICÍPIO DE ESPERANTINA (PREFEITURA MUNICIPAL DE ESPERANTINA)**, CNPJ nº 06.554.174/0001-82, para executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, o serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, com fins exclusivamente educativos, na localidade de **Esperantina, Estado do Piauí**, por meio do canal 237E.

Parágrafo Único. A permissão ora outorgada reger-se-á pela Lei nº 4.117, de 27 de agosto de 1962, que instituiu o Código Brasileiro de Telecomunicações, pelas leis subsequentes, pelos seus regulamentos e pelas obrigações assumidas pela outorgada.

Art. 2º As principais obrigações a serem cumpridas pela permissionária serão objeto do contrato de permissão da outorga, assinado pela entidade, nos termos da legislação vigente.

Art. 3º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do § 3º do art. 223 da Constituição Federal.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

**JUSCELINO FILHO**  
Ministro de Estado das Comunicações

**AVISO:**

***O presente documento é uma minuta e não possui validade jurídica.***

*A assinatura abaixo é de autoria da unidade geradora desta minuta.*

*Os efeitos de seu teor só terão validade quando sua versão **definitiva** for assinada pela autoridade competente.*



Documento assinado eletronicamente por **Alexandre Miranda Freire de Oliveira Barros**, **Coordenador-Geral de Assuntos Jurídicos de Radiodifusão Pública, Comunitária e Estatal**, em 05/12/2023, às 11:40 (horário oficial de Brasília), com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://sei.mcom.gov.br/sei/verifica>, informando o código verificador **11251141** e o código CRC **0FC8E73C**.



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/68235cd3-a142-4cd6-8313-c0dcaf537896> / pg. 78

68235cd3-a142-4cd6-8313-c0dcaf537896



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/68235cd3-a142-4cd6-8313-c0dcacf537896>





**MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES**  
Secretaria de Comunicação Social Eletrônica  
Departamento de Radiodifusão Pública, Comunitária e Estatal  
Coordenação-Geral de Assuntos Jurídicos de Radiodifusão Pública, Comunitária e Estatal  
Coordenação de Outorga de Radiodifusão Pública, Comunitária e Estatal

EM nº        /        /MCOM

Brasília,        de        de 202\_.

Senhor Presidente da República,

1. Submeto à sua apreciação o processo administrativo nº 53900.027556/2016-31, relativo a procedimento de seleção pública para outorga de serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, com fins exclusivamente educativos, na localidade de **Esperantina, Estado do Piauí**, cujo objeto foi adjudicado ao **MUNICÍPIO DE ESPERANTINA (PREFEITURA MUNICIPAL DE ESPERANTINA)**, por intermédio do Edital nº 91/2023/SEI-MCOM, de 07 de novembro de 2023, publicado no Diário Oficial da União em 08 de novembro de 2023.
2. O processo de seleção em questão fez parte do Edital nº 88/2016, de 12 de fevereiro de 2016, publicado no Diário Oficial da União de 1º de março de 2016, em conformidade com as disposições da Portaria nº 4.335/2015/SEI-MC, de 17 de setembro de 2015, publicada no Diário Oficial da União de 21 de setembro de 2015, e da Portaria nº 3.238, de 20 de junho de 2018, publicada no Diário Oficial da União de 21 de junho de 2018 (revogada/substituída pela Portaria de Consolidação GM/MCOM nº 1, de 2 de junho de 2023, publicada no Diário Oficial da União de 5 de junho de 2023).
3. No curso processual foram realizadas análises técnica e jurídica da documentação apresentada, não havendo qualquer óbice legal e normativo ao prosseguimento do pleito. A área técnica deste Ministério se manifestou de modo favorável à outorga, por meio da Nota Técnica nº 21498/2023/SEI-MCOM, e a Consultoria Jurídica, de igual modo, também apresentou considerações favoráveis, por intermédio de seu Parecer Jurídico nº /2023/CONJUR-MCOM/CGU/AGU.
4. Assim, fora expedida a Portaria nº \_\_\_\_\_, de \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 202\_, publicada no Diário Oficial da União de \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 202\_, que outorgou, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, permissão ao **MUNICÍPIO DE ESPERANTINA (PREFEITURA MUNICIPAL DE ESPERANTINA)**, CNPJ nº 06.554.174/0001-82, para executar o serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, com fins exclusivamente educativos, na localidade de Esperantina, Estado do Piauí, por meio do canal 237E.
5. Em conformidade com os preceitos estabelecidos no §3º do art. 223 da Constituição Federal, a outorga, objeto do presente processo, somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, para onde solicito seja encaminhado o referido ato, acompanhado do processo correspondente.

Respeitosamente,

**JUSCELINO FILHO**  
Ministro de Estado das Comunicações



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://intoleg-autenticidade-assinatura.camara-leg.br/68235cd3-a142-4cd6-8313-c0dcaf537896>

Minuta de Exposição de motivos (11291143)

SEI 53900:027556/2016-31 / pg. 80

68235cd3-a142-4cd6-8313-c0dcaf537896

**AVISO:**

***O presente documento é uma minuta e não possui validade jurídica.***

***A assinatura abaixo é de autoria da unidade geradora desta minuta.***

***Os efeitos de seu teor só terão validade quando sua versão **definitiva** for assinada pela autoridade competente.***



Documento assinado eletronicamente por **Alexandre Miranda Freire de Oliveira Barros**, **Coordenador-Geral de Assuntos Jurídicos de Radiodifusão Pública, Comunitária e Estatal**, em 05/12/2023, às 11:40 (horário oficial de Brasília), com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://sei.mcom.gov.br/sei/verifica>, informando o código verificador **11251143** e o código CRC **7DBE48EF**.

Referência: Processo nº 53900.027556/2016-31

Documento nº 11251143



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara-leg.br/68235cd3-a142-4cd6-8313-c0dcaf537896>



**MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES**  
Secretaria de Comunicação Social Eletrônica  
Departamento de Radiodifusão Pública, Comunitária e Estatal  
Coordenação-Geral de Assuntos Jurídicos de Radiodifusão Pública, Comunitária e Estatal  
Coordenação de Outorga de Radiodifusão Pública, Comunitária e Estatal

**MINUTA DE PARECER DE MÉRITO**

<b>1. Análise do problema que o ato normativo visa a solucionar:</b> Processo para outorga de serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, com fins exclusivamente educativos, na localidade de Esperantina, Estado do Piauí, por meio do canal 237E.
<b>2. Objetivos que se pretende alcançar:</b> Necessidade de encaminhamento da Portaria Ministerial de outorga da permissão a ser enviada ao Congresso Nacional, para deliberação, por meio de mensagem da Presidência da República, nos termos do §1º do art. 31 do Decreto 52.795, de 31 de outubro de 1963.
<b>3. Identificação dos atingidos pelo ato normativo:</b> MUNICÍPIO DE ESPERANTINA (PREFEITURA MUNICIPAL DE ESPERANTINA), CNPJ nº 06.554.174/0001-82
<b>4. Estratégia e prazo para implementação:</b> Não há.
<b>5. Na hipótese de a proposta implicar em renúncia de receita, criação, aperfeiçoamento ou expansão da ação governamental, ou aumento de despesas:</b> a) a estimativa do impacto orçamentário-financeiro no exercício em que entrar em vigor e nos dois subsequentes, constando, de forma clara e detalhada, as premissas e as metodologias de cálculo utilizadas, e indicando: i) se a medida proposta foi considerada nas metas de resultados fiscais previstas na lei de diretrizes orçamentárias; e ii) a simulação que demonstre o impacto da despesa com a medida proposta; e b) a declaração de que a medida apresenta: i) adequação orçamentária e financeira com a lei orçamentária anual; e ii) compatibilidade com o plano plurianual, com a lei de diretrizes orçamentárias e com o <a href="#">art. 107 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias</a> . Não há renúncia de receita, criação, aperfeiçoamento ou expansão da ação governamental, ou aumento de despesas.
<b>6. Análise do impacto da medida sobre o meio ambiente e sobre outras políticas públicas, inclusive quanto à interação ou à sobreposição:</b> Não há.
<b>7. Análise das consequências do uso do processo legislativo regular (apenas nos casos de medida provisória ou de projeto de lei em regime de urgência):</b> Não se aplica.
<b>8. Síntese do Parecer Jurídico:</b> Após o devido atendimento das orientações, não existe impedimento jurídico para que seja conferida a outorga ao MUNICÍPIO DE ESPERANTINA (PREFEITURA MUNICIPAL DE ESPERANTINA)

**JUSCELINO FILHO**  
Ministro de Estado das Comunicações

**AVISO:**

*O presente documento é uma minuta e não possui validade jurídica.  
A assinatura abaixo é de autoria da unidade geradora desta minuta.  
Os efeitos de seu teor só terão validade quando sua versão **definitiva** for assinada pela autoridade competente.*



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/68235cd3-a142-4cd6-8313-c0dcaf537896>



Documento assinado eletronicamente por **Alexandre Miranda Freire de Oliveira Barros**, **Coordenador-Geral de Assuntos Jurídicos de Radiodifusão Pública, Comunitária e Estatal**, em 05/12/2023, às 11:40 (horário oficial de Brasília), com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://sei.mcom.gov.br/sei/verifica>, informando o código verificador **11251144** e o código CRC **1FDB4860**.

Referência: Processo nº 53900.027556/2016-31

Documento nº 11251144



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/68235cd3-a142-4cd6-8313-c0dcaf537896>



**MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES**  
Secretaria de Comunicação Social Eletrônica  
Departamento de Radiodifusão Pública, Comunitária e Estatal  
Coordenação-Geral de Assuntos Jurídicos de Radiodifusão Pública, Comunitária e Estatal  
Coordenação de Outorga de Radiodifusão Pública, Comunitária e Estatal

**NOTA TÉCNICA Nº 21498/2023/SEI-MCOM**

Referência: **Processo nº 53900.027556/2016-31, apenso/relacionado ao Processo nº 53900.012816/2016-74.**

Assunto: **Publicação de Ato de Outorga de Serviço de Radiodifusão com fins exclusivamente Educativos - Fase de envio à Consultoria Jurídica.**

**SUMÁRIO EXECUTIVO**

1. Trata-se de fase de publicação de ato da outorga deferida a o MUNICÍPIO DE ESPERANTINA (PREFEITURA MUNICIPAL DE ESPERANTINA), CNPJ nº 06.554.174/0001-82, vencedora do processo de seleção pública, objeto do Edital de Seleção Pública nº 88/2016, de 12 de fevereiro de 2016, publicado no Diário Oficial da União (D.O.U.) de 1º de março de 2016, em conformidade com a Portaria nº 4.335, de 17 de setembro de 2015, publicada no D.O.U. de 21 de setembro de 2015 c/c a Portaria nº 3.238, de 20 de junho de 2018, publicada no D.O.U. de 21 de junho de 2018 (revogada/substituída pela Portaria de Consolidação GM/MCOM nº 1, de 2 de junho de 2023, publicada no Diário Oficial da União de 5 de junho de 2023), para executar o serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, com fins exclusivamente educativos, na localidade de **Esperantina**, Estado do Piauí, por meio do canal 237E, segundo o Edital nº 91/2023/SEI-MCOM, de 07 de novembro de 2023, publicado no Diário Oficial da União em 08 de novembro de 2023 (SEI nº 11218501, p.9).

**ANÁLISE**

2. Conforme toda a narrativa já detalhada na Nota Técnica nº 16637/2023/SEI-MCOM (SEI nº 11218501, p.5), houve publicação de Edital de Resultado, sagrando-se vencedor o MUNICÍPIO DE ESPERANTINA (PREFEITURA MUNICIPAL DE ESPERANTINA) - Edital nº 91/2023/SEI-MCOM, de 07 de novembro de 2023, publicado no Diário Oficial da União em 08 de novembro de 2023 (SEI nº 11218501, p.9).

3. A documentação apresentada pela entidade está em conformidade com a legislação que rege o serviço de radiodifusão, conforme lista de verificação de documentos colacionada aos autos (Checklist SEI nº 11251121). Sobre o assunto, ressalta-se que a mencionada documentação foi conhecida, para fins de instrução processual, visto que a sua protocolização ocorrera no prazo estabelecido do Edital nº 04/2022, publicado em 02 de fevereiro de 2022.

4. Em relação à habilitação jurídica, a entidade juntou requerimento de outorga, acompanhado das declarações previstas no art. 15, §§ 1º e 2º, em conformidade com os §§ 1º e 2º do artigo 13 do supramencionado Decreto nº 52.795/1963, alterado pelos Decretos nº 9.138/2017 e nº 10.405/2020. Destaque-se que, por se tratar de entidade pública, as exigências contidas na norma são distintas em relação às das entidades privadas.

5. Logo, entende-se que a habilitação jurídica da entidade, para fins da outorga do serviço de radiodifusão, restou devidamente demonstrada, na forma do art. 15, § 1º e § 2º, e do art. 113, incisos I e II, ambos do Decreto nº 52.795/1963, alterado pelos Decretos nº 9.138/2017 e nº 10.405/2020 bem como encontra consonância com o disposto no anexo próprio da Portaria nº 3238/2018 (revogada/substituída pela Portaria de Consolidação GM/MCOM nº 1/2023 supracitada), e pelo exigido no correspondente Edital de Seleção Pública.



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/68235cd3-a142-4cd6-8313-c0dcaf537896>

Nota Técnica 21498 (1/23/1148)

SEI 53900.027556/2016-31 / pg. 84

68235cd3-a142-4cd6-8313-c0dcaf537896

6. Em relação à qualificação econômico-financeira, bem como à regularidade fiscal e trabalhista, a entidade acostou aos autos balanço patrimonial e demonstrativo do resultado do último exercício, sendo que as entidades optantes do Sistema Público de Escrituração Digital - SPED estão dispensadas de comprovar os itens II e III do **caput** - Origem: PRT SERAD-SEI/MCTIC 6.843/2019, art. 3º, §1º, substituídos pelo art. 7º, §1º da Portaria de Consolidação SECOE/MCOM nº 2/2023 (SEI nº 10534221, p. 21-30). Da análise da documentação, entende-se que a documentação contábil se encontra em consonância com o disposto especialmente nos arts. 3º e 4º da Portaria nº 6.843/2019 (revogada/substituída pela Portaria de Consolidação SECOE/MCOM nº 2/2023), conforme o resultado dos índices de solvência constantes do Checklist enunciado (SEI nº 11251121).

7. Colacionou-se, ainda, certidão dos órgãos fazendários Federal, Estadual e Municipal, demonstrando o adimplemento de suas obrigações tributárias. Apresentou-se, de igual modo, certidão da Receita Federal, da Caixa Econômica Federal e da Agência Nacional de Telecomunicações, comprovando a ausência de irregularidades perante o Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica, o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço e o Fundo de Fiscalização das Telecomunicações. Anexou-se, inclusive, certidão emitida pela Justiça do Trabalho, atestando a inexistência de débito inscrito no Banco Nacional de Devedores Trabalhistas em seu desfavor, conforme lista de verificação de documentos (SEI nº 11251121).

8. Assim sendo, pela documentação acostada aos autos, não se vislumbram quaisquer elementos que desabonem a entidade, sob a perspectiva econômico-financeira e fiscal, de modo a impossibilitar a continuidade da prestação do serviço de radiodifusão, tudo com base no art. 113, incisos III e IV, V, VI, VII, VIII e IX, e art. 15, inciso I, II e III, e § 2º, ambos do Decreto nº 52.795/1963, alterado pelos Decretos nº 9.138/2017 e nº 10.405/2020 em conjunto com o disposto na Portaria nº 6.843/2019 (revogada/substituída pela Portaria de Consolidação SECOE/MCOM nº 2/2023).

10. Em relação aos limites de outorga, a entidade e seus dirigentes estão em conformidade com os parâmetros fixados no art. 12 do Decreto-Lei nº 236/1967, bem como no que se refere ao art. 14, §3º, do Decreto nº 52.795/63, conforme pesquisa realizada no Sistema de Acompanhamento de Controle Societário – SIACCO em 16 de novembro de 2023 (SEI nº 11218510).

11. A entidade não possui outorga. Além de ter o objeto adjudicado nesta localidade, na planilha de controle de Editais não aparece como vencedora em outra(s) localidade(s). Ademais, o(s) dirigente(s) integra(m) somente o quadro diretivo do serviço de radiodifusão prestado nas localidades ora sob exame, conforme Anexo (SEI nº 11218510).

12. Portanto, em nenhum caso há extrapolação dos limites de outorga, seja pela pessoa jurídica, seja pelos respectivos dirigentes.

13. Por fim, atendendo ao disposto na legislação vigente, após a adjudicação do objeto ao vencedor do procedimento seletivo, o Ministério das Comunicações publicará ato do qual constarão, dentre outras que se fizerem necessárias, as seguintes informações:

I - o nome e o CNPJ da pessoa jurídica; ([Incluído pelo Decreto nº 9.138, de 2017](#))

II - o serviço a ser prestado; ([Incluído pelo Decreto nº 9.138, de 2017](#))

III - a área da prestação do serviço; e ([Incluído pelo Decreto nº 9.138, de 2017](#))

IV - as principais obrigações a serem cumpridas pela pessoa jurídica. ([Incluído pelo Decreto nº 9.138, de 2017](#))

**§ 1º No caso de serviços de radiodifusão sonora, será publicada pelo Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações (agora MCOM) portaria de outorga, que será enviada ao Congresso Nacional, por meio de mensagem da Presidência da República, para deliberação. ([Redação dada pelo Decreto nº 9.138, de 2017](#))**

**§ 2º No caso de serviços de radiodifusão de sons e imagens, será publicado decreto de outorga, após a indicação pelo Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações do licitante apto à contratação, o qual será enviado ao Congresso Nacional por meio de mensagem da Presidência da República, para deliberação. ([Redação dada pelo Decreto nº 9.138, de 2017](#))**

**§ 3º A deliberação do Congresso Nacional, da qual resultará decreto legislativo acerca da aprovação da outorga, é condição de eficácia do decreto ou portaria.**





14. Importante mencionar que com a entrada em vigor no dia 1º de setembro de 2020 do Decreto nº 10.405, de 25 de junho de 2020, que alterou o Decreto nº 52.795, de 31 de outubro de 1963, e promoveu a inversão de algumas fases até então dispostas para o procedimento da outorga do serviço em questão, retirando inclusive a necessidade de apresentação prévia do projeto técnico da estação, haverá primeiramente a publicação de Portaria (no caso de permissões) ou de Decreto Presidencial (no caso de concessões), quando o processo será encaminhado para apreço pelo Congresso Nacional e publicação do respectivo Decreto Legislativo, autorização de uso de radiofrequência e a licença de funcionamento junto à Anatel, e finalmente a assinatura do contrato no Ministério. Ressalte-se, no entanto, que a citada inversão nas fases não exime a área técnica de atestar a observância das condições técnicas necessárias para a entrada em funcionamento antes da celebração do contrato.

15. Assim, preenchidos todos os requisitos, entende-se possível a remessa dos autos à Consultoria Jurídica - Conjur para verificação da regularidade dos atos a serem submetidos ao Senhor Ministro de Estado das Comunicações, a quem compete a decisão sobre o pedido, em se tratando de outorga das permissões de serviços de radiodifusão sonora, nos termos do § 2º do art. 6º do Decreto nº 52.795, de 31 de outubro de 1963, que aprovou o Regulamento dos Serviços de Radiodifusão.

## CONCLUSÃO

16. Diante do exposto, sugerimos o encaminhamento dos presentes autos à Consultoria Jurídica, juntamente com as minutas de Portaria Ministerial e Exposição de Motivos com Parecer de Mérito (links das Minutas anexos), para que:

- a) se manifeste quanto à regularidade jurídico-formal do processo; e
- c) após, sejam os autos remetidos a esta Secretaria, para finalização dos procedimentos necessários à outorga.

À consideração superior.



Documento assinado eletronicamente por **Kelen Azevedo Cornelio, Analista Técnico-Administrativo**, em 04/12/2023, às 12:48 (horário oficial de Brasília), com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Vilma de Fatima Alvarenga Fanis, Coordenadora de Outorga de Radiodifusão Pública, Comunitária e Estatal**, em 04/12/2023, às 13:02 (horário oficial de Brasília), com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Alexandre Miranda Freire de Oliveira Barros, Coordenador-Geral de Assuntos Jurídicos de Radiodifusão Pública, Comunitária e Estatal**, em 05/12/2023, às 11:40 (horário oficial de Brasília), com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://sei.mcom.gov.br/sei/verifica>, informando o código verificador **11251148** e o código CRC **8E3494F6**.

## Minutas e Anexos



t SEI nº 11251121.

Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/68235cd3-a142-4cd6-8313-c0dcaf537896>

Nota Técnica 21458 (1/25/1148)

SEI 93300.027350/2016-31 / pg. 86

68235cd3-a142-4cd6-8313-c0dcaf537896

Minuta de Portaria SEI nº 11251141.  
Minuta de Exposição de Motivos SEI nº 11251143.  
Parecer de Mérito SEI nº 11217744.

**Referência:** Processo nº 53900.027556/2016-31

Documento nº 11251148



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/68235cd3-a142-4cd6-8313-c0dcdf537896>

Nota Técnica 21455 (11251148)

SEI 53900.027556/2016-31 / pg. 87

68235cd3-a142-4cd6-8313-c0dcdf537896



**MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES**  
Secretaria de Comunicação Social Eletrônica  
Departamento de Radiodifusão Pública, Comunitária e Estatal

**DESPACHO**

**Processo nº:** 53900.027556/2016-31

**Interessado:** MUNICÍPIO DE ESPERANTINA (PREFEITURA MUNICIPAL DE ESPERANTINA)

**Assunto:** Publicação de Ato de Outorga de Serviço de Radiodifusão com fins exclusivamente Educativos - Fase de envio à Consultoria Jurídica.

Ao Gacse,

Em consonância com a Nota Técnica 21498 (11251148), este Departamento de Radiodifusão Pública, Comunitária e Estatal sugere o encaminhamento dos presentes autos à Consultoria Jurídica, juntamente com as minutas de Portaria Ministerial (11251141) e Exposição de Motivos (11251143) com Parecer de Mérito (11251144), para que se manifeste quanto à regularidade jurídico-formal do processo; e, após, sejam os autos remetidos a esta Secretaria, para finalização dos procedimentos necessários à outorga.

Brasília, na data da assinatura.



Documento assinado eletronicamente por **Daniela Naufel Schettino, Diretora do Departamento de Radiodifusão Pública, Comunitária e Estatal**, em 18/12/2023, às 18:27 (horário oficial de Brasília), com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://sei.mcom.gov.br/sei/verifica>, informando o código verificador **11259599** e o código CRC **57A319B1**.

**Minutas e Anexos**

Minuta de Portaria (11251141)

Minuta de Exposição de Motivos (11251143)

Minuta de Parecer de Mérito (11251144)

**Referência:** Processo nº 53900.027556/2016-31

Documento nº 11259599



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/68235cd3-a142-4cd6-8313-c0dcaf537896>

Despacho DEPOB (11259599)

SEI 53900.027556/2016-31 / pg. 88

68235cd3-a142-4cd6-8313-c0dcaf537896



**MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES**  
Secretaria de Comunicação Social Eletrônica  
Gabinete da Secretaria de Comunicação Social Eletrônica

Ofício Interno nº 45362/2023/MCOM

Brasília, 19 de dezembro de 2023

Ao Senhor  
**Felipe Nogueira Fernandes**  
Consultor Jurídico  
Ministério das Comunicações

**Assunto: Encaminha Nota Técnica nº 21498/2023/SEI-MCOM (11251148)**

Senhor Consultor Jurídico,

Cumprimentando-o, faço referência à Nota Técnica nº 21498/2023/SEI-MCOM (11251148), a qual trata de publicação de ato da outorga deferida ao MUNICÍPIO DE ESPERANTINA (PREFEITURA MUNICIPAL DE ESPERANTINA), CNPJ nº 06.554.174/0001-82, vencedora do processo de seleção pública, objeto do Edital de Seleção Pública nº 88/2016, de 12 de fevereiro de 2016, publicado no Diário Oficial da União (D.O.U.) de 1º de março de 2016, em conformidade com a Portaria nº 4.335, de 17 de setembro de 2015, publicada no D.O.U. de 21 de setembro de 2015 c/c a Portaria nº 3.238, de 20 de junho de 2018, publicada no D.O.U. de 21 de junho de 2018 (revogada/substituída pela Portaria de Consolidação GM/MCOM nº 1, de 2 de junho de 2023, publicada no Diário Oficial da União de 5 de junho de 2023), para executar o serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, com fins exclusivamente educativos, na localidade de **Esperantina**, Estado do Piauí, por meio do canal 237E, segundo o Edital nº 91/2023/SEI-MCOM, de 07 de novembro de 2023, publicado no Diário Oficial da União em 08 de novembro de 2023 (SEI nº 11218501, p.9).

Dessa forma, de ordem, considerando o disposto na mencionada Nota Técnica, encaminho o presente processo para análise e manifestação dessa Douta Consultoria Jurídica.

Atenciosamente,

**Márcia Maria Torres Fernandes**  
Chefe de Gabinete



Documento assinado eletronicamente por **Marcia Maria Torres Fernandes, Chefe de Gabinete da Secretaria de Comunicação Social Eletrônica**, em 19/12/2023, às 13:02 (horário oficial de Brasília), com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/68235cd3-a142-4cd6-8313-c0dcaf537896>

Ofício Interno 45362 (14260992)

SEI 33500-027359/2016-31 / pg. 89

68235cd3-a142-4cd6-8313-c0dcaf537896



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://sei.mcom.gov.br/sei/verifica>, informando o código verificador **11280992** e o código CRC **DF3E253D**.

---

**Referência:** Processo nº 53900.027556/2016-31

Documento nº 11280992



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/68235cd3-a142-4cd6-8313-c0dcdf537896>

Ofício Interno 45302 (11280992)

SEI 53900.027556/2016-31 / pg. 90

68235cd3-a142-4cd6-8313-c0dcdf537896



ADVOCACIA-GERAL DA UNIÃO  
CONSULTORIA-GERAL DA UNIÃO  
CONSULTORIA JURÍDICA JUNTO AO MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES  
COORDENAÇÃO-GERAL JURÍDICA DE RADIODIFUSÃO - CGJR  
ESPLANADA DOS MINISTÉRIOS, BLOCO R, ED. SEDE, SALA 915 CEP: 70044-900 BRASÍLIA-DF FONE: (61) 2027-6119/6915

**PARECER n. 00177/2024/CONJUR-MCOM/CGU/AGU**

NUP: 53900.027556/2016-31

**INTERESSADOS: MUNICÍPIO DE ESPERANTINA (PREFEITURA MUNICIPAL DE ESPERANTINA) e UNIÃO/SECRETARIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL ELETRÔNICA - SECOE**

**ASSUNTO: PUBLICAÇÃO DE ATO DE OUTORGA DE SERVIÇO DE RADIODIFUSÃO SONORA COM FINS EXCLUSIVAMENTE EDUCATIVOS**

**EMENTA:**

- I – Portaria de outorga para exploração de serviço de radiodifusão sonora, em frequência modulada, com fins exclusivamente educativos, na localidade de **Esperantina**, Estado do **Piauí**.  
II – Juridicidade do resultado da seleção apreciado por esta CONJUR, nos termos da Portaria nº 4.335/2015, vigente à época da seleção.  
III - Verificação atualizada dos requisitos de habilitação, nos termos do art. 15, caput e parágrafos, do Decreto nº 52.795/1963  
IV - Competência para conceder a outorga do Exmo. Ministro de Estado das Comunicações, nos termos do art. 34, § 1º, da Lei nº 4.117/1962 (CBT), e do art. 6º, § 2º, do Decreto nº 52.795/1963.  
V - Viabilidade jurídica, desde que atendida a observação constante do **parágrafo 27** deste parecer.  
VI - Devolução dos autos à SECOE, para adoção das providências a seu encargo.

Senhor Coordenador-Geral da Coordenação-Geral Jurídica de Radiodifusão,

**I - RELATÓRIO**

Versam os autos sobre a fase de **publicação da portaria de outorga** a ser deferida ao **MUNICÍPIO DE ESPERANTINA (PREFEITURA MUNICIPAL DE ESPERANTINA)** para a execução do **serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada**, com fins exclusivamente **educativos**, na localidade de **Esperantina**, Estado do **Piauí**.

2. O resultado da seleção pública levada a efeito foi homologado por meio do **Edital 91/2023/SEI-MCOM**, de 7 de novembro de 2023, publicado no Diário Oficial da União de 8 de novembro de 2023 (**SEI nº 11218501, fls. 9**), declarando referida pessoa jurídica de direito público interno vencedora do certame, adjudicando-lhe o objeto.

3. Por meio da **NOTA TÉCNICA Nº 21498/2023/SEI-MCOM (11251148)**, a Secretaria de Comunicação Social Eletrônica - SECOE asseverou terem sido preenchidos todos os requisitos para a formalização da outorga de que se trata, razão pela qual submeteu os autos à análise e pronunciamento desta Consultoria Jurídica, com vista a avaliar a regularidade jurídico-formal dos autos e da minuta de **Portaria de outorga (SEI nº 11251141)** que informa os autos, acompanhada da respectiva **Exposição de Motivos (SEI nº 11251143)**.

4. Era o quanto bastava relatar. Segue o parecer que nos compete.

**II - FUNDAMENTAÇÃO**

**II.1. - CONSIDERAÇÕES INICIAIS**

5. A presente manifestação fundamenta-se no **art. 11, inciso V, da Lei Complementar nº 73, de 10 de fevereiro de 1993 (Lei Orgânica da Advocacia-Geral da União - AGU)**, além do **art. 11, inciso V, do Anexo I do Decreto nº 11.335, de 01 de janeiro de 2023** (aprova a Estrutura Regimental do Ministério das Comunicações), os quais dispõem que às Consultorias caberá o assessoramento do Ministro de Estado no controle interno da legalidade dos atos administrativos a serem praticados.

6. Consequentemente, na hipótese em apreço compete a este órgão jurídico analisar a regularidade do Processo Administrativo em epígrafe, adotando como parâmetro os princípios e as regras constitucionais aplicáveis à espécie, as disposições constantes da **Lei nº 9.784, de 29 de janeiro de 1999**, que regula o **processo administrativo no âmbito da Administração Pública Federal**, e, em especial, a legislação específica que disciplina o **serviço de Radiodifusão**, a fim de que se revele assegurada a presença das condições necessárias e dos documentos exigidos pelos atos normativos incidentes.

7. Cabe registrar, ainda, que **as informações de natureza técnica lançadas aos autos não se sujeitam**

Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.deleg.br/68235cd3-a142-4cd6-8313-c0dcaf537896>

recebido n. 00177/2024/CONJUR-MCOM/CGU/AGU (11421714) SEI 53900.027556/2016-31 / pg. 91



68235cd3-a142-4cd6-8313-c0dcaf537896



ao exame desta Consultoria. **A uma**, porque a legislação de regência atribui às Consultorias Jurídicas junto aos Ministérios a competência para a análise jurídica das matérias que lhe são submetidas, não alcançando o enfrentamento de questões técnicas constantes dos autos. **A duas**, porque as razões invocadas pelos órgãos técnicos competentes revestem-se da presunção de veracidade, sendo, assim, presumivelmente verdadeiras até prova em contrário. **A três**, porquanto, ainda que a presunção tenha caráter relativo, os órgãos consultivos de assessoramento jurídico não detêm condições técnicas suficientemente adequadas para infirmar os elementos fáticos trazidos aos autos.

8. Nesse sentido, o **Enunciado nº 7 do Manual de Boas Práticas Consultivas na AGU** assim dispõe:

*“A manifestação consultiva que adentrar questão jurídica com potencial de significativo reflexo em aspecto técnico deve conter justificativa da necessidade de fazê-lo, evitando-se posicionamentos conclusivos sobre temas não jurídicos, tais como os técnicos, administrativos ou de conveniência ou oportunidade, podendo-se, porém, sobre estes emitir opinião ou formular recomendações, desde que enfatizando o caráter discricionário de seu acatamento.”*

## **II. 2. - DA BASE LEGAL QUE REGE O SERVIÇO DE RÁDIODIFUSÃO SONORA, COM FINS EXCLUSIVAMENTE EDUCATIVOS**

9. O **serviço de radiodifusão com fins exclusivamente educativos** encontra-se previsto no **Decreto-lei nº 236, de 28 de fevereiro de 1967**, bem como no **Decreto nº 52.795, de 1963** (alterado pelo **Decreto nº 9.138, de 22 de agosto de 2017**), a saber:

### **DL 236/1967**

*“Art. 13. A televisão educativa se destinará à divulgação de programas educacionais, mediante a transmissão de aulas, conferências, palestras e debates.*

*Parágrafo único. A televisão educativa não tem caráter comercial, sendo vedada a transmissão de qualquer propaganda, direta ou indiretamente, bem como o patrocínio dos programas transmitidos, mesmo que nenhuma propaganda seja feita através dos mesmos.*

*(...)”*

### **Decreto 52.795, de 1963**

*“Art. 13 caput*

*(...)”*

*§ 1º É dispensável a licitação para outorga para execução de serviço de radiodifusão com fins exclusivamente educativos.”*

10. Segundo o **art. 14** do referido **Decreto-lei nº 236/1967**, os legitimados para executar o serviço de radiodifusão com fins exclusivamente educativos são **União, Estados, Territórios, Municípios, Universidades Brasileiras e Fundações constituídas no Brasil**. Veja-se a literalidade do dispositivo legal:

### **Decreto 52.795, de 1963**

*“Art. 14. Somente poderão executar serviço de televisão educativa:*

*a) a União;*

*b) os Estados, Territórios e Municípios;*

*c) as Universidades Brasileiras;*

*d) as Fundações constituídas no Brasil, cujos Estatutos não contrariem o Código Brasileiro de Telecomunicações.*

*§ 1º As Universidades e Fundações deverão comprovadamente possuir recursos próprios para o empreendimento.*

*§ 2º A outorga de canais para a televisão educativa não dependerá da publicação do edital previsto do artigo 34 do Código Brasileiro de Telecomunicações.*

*(...)”*

11. Por sua vez, a **competência para outorgar o serviço de radiodifusão com fins exclusivamente educativos** é do **Excelentíssimo Senhor Presidente da República**, quando se tratar da exploração dos serviços de radiodifusão de sons e imagens; e do **Excelentíssimo Ministro de Estado das Comunicações**, em se tratando de permissão de serviços de radiodifusão sonora. Confira-se:

### **CBT – Lei nº 4.117, de 1962**

*“Art. 34 (...)”*

*§ 1º A outorga da concessão ou permissão é prerrogativa do Presidente da República, depois de ouvido o órgão competente do Poder Executivo sobre as propostas e requisitos exigidos pelo edital e de publicado o respectivo parecer. (Redação dada pela Lei nº 13.424, de 2017).”*

### **Decreto nº 52.795, de 1963**

*“Art. 6º À União compete, privativamente, autorizar, em todo território nacional, inclusive águas territoriais e espaço aéreo, a execução de serviços de radiodifusão.*

*§ 1º Compete ao Presidente da República outorgar, por meio de concessão, a exploração dos serviços de radiodifusão de sons e imagens. (Redação dada pelo Decreto nº 7.670, de 2012).*

Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.deleg.br/68235cd3-a142-4cd6-8313-c0dcaf537896>

recebido em 06/11/2024, CONJUNTO COM CDU/AGU (11421714)

SEI 53900.027556/2016-31 / pg. 92



68235cd3-a142-4cd6-8313-c0dcaf537896

§ 2º Compete ao Ministro de Estado das Comunicações outorgar, por meio de concessão, permissão ou autorização, a exploração dos serviços de radiodifusão sonora. [\(Redação dada pelo Decreto nº 7.670, de 2012\)](#)”

12. Na hipótese dos autos, vê-se que o pleito em análise trata de outorga do serviço de radiodifusão sonora, em frequência modulada, com fins exclusivamente educativos, evidenciando que a prática do correspondente ato administrativo é da competência do **Ministro de Estado das Comunicações**, nos termos do referido **art. 6º, § 2º, do Decreto nº 52.795/1963**.

13. Os requisitos de habilitação da entidade para a prestação do serviço vêm previstos no **art. 15, caput e parágrafos**, do mencionado **Decreto nº 52.795/1963**, alterado pelos **Decretos nº 9.138/2017 e nº 10.405/2020**:

**Decreto 52.795, de 1963**

“**Art. 15.** Para a habilitação, será exigida das pessoas jurídicas interessadas documentação relativa:

I - a sua **habilitação jurídica e a de seus sócios e dirigentes**; [\(Redação dada pelo Decreto nº 9.138, de 2017\)](#)

II - a sua qualificação econômico-financeira; e [\(Redação dada pelo Decreto nº 9.138, de 2017\)](#)

III - a sua regularidade fiscal e trabalhista.

§ 1º A documentação relativa à habilitação jurídica da pessoa jurídica consistirá: [\(Redação dada pelo Decreto nº 9.138, de 2017\)](#)

I - em formulário de requerimento de outorga, disponibilizado pelo Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações; [\(Incluído pelo Decreto nº 9.138, de 2017\)](#)

II - no ato constitutivo e nas suas alterações, registrados ou arquivados no órgão competente, constando, dentre seus objetivos, a execução de serviços de radiodifusão e, para as sociedades por ações, na cópia da ata da assembleia geral que elegeu a diretoria e a relação de acionistas da qual conste a quantidade, o valor e o tipo de ações de cada sócio; e [\(Incluído pelo Decreto nº 9.138, de 2017\)](#)

III - em certidão simplificada ou documento equivalente, emitida pelo órgão de registro competente em que estiverem arquivados os atos constitutivos da pessoa jurídica. [\(Incluído pelo Decreto nº 9.138, de 2017\)](#)

§ 2º Sem prejuízo de outras declarações que possam ser solicitadas, o requerimento de outorga a que se refere o inciso I do § 1º conterá as declarações de que: [\(Redação dada pelo Decreto nº 9.138, de 2017\)](#)

I - a pessoa jurídica possui recursos financeiros para o empreendimento pleiteado; [\(Incluído pelo Decreto nº 9.138, de 2017\)](#)

II - nenhum dos sócios ou dirigentes participa do quadro societário ou diretivo de outras pessoas jurídicas executantes do mesmo tipo de serviço de radiodifusão na localidade em que a concessão ou a permissão é pretendida, nem de outras pessoas jurídicas executantes de serviço de radiodifusão em Municípios diversos, em excesso aos limites estabelecidos no art. 12 do Decreto-Lei nº 236, de 28 de fevereiro de 1967; [\(Incluído pelo Decreto nº 9.138, de 2017\)](#)

III - nenhum dos dirigentes está no exercício de mandato eletivo que lhes assegure imunidade parlamentar ou de cargos ou funções dos quais decorra foro especial. [\(Incluído pelo Decreto nº 9.138, de 2017\)](#)

IV - a pessoa jurídica não está impedida de transacionar com a administração pública federal, direta ou indireta; [\(Incluído pelo Decreto nº 9.138, de 2017\)](#)

V - a pessoa jurídica cumpre o disposto no art. 7º, **caput**, inciso XXXIII, da Constituição; [\(Incluído pelo Decreto nº 9.138, de 2017\)](#)

VI - a pessoa jurídica não executa serviços de radiodifusão sem outorga; [\(Incluído pelo Decreto nº 9.138, de 2017\)](#)

VII - a pessoa jurídica autoriza o Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações a processar o assentimento prévio junto ao órgão competente, se a localidade referida no edital estiver situada na faixa de fronteira; [\(Incluído pelo Decreto nº 9.138, de 2017\)](#)

VIII - a pessoa jurídica está ciente do disposto no edital, dos seus anexos e das demais informações pertinentes; e [\(Incluído pelo Decreto nº 9.138, de 2017\)](#)

IX - nenhum dos sócios ou dirigentes da pessoa jurídica foi condenado em decisão transitada em julgado ou proferida por órgão judicial colegiado, pela prática dos ilícitos referidos no **art. 1º, caput, inciso I, alíneas “b”, “c”, “d”, “e”, “f”, “g”, “h”, “i”, “j”, “k”, “l”, “m”, “n”, “o”, “p” e “q” da Lei Complementar nº 64, de 18 de maio de 1990**. [\(Incluído pelo Decreto nº 9.138, de 2017\)](#)

§ 3º A documentação relativa à habilitação jurídica dos sócios e dos dirigentes consistirá na prova da condição de brasileiro nato ou naturalizado há mais de dez anos, a fim de atender ao disposto no **§ 1º do art. 222 da Constituição**, feita por meio da apresentação de: [\(Redação dada pelo Decreto nº 9.138, de 2017\)](#)

I - certidão de nascimento ou casamento; [\(Incluído pelo Decreto nº 9.138, de 2017\)](#)

II - certificado de reservista; [\(Incluído pelo Decreto nº 9.138, de 2017\)](#)

III - cédula de identidade; [\(Incluído pelo Decreto nº 9.138, de 2017\)](#)

IV - certificado de naturalização expedido há mais de dez anos; [\(Incluído pelo Decreto nº 9.138, de 2017\)](#)

V - carteira profissional; [\(Incluído pelo Decreto nº 9.138, de 2017\)](#)

VI - carteira de trabalho e previdência social; ou [\(Incluído pelo Decreto nº 9.138, de 2017\)](#)

VII - passaporte. [\(Incluído pelo Decreto nº 9.138, de 2017\)](#)

§ 4º A documentação relativa à **qualificação econômico-financeira** da pessoa jurídica consistirá: [\(Redação dada pelo Decreto nº 9.138, de 2017\)](#)

I - no balanço patrimonial e nas demonstrações contábeis do último exercício social, já exigíveis e apresentados na forma da lei, que comprovem a boa situação financeira, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, exceto quando a pessoa jurídica ainda não houver completado um exercício fiscal, hipótese em que deverá apresentar seu balanço de tura; [\(Incluído pelo Decreto nº 9.138, de 2017\)](#)

II - na certidão negativa de falência ou recuperação judicial, expedida pelo distribuidor da sede da pessoa

Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg.autenticidade-assinatura.camara.de.br/68235cd3-a142-4cd6-8313-c0dcaf537896>

recebido em 06/17/2024, CONJUNTO COM MCGUADU (11421714) SEI 53900.027556/2016-31 / pg. 93



68235cd3-a142-4cd6-8313-c0dcaf537896

jurídica, com data posterior à publicação do edital; e [\(Incluído pelo Decreto nº 9.138, de 2017\)](#)

III - no comprovante de recolhimento de caução, nos termos do edital. [\(Incluído pelo Decreto nº 9.138, de 2017\)](#)  
(...)

§ 7º A documentação relativa à **regularidade fiscal e trabalhista** da pessoa jurídica consistirá: [\(Redação dada pelo Decreto nº 9.138, de 2017\)](#)

I - na prova de inscrição no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica - CNPJ; [\(Incluído pelo Decreto nº 9.138, de 2017\)](#)

II - na prova de regularidade perante as Fazendas federal, estadual, municipal ou distrital da sede da pessoa jurídica, na forma da lei; [\(Incluído pelo Decreto nº 9.138, de 2017\)](#)

III - na prova de regularidade do recolhimento dos recursos do Fundo de Fiscalização das Telecomunicações - Fistel; [\(Incluído pelo Decreto nº 9.138, de 2017\)](#)

IV - na prova de regularidade relativa à seguridade social e ao Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS; e [\(Incluído pelo Decreto nº 9.138, de 2017\)](#)

V - na prova da inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, por meio da apresentação de certidão negativa, nos termos do disposto no [Título VII-A do Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943 - Consolidação das Leis do Trabalho](#). [\(Incluído pelo Decreto nº 9.138, de 2017\)](#) (g.n.)”

14. No plano infralegal, foi publicada portaria ministerial dispondo sobre o procedimento para outorga dos **serviços de radiodifusão sonora** e de sons e imagens, com fins exclusivamente **educativos**. À época da publicação do referido Aviso, encontrava-se em vigor, ainda, a **Portaria nº 4.335, de 2015**, tendo sido esse, pois, o diploma normativo inicialmente observado por ocasião da seleção.

15. Após, referido ato normativo foi revogada pela **Portaria nº 3.238, de 2018**, posteriormente aplicável à seleção, por força de seu [art. 51<sup>\[1\]</sup>](#), sendo esta também revogada por consolidação, nos termos do **art. 539, inciso XLVI, <sup>[2]</sup>** da atual **Portaria de Consolidação GM/MCOM nº 1, de 1º de junho de 2023**.

### **II.3. - DA ANÁLISE DA REGULARIDADE PROCEDIMENTAL PARA A PUBLICAÇÃO DO ATO DE OUTORGA**

16. Delimitados os parâmetros formais do pleito em análise, bem como a base legal que rege o serviço de radiodifusão com fins exclusivamente educativos, passa-se a analisar a regularidade do procedimento em questão.

17. Da análise inicial da proposta apresentada pelo **MUNICÍPIO DE ESPERANTINA**, com vistas à obtenção da outorga do **serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada**, com fins exclusivamente **educativos**, pronunciou-se a Secretaria de Comunicação Social Eletrônica - SECOE por intermédio da **NOTA TÉCNICA Nº 11440/2016/SEI-MC (1127811)**, concluindo pela **habilitação da proposta** e pelo consequente **deferimento do pleito**, considerando que a documentação apresentada pela proponente se encontrava em consonância com o **art. 15 da Portaria nº 4.335/2015/SEI-MC, de 17 de setembro de 2015**, conforme **Checklist** elaborado na ocasião (**1127808**).

18. Em atendimento à nova orientação desta CONJUR sobre a aplicabilidade do **art. 51 e parágrafo único da Portaria nº 3.238/2018** aos processos de seleção anteriormente regidos pela **Portaria nº 4.335/2015**, manifestou-se a SECOE por meio da **NOTA TÉCNICA Nº 9743/2023/SEI-MCOM (10986051)**, informando ter notificado a proponente pela **NOTA TÉCNICA Nº 15296/2022 (10458441)**, com vistas a apresentar recurso e/ou documentação complementar, sob pena de indeferimento do pedido, concluindo, posteriormente, pelo atendimento, por parte da interessada, às exigências normativas em vigor, bem como ao correspondente Edital de Seleção Pública.

19. Todavia, conforme registra a **NOTA TÉCNICA Nº 20505/2023/SEI-MCOM (11218571)**, verificou a SECOE a necessidade de baixar o processo em diligência, no sentido de notificar a requerente para atualizar a seguinte documentação:

- a. prova de regularidade para com a fazenda estadual/distrital do local de sede; e
- b. prova de regularidade para com a fazenda municipal do local de sede.

20. Assim, cabe avançar na análise dos autos, com o fito de verificar a manutenção das condições de **habilitação** por parte da entidade, bem como a **atualidade** da documentação apresentada, tendo a SECOE atestado a adequação dos documentos acostados aos autos, segundo **Checklist (11251121)** e **NOTA TÉCNICA Nº 21498/2023/SEI-MCOM (11251148)**. Senão, vejamos.

21. Quanto à **regularidade jurídica**, verifica-se a juntada do **requerimento de outorga**, assinado pela Sra. **IVANÁRIA DO NASCIMENTO ALVES SAMPAIO**, na qualidade de representante legal da entidade interessada, acompanhado das declarações previstas no **art. 15, § 2º, do Decreto n.º 52.795/1963 (fls. 3-5 do SUPER-10534221)**.

22. A propósito, vê-se o ato de **Diplomação** e respectivo **Termo de Posse** da referida representante como **Prefeita do Município de Esperantina**, conforme doc. **SUPER-10534221, fls. 13-14**, como também dos documentos que comprovam sua **maioridade e nacionalidade brasileira** (**SUPER-10534221, fls. 9**).

23. Quanto à **qualificação econômico-financeira** e à **regularidade fiscal e trabalhista**, atestou a SECOE em sua **NOTA TÉCNICA Nº 21498/2023/SEI-MCOM (11251148)** o quanto se segue:

#### **“ANÁLISE**

6. Em relação à **qualificação econômico-financeira**, bem como à **regularidade fiscal e trabalhista**, a entidade **tou aos autos balanço patrimonial e demonstrativo do resultado do último exercício**, sendo que as entidades optantes do Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://ioleq.autenticidadeassinatura.mamara.de.br/68235cd3-a142-4cd6-8313-c0dcaf537896>

recebido em: 06/11/2024; CONJUR MCOM/CGU/AGU (11421714) SEI 53900.027556/2016-31 / pg. 94



68235cd3-a142-4cd6-8313-c0dcaf537896

Sistema Público de Escrituração Digital - SPED estão dispensadas de comprovar os itens II e III do caput - Origem: PRT SERAD-SEI/MCTIC 6.843/2019, art. 3º, §1º, substituídos pelo art. 7º, §1º da Portaria de Consolidação SECOE/MCOM nº 2/2023 (SEI nº 10534221, p. 21-30). Da análise da documentação, entende-se que a documentação contábil se encontra em consonância com o disposto especialmente nos arts. 3º e 4º da Portaria nº 6.843/2019 (revogada/substituída pela Portaria de Consolidação SECOE/MCOM nº 2/2023), conforme o resultado dos índices de solvência constantes do Checklist enunciado (SEI nº 11251121).” (negritamos)

24. Em relação à observância aos **limites do número de outorgas** - previstos no **art. 12** e seu **§ 3º**, do **Decreto-Lei nº 236/67**, bem como no **art. 14, § 3º**, do **Decreto nº 52.795/63**, a **NOTA TÉCNICA Nº 21498/2023 (11251148)** assegurou que:

“10. Em relação aos **limites de outorga**, a entidade e seus dirigentes **estão em conformidade com os parâmetros fixados no art. 12 do Decreto-Lei nº 236/1967**, bem como no que se refere ao **art. 14, §3º, do Decreto nº 52.795/63**, conforme pesquisa realizada no **Sistema de Acompanhamento de Controle Societário – SIACCO em 16 de novembro de 2023** (SEI nº 11218510).

11. A entidade **não possui outorga**. Além de ter o objeto adjudicado nesta localidade, na planilha de controle de Editais **não aparece como vencedora em outra(s) localidade(s)**. Ademais, **o(s) dirigente(s) integra(m) somente o quadro diretivo do serviço de radiodifusão prestado nas localidades ora sob exame**, conforme Anexo (SEI nº 11218510).

12. Portanto, **em nenhum caso há extrapolação dos limites de outorga**, seja pela pessoa jurídica, seja pelos respectivos dirigentes.” (destacamos)

25. No que pertine aos **aspectos técnicos**, a SECOE aduziu que, com a entrada em vigor do **Decreto nº 10.405, de 25 de junho de 2020**, que alterou o **Decreto nº 52.795, de 31 de outubro de 1963**, foi promovida a inversão de algumas fases para o procedimento da outorga do serviço em questão, “**retirando inclusive a necessidade de apresentação prévia do projeto técnico da estação, haverá primeiramente a publicação da Portaria de outorga, quando o processo será encaminhado para apreço pelo Congresso Nacional e publicação do respectivo Decreto Legislativo, autorização de uso de radiofrequência e a licença de funcionamento junto à Anatel, e finalmente a assinatura do contrato no Ministério. Ressalte-se, no entanto, que a citada inversão nas fases não exime a área técnica de atestar a observância das condições técnicas necessárias para a entrada em funcionamento antes da celebração do contrato**” (item 14 da **NOTA TÉCNICA Nº 21498/2023/SEI-MCOM (11251148)**).

26. Demais disso, apresentou a interessada as seguintes certidões (SEI nº 11251121):

a) certidão dos órgãos fazendários Federal, Estadual e Municipal, demonstrando o adimplemento de suas obrigações tributárias;

b) certidão da Receita Federal, da Caixa Econômica Federal e da Agência Nacional de Telecomunicações, comprovando a ausência de irregularidades perante o Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica, o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço e o Fundo de Fiscalização das Telecomunicações; e

c) certidão emitida pela Justiça do Trabalho, atestando a inexistência de débito inscrito no Banco Nacional de Devedores Trabalhistas em seu desfavor, conforme lista de verificação de documentos (SEI nº 11251121).

27. Por fim, cumpre-nos enfatizar que **deve ser mantido o cumprimento dos requisitos técnicos durante toda a execução do serviço, bem como realizada a atualização da documentação capaz de certificar a manutenção da situação de regularidade da entidade, por ocasião da formalização da assinatura do contrato.**

28. Diante de todo o exposto, verifica-se inexistir óbice sob o aspecto jurídico-formal que obstaculize a publicação da portaria de outorga a favor do **MUNICÍPIO DE ESPERANTINA (PREFEITURA MUNICIPAL DE ESPERANTINA)** para execução do **Serviço de Radiodifusão Sonora em Frequência Modulada**, com fins **exclusivamente Educativos**, na localidade de **Esperantina**, Estado do **Piauí**, desde que observada a orientação contida no parágrafo 27 acima.

### **III – CONCLUSÃO**

29. Isto posto, considerando os argumentos acima articulados e observado o parágrafo 27 deste parecer, recomenda-se, no aspecto jurídico-formal, sejam observadas as seguintes orientações:

i) não há impedimento jurídico para a publicação da **portaria de outorga** ao **MUNICÍPIO DE ESPERANTINA (PREFEITURA MUNICIPAL DE ESPERANTINA)** para execução do **Serviço de Radiodifusão Sonora em Frequência Modulada**, com fins **exclusivamente educativos**, na localidade de **Esperantina**, Estado do **Piauí**;

ii) as minutas de **portaria (SEI nº 11251141)** e de **exposição de motivos (SEI nº 11251143)** elaboradas pela SECOE, se encontram aptas a serem assinadas pela autoridade competente, no que se refere ao seu conteúdo, sem embargo de ser verificada a existência de eventual erro material;

iii) imperativa a deliberação do Congresso Nacional sobre a prestação do serviço de radiodifusão, com fins exclusivamente educativos de que se cogita, por força do disposto no **art. 223, § 3º**, da **Constituição Federal**.

30. Constitui atribuição do **Ministro de Estado** desta Pasta editar a **Portaria** destinada a outorgar a execução de serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, com fins exclusivamente educativos

31. Encaminhem-se os autos à **SECOE** para ciência e posterior envio ao Gabinete do Titular desta Casa, com vistas à adoção das demais providências cabíveis, inclusive no que concerne à submissão da matéria ao Congresso Nacional para deliberação.

À consideração superior.



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.deleg.br/68235cd3-a142-4cd6-8313-c0dcaf537896>

recebido em 06/17/2024, CONJUNTO MCOM/CGU/AGU (11421714) - SEI 53900.027556/2016-31 / pg. 95

68235cd3-a142-4cd6-8313-c0dcaf537896

**LÍDIA MIRANDA DE LIMA**

Advogada da União

**Notas**

1. <sup>^</sup> Art. 51. *Às seleções iniciadas durante a vigência da Portaria nº 4.335, de 17 de setembro de 2015, aplicam-se os procedimentos e critérios da presente Portaria, especialmente o art. 21 e seus parágrafos, exceto quanto aos critérios de classificação, os quais serão aplicados seguindo as disposições daquela Portaria, assegurado, ainda, o direito de participação das entidades inscritas cuja sede ou campus esteja situado fora do Estado ou do Distrito Federal objeto da seleção.*
2. <sup>^</sup> Art. 539. *Ficam revogadas, por consolidação, as seguintes normas: (...) XLVI – Portaria GM/MCTIC nº 3.238, de 20 de junho de 2018, publicada no Diário Oficial da União, Seção 1, de 21 de junho de 2018, p. 6;*
3. <sup>^</sup> Art. 20. *Encerrada a fase de classificação, será verificado se a pessoa jurídica classificada em primeiro lugar preenche os requisitos para habilitação. Art. 21. Será inabilitada a entidade que: I - deixar de apresentar requerimento de outorga ou quaisquer das declarações e documentos de habilitação indicados nos anexos I, II ou III, conforme o caso, ou que os apresentem com falhas, incorreções ou em desconformidade com as exigências estabelecidas no edital, inclusive as certidões e documentos comprobatórios disponíveis na Internet; II - deixar de cumprir as exigências constantes do Edital; III - possuir outorga para executar o mesmo tipo de serviço pretendido na localidade objeto da concessão ou permissão; IV - promover a alienação da IES mantida durante o procedimento de seleção; ou V - exceda ou vier a exceder os limites fixados no art. 12 do Decreto-Lei nº 236, de (...). Art. 22. As propostas serão analisadas de acordo com a ordem de classificação, sendo que a primeira habilitação prejudica a análise das demais.*

Atenção, a consulta ao processo eletrônico está disponível em <https://supersapiens.agu.gov.br> mediante o fornecimento do Número Único de Protocolo (NUP) 53900027556201631 e da chave de acesso ef300356



Documento assinado eletronicamente por LÍDIA MIRANDA DE LIMA, com certificado A1 institucional (\*.agu.gov.br), de acordo com os normativos legais aplicáveis. A conferência da autenticidade do documento está disponível com o código 1437004829 e chave de acesso ef300356 no endereço eletrônico <https://sapiens.agu.gov.br>. Informações adicionais: Signatário (a): LÍDIA MIRANDA DE LIMA, com certificado A1 institucional (\*.agu.gov.br). Data e Hora: 13-03-2024 08:44. Número de Série: 65437255745187764576406211080. Emissor: Autoridade Certificadora do SERPRO SSLv1.



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg.autenticidade-assinatura.camara.leg.br/68235cd3-a142-4cd6-8313-c0dcaf537896>

recebido em: 06/17/2024; CONJUNTO COM MCM/CGU/AGU (11421714) SEI 53900.027556/2016-31 / pg. 96

68235cd3-a142-4cd6-8313-c0dcaf537896





ADVOCACIA-GERAL DA UNIÃO  
CONSULTORIA-GERAL DA UNIÃO  
CONSULTORIA JURÍDICA JUNTO AO MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES  
COORDENAÇÃO-GERAL JURÍDICA DE RÁDIODIFUSÃO - CGJR  
ESPLANADA DOS MINISTÉRIOS, BLOCO R, ED. SEDE, SALA 915 CEP: 70044-900 BRASÍLIA-DF FONE: (61) 2027-6119/6915

**DESPACHO n. 00413/2024/CONJUR-MCOM/CGU/AGU**

**NUP:** 53900.027556/2016-31

**INTERESSADO:** Município de Esperantina

**ASSUNTO:** Outorga para exploração do serviço de radiodifusão sonora, em frequência modulada, com fins exclusivamente educativos

1. Aprovo a conclusão do **PARECER N. 00177/2024/CONJUR-MCOM/CGU/AGU**, elaborado pela **Dra. Lídia Miranda de Lima, advogada da União**, referente à emissão de outorga para prestação do serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, com fins exclusivamente educativos.
2. Os autos do Processo Administrativo em análise versam sobre o resultado final do procedimento seletivo para prestação do serviço de radiodifusão sonora, em frequência modulada, com fins exclusivamente educativos, na localidade de **Esperantia/PI**.
3. A Secretaria de Comunicação Social Eletrônica (SECOE), por meio da **NOTA TÉCNICA N° 21498/2023/SEI-MCOM**, manifestou-se de forma favorável ao deferimento da permissão para o Município de Esperantina, explorar o serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, com fins exclusivamente educativos, na localidade de **Esperantia/PI**.
4. Conforme os termos do **PARECER N. 00177/2024/CONJUR-MCOM/CGU/AGU e atentando para a orientação apresentada no item 27 do citado PARECER**, não existe óbice jurídico para a emissão de outorga para prestação do serviço de radiodifusão sonora, em frequência modulada, com fins exclusivamente educativos, conforme os termos do art. 223 e ss. da Constituição Federal; da Lei nº 4.117, de 27 de agosto de 1962 (que institui o Código Brasileiro de Telecomunicações); do art. 13 e ss. do Decreto-Lei nº 236, de 28 de fevereiro de 1967; do art. 6º e ss. do Decreto nº 52.795, de 31 de outubro de 1963, com alterações posteriores; da Portaria nº 4.335, de 17 de setembro de 2015, publicada no Diário Oficial da União de 21 de setembro de 2015 c/c a Portaria nº 3.238, de 20 de junho de 2018 (vigentes à época do processo seletivo); e da Portaria de Consolidação GM/MCOM Nº 1º, 2 de junho de 2023.
5. Em relação à orientação apresentada no item 27 do mencionado PARECER, tem-se que a SECOE deve atentar para a referida recomendação, sem prejuízo na continuidade da tramitação do deferimento da outorga para exploração do serviço de radiodifusão sonora, com fins exclusivamente educativos.
6. Deste modo e atentando para a orientação apresentada no item 27 do **PARECER N. 00177/2024/CONJUR-MCOM/CGU/AGU**, tem-se que não existe impedimento jurídico para outorgar permissão ao Município de Esperantina com o objetivo de executar o serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, com fins exclusivamente educativos, na localidade de **Esperantia/PI**.
7. É atribuição do Ministro de Estado conferir permissão, por meio de edição de portaria, para execução do serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, com fins exclusivamente educativos.
8. **Em razão da ausência de óbice jurídico, a SECOE deve adotar as medidas administrativas rotineiras para edição da portaria ministerial.**
9. Encaminhem-se os autos do Processo Administrativo à Secretaria de Comunicação Social Eletrônica (SECOE) para ciência e posterior envio ao Gabinete do Ministro para as demais providências cabíveis.

À consideração superior

Brasília, 13 de março de 2024.

*assinado eletronicamente*  
**JOÃO PAULO SANTOS BORBA**  
ADVOGADO DA UNIÃO  
COORDENADOR-GERAL JURÍDICO DE RÁDIODIFUSÃO



Atenção, a consulta ao processo eletrônico está disponível em <https://supersapiens.agu.gov.br> mediante o acionamento do Número Único de Protocolo (NUP) 53900027556201631 e da chave de acesso ef300356

Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.deleg.br/68235cd3-a142-4cd6-8313-c0dcaf537896>

recebido em: 00177/2024/CONJUR-MCOM/CGU/AGU (11421714) SEI 53900.027556/2016-31 / pg. 97

68235cd3-a142-4cd6-8313-c0dcaf537896





Documento assinado eletronicamente por JOÃO PAULO SANTOS BORBA, com certificado A1 institucional (\*.agu.gov.br), de acordo com os normativos legais aplicáveis. A conferência da autenticidade do documento está disponível com o código 1437353757 e chave de acesso ef300356 no endereço eletrônico <https://sapiens.agu.gov.br>. Informações adicionais: Signatário (a): JOÃO PAULO SANTOS BORBA, com certificado A1 institucional (\*.agu.gov.br). Data e Hora: 13-03-2024 18:48. Número de Série: 65437255745187764576406211080. Emissor: Autoridade Certificadora do SERPRO SSLv1.

68235cd3-a142-4cd6-8313-c0dcaf537896



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/68235cd3-a142-4cd6-8313-c0dcaf537896>

recebido em: 06/17/2024 / CONJUNTO DE DOCUMENTOS (11421714) / SLE 53900.027556/2016-31 / pg. 98



ADVOCACIA-GERAL DA UNIÃO  
CONSULTORIA-GERAL DA UNIÃO  
CONSULTORIA JURÍDICA JUNTO AO MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES  
GABINETE - GAB  
ESPLANADA DOS MINISTÉRIOS, BLOCO R, ED. SEDE, SALA 915 CEP: 70044-900 BRASÍLIA-DF FONE: (61) 2027-6119/6915

**DESPACHO n. 00425/2024/CONJUR-MCOM/CGU/AGU**

**NUP: 53900.027556/2016-31**

**INTERESSADOS: MUNICÍPIO DE ESPERANTINA (PREFEITURA MUNICIPAL DE ESPERANTINA)**

**ASSUNTOS: Radiodifusão. Rádio educativa. Portaria de outorga.**

1. Aprovo o PARECER n. 177/2024/CONJUR-MCOM/CGU/AGU nos termos do DESPACHO n. 413/2024/CONJUR-MCOM/CGU/AGU.
2. Encaminhem conforme proposto.

Brasília, 14 de março de 2024.

Assinado eletronicamente  
FELIPE NOGUEIRA FERNANDES  
ADVOGADO DA UNIÃO  
Consultor Jurídico

Atenção, a consulta ao processo eletrônico está disponível em <https://supersapiens.agu.gov.br> mediante o fornecimento do Número Único de Protocolo (NUP) 53900027556201631 e da chave de acesso ef300356



Documento assinado eletronicamente por FELIPE NOGUEIRA FERNANDES, com certificado A1 institucional (\*.agu.gov.br), de acordo com os normativos legais aplicáveis. A conferência da autenticidade do documento está disponível com o código 1438355783 e chave de acesso ef300356 no endereço eletrônico <https://sapiens.agu.gov.br>. Informações adicionais: Signatário (a): FELIPE NOGUEIRA FERNANDES, com certificado A1 institucional (\*.agu.gov.br). Data e Hora: 14-03-2024 10:16. Número de Série: 65437255745187764576406211080. Emissor: Autoridade Certificadora do SERPRO SSLv1.



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.deg.br/68235cd3-a142-4cd6-8313-c0dcaf537896>

recebido em: 00177/2024/CONJUR-MCOM/CGU/AGU (11421714)

SEI 53900.027556/2016-31 / pg. 99

68235cd3-a142-4cd6-8313-c0dcaf537896



## MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES

PORTARIA MCOM Nº 12558, DE 15 DE MARÇO DE 2024

O **MINISTRO DE ESTADO DAS COMUNICAÇÕES**, no uso de suas atribuições, considerando o disposto no art. 223 da Constituição Federal, no art. 34 da Lei nº 4.117/62, e no art. 6º, § 2º, do Regulamento dos Serviços de Radiodifusão, aprovado pelo Decreto nº 52.795, de 31 de outubro de 1963, e tendo em vista o que consta dos Processos Administrativos nº 53900.027556/2016-31 e nº 53900.012816/2016-74, resolve:

Art. 1º Outorgar permissão ao **MUNICÍPIO DE ESPERANTINA (PREFEITURA MUNICIPAL DE ESPERANTINA)**, CNPJ nº 06.554.174/0001-82, para executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, o serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, com fins exclusivamente educativos, na localidade de Esperantina, estado do Piauí, por meio do canal 237E.

Parágrafo único. A permissão ora outorgada reger-se-á pela Lei nº 4.117, de 27 de agosto de 1962, que instituiu o Código Brasileiro de Telecomunicações, pelas leis subsequentes, pelos seus regulamentos e pelas obrigações assumidas pela outorgada.

Art. 2º As principais obrigações a serem cumpridas pela permissionária serão objeto do contrato de permissão da outorga, assinado pela entidade, nos termos da legislação vigente.

Art. 3º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do § 3º, do art. 223 da Constituição Federal.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

JUSCELINO FILHO

Ministro de Estado das Comunicações



Documento assinado eletronicamente por **José Juscelino dos Santos Rezende Filho, Ministro de Estado das Comunicações**, em 28/03/2024, às 15:29, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, caput, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://sei.mcom.gov.br/sei/verifica>, informando o código verificador **11424233** e o código CRC **4D427178**.

Referência: Processo nº 53900.027556/2016-31

Documento nº 11424233



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://portal.autenticidade-assinatura.camara.leg.br/68235cd3-a142-4cd6-8313-c0dcaf537896>

Portaria 12558 Outorga FME (11424233)

SEI 53900.027556/2016-31 / pg. 100

68235cd3-a142-4cd6-8313-c0dcaf537896



## MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES

Brasília, 15 de março de 2024.

Excelentíssimo Senhor Presidente da República,

1. Submeto à sua apreciação o Processo Administrativo nº 53900.027556/2016-31, relativo a procedimento de seleção pública para outorga de serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, com fins exclusivamente educativos, na localidade de Esperantina, estado do Piauí, cujo objeto foi adjudicado ao MUNICÍPIO DE ESPERANTINA (PREFEITURA MUNICIPAL DE ESPERANTINA), por intermédio do Edital nº 91/2023/SEI-MCOM, de 7 de novembro de 2023, publicado no Diário Oficial da União em 8 de novembro de 2023.
2. O processo de seleção em questão fez parte do Edital nº 88/2016, de 12 de fevereiro de 2016, publicado no Diário Oficial da União de 1º de março de 2016, em conformidade com as disposições da Portaria nº 4.335/2015/SEI-MC, de 17 de setembro de 2015, publicada no Diário Oficial da União de 21 de setembro de 2015, e da Portaria nº 3.238, de 20 de junho de 2018, publicada no Diário Oficial da União de 21 de junho de 2018 (revogada/substituída pela Portaria de Consolidação GM/MCOM nº 1, de 2 de junho de 2023, publicada no Diário Oficial da União de 5 de junho de 2023).
3. No curso processual foram realizadas análises técnica e jurídica da documentação apresentada, não havendo qualquer óbice legal e normativo ao prosseguimento do pleito. A área técnica deste Ministério se manifestou de modo favorável à outorga, por meio da Nota Técnica nº 21498/2023/SEI-MCOM, e a Consultoria Jurídica, de igual modo, também apresentou considerações favoráveis, por intermédio de seu Parecer Jurídico nº 00177/2024/CONJUR-MCOM/CGU/AGU.
4. Assim, fora expedida a Portaria nº 12.558, de 15 de março de 2024, publicada no Diário Oficial da União de \_\_\_\_ de \_\_\_\_ de 202\_\_, que outorgou, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, permissão ao MUNICÍPIO DE ESPERANTINA (PREFEITURA MUNICIPAL DE ESPERANTINA), CNPJ nº 06.554.174/0001-82, para executar o serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, com fins exclusivamente educativos, na localidade de Esperantina, estado do Piauí, por meio do canal 237E.
5. Em conformidade com os preceitos estabelecidos no § 3º, do art. 223 da Constituição Federal, a outorga, objeto do presente processo, somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, para onde solicito seja encaminhado o referido ato, acompanhado do processo correspondente.

Respeitosamente,

JUSCELINO FILHO  
Ministro de Estado das Comunicações

### PARECER DE MÉRITO

#### 1. Análise do problema que o ato normativo visa a solucionar:

Processo para outorga de serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, com fins exclusivamente educativos, na localidade de Esperantina, estado do Piauí, por meio do canal 237E.



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara-leg.br/68235cd3-a142-4cd6-8313-c0dcaf537896>

Exposição de Motivos 199 Outorga FME (11424237) SEI 53900.027556/2016-31 / pg. 101

68235cd3-a142-4cd6-8313-c0dcaf537896

<b>2. Objetivos que se pretende alcançar:</b>
Necessidade de encaminhamento da Portaria Ministerial de outorga da permissão a ser enviada ao Congresso Nacional, para deliberação, por meio de mensagem da Presidência da República, nos termos do § 1º, do art. 31 do Decreto nº 52.795, de 31 de outubro de 1963.
<b>3. Identificação dos atingidos pelo ato normativo:</b>
MUNICÍPIO DE ESPERANTINA (PREFEITURA MUNICIPAL DE ESPERANTINA), CNPJ nº 06.554.174/0001-82.
<b>4. Estratégia e prazo para implementação:</b>
Não há.
<b>5. Na hipótese de a proposta implicar em renúncia de receita, criação, aperfeiçoamento ou expansão da ação governamental, ou aumento de despesas:</b>
a) a estimativa do impacto orçamentário-financeiro no exercício em que entrar em vigor e nos dois subsequentes, constando, de forma clara e detalhada, as premissas e as metodologias de cálculo utilizadas, e indicando: i) se a medida proposta foi considerada nas metas de resultados fiscais previstas na lei de diretrizes orçamentárias; e ii) a simulação que demonstre o impacto da despesa com a medida proposta; e
b) a declaração de que a medida apresenta: i) adequação orçamentária e financeira com a lei orçamentária anual; e ii) compatibilidade com o plano plurianual, com a lei de diretrizes orçamentárias e com o <a href="#">art. 107 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias</a> .
Não há renúncia de receita, criação, aperfeiçoamento ou expansão da ação governamental, ou aumento de despesas.
<b>6. Análise do impacto da medida sobre o meio ambiente e sobre outras políticas públicas, inclusive quanto à interação ou à sobreposição:</b>
Não há.
<b>7. Análise das consequências do uso do processo legislativo regular (apenas nos casos de medida provisória ou de projeto de lei em regime de urgência):</b>
Não se aplica.
<b>8. Síntese do Parecer Jurídico:</b>
Após o devido atendimento das orientações, não existe impedimento jurídico para que seja conferida a outorga ao MUNICÍPIO DE ESPERANTINA (PREFEITURA MUNICIPAL DE ESPERANTINA).



Documento assinado eletronicamente por **José Juscelino dos Santos Rezende Filho**, **Ministro de Estado das Comunicações**, em 28/03/2024, às 15:29, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, caput, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://sei.mcom.gov.br/sei/verifica>, informando o código verificador **11424237** e o código CRC **D3B91E0D**.

Referência: Processo nº 53900.027556/2016-31

Documento nº 11424237



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara-leg.br/68235cd3-a142-4cd6-8313-c0dcaf537896>

Exposição de Motivos 199 Outorga F/M/E (11424237) SEI 53900.027556/2016-31 / pg. 102

68235cd3-a142-4cd6-8313-c0dcaf537896



**MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES**  
Secretaria de Comunicação Social Eletrônica  
Gabinete da Secretaria de Comunicação Social Eletrônica

Ofício Interno nº 48215/2024/MCOM

Brasília, na data da assinatura

À Senhora  
**Rafaela Calado e Silva Mello**  
Chefe de Gabinete do Ministro  
Ministério das Comunicações

**Assunto: Encaminha a Portaria nº 12558/2024 (11424233) e a Exposição de Motivos nº 199/2024 (11424237)**

Senhora Chefe de Gabinete,

De acordo com o disposto no Despacho DEPUB\_MCOM (11259599), encaminho a Portaria nº 12558/2024 (11424233) e a Exposição de Motivos nº 199/2024 (11424237), para apreciação e as providências subsequentes.

Atenciosamente,

**Wilson Diniz Wellisch**  
Secretário de Comunicação Social Eletrônica



Documento assinado eletronicamente por **Wilson Diniz Wellisch, Secretário de Comunicação Social Eletrônica**, em 22/03/2024, às 17:17, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, caput, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://sei.mcom.gov.br/sei/verifica>, informando o código verificador **11424490** e o código CRC **74FA7BC5**.

Referência: Processo nº 53900.027556/2016-31

Documento nº 11424490



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/68235cd3-a142-4cd6-8313-c0dcaf537896>

Ofício Interno 48215 (11424490)

SEI 53900.027556/2016-31 / pg. 103

68235cd3-a142-4cd6-8313-c0dcaf537896




Imprimir Recibo

Página Principal

Presidência da República  
Imprensa Nacional

Envio Eletrônico de Matérias

Comprovante de Recebimento



A Imprensa Nacional recebeu Ofício Eletrônico com a solicitação de publicação de matérias com as seguintes características:

**Data de envio:** 28/03/2024 16:47:26  
**Origem do Ofício:** Gabinete do Ministro  
**Operador:** Rosiane Caixeta da Silva  
**Ofício:** 10247183  
**Data prevista de publicação:** 01/04/2024  
**Local de publicação:** Diário Oficial - Seção 1  
**Forma de pagamento:** Isento

As matérias enviadas somente serão publicadas na data e jornal indicados no Ofício Eletrônico após validação e análise de adequação à legislação que disciplina a publicação de matérias nos Jornais Oficiais.

Matérias				
Sequencial	Arquivo(s)	MD5	Tamanho (cm)	Valor
21505753	PORTARIA MCOM NA 12203.rtf	151f8d21d2a18faa575ab75d292d6de5	6,00	R\$ 233,52
21505754	PORTARIA MCOM NA 12504.rtf	41ebac8af56eb4f6b36db7a499c18601	6,00	R\$ 233,52
21505755	PORTARIA MCOM NA 12510.rtf	14d6fdee7393b7a665eac4b7aa32f1fe	8,00	R\$ 311,36
21505756	PORTARIA MCOM NA 12518.rtf	be6a4a4d2513f2568caf0da41400dfda	8,00	R\$ 311,36
21505757	PORTARIA MCOM NA 12519.rtf	1211806b2b5d948a343501023db3850c	8,00	R\$ 311,36
21505758	PORTARIA MCOM NA 12558.rtf	cb049a7754b4cb4286a0af01aa9c228d	9,00	R\$ 350,28
21505759	PORTARIA MCOM NA 12575.rtf	8ae7dfef06166d35a271208044b02673	6,00	R\$ 233,52
TOTAL DO OFICIO			51,00	R\$ 1.984,92

# DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO

Publicado em: 01/04/2024 | Edição: 62 | Seção: 1 | Página: 12

Órgão: Ministério das Comunicações/Gabinete do Ministro

## PORTARIA MCOM Nº 12.558, DE 15 DE MARÇO DE 2024

O MINISTRO DE ESTADO DAS COMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições, considerando o disposto no art. 223 da Constituição Federal, no art. 34 da Lei nº 4.117/62, e no art. 6º, § 2º, do Regulamento dos Serviços de Radiodifusão, aprovado pelo Decreto nº 52.795, de 31 de outubro de 1963, e tendo em vista o que consta dos Processos Administrativos nº 53900.027556/2016-31 e nº 53900.012816/2016-74, resolve:

Art. 1º Outorgar permissão ao MUNICÍPIO DE ESPERANTINA (PREFEITURA MUNICIPAL DE ESPERANTINA), CNPJ nº 06.554.174/0001-82, para executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, o serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, com fins exclusivamente educativos, na localidade de Esperantina, estado do Piauí, por meio do canal 237E.

Parágrafo único. A permissão ora outorgada reger-se-á pela Lei nº 4.117, de 27 de agosto de 1962, que instituiu o Código Brasileiro de Telecomunicações, pelas leis subsequentes, pelos seus regulamentos e pelas obrigações assumidas pela outorgada.

Art. 2º As principais obrigações a serem cumpridas pela permissionária serão objeto do contrato de permissão da outorga, assinado pela entidade, nos termos da legislação vigente.

Art. 3º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do § 3º, do art. 223 da Constituição Federal.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

JUSCELINO FILHO



Este conteúdo não substitui o publicado na versão certificada.



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

[gov.br/en/web/dou/-/portaria-mcom-n-12-558-de-15-de-marco-de-2024-550915011](https://www.gov.br/en/web/dou/-/portaria-mcom-n-12-558-de-15-de-marco-de-2024-550915011)

Publicação Portaria nº 12558 (11450171)

SEI 53900.027556/2016-31 / pg. 105

68235cd3-a142-4cd6-8313-c0dcaf537896

Id solicitação: 57dbac5253b1e

## Informações da Entidade

Dados da Entidade	
<b>Nome da Entidade:</b> PREFEITURA MUNICIPAL DE ESPERANTINA	
<b>Nome Fantasia:</b>	
<b>Telefone:</b> (86) 0000-0000	<b>E-mail:</b>
<b>CNPJ:</b> 06.554.174/0001-82	<b>Número do Fistel:</b> 50447794906
<b>Tipo Usuário:</b> Adm Direta Municipal	<b>Tipo Taxa:</b> 50% (órgãos do governo)
<b>Data do contrato:</b>	<b>Serviço:</b> 230 - Radiodifusão Sonora em Frequência Modulada
<b>Carater:</b> Primário	<b>Local específico:</b>
<b>Rede:</b>	<b>Categoria da Estação:</b> Principal
<b>Val. RF:</b> -	
<b>Observações:</b> RSVPNO CANAL RESERVADO PARA O PNO DE RADIODIFUSÃO EDUCATIVA. Ato nº 430, de 19/01/2012, publicado no DOU. de 23/01/2012.	

Endereço Sede	
<b>Logradouro:</b> RUA ANTONIO DOS SANTOS	<b>Complemento:</b>
<b>Bairro:</b> CENTRO	<b>Numero:</b> s/nº
<b>Município:</b> Esperantina	<b>UF:</b> PI <b>CEP:</b> 64180000

Endereço do Transmissor	
<b>Logradouro:</b>	<b>Complemento:</b>
<b>Bairro:</b>	<b>Numero:</b>
<b>Município:</b> -	<b>UF:</b> <b>CEP:</b>

Endereço do Estúdio Principal	
<b>Logradouro:</b>	<b>Complemento:</b>
<b>Bairro:</b>	<b>Numero:</b>
<b>Município:</b> -	<b>UF:</b> <b>CEP:</b>

Endereço do Estúdio Auxiliar	
<b>Logradouro:</b>	<b>Complemento:</b>
<b>Bairro:</b>	<b>Numero:</b>
<b>Município:</b> -	<b>UF:</b> <b>CEP:</b>

## Informações do Plano Básico

Localização	
<b>Município:</b> Esperantina	<b>UF:</b> PI

Parâmetros Técnicos			
<b>Canal:</b> 237	<b>Frequência:</b> 95.3 MHz	<b>Classe:</b> B1	<b>ERP Máxima:</b> 0kW
<b>HCI:</b> 90 m	<b>Pareamento:</b>	<b>Decalagem:</b>	<b>Fase:</b> 1

## Informações da Estação

Informações Gerais	
<b>Número da Estação:</b>	<b>Número Indicativo:</b>
<b>Data Último Licenciamento:</b>	<b>Número da Licença:</b>



24/15/04/12 eletronicamente, após conferência com original.

https://anoteleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/68235cd3-a142-4cd6-8313-c0dcaf537896

Relatório Canal 237 L Esperantina/PI (11431279)

SEI 55306:027556/2016-31 / pg. 106

Estação Principal		
Localização		
Latitude: 0	Longitude: 0	Cota da base: 0 m

Transmissor Principal	
Código Equipamento:	Modelo: Equipamento não encontrado
Fabricante:	Potência de Operação: kW

Linha de Transmissão Principal			
Modelo:	Fabricante:		
Comprimento da Linha: m	Atenuação: dB/100m	Perdas Acessórias: 0.5 dB	Impedância: ohms

Antena Principal					
Modelo:	Fabricante:				
Ganho: dBd	Beam-Tilt: °	Orientação NV: °	Polarização:	HCI: m	ERP Máxima: 0 kW

Padrão de Antena dBd											
0°: 0	5°: 0	10°: 0	15°: 0	20°: 0	25°: 0	30°: 0	35°: 0	40°: 0	45°: 0	50°: 0	55°: 0
60°: 0	65°: 0	70°: 0	75°: 0	80°: 0	85°: 0	90°: 0	95°: 0	100°: 0	105°: 0	110°: 0	115°: 0
120°: 0	125°: 0	130°: 0	135°: 0	140°: 0	145°: 0	150°: 0	155°: 0	160°: 0	165°: 0	170°: 0	175°: 0
180°: 0	185°: 0	190°: 0	195°: 0	200°: 0	205°: 0	210°: 0	215°: 0	220°: 0	225°: 0	230°: 0	235°: 0
240°: 0	245°: 0	250°: 0	255°: 0	260°: 0	265°: 0	270°: 0	275°: 0	280°: 0	285°: 0	290°: 0	295°: 0
300°: 0	305°: 0	310°: 0	315°: 0	320°: 0	325°: 0	330°: 0	335°: 0	340°: 0	345°: 0	350°: 0	355°: 0

Coordenadas por radial											
0°: Lat 0 Lon 0	5°: Lat 0 Lon 0	10°: Lat 0 Lon 0	15°: Lat 0 Lon 0	20°: Lat 0 Lon 0	25°: Lat 0 Lon 0	30°: Lat 0 Lon 0	35°: Lat 0 Lon 0	40°: Lat 0 Lon 0	45°: Lat 0 Lon 0	50°: Lat 0 Lon 0	55°: Lat 0 Lon 0
60°: Lat 0 Lon 0	65°: Lat 0 Lon 0	70°: Lat 0 Lon 0	75°: Lat 0 Lon 0	80°: Lat 0 Lon 0	85°: Lat 0 Lon 0	90°: Lat 0 Lon 0	95°: Lat 0 Lon 0	100°: Lat 0 Lon 0	105°: Lat 0 Lon 0	110°: Lat 0 Lon 0	115°: Lat 0 Lon 0
120°: Lat 0 Lon 0	125°: Lat 0 Lon 0	130°: Lat 0 Lon 0	135°: Lat 0 Lon 0	140°: Lat 0 Lon 0	145°: Lat 0 Lon 0	150°: Lat 0 Lon 0	155°: Lat 0 Lon 0	160°: Lat 0 Lon 0	165°: Lat 0 Lon 0	170°: Lat 0 Lon 0	175°: Lat 0 Lon 0
180°: Lat 0 Lon 0	185°: Lat 0 Lon 0	190°: Lat 0 Lon 0	195°: Lat 0 Lon 0	200°: Lat 0 Lon 0	205°: Lat 0 Lon 0	210°: Lat 0 Lon 0	215°: Lat 0 Lon 0	220°: Lat 0 Lon 0	225°: Lat 0 Lon 0	230°: Lat 0 Lon 0	235°: Lat 0 Lon 0
240°: Lat 0 Lon 0	245°: Lat 0 Lon 0	250°: Lat 0 Lon 0	255°: Lat 0 Lon 0	260°: Lat 0 Lon 0	265°: Lat 0 Lon 0	270°: Lat 0 Lon 0	275°: Lat 0 Lon 0	280°: Lat 0 Lon 0	285°: Lat 0 Lon 0	290°: Lat 0 Lon 0	295°: Lat 0 Lon 0
300°: Lat 0 Lon 0	305°: Lat 0 Lon 0	310°: Lat 0 Lon 0	315°: Lat 0 Lon 0	320°: Lat 0 Lon 0	325°: Lat 0 Lon 0	330°: Lat 0 Lon 0	335°: Lat 0 Lon 0	340°: Lat 0 Lon 0	345°: Lat 0 Lon 0	350°: Lat 0 Lon 0	355°: Lat 0 Lon 0

Distância por radial											
0°: 0	5°: 0	10°: 0	15°: 0	20°: 0	25°: 0	30°: 0	35°: 0	40°: 0	45°: 0	50°: 0	55°: 0
60°: 0	65°: 0	70°: 0	75°: 0	80°: 0	85°: 0	90°: 0	95°: 0	100°: 0	105°: 0	110°: 0	115°: 0
120°: 0	125°: 0	130°: 0	135°: 0	140°: 0	145°: 0	150°: 0	155°: 0	160°: 0	165°: 0	170°: 0	175°: 0
180°: 0	185°: 0	190°: 0	195°: 0	200°: 0	205°: 0	210°: 0	215°: 0	220°: 0	225°: 0	230°: 0	235°: 0
240°: 0	245°: 0	250°: 0	255°: 0	260°: 0	265°: 0	270°: 0	275°: 0	280°: 0	285°: 0	290°: 0	295°: 0
300°: 0	305°: 0	310°: 0	315°: 0	320°: 0	325°: 0	330°: 0	335°: 0	340°: 0	345°: 0	350°: 0	355°: 0

Estação Auxiliar	
Transmissor Auxiliar	
Código Equipamento:	Modelo: Equipamento não encontrado
Fabricante:	Potência de Operação: kW

Transmissor Auxiliar 2	
Código Equipamento:	Modelo: Equipamento não encontrado
Fabricante:	Potência de Operação: kW



Linha de Transmissão Auxiliar							
<b>Modelo:</b>				<b>Fabricante:</b>			
<b>Comprimento da Linha:</b> m		<b>Atenuação:</b> dB/100m		<b>Perdas Acessórias:</b> dB		<b>Impedância:</b> ohms	

Antena Auxiliar					
<b>Modelo:</b>				<b>Fabricante:</b>	
<b>Ganho:</b> dBd	<b>Beam-Tilt:</b> °	<b>Orientação NV:</b> °	<b>Polarização:</b>	<b>HCI:</b> m	<b>ERP Máxima:</b> 0 kW

Informações do documento de Outorga							
Núm Processo	Núm Documento	Tipo Documento	Orgão	Data do docu	Data DOU	Razão do Doc	Natureza
							Jurídico

Informações do documento de Aprovação de Locais							
Núm Processo	Núm Documento	Tipo Documento	Orgão	Data do docu	Data DOU	Razão do Doc	Natureza

Histórico de Documentos Emitidos							
Núm Processo	Núm Documento	Tipo Documento	Orgão	Data do docu	Data DOU	Razão do Doc	Natureza
53900027556201631	12558	Portaria	MC	15/03/2024	01/04/2024	Outorga	Jurídico

Horário de funcionamento							





**MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES**  
Secretaria de Comunicação Social Eletrônica  
Gabinete da Secretaria de Comunicação Social Eletrônica

Ofício Interno nº 48856/2024/MCOM

Brasília, 02 de abril de 2024

Ao Senhor  
**Ênio Soares Dias**  
Coordenador-Geral de Serviços do Gabinete  
Ministério das Comunicações

**Assunto: Encaminha Exposição de Motivos (11424237)**

Senhor Coordenador-Geral,

Tendo em vista o que consta do Despacho DEPUB\_MCOM (11259599), encaminho a Vossa Senhoria a Exposição de Motivos nº 199/2024 (11424237), para conhecimento e providência subsequente.

Atenciosamente,



Documento assinado eletronicamente por **Ana Maria dos Santos, Assistente**, em 02/04/2024, às 11:39, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, caput, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://sei.mcom.gov.br/sei/verifica>, informando o código verificador **11452009** e o código CRC **D649C50B**.

Referência: Processo nº 53900.027556/2016-31

Documento nº 11452009



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/68235cd3-a142-4cd6-8313-c0dcaf537896>

Ofício Interno 48856 (11452009)

SEI 53900.027556/2016-31 / pg. 109

68235cd3-a142-4cd6-8313-c0dcaf537896



Brasília, 4 de Abril de 2024

Excelentíssimo Senhor Presidente da República,

1. Submeto à sua apreciação o Processo Administrativo nº 53900.027556/2016-31, relativo a procedimento de seleção pública para outorga de serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, com fins exclusivamente educativos, na localidade de Esperantina, estado do Piauí, cujo objeto foi adjudicado ao MUNICÍPIO DE ESPERANTINA (PREFEITURA MUNICIPAL DE ESPERANTINA), por intermédio do Edital nº 91/2023/SEI-MCOM, de 7 de novembro de 2023, publicado no Diário Oficial da União em 8 de novembro de 2023.
2. O processo de seleção em questão fez parte do Edital nº 88/2016, de 12 de fevereiro de 2016, publicado no Diário Oficial da União de 1º de março de 2016, em conformidade com as disposições da Portaria nº 4.335/2015/SEI-MC, de 17 de setembro de 2015, publicada no Diário Oficial da União de 21 de setembro de 2015, e da Portaria nº 3.238, de 20 de junho de 2018, publicada no Diário Oficial da União de 21 de junho de 2018 (revogada/substituída pela Portaria de Consolidação GM/MCOM nº 1, de 2 de junho de 2023, publicada no Diário Oficial da União de 5 de junho de 2023).
3. No curso processual foram realizadas análises técnica e jurídica da documentação apresentada, não havendo qualquer óbice legal e normativo ao prosseguimento do pleito. A área técnica deste Ministério se manifestou de modo favorável à outorga, por meio da Nota Técnica nº 21498/2023/SEI-MCOM, e a Consultoria Jurídica, de igual modo, também apresentou considerações favoráveis, por intermédio de seu Parecer Jurídico nº 00177/2024/CONJUR-MCOM/CGU/AGU.
4. Assim, fora expedida a Portaria nº 12.558, de 15 de março de 2024, publicada no Diário Oficial da União de 1º de abril de 2024, que outorgou, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, permissão ao MUNICÍPIO DE ESPERANTINA (PREFEITURA MUNICIPAL DE ESPERANTINA), CNPJ nº 06.554.174/0001-82, para executar o serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, com fins exclusivamente educativos, na localidade de Esperantina, estado do Piauí, por meio do canal 237E.
5. Em conformidade com os preceitos estabelecidos no § 3º, do art. 223 da Constituição Federal, a outorga, objeto do presente processo, somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, para onde solicito seja encaminhado o referido ato, acompanhado do processo correspondente.

Respeitosamente,



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<http://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/68235cd3-a142-4cd6-8313-c0dcaf537896>

Exposição de Motivos MCOM-27-P-2024 (11456549)

SEI 53900.027556/2016-31 / pg. 110

68235cd3-a142-4cd6-8313-c0dcaf537896

***Assinado eletronicamente por: Jose Juscelino dos Santos Rezende Filho***



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<http://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/68235cd3-a142-4cd6-8313-c0dcaf537896>

Exposição de Motivos MCOM-27-P-2024 (11456549)

SEI 53900.027556/2016-31 / pg. 111

68235cd3-a142-4cd6-8313-c0dcaf537896



**MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES**  
Gabinete do Ministro das Comunicações  
Coordenação-Geral do Gabinete do Ministro

OFÍCIO Nº 11743/2024/MCOM

Ao Senhor  
BRUNO MORETTI  
Secretário Especial de Análise Governamental  
Casa Civil da Presidência da República  
Brasília/DF

**Assunto: Outorga de autorização de radiodifusão - Processo nº 53900.027556/2016-31.**

Senhor Secretário,

Encaminha-se o presente processo, para conhecimento e providências subsequentes, cuja exposição de motivos, assinada pelo titular desta Pasta, encontra-se devidamente enviada a essa Presidência, pelo SIDOF, versando sobre outorga de autorização de radiodifusão.

Atenciosamente,

ÊNIO SOARES DIAS  
Coordenador-Geral do Gabinete do Ministro



Documento assinado eletronicamente por **Ênio Soares Dias, Coordenador-Geral do Gabinete do Ministro**, em 04/04/2024, às 12:00, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, caput, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://sei.mcom.gov.br/sei/verifica>, informando o código verificador **11456557** e o código CRC **26801299**.

Referência: Processo nº 53900.027556/2016-31

Documento nº 11456557



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/68235cd3-a142-4cd6-8313-c0dcaf537896>

Ofício 11743 (11456557)

SEI-53900.027556/2016-31 / pg. 112

68235cd3-a142-4cd6-8313-c0dcaf537896

Brasília, 4 de Abril de 2024

Excelentíssimo Senhor Presidente da República,

1. Submeto à sua apreciação o Processo Administrativo nº 53900.027556/2016-31, relativo a procedimento de seleção pública para outorga de serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, com fins exclusivamente educativos, na localidade de Esperantina, estado do Piauí, cujo objeto foi adjudicado ao MUNICÍPIO DE ESPERANTINA (PREFEITURA MUNICIPAL DE ESPERANTINA), por intermédio do Edital nº 91/2023/SEI-MCOM, de 7 de novembro de 2023, publicado no Diário Oficial da União em 8 de novembro de 2023.
2. O processo de seleção em questão fez parte do Edital nº 88/2016, de 12 de fevereiro de 2016, publicado no Diário Oficial da União de 1º de março de 2016, em conformidade com as disposições da Portaria nº 4.335/2015/SEI-MC, de 17 de setembro de 2015, publicada no Diário Oficial da União de 21 de setembro de 2015, e da Portaria nº 3.238, de 20 de junho de 2018, publicada no Diário Oficial da União de 21 de junho de 2018 (revogada/substituída pela Portaria de Consolidação GM/MCOM nº 1, de 2 de junho de 2023, publicada no Diário Oficial da União de 5 de junho de 2023).
3. No curso processual foram realizadas análises técnica e jurídica da documentação apresentada, não havendo qualquer óbice legal e normativo ao prosseguimento do pleito. A área técnica deste Ministério se manifestou de modo favorável à outorga, por meio da Nota Técnica nº 21498/2023/SEI-MCOM, e a Consultoria Jurídica, de igual modo, também apresentou considerações favoráveis, por intermédio de seu Parecer Jurídico nº 00177/2024/CONJUR-MCOM/CGU/AGU.
4. Assim, fora expedida a Portaria nº 12.558, de 15 de março de 2024, publicada no Diário Oficial da União de 1º de abril de 2024, que outorgou, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, permissão ao MUNICÍPIO DE ESPERANTINA (PREFEITURA MUNICIPAL DE ESPERANTINA), CNPJ nº 06.554.174/0001-82, para executar o serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, com fins exclusivamente educativos, na localidade de Esperantina, estado do Piauí, por meio do canal 237E.
5. Em conformidade com os preceitos estabelecidos no § 3º, do art. 223 da Constituição Federal, a outorga, objeto do presente processo, somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, para onde solicito seja encaminhado o referido ato, acompanhado do processo correspondente.

Respeitosamente,



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/68235cd3-a142-4cd6-8313-c0dcaf537896>

68235cd3-a142-4cd6-8313-c0dcaf537896

***Assinado eletronicamente por: Jose Juscelino dos Santos Rezende Filho***



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/68235cd3-a142-4cd6-8313-c0dcaf537896>

68235cd3-a142-4cd6-8313-c0dcaf537896



**ADVOCACIA-GERAL DA UNIÃO**  
**CONSULTORIA-GERAL DA UNIÃO**  
**CONSULTORIA JURÍDICA JUNTO AO MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES**  
**COORDENAÇÃO-GERAL JURÍDICA DE RÁDIO-DIFUSÃO - CGJR**  
**ESPLANADA DOS MINISTÉRIOS, BLOCO R, ED. SEDE, SALA 915 CEP: 70044-900 BRASÍLIA-DF FONE: (61) 2027-6119/6915**

**PARECER n. 00177/2024/CONJUR-MCOM/CGU/AGU**

NUP: 53900.027556/2016-31

**INTERESSADOS: MUNICÍPIO DE ESPERANTINA (PREFEITURA MUNICIPAL DE ESPERANTINA) e UNIÃO/SECRETARIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL ELETRÔNICA - SECOE**

**ASSUNTO: PUBLICAÇÃO DE ATO DE OUTORGA DE SERVIÇO DE RÁDIO-DIFUSÃO SONORA COM FINS EXCLUSIVAMENTE EDUCATIVOS**

**EMENTA:**

- I – Portaria de outorga para exploração de serviço de radiodifusão sonora, em frequência modulada, com fins exclusivamente educativos, na localidade de Esperantina, Estado do Piauí.
- II – Juridicidade do resultado da seleção apreciado por esta CONJUR, nos termos da Portaria nº 4.335/2015, vigente à época da seleção.
- III – Verificação atualizada dos requisitos de habilitação, nos termos do art. 15, caput e parágrafos, do Decreto nº 52.795/1963
- IV – Competência para conceder a outorga do Exmo. Ministro de Estado das Comunicações, nos termos do art. 34, § 1º, da Lei nº 4.117/1962 (CBT), e do art. 6º, § 2º, do Decreto nº 52.795/1963.
- V – Viabilidade jurídica, desde que atendida a observação constante do parágrafo 27 deste parecer.
- VI – Devolução dos autos à SECOE, para adoção das providências a seu encargo.

Senhor Coordenador-Geral da Coordenação-Geral Jurídica de Radiodifusão,

**I - RELATÓRIO**

Versam os autos sobre a fase de publicação da portaria de outorga a ser deferida ao MUNICÍPIO DE ESPERANTINA (PREFEITURA MUNICIPAL DE ESPERANTINA) para a execução do serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, com fins exclusivamente educativos, na localidade de Esperantina, Estado do Piauí.

2. O resultado da seleção pública levada a efeito foi homologado por meio do Edital 91/2023/SEI-MCOM, de 7 de novembro de 2023, publicado no Diário Oficial da União de 8 de novembro de 2023 (SEI nº 11218501, fls. 9), declarando referida pessoa jurídica de direito público interno vencedora do certame, adjudicando-lhe o objeto.

3. Por meio da NOTA TÉCNICA Nº 21498/2023/SEI-MCOM (11251148), a Secretaria de Comunicação Social Eletrônica - SECOE asseverou terem sido preenchidos todos os requisitos para a formalização da outorga de que se trata, razão pela qual submeteu os autos à análise e pronunciamento desta Consultoria Jurídica, com vista a avaliar a regularidade jurídico-formal dos autos e da minuta de Portaria de outorga (SEI nº 11251141) que informa os autos, acompanhada da respectiva Exposição de Motivos (SEI nº 11251143).

4. Era o quanto bastava relatar. Segue o parecer que nos compete.

**II - FUNDAMENTAÇÃO**

**II.1. - CONSIDERAÇÕES INICIAIS**

5. A presente manifestação fundamenta-se no art. 11, inciso V, da Lei Complementar nº 73, de 10 de fevereiro de 1993 (Lei Orgânica da Advocacia-Geral da União - AGU), além do art. 11, inciso V, do Anexo I do Decreto nº 11.335, de 01 de janeiro de 2023 (aprova a Estrutura Regimental do Ministério das Comunicações), os quais dispõem que às Consultorias caberá o assessoramento do Ministro de Estado no controle interno da legalidade dos atos administrativos a serem praticados.

6. Consequentemente, na hipótese em apreço compete a este órgão jurídico analisar a regularidade do Processo Administrativo em epígrafe, adotando como parâmetro os princípios e as regras constitucionais aplicáveis à espécie, as disposições constantes da Lei nº 9.784, de 29 de janeiro de 1999, que regula o processo administrativo no âmbito da Administração Pública Federal, e, em especial, a legislação específica que disciplina o serviço de Radiodifusão, a fim de que se revele assegurada a presença das condições necessárias e dos documentos exigidos pelos atos normativos incidentes.

7. Cabe registrar, ainda, que as informações de natureza técnica lançadas aos autos não se sujeitam



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/68235cd3-a142-4cd6-8313-c0dcaf537896>

68235cd3-a142-4cd6-8313-c0dcaf537896



ao exame desta Consultoria. A uma, porque a legislação de regência atribui às Consultorias Jurídicas junto aos Ministérios a competência para a análise jurídica das matérias que lhe são submetidas, não alcançando o enfrentamento de questões técnicas constantes dos autos. A duas, porque as razões invocadas pelos órgãos técnicos competentes revestem-se da presunção de veracidade, sendo, assim, presumivelmente verdadeiras até prova em contrário. A três, porquanto, ainda que a presunção tenha caráter relativo, os órgãos consultivos de assessoramento jurídico não detêm condições técnicas suficientemente adequadas para infirmar os elementos fáticos trazidos aos autos.

8. Nesse sentido, o Enunciado nº 7 do Manual de Boas Práticas Consultivas na AGU assim dispõe:

*“A manifestação consultiva que adentrar questão jurídica com potencial de significativo reflexo em aspecto técnico deve conter justificativa da necessidade de fazê-lo, evitando-se posicionamentos conclusivos sobre temas não jurídicos, tais como os técnicos, administrativos ou de conveniência ou oportunidade, podendo-se, porém, sobre estes emitir opinião ou formular recomendações, desde que enfatizando o caráter discricionário de seu acatamento.”*

## **II. 2. - DA BASE LEGAL QUE REGE O SERVIÇO DE RÁDIO-DIFUSÃO SONORA, COM FINS EXCLUSIVAMENTE EDUCATIVOS**

9. O serviço de radiodifusão com fins exclusivamente educativos encontra-se previsto no Decreto-lei nº 236, de 28 de fevereiro de 1967, bem como no Decreto nº 52.795, de 1963 (alterado pelo Decreto nº 9.138, de 22 de agosto de 2017), a saber:

### **DL 236/1967**

*“Art. 13. A televisão educativa se destinará à divulgação de programas educacionais, mediante a transmissão de aulas, conferências, palestras e debates.*

*Parágrafo único. A televisão educativa não tem caráter comercial, sendo vedada a transmissão de qualquer propaganda, direta ou indiretamente, bem como o patrocínio dos programas transmitidos, mesmo que nenhuma propaganda seja feita através dos mesmos.*

*(...)”*

### **Decreto 52.795, de 1963**

*“Art. 13 caput*

*(...)*

*educativos.” § 1º É dispensável a licitação para outorga para execução de serviço de radiodifusão com fins exclusivamente*

10. Segundo o art. 14 do referido Decreto-lei nº 236/1967, os legitimados para executar o serviço de radiodifusão com fins exclusivamente educativos são União, Estados, Territórios, Municípios, Universidades Brasileiras e Fundações constituídas no Brasil. Veja-se a literalidade do dispositivo legal:

### **Decreto 52.795, de 1963**

*“Art. 14. Somente poderão executar serviço de televisão educativa:*

*a) a União;*

*b) os Estados, Territórios e Municípios;*

*c) as Universidades Brasileiras;*

*d) as Fundações constituídas no Brasil, cujos Estatutos não contrariem o Código Brasileiro de Telecomunicações.*

*§ 1º As Universidades e Fundações deverão comprovadamente possuir recursos próprios para o empreendimento.*

*§ 2º A outorga de canais para a televisão educativa não dependerá da publicação do edital previsto do artigo 34 do Código Brasileiro de Telecomunicações.*

*(...)”*

11. Por sua vez, a competência para outorgar o serviço de radiodifusão com fins exclusivamente educativos é do Excelentíssimo Senhor Presidente da República, quando se tratar da exploração dos serviços de radiodifusão de sons e imagens; e do Excelentíssimo Ministro de Estado das Comunicações, em se tratando de permissão de serviços de radiodifusão sonora. Confira-se:

### **CBT – Lei nº 4.117, de 1962**

*“Art. 34 (...)*

*§ 1º A outorga da concessão ou permissão é prerrogativa do Presidente da República, depois de ouvido o órgão competente do Poder Executivo sobre as propostas e requisitos exigidos pelo edital e de publicado o respectivo parecer. [\(Redação dada pela Lei nº 13.424, de 2017\)](#)”*

### **Decreto nº 52.795, de 1963**

*“Art. 6º À União compete, privativamente, autorizar, em todo território nacional, inclusive águas territoriais e espaço aéreo, a execução de serviços de radiodifusão.*

*§ 1º Compete ao Presidente da República outorgar, por meio de concessão, a exploração dos serviços de radiodifusão de sons e imagens. [\(Redação dada pelo Decreto nº 7.670, de 2012\)](#)*



§ 2º Compete ao Ministro de Estado das Comunicações outorgar, por meio de concessão, permissão ou autorização, a exploração dos serviços de radiodifusão sonora. [\(Redação dada pelo Decreto nº 7.670, de 2012\)](#)”

12. Na hipótese dos autos, vê-se que o pleito em análise trata de outorga do serviço de radiodifusão sonora, em frequência modulada, com fins exclusivamente educativos, evidenciando que a prática do correspondente ato administrativo é da competência do Ministro de Estado das Comunicações, nos termos do referido art. 6º, § 2º, do Decreto nº 52.795/1963.

13. Os requisitos de habilitação da entidade para a prestação do serviço vêm previstos no art. 15, caput e parágrafos, do mencionado Decreto nº 52.795/1963, alterado pelos Decretos nº 9.138/2017 e nº 10.405/2020:

**Decreto 52.795, de 1963**

“Art. 15. Para a habilitação, será exigida das pessoas jurídicas interessadas documentação relativa:

*I - a sua habilitação jurídica e a de seus sócios e dirigentes;* [\(Redação dada pelo Decreto nº 9.138, de 2017\)](#)

*II - a sua qualificação econômico-financeira;* e [\(Redação dada pelo Decreto nº 9.138, de 2017\)](#)

*III - a sua regularidade fiscal e trabalhista.*

§ 1º A documentação relativa à habilitação jurídica da pessoa jurídica consistirá: [\(Redação dada pelo Decreto nº 9.138, de 2017\)](#)

*I - em formulário de requerimento de outorga, disponibilizado pelo Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações;* [\(Incluído pelo Decreto nº 9.138, de 2017\)](#)

*II - no ato constitutivo e nas suas alterações, registrados ou arquivados no órgão competente, constando, dentre seus objetivos, a execução de serviços de radiodifusão e, para as sociedades por ações, na cópia da ata da assembleia geral que elegeu a diretoria e a relação de acionistas da qual conste a quantidade, o valor e o tipo de ações de cada sócio;* e [\(Incluído pelo Decreto nº 9.138, de 2017\)](#)

*III - em certidão simplificada ou documento equivalente, emitida pelo órgão de registro competente em que estiverem arquivados os atos constitutivos da pessoa jurídica.* [\(Incluído pelo Decreto nº 9.138, de 2017\)](#)

§ 2º Sem prejuízo de outras declarações que possam ser solicitadas, o requerimento de outorga a que se refere o inciso I do § 1º conterá as declarações de que: [\(Redação dada pelo Decreto nº 9.138, de 2017\)](#)

*I - a pessoa jurídica possui recursos financeiros para o empreendimento pleiteado;* [\(Incluído pelo Decreto nº 9.138, de 2017\)](#)

*II - nenhum dos sócios ou dirigentes participa do quadro societário ou diretivo de outras pessoas jurídicas executantes do mesmo tipo de serviço de radiodifusão na localidade em que a concessão ou a permissão é pretendida, nem de outras pessoas jurídicas executantes de serviço de radiodifusão em Municípios diversos, em excesso aos limites estabelecidos no art. 12 do Decreto-Lei nº 236, de 28 de fevereiro de 1967;* [\(Incluído pelo Decreto nº 9.138, de 2017\)](#)

*III - nenhum dos dirigentes está no exercício de mandato eletivo que lhes assegure imunidade parlamentar ou de cargos ou funções dos quais decorra foro especial.* [\(Incluído pelo Decreto nº 9.138, de 2017\)](#)

*IV - a pessoa jurídica não está impedida de transacionar com a administração pública federal, direta ou indireta;* [\(Incluído pelo Decreto nº 9.138, de 2017\)](#)

*V - a pessoa jurídica cumpre o disposto no art. 7º, caput, inciso XXXIII, da Constituição;* [\(Incluído pelo Decreto nº 9.138, de 2017\)](#)

*VI - a pessoa jurídica não executa serviços de radiodifusão sem outorga;* [\(Incluído pelo Decreto nº 9.138, de 2017\)](#)

*VII - a pessoa jurídica autoriza o Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações a processar o assentimento prévio junto ao órgão competente, se a localidade referida no edital estiver situada na faixa de fronteira;* [\(Incluído pelo Decreto nº 9.138, de 2017\)](#)

*VIII - a pessoa jurídica está ciente do disposto no edital, dos seus anexos e das demais informações pertinentes;* e [\(Incluído pelo Decreto nº 9.138, de 2017\)](#)

*IX - nenhum dos sócios ou dirigentes da pessoa jurídica foi condenado em decisão transitada em julgado ou proferida por órgão judicial colegiado, pela prática dos ilícitos referidos no art. 1º, caput, inciso I, alíneas “b”, “c”, “d”, “e”, “f”, “g”, “h”, “i”, “j”, “k”, “l”, “m”, “n”, “o”, “p” e “q” da Lei Complementar nº 64, de 18 de maio de 1990 .* [\(Incluído pelo Decreto nº 9.138, de 2017\)](#)

§ 3º A documentação relativa à habilitação jurídica dos sócios e dos dirigentes consistirá na prova da condição de brasileiro nato ou naturalizado há mais de dez anos, a fim de atender ao disposto no [§ 1º do art. 222 da Constituição](#) , feita por meio da apresentação de: [\(Redação dada pelo Decreto nº 9.138, de 2017\)](#)

*I - certidão de nascimento ou casamento;* [\(Incluído pelo Decreto nº 9.138, de 2017\)](#)

*II - certificado de reservista;* [\(Incluído pelo Decreto nº 9.138, de 2017\)](#)

*III - cédula de identidade;* [\(Incluído pelo Decreto nº 9.138, de 2017\)](#)

*IV - certificado de naturalização expedido há mais de dez anos;* [\(Incluído pelo Decreto nº 9.138, de 2017\)](#)

*V - carteira profissional;* [\(Incluído pelo Decreto nº 9.138, de 2017\)](#)

*VI - carteira de trabalho e previdência social;* ou [\(Incluído pelo Decreto nº 9.138, de 2017\)](#)

*VII - passaporte.* [\(Incluído pelo Decreto nº 9.138, de 2017\)](#)

§ 4º A documentação relativa à qualificação econômico-financeira da pessoa jurídica consistirá: [\(Redação dada pelo Decreto nº 9.138, de 2017\)](#)

*I - no balanço patrimonial e nas demonstrações contábeis do último exercício social, já exigíveis e apresentados na forma da lei, que comprovem a boa situação financeira, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, exceto quando a pessoa jurídica ainda não houver completado um exercício fiscal, hipótese em que deverá apresentar seu não de abertura;* [\(Incluído pelo Decreto nº 9.138, de 2017\)](#)

*II - na certidão negativa de falência ou recuperação judicial, expedida pelo distribuidor da sede da pessoa*

Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/68235cd3-a142-4cd6-8313-c0dcaf537896>



jurídica, com data posterior à publicação do edital; e [\(Incluído pelo Decreto nº 9.138, de 2017\)](#)

III - no comprovante de recolhimento de caução, nos termos do edital. [\(Incluído pelo Decreto nº 9.138, de 2017\)](#) (...)

§ 7º A documentação relativa à regularidade fiscal e trabalhista da pessoa jurídica consistirá: [\(Redação dada pelo Decreto nº 9.138, de 2017\)](#)

I - na prova de inscrição no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica - CNPJ; [\(Incluído pelo Decreto nº 9.138, de 2017\)](#)

II - na prova de regularidade perante as Fazendas federal, estadual, municipal ou distrital da sede da pessoa jurídica, na forma da lei; [\(Incluído pelo Decreto nº 9.138, de 2017\)](#)

III - na prova de regularidade do recolhimento dos recursos do Fundo de Fiscalização das Telecomunicações - Fistel; [\(Incluído pelo Decreto nº 9.138, de 2017\)](#)

IV - na prova de regularidade relativa à seguridade social e ao Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS; e [\(Incluído pelo Decreto nº 9.138, de 2017\)](#)

V - na prova da inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, por meio da apresentação de certidão negativa, nos termos do disposto no [Título VII-A do Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943 - Consolidação das Leis do Trabalho](#). [\(Incluído pelo Decreto nº 9.138, de 2017\)](#) (g.n.)”

14. No plano infralegal, foi publicada portaria ministerial dispondo sobre o procedimento para outorga dos serviços de radiodifusão sonora e de sons e imagens, com fins exclusivamente educativos. À época da publicação do referido Aviso, encontrava-se em vigor, ainda, a Portaria nº 4.335, de 2015, tendo sido esse, pois, o diploma normativo inicialmente observado por ocasião da seleção.

15. Após, referido ato normativo foi revogada pela Portaria nº 3.238, de 2018, posteriormente aplicável à seleção, por força de seu art. 51<sup>[1]</sup>, sendo esta também revogada por consolidação, nos termos do art. 539, inciso XLVI, <sup>[2]</sup> da atual Portaria de Consolidação GM/MCOM nº 1, de 1º de junho de 2023 .

### II.3. - DA ANÁLISE DA REGULARIDADE PROCEDIMENTAL PARA A PUBLICAÇÃO DO ATO DE OUTORGA

16. Delimitados os parâmetros formais do pleito em análise, bem como a base legal que rege o serviço de radiodifusão com fins exclusivamente educativos, passa-se a analisar a regularidade do procedimento em questão.

17. Da análise inicial da proposta apresentada pelo MUNICÍPIO DE ESPERANTINA, com vistas à obtenção da outorga do serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, com fins exclusivamente educativos, pronunciou-se a Secretaria de Comunicação Social Eletrônica - SECOE por intermédio da NOTA TÉCNICA Nº 11440/2016/SEI-MC (1127811), concluindo pela habilitação da proposta e pelo consequente deferimento do pleito, considerando que a documentação apresentada pela proponente se encontrava em consonância com o art. 15 da Portaria nº 4.335/2015/SEI-MC, de 17 de setembro de 2015, conforme *Checklist* elaborado na ocasião (1127808).

18. Em atendimento à nova orientação desta CONJUR sobre a aplicabilidade do art. 51 e parágrafo único da Portaria nº 3.238/2018 aos processos de seleção anteriormente regidos pela Portaria nº 4.335/2015, manifestou-se a SECOE por meio da NOTA TÉCNICA Nº 9743/2023/SEI-MCOM (10986051) , informando ter notificado a proponente pela NOTA TÉCNICA Nº 15296/2022 (10458441) , com vistas a apresentar recurso e/ou documentação complementar, sob pena de indeferimento do pedido, concluindo, posteriormente, pelo atendimento, por parte da interessada, às exigências normativas em vigor, bem como ao correspondente Edital de Seleção Pública.

19. Todavia, conforme registra a NOTA TÉCNICA Nº 20505/2023/SEI-MCOM (11218571), verificou a SECOE a necessidade de baixar o processo em diligência, no sentido de notificar a requerente para atualizar a seguinte documentação:

- a. prova de regularidade para com a fazenda estadual/distrital do local de sede; e
- b. prova de regularidade para com a fazenda municipal do local de sede.

20. Assim, cabe avançar na análise dos autos, com o fito de verificar a manutenção das condições de habilitação por parte da entidade, bem como a atualidade da documentação apresentada, tendo a SECOE atestado a adequação dos documentos acostados aos autos, segundo *Checklist* (11251121) e NOTA TÉCNICA Nº 21498/2023/SEI-MCOM (11251148). Senão, vejamos.

21. Quanto à regularidade jurídica, verifica-se a juntada do requerimento de outorga, assinado pela Sra. IVANÁRIA DO NASCIMENTO ALVES SAMPAIO , na qualidade de representante legal da entidade interessada, acompanhado das declarações previstas no art. 15, § 2º, do Decreto nº 52.795/1963 (fls. 3-5 do SUPER-10534221).

22. A propósito, vê-se o ato de Diplomação e respectivo Termo de Posse da referida representante como Prefeita do Município de Esperantina, conforme doc. SUPER-10534221, fls. 13-14, como também dos documentos que comprovam sua maioridade e nacionalidade brasileira (SUPER-10534221, fls. 9 ).

23. Quanto à qualificação econômico-financeira e à regularidade fiscal e trabalhista, atestou a SECOE em sua NOTA TÉCNICA Nº 21498/2023/SEI-MCOM (11251148) o quanto se segue:

#### *“ANÁLISE*

6. *Em relação à qualificação econômico-financeira, bem como à regularidade fiscal e trabalhista, a entidade*  
*tou aos autos balanço patrimonial e demonstrativo do resultado do último exercício, sendo que as entidades optantes do*

Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/68235cd3-a142-4cd6-8313-c0dcaf537896>



*Sistema Público de Escrituração Digital - SPED estão dispensadas de comprovar os itens II e III do caput - Origem: PRT SERAD- SEI/MCTIC 6.843/2019, art. 3º, §1º, substituídos pelo art. 7º, §1º da Portaria de Consolidação SECOE/MCOM nº 2/2023 (SEI nº 10534221, p. 21-30). Da análise da documentação, entende-se que a documentação contábil se encontra em consonância com o disposto especialmente nos arts. 3º e 4º da Portaria nº 6.843/2019 (revogada/substituída pela Portaria de Consolidação SECOE/MCOM nº 2/2023), conforme o resultado dos índices de solvência constantes do Checklist enunciado (SEI nº 11251121).” (negritos)*

24. Em relação à observância aos limites do número de outorgas - previstos no art. 12 e seu § 3º, do Decreto-Lei nº 236/67, bem como no art. 14, § 3º, do Decreto nº 52.795/63, a NOTA TÉCNICA Nº 21498/2023 (11251148) assegurou que:

*“10. Em relação aos limites de outorga, a entidade e seus dirigentes estão em conformidade com os parâmetros fixados no art. 12 do Decreto-Lei nº 236/1967, bem como no que se refere ao art. 14, §3º, do Decreto nº 52.795/63, conforme pesquisa realizada no Sistema de Acompanhamento de Controle Societário – SIACCO em 16 de novembro de 2023 (SEI nº 11218510).*

*11. A entidade não possui outorga. Além de ter o objeto adjudicado nesta localidade, na planilha de controle de Editais não aparece como vencedora em outra(s) localidade(s). Ademais, o(s) dirigente(s) integra(m) somente o quadro diretivo do serviço de radiodifusão prestado nas localidades ora sob exame, conforme Anexo (SEI nº 11218510).*

*12. Portanto, em nenhum caso há extrapolação dos limites de outorga, seja pela pessoa jurídica, seja pelos respectivos dirigentes.” (destacamos)*

25. No que pertine aos aspectos técnicos, a SECOE aduziu que, com a entrada em vigor do Decreto nº 10.405, de 25 de junho de 2020, que alterou o Decreto nº 52.795, de 31 de outubro de 1963, foi promovida a inversão de algumas fases para o procedimento da outorga do serviço em questão, *“retirando inclusive a necessidade de apresentação prévia do projeto técnico da estação, haverá primeiramente a publicação da Portaria de outorga, quando o processo será encaminhado para apreço pelo Congresso Nacional e publicação do respectivo Decreto Legislativo, autorização de uso de radiofrequência e a licença de funcionamento junto à Anatel, e finalmente a assinatura do contrato no Ministério. Ressalte-se, no entanto, que a citada inversão nas fases não exige a área técnica de atestar a observância das condições técnicas necessárias para a entrada em funcionamento antes da celebração do contrato”* (item 14 da NOTA TÉCNICA Nº 21498/2023/SEI-MCOM (11251148).

26. Demais disso, apresentou a interessada as seguintes certidões (SEI nº 11251121):

tributárias;

a) certidão dos órgãos fazendários Federal, Estadual e Municipal, demonstrando o adimplemento de suas obrigações

b) certidão da Receita Federal, da Caixa Econômica Federal e da Agência Nacional de Telecomunicações, comprovando a ausência de irregularidades perante o Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica, o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço e o Fundo de Fiscalização das Telecomunicações; e

c) certidão emitida pela Justiça do Trabalho, atestando a inexistência de débito inscrito no Banco Nacional de Devedores Trabalhistas em seu desfavor, conforme lista de verificação de documentos (SEI nº 11251121).

27. Por fim, cumpre-nos enfatizar que deve ser mantido o cumprimento dos requisitos técnicos durante toda a execução do serviço, bem como realizada a atualização da documentação capaz de certificar a manutenção da situação de regularidade da entidade, por ocasião da formalização da assinatura do contrato.

28. Diante de todo o exposto, verifica-se inexistir óbice sob o aspecto jurídico-formal que obstaculize a publicação da portaria de outorga a favor do MUNICÍPIO DE ESPERANTINA (PREFEITURA MUNICIPAL DE ESPERANTINA) para execução do Serviço de Radiodifusão Sonora em Frequência Modulada, com fins exclusivamente Educativos, na localidade de Esperantina, Estado do Piauí, desde que observada a orientação contida no parágrafo 27 acima.

### III – CONCLUSÃO

29. Isto posto, considerando os argumentos acima articulados e observado o parágrafo 27 deste parecer, recomenda-se, no aspecto jurídico-formal, sejam observadas as seguintes orientações:

i) não há impedimento jurídico para a publicação da portaria de outorga ao MUNICÍPIO DE ESPERANTINA (PREFEITURA MUNICIPAL DE ESPERANTINA) para execução do Serviço de Radiodifusão Sonora em Frequência Modulada, com fins exclusivamente educativos, na localidade de Esperantina, Estado do Piauí;

ii) as minutas de portaria (SEI nº 11251141) e de exposição de motivos (SEI nº 11251143) elaboradas pela SECOE, se encontram aptas a serem assinadas pela autoridade competente, no que se refere ao seu conteúdo, sem embargo de ser verificada a existência de eventual erro material;

iii) imperativa a deliberação do Congresso Nacional sobre a prestação do serviço de radiodifusão, com fins exclusivamente educativos de que se cogita, por força do disposto no art. 223, § 3º, da Constituição Federal.

30. Constitui atribuição do Ministro de Estado desta Pasta editar a Portaria destinada a outorgar a execução de serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, com fins exclusivamente educativos

31. Encaminhem-se os autos à SECOE para ciência e posterior envio ao Gabinete do Titular desta Casa, com vistas à adoção das demais providências cabíveis, inclusive no que concerne à submissão da matéria ao Congresso Nacional para deliberação.

À consideração superior.



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/68235cd3-a142-4cd6-8313-c0dcaf537896>

68235cd3-a142-4cd6-8313-c0dcaf537896

LÍDIA MIRANDA DE LIMA

Advogada da União

---

Notas

1. <sup>^</sup> Art. 51. *Às seleções iniciadas durante a vigência da Portaria nº 4.335, de 17 de setembro de 2015, aplicam-se os procedimentos e critérios da presente Portaria, especialmente o art. 21 e seus parágrafos, exceto quanto aos critérios de classificação, os quais serão aplicados seguindo as disposições daquela Portaria, assegurado, ainda, o direito de participação das entidades inscritas cuja sede ou campus esteja situado fora do Estado ou do Distrito Federal objeto da seleção.*
2. <sup>^</sup> Art. 539. *Ficam revogadas, por consolidação, as seguintes normas: (...) XLVI – Portaria GM/MCTIC nº 3.238, de 20 de junho de 2018, publicada no Diário Oficial da União, Seção 1, de 21 de junho de 2018, p. 6;*
3. <sup>^</sup> Art. 20. *Encerrada a fase de classificação, será verificado se a pessoa jurídica classificada em primeiro lugar preenche os requisitos para habilitação. Art. 21. Será inabilitada a entidade que: I - deixar de apresentar requerimento de outorga ou quaisquer das declarações e documentos de habilitação indicados nos anexos I, II ou III, conforme o caso, ou que os apresentem com falhas, incorreções ou em desconformidade com as exigências estabelecidas no edital, inclusive as certidões e documentos comprobatórios disponíveis na Internet; II - deixar de cumprir as exigências constantes do Edital; III - possuir outorga para executar o mesmo tipo de serviço pretendido na localidade objeto da concessão ou permissão; IV - promover a alienação da IES mantida durante o procedimento de seleção; ou V - exceda ou vier a exceder os limites fixados no art. 12 do Decreto-Lei nº 236, de (...). Art. 22. As propostas serão analisadas de acordo com a ordem de classificação, sendo que a primeira habilitação prejudica a análise das demais.*

---

Atenção, a consulta ao processo eletrônico está disponível em <https://supersapiens.agu.gov.br> mediante o fornecimento do Número Único de Protocolo (NUP) 53900027556201631 e da chave de acesso ef300356

---



Documento assinado eletronicamente por LÍDIA MIRANDA DE LIMA, com certificado A1 institucional (\*.agu.gov.br), de acordo com os normativos legais aplicáveis. A conferência da autenticidade do documento está disponível com o código 1437004829 e chave de acesso ef300356 no endereço eletrônico <https://sapiens.agu.gov.br>. Informações adicionais: Signatário (a): LÍDIA MIRANDA DE LIMA, com certificado A1 institucional (\*.agu.gov.br). Data e Hora: 13-03-2024 08:44. Número de Série: 65437255745187764576406211080. Emissor: Autoridade Certificadora do SERPRO SSLv1.

---







ADVOCACIA-GERAL DA UNIÃO  
CONSULTORIA-GERAL DA UNIÃO  
CONSULTORIA JURÍDICA JUNTO AO MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES  
COORDENAÇÃO-GERAL JURÍDICA DE RÁDIODIFUSÃO - CGJR  
ESPLANADA DOS MINISTÉRIOS, BLOCO R, ED. SEDE, SALA 915 CEP: 70044-900 BRASÍLIA-DF FONE: (61) 2027-6119/6915

**DESPACHO n. 00413/2024/CONJUR-MCOM/CGU/AGU**

NUP: 53900.027556/2016-31

INTERESSADO: Município de Esperantina

ASSUNTO: Outorga para exploração do serviço de radiodifusão sonora, em frequência modulada, com fins exclusivamente educativos

1. Aprovo a conclusão do PARECER N. 00177/2024/CONJUR-MCOM/CGU/AGU, elaborado pela Dra. Lídia Miranda de Lima, advogada da União, referente à emissão de outorga para prestação do serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, com fins exclusivamente educativos.
2. Os autos do Processo Administrativo em análise versam sobre o resultado final do procedimento seletivo para prestação do serviço de radiodifusão sonora, em frequência modulada, com fins exclusivamente educativos, na localidade de Esperantina/PI.
3. A Secretaria de Comunicação Social Eletrônica (SECOE), por meio da NOTA TÉCNICA N° 21498/2023/SEI-MCOM, manifestou-se de forma favorável ao deferimento da permissão para o Município de Esperantina, explorar o serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, com fins exclusivamente educativos, na localidade de Esperantina/PI.
4. Conforme os termos do PARECER N. 00177/2024/CONJUR-MCOM/CGU/AGU e atentando para a orientação apresentada no item 27 do citado PARECER, não existe óbice jurídico para a emissão de outorga para prestação do serviço de radiodifusão sonora, em frequência modulada, com fins exclusivamente educativos, conforme os termos do art. 223 e ss. da Constituição Federal; da Lei n° 4.117, de 27 de agosto de 1962 (que institui o Código Brasileiro de Telecomunicações); do art. 13 e ss. do Decreto-Lei n° 236, de 28 de fevereiro de 1967; do art. 6° e ss. do Decreto n° 52.795, de 31 de outubro de 1963, com alterações posteriores; da Portaria n° 4.335, de 17 de setembro de 2015, publicada no Diário Oficial da União de 21 de setembro de 2015 c/c a Portaria n° 3.238, de 20 de junho de 2018 (vigentes à época do processo seletivo); e da Portaria de Consolidação GM/MCOM N° 1°, 2 de junho de 2023.
5. Em relação à orientação apresentada no item 27 do mencionado PARECER, tem-se que a SECOE deve atentar para a referida recomendação, sem prejuízo na continuidade da tramitação do deferimento da outorga para exploração do serviço de radiodifusão sonora, com fins exclusivamente educativos.
6. Deste modo e atentando para a orientação apresentada no item 27 do PARECER N. 00177/2024/CONJUR-MCOM/CGU/AGU, tem-se que não existe impedimento jurídico para outorgar permissão ao Município de Esperantina com o objetivo de executar o serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, com fins exclusivamente educativos, na localidade de Esperantina/PI.
7. É atribuição do Ministro de Estado conferir permissão, por meio de edição de portaria, para execução do serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, com fins exclusivamente educativos.
8. Em razão da ausência de óbice jurídico, a SECOE deve adotar as medidas administrativas rotineiras para edição da portaria ministerial.
9. Encaminhem-se os autos do Processo Administrativo à Secretaria de Comunicação Social Eletrônica (SECOE) para ciência e posterior envio ao Gabinete do Ministro para as demais providências cabíveis.

À consideração superior

Brasília, 13 de março de 2024.

*assinado eletronicamente*  
JOÃO PAULO SANTOS BORBA  
ADVOGADO DA UNIÃO  
COORDENADOR-GERAL JURÍDICO DE RÁDIODIFUSÃO

Atenção, a consulta ao processo eletrônico está disponível em <https://supersapiens.agu.gov.br> mediante o ecimemento do Número Único de Protocolo (NUP) 53900027556201631 e da chave de acesso ef300356



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/68235cd3-a142-4cd6-8313-c0dcaf537896>

68235cd3-a142-4cd6-8313-c0dcaf537896





Documento assinado eletronicamente por JOÃO PAULO SANTOS BORBA, com certificado A1 institucional (\*.agu.gov.br), de acordo com os normativos legais aplicáveis. A conferência da autenticidade do documento está disponível com o código 1437353757 e chave de acesso ef300356 no endereço eletrônico <https://sapiens.agu.gov.br>. Informações adicionais: Signatário (a): JOÃO PAULO SANTOS BORBA, com certificado A1 institucional (\*.agu.gov.br). Data e Hora: 13-03-2024 18:48. Número de Série: 65437255745187764576406211080. Emissor: Autoridade Certificadora do SERPRO SSLv1.

---



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/68235cd3-a142-4cd6-8313-c0dcaf537896>

68235cd3-a142-4cd6-8313-c0dcaf537896



ADVOCACIA-GERAL DA UNIÃO  
CONSULTORIA-GERAL DA UNIÃO  
CONSULTORIA JURÍDICA JUNTO AO MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES  
GABINETE - GAB  
ESPLANADA DOS MINISTÉRIOS, BLOCO R, ED. SEDE, SALA 915 CEP: 70044-900 BRASÍLIA-DF FONE: (61) 2027-6119/6915

**DESPACHO n. 00425/2024/CONJUR-MCOM/CGU/AGU**

NUP: 53900.027556/2016-31

INTERESSADOS: MUNICÍPIO DE ESPERANTINA (PREFEITURA MUNICIPAL DE ESPERANTINA)

ASSUNTOS: Radiodifusão. Rádio educativa. Portaria de outorga.

1. Aprovo o PARECER n. 177/2024/CONJUR-MCOM/CGU/AGU nos termos do DESPACHO n. 413/2024/CONJUR-MCOM/CGU/AGU.
2. Encaminhem conforme proposto.

Brasília, 14 de março de 2024.

Assinado eletronicamente  
FELIPE NOGUEIRA FERNANDES  
ADVOGADO DA UNIÃO  
Consultor Jurídico

Atenção, a consulta ao processo eletrônico está disponível em <https://supersapiens.agu.gov.br> mediante o fornecimento do Número Único de Protocolo (NUP) 53900027556201631 e da chave de acesso ef300356



Documento assinado eletronicamente por FELIPE NOGUEIRA FERNANDES, com certificado A1 institucional (\*.agu.gov.br), de acordo com os normativos legais aplicáveis. A conferência da autenticidade do documento está disponível com o código 1438355783 e chave de acesso ef300356 no endereço eletrônico <https://sapiens.agu.gov.br>. Informações adicionais: Signatário (a): FELIPE NOGUEIRA FERNANDES, com certificado A1 institucional (\*.agu.gov.br). Data e Hora: 14-03-2024 10:16. Número de Série: 65437255745187764576406211080. Emissor: Autoridade Certificadora do SERPRO SSLv1.



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/68235cd3-a142-4cd6-8313-c0dcaf537896>

68235cd3-a142-4cd6-8313-c0dcaf537896

# DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO

Publicado em: 01/04/2024 | Edição: 62 | Seção: 1 | Página: 12

Órgão: Ministério das Comunicações/Gabinete do Ministro

## PORTARIA MCOM Nº 12.558, DE 15 DE MARÇO DE 2024

O MINISTRO DE ESTADO DAS COMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições, considerando o disposto no art. 223 da Constituição Federal, no art. 34 da Lei nº 4.117/62, e no art. 6º, § 2º, do Regulamento dos Serviços de Radiodifusão, aprovado pelo Decreto nº 52.795, de 31 de outubro de 1963, e tendo em vista o que consta dos Processos Administrativos nº 53900.027556/2016-31 e nº 53900.012816/2016-74, resolve:

Art. 1º Outorgar permissão ao MUNICÍPIO DE ESPERANTINA (PREFEITURA MUNICIPAL DE ESPERANTINA), CNPJ nº 06.554.174/0001-82, para executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, o serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, com fins exclusivamente educativos, na localidade de Esperantina, estado do Piauí, por meio do canal 237E.

Parágrafo único. A permissão ora outorgada reger-se-á pela Lei nº 4.117, de 27 de agosto de 1962, que instituiu o Código Brasileiro de Telecomunicações, pelas leis subsequentes, pelos seus regulamentos e pelas obrigações assumidas pela outorgada.

Art. 2º As principais obrigações a serem cumpridas pela permissionária serão objeto do contrato de permissão da outorga, assinado pela entidade, nos termos da legislação vigente.

Art. 3º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do § 3º, do art. 223 da Constituição Federal.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

**JUSCELINO FILHO**



Este conteúdo não substitui o publicado na versão certificada.



## PARECER DE MÉRITO

**1. Análise do problema que o ato normativo visa a solucionar:**

Processo para outorga de serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, com fins exclusivamente educativos, na localidade de Esperantina, estado do Piauí, por meio do canal 237E.

**2. Objetivos que se pretende alcançar:**

Necessidade de encaminhamento da Portaria Ministerial de outorga da permissão a ser enviada ao Congresso Nacional, para deliberação, por meio de mensagem da Presidência da República, nos termos do § 1º, do art. 31 do Decreto nº 52.795, de 31 de outubro de 1963.

**3. Identificação dos atingidos pelo ato normativo:**

MUNICÍPIO DE ESPERANTINA (PREFEITURA MUNICIPAL DE ESPERANTINA), CNPJ nº 06.554.174/0001-82.

**4. Estratégia e prazo para implementação:**

Não há.

**5. Na hipótese de a proposta implicar em renúncia de receita, criação, aperfeiçoamento ou expansão da ação governamental, ou aumento de despesas:**

a) a estimativa do impacto orçamentário-financeiro no exercício em que entrar em vigor e nos dois subsequentes, constando, de forma clara e detalhada, as premissas e as metodologias de cálculo utilizadas, e indicando: i) se a medida proposta foi considerada nas metas de resultados fiscais previstas na lei de diretrizes orçamentárias; e ii) a simulação que demonstre o impacto da despesa com a medida proposta; e  
b) a declaração de que a medida apresenta: i) adequação orçamentária e financeira com a lei orçamentária anual; e ii) compatibilidade com o plano plurianual, com a lei de diretrizes orçamentárias e com o [art. 107 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias](#).  
Não há renúncia de receita, criação, aperfeiçoamento ou expansão da ação governamental, ou aumento de despesas.

**6. Análise do impacto da medida sobre o meio ambiente e sobre outras políticas públicas, inclusive quanto à interação ou à sobreposição:**

Não há.

**7. Análise das consequências do uso do processo legislativo regular (apenas nos casos de medida provisória ou de projeto de lei em regime de urgência):**

Não se aplica.

**8. Síntese do Parecer Jurídico:**

Após o devido atendimento das orientações, não existe impedimento jurídico para que seja conferida a outorga ao MUNICÍPIO DE ESPERANTINA (PREFEITURA MUNICIPAL DE ESPERANTINA).





**MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES**  
Secretaria de Comunicação Social Eletrônica  
Departamento de Radiodifusão Pública, Comunitária e Estatal  
Coordenação-Geral de Assuntos Jurídicos de Radiodifusão Pública, Comunitária e Estatal  
Coordenação de Outorga de Radiodifusão Pública, Comunitária e Estatal

**NOTA TÉCNICA Nº 21498/2023/SEI-MCOM**

Referência: **Processo nº 53900.027556/2016-31, apenso/relacionado ao Processo nº 53900.012816/2016-74.**

Assunto: **Publicação de Ato de Outorga de Serviço de Radiodifusão com fins exclusivamente Educativos - Fase de envio à Consultoria Jurídica.**

**SUMÁRIO EXECUTIVO**

1. Trata-se de fase de publicação de ato da outorga deferida a o MUNICÍPIO DE ESPERANTINA (PREFEITURA MUNICIPAL DE ESPERANTINA), CNPJ nº 06.554.174/0001-82, vencedora do processo de seleção pública, objeto do Edital de Seleção Pública nº 88/2016, de 12 de fevereiro de 2016, publicado no Diário Oficial da União (D.O.U.) de 1º de março de 2016, em conformidade com a Portaria nº 4.335, de 17 de setembro de 2015, publicada no D.O.U. de 21 de setembro de 2015 c/c a Portaria nº 3.238, de 20 de junho de 2018, publicada no D.O.U. de 21 de junho de 2018 (revogada/substituída pela Portaria de Consolidação GM/MCOM nº 1, de 2 de junho de 2023, publicada no Diário Oficial da União de 5 de junho de 2023), para executar o serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, com fins exclusivamente educativos, na localidade de **Esperantina**, Estado do Piauí, por meio do canal 237E, segundo o Edital nº 91/2023/SEI-MCOM, de 07 de novembro de 2023, publicado no Diário Oficial da União em 08 de novembro de 2023 (SEI nº 11218501, p.9).

**ANÁLISE**

2. Conforme toda a narrativa já detalhada na Nota Técnica nº 16637/2023/SEI-MCOM (SEI nº 11218501, p.5), houve publicação de Edital de Resultado, sagrando-se vencedor o MUNICÍPIO DE ESPERANTINA (PREFEITURA MUNICIPAL DE ESPERANTINA) - Edital nº 91/2023/SEI-MCOM, de 07 de novembro de 2023, publicado no Diário Oficial da União em 08 de novembro de 2023 (SEI nº 11218501, p.9).

3. A documentação apresentada pela entidade está em conformidade com a legislação que rege o serviço de radiodifusão, conforme lista de verificação de documentos colacionada aos autos (Checklist SEI nº 11251121). Sobre o assunto, ressalta-se que a mencionada documentação foi conhecida, para fins de instrução processual, visto que a sua protocolização ocorrera no prazo estabelecido do Edital nº 04/2022, publicado em 02 de fevereiro de 2022.

4. Em relação à habilitação jurídica, a entidade juntou requerimento de outorga, acompanhado das declarações previstas no art. 15, §§ 1º e 2º, em conformidade com os §§ 1º e 2º do artigo 13 do supramencionado Decreto nº 52.795/1963, alterado pelos Decretos nº 9.138/2017 e nº 10.405/2020. Destaque-se que, por se tratar de entidade pública, as exigências contidas na norma são distintas em relação às das entidades privadas.

5. Logo, entende-se que a habilitação jurídica da entidade, para fins da outorga do serviço de radiodifusão, restou devidamente demonstrada, na forma do art. 15, § 1º e § 2º, e do art. 113, incisos I e II, ambos do Decreto nº 52.795/1963, alterado pelos Decretos nº 9.138/2017 e nº 10.405/2020 bem como encontra consonância com o disposto no anexo próprio da Portaria nº 3238/2018 (revogada/substituída pela Portaria de Consolidação GM/MCOM nº 1/2023 supracitada), e pelo exigido no correspondente Edital de Seleção Pública.



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/68235cd3-a142-4cd6-8313-c0dcaf537896>

Nota Técnica 21498 (14/26/144)

SEI 53900.027556/2016-31 / pg. 1

68235cd3-a142-4cd6-8313-c0dcaf537896

6. Em relação à qualificação econômico-financeira, bem como à regularidade fiscal e trabalhista, a entidade acostou aos autos balanço patrimonial e demonstrativo do resultado do último exercício, sendo que as entidades optantes do Sistema Público de Escrituração Digital - SPED estão dispensadas de comprovar os itens II e III do **caput** - Origem: PRT SERAD-SEI/MCTIC 6.843/2019, art. 3º, §1º, substituídos pelo art. 7º, §1º da Portaria de Consolidação SECOE/MCOM nº 2/2023 (SEI nº 10534221, p. 21-30). Da análise da documentação, entende-se que a documentação contábil se encontra em consonância com o disposto especialmente nos arts. 3º e 4º da Portaria nº 6.843/2019 (revogada/substituída pela Portaria de Consolidação SECOE/MCOM nº 2/2023), conforme o resultado dos índices de solvência constantes do Checklist enunciado (SEI nº 11251121).

7. Colacionou-se, ainda, certidão dos órgãos fazendários Federal, Estadual e Municipal, demonstrando o adimplemento de suas obrigações tributárias. Apresentou-se, de igual modo, certidão da Receita Federal, da Caixa Econômica Federal e da Agência Nacional de Telecomunicações, comprovando a ausência de irregularidades perante o Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica, o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço e o Fundo de Fiscalização das Telecomunicações. Anexou-se, inclusive, certidão emitida pela Justiça do Trabalho, atestando a inexistência de débito inscrito no Banco Nacional de Devedores Trabalhistas em seu desfavor, conforme lista de verificação de documentos (SEI nº 11251121).

8. Assim sendo, pela documentação acostada aos autos, não se vislumbram quaisquer elementos que desabonem a entidade, sob a perspectiva econômico-financeira e fiscal, de modo a impossibilitar a continuidade da prestação do serviço de radiodifusão, tudo com base no art. 113, incisos III e IV, V, VI, VII, VIII e IX, e art. 15, inciso I, II e III, e § 2º, ambos do Decreto nº 52.795/1963, alterado pelos Decretos nº 9.138/2017 e nº 10.405/2020 em conjunto com o disposto na Portaria nº 6.843/2019 (revogada/substituída pela Portaria de Consolidação SECOE/MCOM nº 2/2023).

10. Em relação aos limites de outorga, a entidade e seus dirigentes estão em conformidade com os parâmetros fixados no art. 12 do Decreto-Lei nº 236/1967, bem como no que se refere ao art. 14, §3º, do Decreto nº 52.795/63, conforme pesquisa realizada no Sistema de Acompanhamento de Controle Societário – SIACCO em 16 de novembro de 2023 (SEI nº 11218510).

11. A entidade não possui outorga. Além de ter o objeto adjudicado nesta localidade, na planilha de controle de Editais não aparece como vencedora em outra(s) localidade(s). Ademais, o(s) dirigente(s) integra(m) somente o quadro diretivo do serviço de radiodifusão prestado nas localidades ora sob exame, conforme Anexo (SEI nº 11218510).

12. Portanto, em nenhum caso há extrapolação dos limites de outorga, seja pela pessoa jurídica, seja pelos respectivos dirigentes.

13. Por fim, atendendo ao disposto na legislação vigente, após a adjudicação do objeto ao vencedor do procedimento seletivo, o Ministério das Comunicações publicará ato do qual constarão, dentre outras que se fizerem necessárias, as seguintes informações:

I - o nome e o CNPJ da pessoa jurídica; [\(Incluído pelo Decreto nº 9.138, de 2017\)](#)

II - o serviço a ser prestado; [\(Incluído pelo Decreto nº 9.138, de 2017\)](#)

III - a área da prestação do serviço; e [\(Incluído pelo Decreto nº 9.138, de 2017\)](#)

IV - as principais obrigações a serem cumpridas pela pessoa jurídica. [\(Incluído pelo Decreto nº 9.138, de 2017\)](#)

**§ 1º No caso de serviços de radiodifusão sonora, será publicada pelo Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações (agora MCOM) portaria de outorga, que será enviada ao Congresso Nacional, por meio de mensagem da Presidência da República, para deliberação. [\(Redação dada pelo Decreto nº 9.138, de 2017\)](#)**

**§ 2º No caso de serviços de radiodifusão de sons e imagens, será publicado decreto de outorga, após a indicação pelo Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações do licitante apto à contratação, o qual será enviado ao Congresso Nacional por meio de mensagem da Presidência da República, para deliberação. [\(Redação dada pelo Decreto nº 9.138, de 2017\)](#)**

**§ 3º A deliberação do Congresso Nacional, da qual resultará decreto legislativo acerca da aprovação da outorga, é condição de eficácia do decreto ou portaria.**





14. Importante mencionar que com a entrada em vigor no dia 1º de setembro de 2020 do Decreto nº 10.405, de 25 de junho de 2020, que alterou o Decreto nº 52.795, de 31 de outubro de 1963, e promoveu a inversão de algumas fases até então dispostas para o procedimento da outorga do serviço em questão, retirando inclusive a necessidade de apresentação prévia do projeto técnico da estação, haverá primeiramente a publicação de Portaria (no caso de permissões) ou de Decreto Presidencial (no caso de concessões), quando o processo será encaminhado para apreço pelo Congresso Nacional e publicação do respectivo Decreto Legislativo, autorização de uso de radiofrequência e a licença de funcionamento junto à Anatel, e finalmente a assinatura do contrato no Ministério. Ressalte-se, no entanto, que a citada inversão nas fases não exime a área técnica de atestar a observância das condições técnicas necessárias para a entrada em funcionamento antes da celebração do contrato.

15. Assim, preenchidos todos os requisitos, entende-se possível a remessa dos autos à Consultoria Jurídica - Conjur para verificação da regularidade dos atos a serem submetidos ao Senhor Ministro de Estado das Comunicações, a quem compete a decisão sobre o pedido, em se tratando de outorga das permissões de serviços de radiodifusão sonora, nos termos do § 2º do art. 6º do Decreto nº 52.795, de 31 de outubro de 1963, que aprovou o Regulamento dos Serviços de Radiodifusão.

## CONCLUSÃO

16. Diante do exposto, sugerimos o encaminhamento dos presentes autos à Consultoria Jurídica, juntamente com as minutas de Portaria Ministerial e Exposição de Motivos com Parecer de Mérito (links das Minutas anexos), para que:

- a) se manifeste quanto à regularidade jurídico-formal do processo; e
- c) após, sejam os autos remetidos a esta Secretaria, para finalização dos procedimentos necessários à outorga.

À consideração superior.



Documento assinado eletronicamente por **Kelen Azevedo Cornelio, Analista Técnico-Administrativo**, em 04/12/2023, às 12:48 (horário oficial de Brasília), com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Vilma de Fatima Alvarenga Fanis, Coordenadora de Outorga de Radiodifusão Pública, Comunitária e Estatal**, em 04/12/2023, às 13:02 (horário oficial de Brasília), com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Alexandre Miranda Freire de Oliveira Barros, Coordenador-Geral de Assuntos Jurídicos de Radiodifusão Pública, Comunitária e Estatal**, em 05/12/2023, às 11:40 (horário oficial de Brasília), com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://sei.mcom.gov.br/sei/verifica>, informando o código verificador **11251148** e o código CRC **8E3494F6**.

## Minutas e Anexos



t SEI nº 11251121.

Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/68235cd3-a142-4cd6-8313-c0dcaf537896>

Nota Técnica 21458 (14/2014)

SEI 33900.027396/2016-31 / pg. 3

68235cd3-a142-4cd6-8313-c0dcaf537896

Minuta de Portaria SEI nº 11251141.  
Minuta de Exposição de Motivos SEI nº 11251143.  
Parecer de Mérito SEI nº 11217744.

**Referência:** Processo nº 53900.027556/2016-31

Documento nº 11251148



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/68235cd3-a142-4cd6-8313-c0dcaf537896>

Nota Técnica 21458 (11251148)

SEI 53900.027556/2016-31 / pg. 4

68235cd3-a142-4cd6-8313-c0dcaf537896

PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA  
Casa Civil  
Secretaria-Executiva da Casa Civil  
Secretaria de Administração  
Diretoria de Recursos Logísticos  
Coordenação de Documentação  
Divisão de Publicação de Atos Oficiais

Brasília, 08 de abril de 2024.

Ao Protocolo da SAJ, SAG, CGINF, SE/CC,

Assunto: **Trata-se da permissão outorgada ao Município de Esperantina (Prefeitura Municipal de Esperantina), CNPJ nº 06.554.174/0001-82, para executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, o serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, com fins exclusivamente educativos, na localidade de Esperantina, estado do Piauí, por meio do canal 237E.**

1. Encaminho a EXM 271 2024 MCOM, para análise e providências.

BRENO BAJO DUTRA  
Divisão de Publicação de Atos Oficiais



Documento assinado eletronicamente por **Breno Bajo Dutra, Assessoria**, em 08/04/2024, às 15:44, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º, do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade do documento pode ser conferida informando o código verificador **5091573** e o código CRC **4F0F1082** no site: [https://super.presidencia.gov.br/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](https://super.presidencia.gov.br/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0)

Referência: Processo nº 53900.027556/2016-31

SUPER nº 5091573

68235cd3-a142-4cd6-8313-c0dcaf537896



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/68235cd3-a142-4cd6-8313-c0dcaf537896>

PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA  
Casa Civil  
Secretaria-Executiva

Brasília, na data da assinatura eletrônica.

**Referência:** Exposição de Motivos nº 271/2024 MCOM, do Ministério das Comunicações.

**Despacho:**

Arquivar temporariamente o presente processo na SE/CC/PR, o qual trata de serviço de radiodifusão, tendo em vista que, após manifestação da SAJ/CC/PR e da SAG/CC/PR – órgãos competentes para analisar o tema –, os autos deverão retornar a esta Secretaria-Executiva caso haja necessidade de encaminhamento ao Congresso Nacional mediante expediente do Ministro de Estado da Casa Civil.

DUNCAN FRANK SEMPLE  
Subsecretário de Gestão Interna



Documento assinado eletronicamente por **Duncan Frank Semple, Subsecretário(a)**, em 08/04/2024, às 23:15, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º, do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade do documento pode ser conferida informando o código verificador **5092192** e o código CRC **6E21DBFB** no site: [https://super.presidencia.gov.br/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](https://super.presidencia.gov.br/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0)

Referência: Processo nº 53900.027556/2016-31

SUPER nº 5092192



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/68235cd3-a142-4cd6-8313-c0dcaf537896>

68235cd3-a142-4cd6-8313-c0dcaf537896



PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA  
CASA CIVIL  
SECRETARIA ESPECIAL DE ANÁLISE GOVERNAMENTAL

Despacho SAG - Radiodifusão Nº 828/2024/RADIODIFUSÃO/SAREC/SAG/CC/PR

**PROCESSO SEI Nº:** 53900.027556/2016-31.

**INTERESSADO:** SAJ/CC/PR.

**REFERÊNCIA:** Exposição de Motivos nº 00271/2024 MCOM, de 4 de Abril de 2024, do Ministério das Comunicações

**ASSUNTO:** Outorga de permissão do serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, com fins exclusivamente educativos, no município de Esperantina (PI).

1. Trata-se da análise de mérito da Exposição de Motivos nº 00271/2024 MCOM (5090507), que submete à apreciação da Presidência da República o Processo Administrativo nº 53900.027556/2016-31, acompanhado da [Portaria MCOM nº 12.558, de 15 de março de 2024](#), que outorga a permissão do serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, com fins exclusivamente educativos, com o uso do canal 237E, frequência 95.3 MHz, Fistel nº 50447794906, no município de Esperantina, estado do Piauí, sem direito de exclusividade, por intermédio do Edital nº 91/2023/SEI-MCOM de 7 de novembro de 2023, deferida à licitante MUNICÍPIO DE ESPERANTINA (PREFEITURA MUNICIPAL DE ESPERANTINA), inscrita no CNPJ sob o nº 06.554.174/0001-82, nos termos do art. 33 e 34 do [Código Brasileiro de Telecomunicações](#)<sup>[1]</sup>.

2. Conforme o disposto no § 2º do art. 6º do Regulamento dos Serviços de Radiodifusão, compete ao Ministro de Estado das Comunicações outorgar, por meio de concessão, permissão ou autorização, a exploração dos serviços de radiodifusão sonora. Menciona-se, ainda, que a permissão ora outorgada rege-se pelo Código Brasileiro de Telecomunicações, leis subseqüentes, regulamentos e obrigações assumidas pela outorgada em suas propostas, conforme destacado na portaria de outorga.

3. No presente processo, encontram-se registrados os seguintes documentos principais:

- Parecer Jurídico nº 00177/2024/CONJUR-MCOM/CGU/AGU (5090499), de 13/03/2024, que se posiciona pela viabilidade jurídica do pedido de outorga de permissão.
- Nota Técnica nº 21498/2023/SEI-MCOM, de 05/12/2023 (5091570), da Secretaria de Comunicação Social Eletrônica (SECOE/MCOM), que se posiciona pela viabilidade do deferimento do pedido de outorga de permissão, nos termos dos arts. 31 e 31-A do Decreto nº 52.795, de 1963.
- Lista de Verificação de Documentos - Outorga Rádio Educativa, de 04/12/2023 (5090492), com o registro de que a documentação apresentada está em conformidade com o disposto na legislação.

4. Observa-se, ainda, que a Agência Nacional de Telecomunicações - ANATEL mantém o cadastro das seguintes informações:

- Quando societário e da diretoria da entidade, conforme registrado no [SIACCO - Sistema de Acompanhamento de Controle Social](#)<sup>[3]</sup>; e
- Registros administrativos do canal, conforme registrado no [MOSAICO - Sistema Integrado de Gestão e Controle de Espectro](#)<sup>[4]</sup>, que disponibiliza acesso ao [Relatório do Canal](#).

5. Por sua vez, por meio da base de dados do CNPJ da Receita Federal do Brasil, é possível consultar o [Quadro de Sócios e Administradores - QSA](#) da empresa, que, no caso concreto, traz a seguinte descrição:

Consulta Quadro de Sócios e Administradores - QSA

CNPJ:	06.554.174/0001-82
NOME EMPRESARIAL:	MUNICÍPIO DE ESPERANTINA
CAPITAL SOCIAL:	

NÃO HÁ INFORMAÇÃO DE QUADRO DE SÓCIOS E ADMINISTRADORES (QSA) NA BASE DE DADOS DO CNPJ



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/68235cd3-a142-4cd6-8313-c0dcaf537896>

68235cd3-a142-4cd6-8313-c0dcaf537896

6. Nesse sentido, considerando (i) que as manifestações dos órgãos técnico e jurídico do MCOM são favoráveis ao pedido de outorga de permissão; (ii) que a documentação apresentada foi verificada pelo MCOM e está em conformidade com o disposto na legislação; (iii) que a documentação probatória da manutenção da regularidade da entidade deverá ser reapresentada por ocasião da assinatura do respectivo contrato de permissão do serviço de radiodifusão sonora; e (iv) que a atualização dos registros administrativos sob responsabilidade do MCOM não impede a continuidade do processo, esta Secretaria Especial de Análise Governamental da Presidência da República (SAG/CC/PR) **não tem óbices ao prosseguimento do feito**, em conformidade com o Regulamento dos Serviços de Radiodifusão<sup>[5]</sup>.

7. Por fim, com o intuito de dar sequência ao fluxo previsto no [art. § 3º do art. 223 da Constituição Federal](#), sugere-se o envio do presente processo à Secretaria Especial para Assuntos Jurídicos da Casa Civil da Presidência da República (SAJ/CC/PR), para emitir manifestação final quanto à constitucionalidade, à legalidade e à compatibilidade com o ordenamento jurídico, nos termos do art. 26 do [Decreto nº 11.329, de 1º de janeiro de 2023](#), c/c art. 49 do [Decreto nº 12.002, de 22 de abril de 2024](#).

À consideração superior.

Brasília, na data da assinatura.

**JEFFERSON MILTON MARINHO**

Assessor

(SADJ-II/SAG/CC/PR)

De acordo. Encaminhe-se ao Secretário Especial de Análise Governamental.

Brasília, na data da assinatura.

**BRUNO DE CARVALHO DUARTE**

Secretário Adjunto de Infraestrutura e Regulação Econômica - SAREC

(SADJ-II/SAG/CC/PR)

Aprovo. Encaminhe-se à Secretaria Especial para Assuntos Jurídicos desta Casa Civil para a adoção das providências cabíveis.

Brasília, na data da assinatura.

**BRUNO MORETTI**

Secretário Especial de Análise Governamental

(SAG/CC/PR)

[1] Instituído pela [Lei nº 4.117, de 27 de agosto de 1962](#).

[2] Sucieda pela Secretaria de Comunicação Social Eletrônica do Ministério das Comunicações (SECOE/MCOM), conform [Decreto nº 11.335, de 1º de janeiro de 2023](#).

[3] O [SIACCO](#) é o sistema compartilhado entre a Agência Nacional de Telecomunicações e a Secretaria de Radiodifusão, voltado para a manutenção de informações quanto aos quadros societários das empresas prestadoras de serviços de radiodifusão e telecomunicações. A Anatel informa que foi decidida a desativação, exclusivamente, dos módulos referentes às empresas prestadoras de serviços de telecomunicações, sendo mantidas todas a suas funcionalidades para as operadoras de radiodifusão.

[4] O [MOSAICO](#) é uma plataforma com vários módulos voltados aos diversos serviços de telecomunicações e radiodifusão. O módulo Sistema de Cadastro de Radiodifusão (SCR) é utilizado para manutenção de cadastros de estações de radiodifusão. Os únicos serviços não contemplados pela ferramenta são Ondas Curtas (OC), Ondas Tropicais (OT) e Radiodifusão Comunitária (RADCOM).

[5] Aprovado pelo Decreto nº 52.795, de 31 de outubro de 1963.



Documento assinado eletronicamente por **Jefferson Milton Marinho, Assessor(a)**, em 27/09/2024, às 19:11, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º, do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Bruno de Carvalho Duarte, Secretário(a) Adjunto(a)**, em 27/09/2024, às 19:13, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º, do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Bruno Moretti, Secretário(a) Especial**, em 27/09/2024, às 19:19, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º, do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).







A autenticidade do documento pode ser conferida informando o código verificador **6050779** e o código CRC **63C560C9** no site:  
[https://super.presidencia.gov.br/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](https://super.presidencia.gov.br/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0)

Referência: Caso responda este Ofício, indicar expressamente o Processo nº 53900.027556/2016-31

SEI nº 6050779

Palácio do Planalto, 4º andar, Sala 414. — Telefone: 61 3411.1958

CEP 70150-900 Brasília/DF - <https://www.gov.br/planalto/pt-br>

68235cd3-a142-4cd6-8313-c0dcaf537896



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/68235cd3-a142-4cd6-8313-c0dcaf537896>



PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA  
CASA CIVIL  
SECRETARIA ESPECIAL PARA ASSUNTOS JURÍDICOS

53900.027556/2016-31

Nota SAJ - Radiodifusão nº 839 / 2024 / CGINF/SAINF/SAJ/CC/PR

Interessado:	MUNICÍPIO DE ESPERANTINA (PREFEITURA MUNICIPAL DE ESPERANTINA)
Assunto:	Serviço de Radiodifusão. Outorga de rádio Educativa. Encaminhamento da Mensagem ao Congresso Nacional (art. 223 da Constituição).
Processo:	53900.027556/2016-31

Senhora Secretária Especial Adjunta,

## I - RELATÓRIO

- Trata-se do processo nº 53900.027556/2016-31, com **outorga** para exploração do serviço de **radiodifusão sonora com fins exclusivamente educativos**, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, cujo interessado é **MUNICÍPIO DE ESPERANTINA (PREFEITURA MUNICIPAL DE ESPERANTINA)**, CNPJ nº 06.554.174/0001-82, na localidade de **Esperantina/PI**.
- O ato tem fundamento no art. 223, § 1º da Constituição Federal e encontra-se em consonância com a Lei nº 4.117/1962, sendo também regido pelo Decreto nº 52.795/1963 (Regulamento do Serviço de Radiodifusão – RSR) e alterações posteriores, pela Portaria MC nº 329/2012, e legislação complementar.
- Foram verificados pelo MCOM os documentos produzidos, que atestam a regularidade do procedimento.
- Nesse contexto, encontra-se a presente Exposição de Motivos submetida à análise desta Secretaria Especial para Assuntos Jurídicos da Casa Civil da Presidência da República, a fim de que, uma vez preenchidos os requisitos, o ato do Ministro das Comunicações, que autoriza a outorga de radiodifusão comunitária, possa ser enviado ao Congresso Nacional, mediante Mensagem a ser expedida pelo Chefe do Executivo.

## II - ANÁLISE

- De acordo com a legislação vigente, denomina-se serviço de **radiodifusão sonora com fins exclusivamente educativos** o serviço de rádio destinado à transmissão de programas educativo-culturais, que, além de atuar em conjunto com os sistemas de ensino de qualquer nível ou modalidade, vise à educação básica e superior, à educação permanente e à formação para o trabalho, além de abranger as atividades de divulgação educacional, cultural, pedagógica e de orientação profissional [\[1\]](#).
- Destaca-se que, em regra, é necessária a realização de licitação previamente à outorga dos serviços de radiodifusão. No entanto, nos casos de execução dos serviços de radiodifusão sonora com fins exclusivamente educativos, **a licitação é dispensável**, por força do §1º do artigo 13 do Decreto nº 52.795/1963 (Regulamento do Serviço de Radiodifusão – RSR).
- Nos casos de outorga dos serviços de radiodifusão sonora (rádio), a competência para exarar o ato encontra-se delegada ao Ministro das Comunicações, a quem compete exercê-la com o auxílio de seus órgãos de assessoramento técnico e jurídico. A análise do ato administrativo é de competência do MCOM, em cumprimento aos princípios da eficiência, consagrado pelo Constituição, e da descentralização, previsto no art. 10, do Decreto-Lei nº 200/1967.



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/68235cd3-a142-4cd6-8313-c0dcaf537896>

68235cd3-a142-4cd6-8313-c0dcaf537896

8. De acordo com os autos do processo, tanto a **área técnica** quanto a **Consultoria Jurídica do MCOM** afirmam que o procedimento legal para a outorga foi devidamente cumprido, tendo a interessada apresentado a documentação necessária. Assim, a verificação técnica e jurídica, com análise e aceitação dos documentos obrigatórios, bem como sua subsunção às normas vigentes, já foi realizada pelo Ministério das Comunicações, no uso de suas atribuições e competências, tendo se posicionado favoravelmente à outorga. Com base nessas análises ministeriais, o Ministro de Estado publicou sua **Portaria** de outorga. O procedimento legal para a expedição da outorga foi devidamente cumprido.

9. Aponta-se que o direito à outorga decorre do cumprimento, pela interessada, das exigências legais, condicionado à possibilidade técnica e do interesse público. O ato tem fundamento no art. 223, § 1º da Constituição Federal e legislação complementar.

10. Contudo, uma vez que os serviços de radiodifusão sonora têm por característica serem atos administrativos complexo, cuja produção e a programação deverão observar os princípios enunciados no art. 221 da Constituição, os concernentes atos de outorgas somente produzirão efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional. Para que se forme essa deliberação, o Regulamento dos Serviços de Radiodifusão - RSR indica [\[2\]](#) a necessidade de envio da portaria do MCOM ao Congresso Nacional, por meio de mensagem da Presidência da República, para deliberação.

11. De fato, no tocante aos serviços de radiodifusão sonora, "*o constituinte deu feição de ato administrativo complexo à outorga, na medida em que vinculou a função executiva, mediante o concurso do Ministério das Comunicações e da Presidência da República, e a função legislativa, por força da atuação do Congresso Nacional. Mesmo o Poder Judiciário foi contemplado com um mister específico nesse processo, por efeito do art. 223, § 4º, CF-1988"* [\[3\]](#). O ato administrativo complexo resulta da manifestação de vontade de dois ou mais órgãos, sejam eles singulares ou colegiados, cuja vontade se funde para formar um ato único. As vontades são homogêneas; resultam de vários órgãos de uma mesma pessoa, ou de entidades públicas distintas, que se fundem para em uma só vontade formar o ato; há identidade de conteúdo e de fins.

12. No caso sob análise, encontram-se presentes os requisitos técnicos e jurídicos, que permitem o envio do ato para o Congresso Nacional, em atendimento ao que preconiza o art. 223, §§ 1º e 3º, da Carta.

13. Aponta-se ainda que eventuais complementações, desatualizações, dúvidas ou omissões porventura existentes quanto à documentação apresentada pelo particular poderão ser dirimidas pelo próprio Ministério, até o momento da assinatura da renovação da outorga (após a devida análise pelo Congresso Nacional), ou ainda ser apurada em procedimento administrativo próprio, de competência do MCOM [\[4\]](#).

14. Caso contrário, a exigência de atualização de documentos e de renovação da comprovação dos requisitos de habilitação, a cada fase de análise do processo de outorga, acabaria por penalizar o administrado, já considerado devidamente habilitado durante a instrução processual no âmbito do Ministério das Comunicações.

### III - CONCLUSÃO

15. Do exposto, relacionado ao processo nº 53900.027556/2016-31, conclui-se que não há óbice jurídico para a expedição da Mensagem ao Congresso Nacional, nos termos do art. 223 da Constituição Federal de 1988.

**DANIEL CHRISTIANINI NERY**

Assessor da Secretaria Especial para Assuntos Jurídicos da Presidência da República

DE ACORDO.

**DANIELA FERREIRA MARQUES**

Secretária Adjunta de Infraestrutura

APROVO.

**MARIA ROSA GUIMARÃES LOULA**

Secretária Especial Adjunta para Assuntos Jurídicos da Presidência da República

(conforme Portaria SAJ/CC/PR nº 6, de 16 de março de 2023)



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/68235cd3-a142-4cd6-8313-c0dcaf537896>

68235cd3-a142-4cd6-8313-c0dcaf537896

[1] Podem pleitear a outorga para a execução de serviços de radiodifusão com fins exclusivamente educativos as pessoas jurídicas de direito público interno, inclusive universidades, que terão preferência para a obtenção da outorga, e fundações instituídas por particulares e demais universidades brasileiras. É admitida, na radiodifusão educativa, apenas a transmissão de programas educativo-culturais. Os programas de caráter recreativo, informativo ou de divulgação desportiva poderão ser considerados educativo-culturais se neles estiverem presentes elementos instrutivos ou enfoques educativo-culturais identificados na sua apresentação.

[2] Vide art. 31 § 1º do Decreto nº 52.795/1963.

[3] RODRIGUES JUNIOR, Otavio Luã. *regime jurídico-constitucional da radiodifusão e das telecomunicações no Brasil em face do conceito de atividades audiovisuais*. Revista de Informação Legislativa, v. 43, n. 170, p. 287-309, abr./jun., 2006.

No mesmo sentido, STJ, no Recurso Especial nº 1.536.976 - SP (2015/0088137-6). Rel. Min. Humberto Martins.

[4] Vide art. 31-A e art. 122, do Decreto nº 52.795/1963.



Documento assinado eletronicamente por **Daniel Christianini Nery, Assessor**, em 02/10/2024, às 17:31, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º, do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Daniela Ferreira Marques, Subchefe Adjunto de Infraestrutura**, em 02/10/2024, às 18:31, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º, do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Maria Rosa Guimarães Loula, Secretário(a) Especial Adjunto(a) substituto(a)**, em 02/10/2024, às 19:11, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º, do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade do documento pode ser conferida informando o código verificador **6122707** e o código CRC **BCBFAAEF** no site: [https://super.presidencia.gov.br/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](https://super.presidencia.gov.br/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0)



MENSAGEM Nº 1.215

Senhores Membros do Congresso Nacional,

Nos termos do art. 49, inciso XII, combinado com o § 3º, do art. 223, da Constituição, submeto à apreciação de Vossas Excelências, acompanhado de Exposição de Motivos do Senhor Ministro de Estado das Comunicações, o ato constante da Portaria nº 12.558, de 15 de março de 2024, publicada no Diário Oficial da União de 1º de abril de 2024, que outorga permissão ao Município de Esperantina (Prefeitura Municipal de Esperantina), para executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, o serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, com fins exclusivamente educativos, no Município de Esperantina, Estado do Piauí.

Brasília, 3 de outubro de 2024.



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/68235cd3-a142-4cd6-8313-c0dcaf537896>



68235cd3-a142-4cd6-8313-c0dcaf537896

PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA  
Casa Civil  
Secretaria-Executiva da Casa Civil  
Secretaria de Administração  
Diretoria de Recursos Logísticos  
Coordenação de Documentação  
Divisão de Publicação de Atos Oficiais

Brasília, 04 de outubro de 2024.

À Divisão de Arquivo Central - DIARQ

Assunto: **ARQUIVAMENTO DE PROCESSO**

1. Encaminhamos o presente processo e documento físico original (6136380) para arquivamento, tendo em vista a publicação do ato e o encerramento da atuação nesta Divisão.

BRENO BAJO DUTRA  
Divisão de Publicação de Atos Oficiais  
Coordenação de Documentação



Documento assinado eletronicamente por **Breno Bajo Dutra, Assessoria**, em 04/10/2024, às 10:10, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º, do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade do documento pode ser conferida informando o código verificador **6136381** e o código CRC **54997AE1** no site: [https://super.presidencia.gov.br/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](https://super.presidencia.gov.br/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0)

Referência: Processo nº 53900.027556/2016-31

SEI nº 6136381

68235cd3-a142-4cd6-8313-c0dcaf537896



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/68235cd3-a142-4cd6-8313-c0dcaf537896>





**PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA**  
CASA CIVIL  
SECRETARIA ESPECIAL PARA ASSUNTOS JURÍDICOS  
Secretaria Adjunta de Infraestrutura

Brasília, 04 de outubro de 2024.

À Chefia de Gabinete da Secretaria Especial para Assuntos Jurídicos - GABIN/SAJ.

Assunto: **Encerramento e arquivamento do Processo nº 53900.027556/2016-31.**

Considerando que a análise jurídica relativa ao ato já foi realizada, com a consequente assinatura da respectiva Mensagem ao Congresso Nacional pelo Sr. Presidente da República e publicação do ato no Diário Oficial da União, encaminha-se o Processo SEI nº 53900.027556/2016-31, para encerramento, arquivamento e demais providências cabíveis.

**DANIEL CHRISTIANINI NERY**  
Assessor  
Secretaria Especial para Assuntos Jurídicos



Documento assinado eletronicamente por **Daniel Christianini Nery, Assessor**, em 04/10/2024, às 10:54, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º, do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade do documento pode ser conferida informando o código verificador **6136674** e o código CRC **DCE9C06F** no site: [https://super.presidencia.gov.br/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](https://super.presidencia.gov.br/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0)



A Sua Excelência o Senhor  
Deputado Luciano Bivar  
Primeiro Secretário  
Câmara dos Deputados – Edifício Principal  
70160-900 Brasília/DF

Assunto: Radiodifusão.

Senhor Primeiro Secretário,

Encaminho a essa Secretaria Mensagem do Senhor Presidente da República, na qual submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 12.558, de 15 de março de 2024, publicada no Diário Oficial da União de 1º de abril de 2024, que outorga permissão ao Município de Esperantina (Prefeitura Municipal de Esperantina), para executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, o serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, com fins exclusivamente educativos, no Município de Esperantina, Estado do Piauí.

Atenciosamente,

RUI COSTA  
Ministro de Estado



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/68235cd3-a142-4cd6-8313-c0dcaf537896>

68235cd3-a142-4cd6-8313-c0dcaf537896

PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA  
Casa Civil  
Secretaria Especial para Assuntos Jurídicos  
Secretário Especial Adjunto

Brasília, na data da assinatura.

Ao Senhor Ministro de Estado Chefe  
Casa Civil da Presidência da República  
Dr. Rui Costa

Assunto: Encaminhamento de Mensagem nº 1.215, de 3 de outubro de 2024, ao Congresso Nacional, referente ao ato constante da Portaria nº 12.558, de 15 de março de 2024, publicada no Diário Oficial da União de 1º de abril de 2024, que outorga permissão ao Município de Esperantina (Prefeitura Municipal de Esperantina), para executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, o serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, com fins exclusivamente educativos, no Município de Esperantina, Estado do Piauí.

Senhor Ministro,

O processo está devidamente instruído. Nada a opor à assinatura do Ministro - Minuta do Ofício em anexo.

Encaminhe-se ao Secretário Especial para Assuntos Jurídicos da Casa Civil da Presidência da República.

**GUSTAVO PONCE DE LEON SORIANO LAGO**  
Secretário Adjunto de Assuntos Legislativos  
Secretaria Especial para Assuntos Jurídicos  
Casa Civil da Presidência da República

APROVO.

Encaminhe-se ao Ministro Chefe da Casa Civil da Presidência da República.

APROVO.

**MARCOS ROGÉRIO DE SOUZA**  
Secretário Especial  
Secretaria Especial para Assuntos Jurídicos  
Casa Civil da Presidência da República



Documento assinado eletronicamente por **Gustavo Ponce de Leon Soriano Lago**, **Secretário(a) Adjunto(a)**, em 04/10/2024, às 18:24, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º, do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Marcos Rogério de Souza**, **Secretário Especial**, em 04/10/2024, às 19:06, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º, do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade do documento pode ser conferida informando o código verificador **6138414** e o código CRC **AA61BE5A** no site: [https://super.presidencia.gov.br/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](https://super.presidencia.gov.br/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0)

Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/68235cd3-a142-4cd6-8313-c0dcaf537896>

68235cd3-a142-4cd6-8313-c0dcaf537896



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/68235cd3-a142-4cd6-8313-c0dcaf537896>

68235cd3-a142-4cd6-8313-c0dcaf537896



PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA  
Casa Civil

OFÍCIO Nº 1350/2024/CC/PR

Brasília, na data da assinatura digital.

A Sua Excelência o Senhor  
Deputado Luciano Bivar  
Primeiro Secretário  
Câmara dos Deputados – Edifício Principal  
70160-900 Brasília/DF

**Assunto: Radiodifusão.**

Senhor Primeiro Secretário,

Encaminho Mensagem do Senhor Presidente da República, na qual submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 12.558, de 15 de março de 2024, publicada no Diário Oficial da União de 1º de abril de 2024, que outorga permissão ao Município de Esperantina (Prefeitura Municipal de Esperantina), para executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, o serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, com fins exclusivamente educativos, no Município de Esperantina, Estado do Piauí.

Atenciosamente,

RUI COSTA  
Ministro de Estado



Documento assinado eletronicamente por **Rui Costa dos Santos, Ministro de Estado da Casa Civil da Presidência da República**, em 04/10/2024, às 19:48, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º, do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade do documento pode ser conferida informando o código verificador **6138879** e o código CRC **4AED475F** no site: [https://super.presidencia.gov.br/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](https://super.presidencia.gov.br/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0)

Referência: Caso responda este Ofício, indicar expressamente o Processo nº 53900.027556/2016-31

SEI nº 6138879

Palácio do Planalto - 4º andar - Sala: 426 - Telefone: 61-3411-1121

CEP 70150-900 - Brasília/DF - <https://www.gov.br/planalto/pt-br>



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/68235cd3-a142-4cd6-8313-c0dcaf537896>

68235cd3-a142-4cd6-8313-c0dcaf537896